

A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

UM DEBATE

Rodney Hilton
Maurice Dobb
Paul Sweezy
Kohachiro Takahashi
Georges Lefebvre
Christopher Hill
Giuliano Procacci
Eric Hobsbawm
John Merrington

5ª edição



DIGITAL
Source



A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.



Orelha do livro:

O debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, originalmente publicado em *Science and Society* na década de 1950, é um dos mais famosos episódios da historiografia marxista desde a II guerra. Teve a contribuição valiosa de estudiosos tais como Maurice Dobb, Paul Sweezy, Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton e Christopher Hill, numa troca de opiniões comum a todos. Durante muitos anos essas discussões ficaram restritas ao Reino Unido e a Commonwealth. A presente obra inclui a primeira republicação dos textos completos do debate original, com debates subsequêntes levados a efeito, além de importante material desenvolvido sobre esse assunto por vários historiadores, entre os quais Georges Lefebvre, Giuliano Procacci e Eric Hobsbawm. É evidente a importância da controvérsia entre esses vários estudiosos, para uma compreensão do surgimento do capitalismo.

Qual foi o papel do comércio na Idade Média? Como evoluíram as rendas feudais nesse período? Onde localizar as origens econômicas das cidades medievais? Por que a servidão finalmente desapareceu na Europa Ocidental? Qual a exata relação entre cidade e campo durante a transição do feudalismo para o capitalismo? Qual teria sido a importância da expansão marítima para a "acumulação primitiva do capital" na Europa? Qual teria sido a época das primeiras revoluções burguesas e que classes sociais participaram delas? Nesta obra são respondidas todas estas perguntas, assim como muitas outras questões vitais para todos os estudantes de História Medieval e Moderna.

Um ensaio introdutório escrito pelo professor Rodney Hilton, autor de *Bond Men Made Free*, reconsidera e resume conclusões importantes acumuladas sobre o assunto desde a publicação do debate original, do qual ele participou. O resultado é este livro, essencial para os cursos de História e fascinante para leitores de uma maneira geral.

PAUL SWEEZY - MAURICE DOBB - KOHACHIRO TAKAHASHI -
RODNEY HILTON - CHRISTOPHER HILL - GEORGES LEFEBVRE -
GIULIANO PROCACCI - ERIC HOBSBAWM - JOHN MERRINGTON

A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

5ª edição

Tradução:
Isabel Didonnet

Do original em inglês: *The transition from Feudalism
to Capitalism.*

CIP — Brasil. Catalogação-na-fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A Transição do feudalismo para o Capitalismo / por /

Paul Sweezy / e outros / tradução de Isabel Didonnet.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

(Pensamento crítico, v. 18)

Do original em inglês: **The transition from Feudalism to Capitalism.**

1. Capitalismo — História 2. Economia marxista 3. História econômica I. Sweezy,

Paul II. Série

ISBN 85-219-0447-9

CDD- 330.9

330.1594 330.12209

CDU-338(091)

330.342.14 77-0591 330.85

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua do Triunfo, 177

Santa Efigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 3337-8399

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home Page: www.pazeterra.com.br

2004 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Rodney Hilton	Introdução	9
---------------	------------------	---

O debate sobre a transição

Paul Sweezy	Uma crítica.....	39
Maurice Dobb	Uma réplica	71
Kohachiro Takahashi	Uma contribuição para o debate	85
Maurice Dobb	Um comentário suplementar.....	123
Paul Sweezy	Uma tréplica.....	127
Rodney Hilton	Um comentário	137
Christopher Hill	Um comentário	149
Georges Lefebvre	Algumas observações	155
Giuliano Procacci	Uma sinopse do debate	163

Material suplementar

Rodney Hilton	Capitalismo — o que representa esta palavra?.....	183
Eric Hobsbawm	Do feudalismo para o capitalismo	201
Maurice Dobb	Do feudalismo para o capitalismo	209
John Merrington	A cidade e o campo na transição para o capitalismo	215

Nota bibliográfica

Os ensaios constantes deste volume apareceram pela primeira vez nas seguintes revistas especializadas: Paul Sweezy, "Uma Crítica" e Maurice Dobb, "Uma Réplica", in: *Science and Society*, Spring, 1950; Kohachiro Takahashi, "Uma Contribuição para o Debate", in: *Science and Society*, Fall, 1952; Maurice Dobb, "Um Comentário Suplementar", e Paul Sweezy, "Uma Tréplica", in: *Science and Society*, Spring, 1953; Rodney Hilton, "Um Comentário", e Christopher Hill, "Um Comentário", in: *Science and Society*, Fall, 1953; Georges Lefebvre, "Algumas Observações", in: *La Pensée*, fevereiro, 1956; Giuliano Procacci, "Uma Sinopse do Debate", in: *Società*, XI, 1955; Rodney Hilton, "Capitalismo — o que Representa Esta Palavra?", in: *Past and Present*, fevereiro, 1952; Eric Hobsbawm, "Do Feudalismo para o Capitalismo", in: *Marxism Today*, agosto, 1962; Maurice Dobb, "Do Feudalismo para o Capitalismo", in: *Marxism Today*, setembro, 1962; John Merrington, "A Cidade e o Campo na Transição para o Capitalismo", in: *New Left Review*, n.93, setembro-outubro, 1975.

[pág.7]

[pág. 8] em branco

Introdução

Rodney Hilton

Studies in the development of capitalism, de Maurice Dobb, foi publicado em 1946. Karl Polanyi, em uma análise muito crítica no *Journal of Economic History*, em 1948, descreveu a obra nos seguintes termos: "Trabalho erudito e original sobre a decadência do feudalismo, o mercantilismo, a revolução industrial e o século XIX, o período entre as duas guerras e, de fato, sobre toda a história do capitalismo ocidental, até o Plano Marshall". Para Polanyi, Dobb reteve o que era ruim em Marx (a teoria de valor do trabalho), descartando o que para ele, Polanyi, constituía "a visão fundamental [de Marx] sobre a natureza historicamente limitada da organização de mercado". A análise de Polanyi, infelizmente, não foi suficientemente longa para aprofundar essa interessante observação crítica, mas revelou, por parte do mesmo, uma séria consideração dos problemas de uma análise marxista do feudalismo como modo de produção (coisa que o próprio Marx não fez sistematicamente) e da transição do feudalismo para o capitalismo (sobre a qual Marx necessariamente se estendeu mais, embora não o suficiente).

Já o extenso artigo de R. H. Tawney sobre o mesmo livro na *Economic History Review*, em 1950, demonstrou pequeno interesse pelos problemas teóricos do enfoque marxista. Foi oportuno, contudo, que um estudo longo e demorado, ainda que crítico, tivesse sido escrito pelo único historiador britânico de alto calibre que não apenas dedicou a vida ao estudo de documentação

original sobre esse período de "transição", como reconheceu que o capitalismo, na realidade, constitui uma ordem econômica e social distinta — numa época em que economistas, historiadores e políticos tentavam fazer de conta que ela nunca existiu. Muitas observações de Tawney apresentam grande interesse prático para o historiador dos séculos XVI e XVII, e devem ser levadas a sério. Tawney escreveu que "um dos méritos do livro é a combinação de História com teoria", mas não levanta nenhum dos problemas teóricos apontados por Polanyi, e que também chamaram a atenção dos marxistas que estudaram o trabalho de Dobb. Ao mesmo tempo, Tawney é presumivelmente o redator da *Economic History Review*, tal como Polanyi, consideraram que um trabalho erudito e original sobre assunto de tal relevância justificava uma crítica favorável, ainda que às vezes severa.

Infelizmente esse interesse não foi compartilhado pelos redatores de outras publicações históricas mais comprometidas com o que se poderia chamar de *establishment* histórico britânico do que a *Economic History Review* então o era. Não apareceram comentários na *English Historical Review*, considerada o santuário da alta erudição, nem em *History*, em cujas páginas se transmite a mensagem daquela alta erudição para os professores de História e outros que não pertencem ao círculo dos pesquisadores profissionais. Tampouco apareceram resenhas nas principais revistas de Teoria Econômica, como o *Economic Journal* e o *Economica*.

As razões para a indiferença geral em relação ao livro de Dobb são óbvias. Os historiadores acadêmicos britânicos não gostam do marxismo. De qualquer modo, a década que se seguiu ao fim da guerra não era a mais propícia a um debate livre de preconceitos sobre uma interpretação marxista do capitalismo. Isso não é tudo, naturalmente, razão por que deve-se levar em conta a suspeita, não apenas da teoria e de conceitos abstratos, mas ainda de interpretações generalizadoras que pouco terão de teórico, tal

como a interpretação da História apresentada por Whig. A tradição acadêmica britânica inclina-se, pelo menos desde o fim do século XIX, para estudos exatos e minuciosos que visam ao acúmulo de dados comprováveis.

[pág. 10]

A formação do historiador não se detém na discussão de hipóteses que expliquem eventos históricos significativos, menos ainda na tentativa de penetrar a essência dos "agentes motores" das configurações sociopolíticas. Consiste, ao que me parece, na remoção de todos os elementos subjetivos do estudo de uma seqüência de acontecimentos num prazo curto, ou na identificação dos elementos constituintes da instituição mais importante (em geral, a dominante) da sociedade. Para tanto lança-se mão, sempre que possível, de fontes administrativas supostamente *objetivas*, ou se procede à análise crítica de crônicas, narrativas ou cartas consideradas passíveis de subjetivismo humano.¹

Tal modalidade de atividade erudita não é típica dos historiadores britânicos, naturalmente, mas é comum aos europeus em geral. Um bom exemplo é dado pela escola de História francesa anterior a Bloch e aos *Annales*. Muito se deve a ela, o que não deve ser subestimado, em particular no campo da pesquisa medieval que nos interessa mais de perto neste trabalho, pois, como os leitores perceberão, não foi o estudo realizado por Dobb a respeito das etapas mais recentes do capitalismo que despertou o interesse dos participantes do debate, mas suas afirmativas sobre as forças que destruíram o feudalismo. Os problemas da transição, em sua maioria, foram abordados tomando-se como ponto de partida de preferência a Idade Média, e não os tempos modernos. Aliás, foi baseado principalmente no

¹ Observações interessantes sobre a natureza da historiografia moderna encontram-se em *Ideology in the Social Sciences*, ed. Robin Blackburn, Londres, 1972. *History: the poverty of empiricism*, de Gareth Stedman Jones, e *Karl Marx's contribution to historiography*, de E. J. Hobsbawm. Jones até certo ponto superestima o caráter revolucionário da escola dos *Annales*, que, apesar de inovadora, absolutamente não é marxista.

trabalho do historiador não-marxista merecidamente famoso, Henri Pirenne, que Paul Sweezy desferiu suas críticas a Dobb. A obra de Pirenne, naturalmente, não deve ser classificada entre os trabalhos acadêmicos de escopo mais mesquinho a que nos referimos, embora ele tenha sido tão capaz quanto quem mais o fosse de estudar documentos originais com minúcia e senso crítico. Todavia, ele também foi

[pág. 11]

capaz de generalizações amplas, e os marxistas tenderam a considerá-lo com respeito tendo em vista, sem dúvida, o enfoque dado por ele à pesquisa como maneira de solucionar problemas. Giuliano Procacci, ao analisar o debate inicial, tem razão em chamar atenção para a extraordinária erudição não-marxista de que se vale Sweezy ao citar Pirenne para atacar Dobb. Talvez Procacci tenha exagerado o poderio das armas de Sweezy, pois, afinal, a quem mais cita ele, além de Pirenne? Como é bem sabido, a interpretação de Pirenne da história econômica da Europa medieval tem sido seriamente contestada por muitos historiadores não marxistas. Sua interpretação do declínio do comércio mediterrâneo e da desurbanização da Europa Ocidental tem sofrido pesados ataques. Em geral, não é aceita sua opinião de que a economia européia do século XI foi reativada pelo renascimento do comércio de longa distância; o mesmo se dá com sua concepção das origens sociais dos mercados urbanos desse período.²

Considerada globalmente, porém, justifica-se a posição de Procacci. Os marxistas britânicos talvez tenham tido boas idéias, mas estas deveriam fundamentar-se em pesquisa que se comparasse àquela empreendida pelas escolas historiográficas não-marxistas bem conceituadas, as quais, com efeito, eles estavam desafiando.

O livro de Dobb, como ele mesmo admite e reiteraram os seus

² Ver a coleção de ensaios editada por A. F. Havighurst, *The Pirenne Thesis*, Boston, 1958, e A. B. Hibbert, "The origins of the medieval town patriciate", in: *Past and Present*, n.3.

analistas, foi a obra de um economista marxista familiarizado com trabalhos secundários então disponíveis. Seu oponente nesta controvérsia, Paul Sweezy, encontrava-se em posição semelhante — isto é, na de um estudioso marxista do capitalismo contemporâneo que se aventurou no campo da história econômica medieval baseado no trabalho secundário de historiadores não-marxistas. O mesmo se aplica, em grau menor, ao mais poderoso dos subseqüentes participantes do debate, Takahashi. Apesar de ser um pesquisador original no campo do feudalismo japonês e dos problemas da transição ao

[pág. 12]

capitalismo no século XIX, as noções de Takahashi referentes aos mesmos problemas na história da área clássica da formação do capitalismo, na Europa Ocidental, também se baseiam em obras secundárias. A mais recente das contribuições de maior vulto para o mesmo debate, a de John Merrington, igualmente não se preocupa com os problemas de pesquisa do historiador da economia feudal. Ocorre, então, que — excetuando-se Hill e Hilton, cujas contribuições ao debate inicial não tiveram grande importância — a discussão tem sido levada adiante por marxistas que abordaram certos problemas básicos relativos aos modos de produção feudal e capitalista mas que por falta de apoio de especialistas marxistas (pelo menos na década de 1950, quando o debate teve início), tiveram que fundamentar o grosso de seu trabalho em fontes secundárias não marxistas.

Ora, quem quiser levar a sério o conceito geral de "modos de produção" deve, necessariamente, identificar os componentes dos diferentes modos. O historiador atuante, cujos objetivos talvez não sejam os mesmos do sociólogo ou do filósofo,³ não pode contentar-se com isto. Existe uma lei do movimento das sociedades feudais (assim como das outras), além de

³ Como L. Althusser parece admitir, *Reading Capital*, Londres, 1970, p.14.

um conjunto de relações estruturais no seio das mesmas. Faz-se necessária a pesquisa, e não apenas a lógica, para conceituar-se e aperfeiçoar-se a lei do movimento e das transformações que eventualmente geram as condições para a transição do feudalismo para o capitalismo. É preciso criticar e utilizar as conquistas dos estudiosos burgueses; é preciso também aplicar o método crítico a fontes contemporâneas, o qual deve ser marxista, fundamentado no reconhecimento do conceito de modo de produção. É necessário, ainda, levar em consideração os métodos críticos desenvolvidos por historiadores pelo menos a partir do século XVII.

Os historiadores marxistas alteraram em muito nossa noção da revolução burguesa e da evolução da sociedade capitalista a partir do século XVII. Mencionemos, por exemplo, as pesquisas

[pág. 13]

originais de historiadores marxistas ingleses tão renomados como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward Thompson, sem falar em Albert Soboul, na França, Giuliano Procacci, na Itália, e muitos outros nos países capitalistas. B. F. Porchnev, A. D. Liublinskaya e J. V. Polisensky, bastante conhecidos na Inglaterra, são ainda apenas alguns dos historiadores que estudam áreas semelhantes nos países socialistas. Os estudos marxistas sobre a sociedade feudal e as condições medievais que antecederam o capitalismo não tiveram a mesma envergadura, pelo menos no mundo ocidental, ainda que mereça destaque a obra de E. A. Thompson sobre a sociedade germânica primitiva. A pesquisa marxista sobre a Idade Média tem-se confinado à história agrária. Há várias possíveis razões para o pequeno desenvolvimento desses estudos. O jovem marxista inclina-se a comprometer-se politicamente com o socialismo ou o comunismo, sentindo-se atraído, portanto, pelo estudo do modo capitalista de produção, em todas as suas manifestações políticas, sociais e culturais, estudo esse

que, ademais, não apenas interessa devido à influência direta da própria teoria e prática de Marx e Engels, como à ajuda não desprezível de muitos outros estudiosos marxistas ocupados no constante debate teórico e prático dos problemas do historiador marxista da sociedade capitalista, e da transição do capitalismo para o socialismo. O estudo da sociedade feudal oferece poucas dessas vantagens para a maioria dos historiadores mais jovens, que se sentem, portanto, um pouco isolados, tanto do ponto de vista teórico como do prático. O relançamento deste debate sobre a transição pretende estimular outros estudos sobre as publicações puramente teóricas, assim como novas pesquisas sobre problemas não solucionados levantados em trabalhos anteriores, e nesta introdução.

* * *

Decorreram mais de 20 anos desde a publicação do debate original nas páginas de *Science and Society*. Historiadores marxistas e não-marxistas contribuíram com significativo importe de pesquisa referente aos tópicos principais então abordados. Não se procurará, nesta introdução, relacionar a extensa historiografia

[pág. 14]

dessa pesquisa, mas, tão-somente, e até onde o permitir a capacidade do autor, reexaminar alguns dos problemas expostos no debate original, à luz dos estudos subsequentes — e do pensamento subsequente. Entre esses problemas, contam-se: a definição da servidão; a origem das cidades; o papel do artesanato; os mercadores e a economia monetária; o início da simples produção de mercadorias; as vias alternativas para a emergência da produção capitalista; o conceito de "agente motor".

Servidão

O termo *servidão* no debate marxista com freqüência apresenta uma

ambigüidade desnecessária, que parece derivar-se da pesquisa histórica não-marxista. Takahashi está certíssimo em insistir em que servidão é a forma de trabalho e de existência no modo feudal de produção. Sua essência estava na transferência, para o uso do terratenente do trabalho da família camponesa, além do que era necessário para a subsistência e reprodução econômica da mesma. O trabalho excedente poderia ser utilizado diretamente nos domínios do senhor, isto é, na mansão rural e terras circunvizinhas, ou seu produto poderia ser transferido sob a forma de renda em espécie ou em dinheiro, por parte da família serva, para o senhor.

Como a família camponesa tinha a posse efetiva dos bens produtores de subsistência, a transferência do excedente deveria ser forçada, pois o camponês, ao contrário do assalariado, não precisa alienar sua força de trabalho para viver. Aceita esta definição geral de servidão como transferência forçada de trabalho excedente ou do seu produto, podem existir muitas formas jurídicas e institucionais diferentes de servidão, muitas das quais — talvez a maioria — não constituam aos olhos da lei modalidades *servis*, fato esse que deu margem a muita confusão entre historiadores. Por exemplo, Marc Bloch estudou as cartas de franquia (*enfranchisement charters*) em aldeias nas propriedades eclesiásticas no norte da França e observou que os camponeses que as recebiam, e que constituíam a maior parte dos aldeões, eram liberados de uma série de obrigações,

[pág. 15]

como *formariage* e *mainmorte*, em geral consideradas *servis*. As famílias consideradas *servis* nessas mesmas aldeias, conforme as descrições das propriedades feitas no século IX, eram em número muito menor do que as que tiveram de ser emancipadas no século XIII. Bloch, portanto, concluiu ter havido um processo de "servilização" entre os séculos IX e XIII.

Contudo, o historiador belga L. Verriest mostrou que a proporção de famílias especificamente classificadas como "servis" (*servi*) não se alterara no período interveniente. A maioria dos camponeses liberados no século XIII era de *vileins* juridicamente livres, sujeitos a obrigações análogas às dos "verdadeiros" servos. Como veremos, ainda que Verriest estivesse formalmente correto, a interpretação de Bloch aproximou-se mais da verdade.⁴

Na etapa inicial da servidão na Europa, no período em que a aristocracia rural feudal emergia em sua forma clássica, havia grande variedade na forma de subordinação dos camponeses, em decorrência de diferentes eventos no período. Essas formas incluíam, por exemplo: a existência dos escravos dos domínios em propriedades rurais, com ou sem manumissão de obrigações servis; a subordinação de camponeses livres a vizinhos poderosos ou ameaçadores; a submissão de homens livres à proteção de um santo, isto é, a uma comunidade monástica proprietária de terras, a qual se considerava dedicada à devoção de um santo etc. A nomenclatura dos camponeses subordinados variava de lugar para lugar, conforme a natureza da subordinação, ou, segundo R. Boutruche, de acordo com a fantasia dos escribas dos senhores. Boutruche afirma, ainda, que alguns historiadores foram, dessa maneira, levados a produzir outras tantas fantasias de erudição, de tal maneira que foram completamente esquecidas as características do campesinato como uma classe social.⁵

Entre os séculos IX e XIII ocorreu uma alteração real na natureza da servidão européia, em particular na da Europa

[pág. 16]

Ocidental, tema que me proponho a abordar rapidamente, pois ele ilustra

⁴ Bloch, M.. *French Rural History*, Londres, 1966, e "Liberté et servitude personnelles au Moyen-Age", in: *Mélanges Historiques*, I, Paris, 1963; Verriest, L., *Institutions Médiévales*, Mons, 1946.

⁵ Boutruche, R., *Seigneurie et Féodalité*, i, Paris, 1959, p.128-9.

um importante elemento de confusão em alguns tópicos do debate sobre o caráter do modo feudal de produção.⁶ Esta confusão se relaciona com o papel da renda-trabalho nas relações sociais do período, a qual tem sido muitas vezes considerada como a forma característica da subordinação do camponês ao senhor. Por isso, a maioria dos marxistas ingleses, ao debater a transição — mesmo quando reconhece que a renda-trabalho não constitui a única forma de renda feudal — considera a comutação dos serviços em dinheiro na Inglaterra no século XIV como de especial significado na transição. Por parte desses marxistas, isso resulta de uma certa estreiteza de sua formação histórica, pois, como Dobb mencionou, foi uma exceção a sobrevivência, na Inglaterra do século XIV, de grandes propriedades caracterizadas por amplos domínios que utilizavam o trabalho de camponeses em terras (*tenures*) dependentes. Mas a história geral do feudalismo europeu mostra com clareza que a renda-trabalho não era um elemento essencial nas relações feudais de produção, ainda que o caráter coercitivo dessas relações transpareça talvez mais nitidamente na organização do trabalho obrigatório no domínio senhorial.

Tomamos conhecimento da organização da propriedade baseada no domínio senhorial através das descrições das propriedades (em geral eclesiásticas, mas também reais) feitas no século IX. É bem possível que a acidental sobrevivência de tais documentos tenham centrado nossa atenção no Norte da França e no vale do Reno, nesse período particular. Certamente essa modalidade de organização era anterior ao século IX, apesar de que ainda se discute se provinha diretamente do final do Império Romano. Era bastante difundida, sendo encontrada na Itália Central assim como na Inglaterra no fim do século X, senão antes. Todas as descrições de propriedades enfatizam a importância das obrigações de prestação de serviços nos arrendamentos (*holdings*) de camponeses livres ou servis. Ainda

⁶ A respeito do problema da definição do feudalismo, ver minha nota no final desta Introdução.

que houvesse tanto renda em espécie quanto em dinheiro, aparentemente

[pág. 17]

predominava a renda-trabalho. É provável que nessa época essa utilização do trabalho excedente fosse tão ineficaz quanto o foi na Europa Oriental no início do período moderno.⁷ De qualquer modo, parece evidente que o sistema começava a desintegrar-se à altura da elaboração das descrições referidas.

Vários fatores da economia e da sociedade européias dos séculos X e XI forçaram a alteração dessa modalidade de apropriação do trabalho excedente. As capitulares e ordenanças das monarquias francas e otonianas levam a crer que os camponeses opunham severa resistência ao trabalho compulsório e à servidão legal. Não se deve superestimar a gravidade das invasões escandinavas e magiares, mas as mesmas devem ter enfraquecido a precária estrutura da hegemonia imperial carolíngia. Não que o poder estatal fosse tão fragmentado, mas confinava-se por limitações de ordem prática, tendo em vista a lentidão das comunicações e o raio efetivo do exercício da força militar. É provável que tivesse havido grande aumento populacional; com a subsequente subdivisão das terras ocupadas pelos camponeses. Esse aumento talvez também haja favorecido o número de famílias da classe guerreira feudal, enfeudadas em *holdings*. Possivelmente as inovações técnicas — que não devem, porém, ser sobreestimadas — tivessem aumentado a produção agrícola.

Nesse período ocorreu notável mudança no caráter da classe dominante feudal. O poder jurisdicional, isto é, o direito de tentar sujeitar uma população e retirar proveito das exações implícitas na jurisdição, foi estendido não apenas para os condes mas também para os castelãos

⁷ *Théorie Économique du Système Féodal*, de W. Kula, Paris-The Hague, 1970, analisa as propriedades administradas por servos no período inicial da Polônia moderna e oferece muitas sugestões úteis para estudantes de propriedades similares na Europa ocidental medieval.

(senhores de áreas controladas a partir de um castelo) e mesmo para simples senhores de uma ou duas vilas. As grandes propriedades, especialmente as monásticas, preservaram até certo ponto sua estrutura aparente, mas os domínios tenderam a fragmentar-se e a serem assenhoreados por subalternos ou sublocados a rendeiros. Dentro dos limites de suas imunidades judiciais, o poder ju-

[pág. 18]

risdicional descentralizou-se, tal como ocorrera nos condados. A prestação de serviços tendeu a desaparecer, como principal forma de renda feudal. Na verdade, no século XII, o excedente dos camponeses transferiu-se para a aristocracia proprietária de terra menos sob a forma de renda calculada segundo o tamanho da terra ocupada pelo camponês — em trabalho, espécie ou dinheiro — e mais como imposto senhorial (*tallage*) e rendimentos derivados da jurisdição. Estes incluíam não apenas multas aplicadas pela corte, mas os derivados de vários monopólios, como o direito de forçar os habitantes livres ou servis da respectiva área de jurisdição, rendeiros ou não, a moer milho no moinho do senhor, assar em seu forno ou espremer uvas em seus lagares. Além disso, exigiam-se certos trabalhos extraordinários dos camponeses, considerados mais como subordinados do que rendeiros, tais como construção de estradas ou castelos, talvez a ceifa das culturas que ainda subsistiam nos domínios, ou o cuidado dos vinhedos dominiais. A soma total dessas novas rendas feudais, segundo foi calculado, excedia de muito os rendimentos que os terratenentes retiravam anteriormente, com base nas safras dos domínios e nas rendas das terras. Todavia, enquanto aumentavam os ônus, desaparecia o uso do termo *servo*, de maneira que poucos camponeses tinham essa denominação em meados do século XII.⁸ Foi dessas novas formas de exação senhorial que as

⁸ As idéias expostas nos parágrafos precedentes baseiam-se em várias monografias, mas algumas provas podem ser encontradas no trabalho de R. Boutruche (n.5) e em Duby, G., *Rural Economy and*

principais camadas de muitas comunidades campesinas européias conseguiram certa franquia nos séculos XII e XIII, em geral por alto preço pago em dinheiro. Não terminou assim a história da complexa evolução da renda feudal. Contudo, não pretendo dar prosseguimento ao tema, pois, ao abordar a mudança no caráter da renda feudal entre os séculos IX e XIII, apenas pretendi enfatizar como eram diversificadas as formas sob as quais se extorquia o excedente dos produtores básicos, e como essas formas se relacionavam estreitamente com a superestrutura institucional.

[pág. 19]

A origem das cidades⁹

A história da renda feudal nesse período inicial também se relaciona, possivelmente, com o crescimento das cidades, quer as pequenas cidades-mercado quer os grandes centros urbanos, pois o recrudescimento que as cidades conheceram nos séculos XI e XII coincidiu com o aparecimento de formas de servidão. O aumento no volume do excedente extraído da produção do camponês, sob a forma de lucros jurisdicionais e monopolísticos mais do que de renda de terras, significou que, na verdade, os rendimentos dos senhores assumiam cada vez mais a forma monetária. A divisão do trabalho entre a cidade e o campo, o desenvolvimento das cidades, não apenas como mercados onde eram vendidos os produtos rurais para levantar dinheiro a fim de atender às exações senhoriais, mas como centros de produção artesanal, podem, certamente, ser *explicados* em termos gerais como reação à concentração mais eficaz do excedente nas mãos de uma aristocracia mais diferenciada (e, do ponto de vista de suas exigências culturais, mais sofisticada). Os processos em si precisam ser *descritos* de

Country Life in the Medieval West, Londres, 1962.

⁹ Ver o artigo "The Rise of the Towns", de H. van Werweke, com bibliografia, in: *Cambridge Economic History of Europe*, III, Cambridge, 1963. O autor é um seguidor de H. Pirenne.

maneira mais complexa. Algumas pequenas cidades, sem dúvida, foram fundadas pela iniciativa de senhores simplesmente para constituir centros convenientes de comercialização, que poderiam ainda fornecer rendas adicionais pela cobrança de taxas e de aluguel de barracas. Em outros lugares, os núcleos em torno dos quais se desenvolveram os ofícios urbanos, e os mercados para produtos locais bem como para artigo de luxo provenientes de lugares distantes, eram antigos aglomerados de religiosos (catedrais, igrejas com escolas anexas, mosteiros) ou de grupos de soldados do séquito de algum grande, como um duque ou um conde. O requisito indispensável, em todos os casos, era o crescente volume e disponibilidade dos impostos senhoriais. Ao mesmo tempo, é provável que a crescente população de que provinham

[pág. 20]

os artesãos, os pequenos mercadores e os fornecedores de serviços nessas cidades novas (ou renovadas) também derivava da fragmentação do velho sistema dominial, pois certos aspectos dessa fragmentação propiciava as condições para o crescimento da população, tais como a repartição das terras ocupadas pelos camponeses, talvez maior disseminação de heranças divisíveis, e a produtividade aumentada da agricultura, resultante da concentração de recursos técnicos na terra dos camponeses, ao invés do desvio dos mesmos para o domínio.

Max Weber¹⁰ empresta grande relevo à autonomia política alcançada pelas comunidades urbanas do feudalismo ocidental, quando comparadas às cidades asiáticas. Historiadores não-marxistas, especialmente na França, descreveram o mesmo fenômeno ao se referirem a comunas como "senhorias coletivas" inseridas como outros tantos vassallos na hierarquia

¹⁰ *The city*, Londres, 1958.

feudal.¹¹ A comuna urbana independente, sem dúvida, foi um componente importante do feudalismo europeu, com características especiais, diferente de feudalismos de outras. Não seria correto, porém, atribuir à independência das comunas o desenvolvimento do capital mercantil ou da indústria artesanal urbana, ou, por outro lado, enfatizar a fragmentação da soberania (em si mesma, um conceito da historiografia não-marxista). Era variado o grau de autonomia urbana do controle feudal, e as cidades que gozavam de maior independência política nem sempre eram as mais desenvolvidas econômica ou socialmente, como exemplifica o caso de Paris, a maior cidade da Europa medieval. Tampouco a autonomia política de uma comuna independente constituía uma condição necessária para aquele tipo de monopólio urbano ou de ofício a que Marx se referiu, ao dizer que as cidades exploravam o campo economicamente, enquanto o campo, isto é, a classe feudal dominante, explorava a cidade politicamente.

[pág. 21]

Muitos burgos ingleses contavam com corporações de mercadores (guildas) que tinham o controle total das trocas do mercado, mas que não gozavam das formas mais elevadas de privilégio urbano. Os problemas das divisões de trabalho entre a cidade e o campo são muitos. Não importa o quanto possamos aprender com os melhores especialistas não-marxistas em história constitucional urbana; seria desavisado pensar em poder resolver dessa maneira os problemas do elemento urbano na sociedade feudal.

É preciso estudar a fundo o grau de especialização ocupacional nas cidades de vários tamanhos, com várias funções e vários estágios de desenvolvimento. Para dar alguns exemplos, a presença da aristocracia feudal nas cidades italianas constitui um lugar-comum histórico, enquanto se sabe que os feudatários do Norte da Europa viviam de preferência no

¹¹ Ver Petit-Dutaillis, C, *Les Communes Françaises*, Paris, 1947, livro I, p.III.

campo. Tais generalizações, todavia, precisam ser comprovadas, principalmente na Inglaterra, onde toda cidade de certo tamanho tinha os seus *enclaves* eclesiásticos, feudais ou reais-administrativos. O elemento da população urbana que se ocupava de lides agrícolas é citado com freqüência, mas raramente avaliado e analisado. É fácil encontrar listas de ofícios organizados na área de jurisdição urbana, mas os números totais das ocupações em separado, em geral desorganizadas, não têm sido comparados sistematicamente de cidade para cidade, com o objetivo de avaliar as razões da separação funcional do interior agrícola bem como as formas que ela adotou. Nem é tão evidente o contraste entre a indústria urbana dominada pelas corporações e a indústria livre do campo, suposto teatro do desenvolvimento da via n.l para o capitalismo. Os aglomerados industriais da Inglaterra Oriental do final do século XIV eram cidade ou campo? Por acaso Manchester e Birmingham, medievais, consideradas por muitos como típicas do progresso da industrialização rural, na Idade Média não eram chamadas de burgos, ou *villae mercatoriae*? ¹²

[pág. 22]

]Artesanato

Não se levantam esses problemas a fim de insinuar que estão errados os participantes de nosso simpósio ao afirmarem que a diferença social que se gerou no seio da pequena produção agrícola e industrial foi a base do desenvolvimento posterior do capitalismo. Existe, porém, uma séria lacuna em nossos conhecimentos. Os marxistas (e não-marxistas) ingleses, afortunados por disporem de tal riqueza de documentação, estudaram com êxito a história do campesinato medieval de épocas mais recentes, o que contrasta vivamente com a nossa ignorância dos artesãos das cidades e do

¹² . Em outras palavras, a linha divisória entre a cidade e o campo não é necessariamente a mesma existente entre áreas urbanas regulamentadas ou não.

campo, organizados (os mais conhecidos) ou não em guildas. Tal ignorância, como às vezes ocorre, não se deve à falta de provas, mas à ausência de análise teórica da natureza desse tipo de trabalho e sua situação dentro das relações de produção da sociedade feudal, que são, predominantemente, relações entre camponeses "servis" e amos terratenentes.¹³

Havia, naturalmente, uma divisão de trabalho primitiva na sociedade pré-histórica (pré-classe, com efeito). Alguns membros da comunidade especializavam-se em tecelagem, fundição, cerâmica ou outras atividades necessárias, o que se comprova pelos resíduos arqueológicos, os quais, porém, não nos podem revelar como esses trabalhadores ganhavam sua subsistência. Existiria uma troca de bens manufaturados e alimentos sob a forma de valor de uso no seio da comunidade, ou os artesãos também trabalhavam a terra, provendo, ainda que não inteiramente, a própria subsistência? Na sociedade de classes feudal parece haver remanescentes de ambas essas situações. Por um lado, encontramos artesãos especialistas nas propriedades ou nas economias dominiais dos magnatas leigos

[pág. 23]

ou eclesiásticos. Por outro, nas cidades existiam artesãos, especialmente ferreiros, que tinham terras, cujos excedentes, porém, eram apropriados sob a forma de ferraduras, reparos nos arados etc.

Nenhuma dessas modalidades de ofício implica a simples produção de mercadorias; quando os artesãos dos grandes mosteiros ou propriedades feudais começaram a produzir não apenas para seus senhores mas para outros que se aglomeravam ao redor desses centros de poder, e para camponeses que traziam seus produtos para vender ou sob forma de renda

¹³ É significativo que os trabalhos de George Unwin, especialmente *Industrial Organisation in the 16th and 17th centuries*, Londres, 1908, ainda nos proporcionam uma das melhores análises de orientação teórica sobre a produção artesanal na Inglaterra. Note-se que Dobb se baseia muito em Unwin, nos *Studies...* Ver também o trabalho do historiador polonês Geremek, B., *Le Salarial dans L'Artisanat Parisien aux XIII-XV^e siècles*, Paris-The Hague, 1968.

em espécie, então começa a simples produção de mercadorias em base urbana. Traços do aprovisionamento das propriedades feudais por parte desses artesãos urbanos permaneceram por um tempo surpreendentemente longo. Em Paris, por exemplo, no século XIII, o rei nomeava senhores feudais como mestres oficiais das ocupações mais importantes, e na pequena cidade de Metz, em torno à catedral, o bispo, que também era o senhor da cidade, fazia mais ou menos o mesmo.

Esses remanescentes institucionais esclarecem relações mais antigas. Muito antes do século XIII, todavia, os artesãos industriais tinham-se separado tanto de seu contexto rural como da senhoria feudal, e surgiram em grupos familiares (*households*) industriais aparentemente autônomos nas comunidades urbanas, produzindo para vender a quem quer que tivesse dinheiro para comprar. Qual era, porém, a natureza desses grupos familiares? Como classificar o trabalho que produzia sapatos, facas, peças para arado, carroças, tecidos e outras mercadorias (como denominamos a esses artefatos)? Tendo em vista o trabalho incorporado ao produto do artesão, e o fato de que havia, evidentemente, significativa troca de valores entre camponeses e artesãos, a renda deste não pode tão-somente ser considerada parte do excedente redistribuído da economia camponesa, regulada pela demanda da aristocracia feudal, como era o caso do lucro proveniente da alienação, que constituía o capital mercantil.

É verdade que, ao passo que se desenvolviam as guildas monopolísticas, a troca entre camponês e artesão tornava-se desigual, mas a relação entre camponês e artesão não era, em

[pág. 24]

essência, exploradora. De fato, nas pequenas cidades-mercado,¹⁴ cujas populações agregadas constituíam provavelmente a maior parte da população urbana total da Europa, a exploração feudal dos artesãos era paralela à exploração do camponês, pois os senhores dessas cidades também recolham o produto do trabalho excedente dos artesãos através de aluguéis

¹⁴ *English Medieval Boroughs: a Handlist*, de M. W. Beresford e H. P. R. Finberg, Newton Abbot, 1973, dá uma boa idéia do grande número desses centros menores.

de casas ou bancas, dos monopólios de moinhos ou fornos, pedágios e impostos. Essa exploração era direta, no caso de cidades não emancipadas, e não estava inteiramente ausente nos burgos e comunas independentes, que às vezes tinham de pagar aluguéis ou pedágios, bem como altos impostos, cujo ônus recaía mais sobre os artesãos do que sobre as elites mercantis dirigentes.

Esta tentativa de conferir uma categoria ao trabalho artesão no interior do modo de produção feudal pressupõe oficinas de artesãos que são internamente indiferenciadas, bem como um mínimo de diferenciação entre as unidades produtoras. No período sobre o qual possuímos documentação adequada, essa situação é mais comum em pequenas cidades-mercado de cerca de 500 habitantes, cuja separação funcional do campo já se completara (no sentido de que agricultores ou não mais existiam na população, ou eram em número insignificante). Nos centros maiores, já não podemos supor uma igualdade de trabalho dentro da oficina, nem entre as oficinas de artesãos. Na medida em que se ampliava o mercado para os artigos dos artesãos, já não temos apenas aquele processo familiar, descrito nos *Studies* de Dobb, segundo o qual o mercador se interpõe entre o artesão e o comprador. Na oficina, o aprendiz não é apenas um elemento a ser treinado (muitas vezes o filho do mestre), mas se torna um trabalhador explorado, que só recebe a própria subsistência. Ademais, são contratados jornaleiros — não em grande número, pois a escala de produção não o permite — que representam outro elemento subordinado dentro da oficina. Para começar, porém, o jornaleiro

[pág. 25]

era apenas um assalariado, fonte direta de mais-valia para o empregador. No século XIII, nas cidades têxteis flamengas, ainda havia certa confusão sobre o pagamento feito ao artesão pelo mercador. Não era bem um salário, nem

tampouco uma simples retribuição pelo trabalho de um artesão independente. O que quer que fosse, o que nos interessa presentemente é que havia uma quota por peça de fazenda, determinada pela municipalidade, tanto para o mestre, tanto para o jornaleiro — menos para este, é claro, mas a diferença era menor do que se poderia esperar.¹⁵ O mesmo arranjo é encontrado até no século XV, em algumas cidades inglesas. Em outras palavras, ainda que o processo de diferenciação estivesse começando na oficina, mestre e jornaleiro eram ambos, ainda, objetos comuns de exploração por parte do capital mercantil.

Capital mercantil

Ao contrário do produtor de bens manufaturados, o capitalista mercantil medieval tem sido tema de muitos estudos, baseados na existência de grande volume de documentos. Algumas das fortunas mais espetaculares foram acumuladas pelos mercadores das cidades italianas, cujas atividades ilustram o caráter geralmente indiferenciado da classe dos mercadores europeus como um todo — quer na Europa setentrional, quer na mediterrânea, seja operando modestamente nos mercados regionais ou em larga escala no comércio internacional de artigos de luxo. Os mercadores italianos, dos quais bem sucedidos foram os florentinos e os venezianos, baseavam seus lucros no comércio de produtos de alto preço, como especiarias, jóias ou seda, provenientes do Extremo Oriente ou do Médio, tecidos de lã de alta qualidade de Flandres ou da Itália Central, ouro da África ocidental. Também lidavam com dinheiro, como banqueiros do Papado ou de outros chefes (especialmente no

[pág. 26]

¹⁵ Espinas, G., *La Draperie dans la Flandre Française au Moyen-Age*, Paris, 1923, p.617-49; Little Red Book of Bristol, n, ed. F. B. Bickley, Bristol and Londres, 1900, p.58-61.

financiamento de guerras). Alguns deles, como os grandes mercadores das cidades flamengas, organizavam o fornecimento de matérias-primas para a manufatura de tecido, assim como a venda do produto acabado, sem alterar em nada o caráter do processo produtivo. Outras mercadorias participavam do comércio internacional, como vinho de Île de France, da Gasconha, da Borgonha e do Reno, cereais, madeira e peles do Báltico, sal da baía de Bourgneuf, alume do mar Negro, anil do Sul da França, peixe da Islândia, ferro e aço da Suécia, sem falar nos produtos comuns do comércio regional, como cereais ou têxteis de preço médio. A complexidade técnica dos métodos de comercialização, a capacidade de concentrar recursos para financiar (a taxas de juros usurários) governos e aristocratas donos da terra sempre carentes de recursos facilmente realizáveis, o mecenato cultural desses mercadores medievais capitalistas conquistou-lhes de seus historiadores um coro de admiração.¹⁶ Nenhum, porém, foi capaz de modificar a avaliação feita por Marx do papel histórico desses mercadores, isto é, que seu capital permaneceu sempre na esfera de circulação, e nunca se aplicou à produção agrícola ou industrial de maneira inovadora. A chamada revolução comercial em nada alterou o modo feudal de produção.¹⁷

Seria o caso de perguntar-se, então, até que ponto é certa a insinuação de que a "economia monetária" atuou como solvente das relações feudais. Já vimos como a renda feudal podia ser paga tanto em dinheiro como em trabalho ou espécie, sem afetar o relacionamento entre senhor e rendeiro. Foi aventado que outras relações, como as existentes entre reis e barões, ou entre

¹⁶ Muitos detalhes e bibliografias completas nos vol. I e III de *Cambridge Economic History of Europe*, 1952 e 1953. O título de um especialista no assunto, Robert S. Lopez, é significativo: *The commercial revolution of the Middle Ages 950-1350 (A revolução comercial da Idade Média 950-1350)*, Englewood, 1971. Encontram-se bibliografias atualizadas em Pounds, N. J. G., *An Economic History of Medieval Europe*, Londres, 1974, um dos melhores livros publicados recentemente.

¹⁷ Parece-me que Marx modificou suas idéias sobre o papel do capital mercantil na Idade Média, entre os períodos de elaboração dos *Grundrisse* e dos capítulos constantes do vol. m de *O capital*, no sentido de acreditar menos no papel positivo do capital mercantil na época posterior. Ver Marx, K., *Grundrisse*, Londres, 1973, p. 504-8.

barões e seus vassallos, que a princípio se basearam no serviço pessoal e principalmente militar foram transformadas, como resultado da substituição do nexu pessoal pelo financeiro. Exemplos disso incluem a concessão de privilégios que consistiam em rendas em dinheiro provenientes de receitas do Estado, ao invés de propriedades agrárias; o pagamento de um tributo ao invés de prestação de serviço militar nas hostes reais; a lealdade prestada pelo servidor ao senhor, em troca de uma anuidade em dinheiro; a mobilização de todo serviço militar com base no pagamento de soldo. Infelizmente para os advogados da teoria do dinheiro-como-solvente, o tributo pago em dinheiro ao invés da prestação de serviço militar já existia desde o começo do século XII, e, não muito mais tarde, os privilégios em dinheiro também já existiam. Lealdades cindidas, traição e interesse próprio existiam igualmente à época em que o contrato feudal se baseava no feudo territorial nos séculos XI e XII, como nos dias do chamado "feudalismo bastardo", quando se baseava em pagamentos em dinheiro. Tampouco as grandes rendas monetárias transformaram o comportamento da classe dirigente feudal, como o pode testemunhar qualquer estudante da aristocracia inglesa do período entre os séculos XII e XV. Foi a diminuição das rendas monetárias da aristocracia feudal o primeiro sintoma do fim do modo feudal de produção, pois elas representavam nada mais, nada menos que o excedente arrancado à força do camponês, e sua diminuição era o sinal monetário do declínio da dominação aristocrática antiga.

As características de liquidez do dinheiro, conforme ressaltou Marx, somente se fizeram sentir quando os processos históricos da dissolução dos modos feudais de produção já estavam adiantados. Nos *Grundrisse*, Marx assinala como aspecto fundamental dessa dissolução a separação do trabalhador das condições objetivas de sua existência — a terra, a oficina

do artesão, e mesmo (como sugere Marx) a sua subsistência como servidor do amo.¹⁸ Na Inglaterra, como em outras áreas da

[pág. 28]

Europa Ocidental, o enfraquecimento do predomínio aristocrático foi, de fato, um fator importante nos processos preliminares de dissolução para os quais Dobb e Takahashi, no debate sobre a transição, chamaram particular atenção. Isso é algo que já fora documentado, antes de Marx, pelo pioneiro historiador econômico inglês James Thorold Rogers.¹⁹ Pesquisa subsequente evidenciou que a emergência, por um curto período, do que pareceu a Marx a predominância da propriedade camponesa livre, era consequência direta da luta de classes entre proprietário e camponês. Marx considerou em particular os eventos ocorridos na Inglaterra, onde existe boa documentação. A situação conturbada dos meados do século XIV, quando a população se reduziu drasticamente por causa da peste bubônica, e havia crise financeira dos governos devida às guerras anglo-francesas, poderia ter suscitado o fortalecimento da servidão. A escassez de mão-de-obra favoreceu de tal maneira a posição econômica dos arrendatários e dos trabalhadores diante dos proprietários de terra e empregadores que uma das maneiras pela qual a classe dominante poderia ter reagido teria sido o endurecimento dos controles sobre a movimentação das pessoas que não fossem livres, o aumento das rendas e das multas, e um congelamento nos salários. Durante cerca de duas décadas depois de 1350 esta política foi tentada, com total fracasso. Os camponeses já tinham considerável experiência em resistir aos abusos dos senhores. As comunidades aldeãs,

¹⁸ Deve-se enfatizar que, ao contrário do que aventam certos críticos, Marx não oferece um simples quadro do real processo histórico pelo qual os camponeses na Inglaterra perderam suas terras e direitos comunitários. Ver *Capital*, 1, livro VIII, 30; *Grundrisse*, p.511.

¹⁹ Ver capítulos VIII e IX do seu *Six centuries of work and wages*, baseado em material já publicado em sua *History of Agriculture and Prices*, Oxford, 1866. Marx utilizou-se deste trabalho ao escrever *O Capital*, e o tinha em boa conta, apesar de se tratar de um economista liberal.

ainda que divididas internamente entre camponeses ricos e pobres, eram organismos difíceis de manejar, como o demonstraram muitas revoltas locais. Ainda que rebeliões de maior vulto, como a Jacquerie francesa de 1359 e a revolta inglesa de 1381, tivessem sido dominadas, a resistência local não podia ser vencida. O caso inglês é muito ilustrativo. A característica da propriedade servil (*tenure*) de terras, sem mudar seu caráter jurídico essencial, foi atenuada, transformando-se em aforamento. Na

[pág. 29]

atmosfera de afirmação dos camponeses, o aforamento mal se distinguia da posse livre, de tal maneira que membros da nobreza agrária estavam prontos a tomar porções das terras aforadas para completar suas propriedades.

As rendas eram tão baixas e tão reduzida na prática era a capacidade dos proprietários rurais e do Estado para controlar a livre movimentação dos camponeses e trabalhadores que, no final do século XIV e na maior parte do século XV, as restrições feudais sobre a simples produção de mercadorias virtualmente desapareceram.²⁰ Não se espere, nesse período, nenhuma importante evolução no sentido da produção capitalista. O médio proprietário rural (*yeoman*) que empregava o trabalho assalariado prosperava, certamente; havia uma movimentação livre de produção artesanal desde as cidades mais antigas, dominadas pelas guildas, até as aldeias e as cidades menores e menos controladas, mas nenhuma diferenciação social drástica, no sentido de uma massa de trabalhadores assalariados vendendo sua força de trabalho a empregadores rurais ou industriais. Esse foi um processo longo, arrastado, que não se completaria nem no século XVII. O que importa, porém, é que no decorrer da produção relativamente livre de mercadorias no século XV criaram-se as necessárias condições para o

²⁰ Em *English Peasantry in the Later Middle Ages*, Oxford, 1975, tento abordar esta fase da simples produção de mercadorias relativamente irrestrita.

ulterior desenvolvimento capitalista.

As relações de produção feudais não foram abolidas, absolutamente, nesse período; as características essenciais de uma classe dominante feudal e de um Estado feudal (no sentido marxista do termo) ainda prevaleciam. As vultosas receitas dos grandes aristocratas, como os Duques de Lancaster e York (fundadores de dinastias reais de curta duração), os Condes de Warwick ou Salisbury, baseavam-se ainda principalmente em rendas, mesmo que saqueassem cada vez mais os recursos da monarquia, num esforço para conservar seu predomínio sobre os arrendatários e partidários políticos. A máquina do Estado, mesmo depois de sua reformulação em princípios do século XVI,

[pág. 30]

era fundamentalmente a de um *regnum* medieval. A riqueza em dinheiro, que não se baseava na posse de terra, decorria do comércio, que estava nas mãos de companhias monopolísticas de mercadores como a Merchant Adventurers e os Merchants of the Staple. Não provinha da produção industrial, ainda que o principal produto de exportação da Inglaterra fosse tecido acabado ou não — o lucro ia para os vendedores, mais do que para os produtores. Em outras palavras, importantes como fossem as mudanças que deixavam livres os produtores agrícolas ou de bens industriais, não se haviam transformado as relações básicas que constituíam o modo feudal de produção.

O agente motor

Todos os participantes do debate inicial, com exceção de Paul Sweezy (e quaisquer que fossem suas objeções a respeito das formulações de Maurice Dobb), rejeitaram o argumento de que o modo feudal de produção era estático e se perpetuava a si mesmo, não gerava as condições

para a própria transformação e, portanto, necessitava de uma força externa para desequilibrá-lo. Sweezy, acompanhando o pensamento de Pirenne, localizou tal força externa no capital mercantil acumulado na área de comércio entre o Mediterrâneo e o Oriente Médio, o qual, por assim dizer, foi injetado no sistema feudal estável mediante os ofícios de alguns mercadores de origem social desconhecida. Como o feudalismo, segundo Sweezy, era um modo no qual toda a produção se destinava ao uso, e não para a troca, o futuro progresso da Europa Ocidental feudal, depois do século XI, deveu-se a fatores externos. Sweezy não explica a natureza da formação social que gerou essa massa de capital mercantil, nem mesmo por que deveria ser considerada como um sistema social distinto daquele da Europa não mediterrânea. Em resposta às críticas, porém, Sweezy pergunta com razão qual era o agente motor que, no modo feudal, forneceu-lhe a dinâmica interna tanto para seu desenvolvimento como para sua dissolução.

[pág. 31]

Em meu rápido comentário ao final do debate sugeri que a necessária, se bem que irregular, pressão da classe dominante no sentido de transferir para ela própria o trabalho excedente ou o produto excedente do camponês fora causa fundamental do progresso técnico e do aperfeiçoamento da organização feudal, promovendo a expansão do excedente disponível. Foi essa a base para o crescimento da produção de mercadorias, das rendas monetárias senhoriais, do comércio internacional de bens de luxo e da urbanização. Este aspecto da história foi brilhantemente desenvolvido por Georges Duby em recente livro sobre a evolução inicial da economia medieval. Como já expliquei em outro trabalho, creio que sua explicação é unilateral.²¹ Ele sublinha a pressão do senhor sobre o camponês, mas não presta a mesma atenção aos esforços

²¹ Duby, G., *The Early Growth of the European Economy: Warriors and Peasants*, Londres, 1974. Meu estudo sobre a edição francesa foi publicado em *NewLeft Review*, n.83, janeiro/fevereiro de 1974.

deste para conservar o excedente dentro das possibilidades do equilíbrio de forças sociopolíticas. Todavia, essa resistência camponesa teve importância crucial para o desenvolvimento das comunas rurais, a expansão da propriedade e do *status* livre, a liberação das economias do camponês e do artesão com vistas ao desenvolvimento da produção de mercadorias e, com o tempo, à emergência do empresário capitalista.

Como já foi mencionado, a história da economia agrária inglesa nos séculos XIV e XV ilustra muito bem as consequências do sucesso da resistência dos camponeses à pressão dos senhores no sentido da transferência de excedentes. De fato, esse deve ser considerado como um momento crítico da história do "agente motor". O longo período da bem sucedida e multiforme exploração do trabalho camponês terminara, pelo menos nos países da Europa Ocidental, entre os meados e o fim do século XIV. Os proprietários de terras somente poderiam ter prosseguido com sucesso em seu intento mediante a reimposição de modalidades legais de servidão. No Ocidente, isso era política e socialmente impossível. Na Europa Oriental a história era diferente. No Ocidente, uma parcela crescente

[pág. 32]

do excedente era retida na economia dos camponeses. Quando o pesado jugo dos senhores foi de novo sentido pela população rural, já era completamente diferente em essência, senão na forma — o começo da emergência e da longa e irregular evolução de uma nova tríade: proprietário territorial-capitalista rural-trabalhador rural.

Depois do debate inicial, outros historiadores não-marxistas avançaram suas próprias conjecturas sobre um agente motor na sociedade feudal. As mais convincentes são variantes das interpretações demográficas da evolução medieval. Uma delas, que poderia ser melhor denominada uma

teoria *ecológica* da História, tem sido defendida eficazmente por M. M. Postan em vários trabalhos.²² Também enfatiza a base agrária, camponesa, da economia. Concentra-se, porém, mais nas relações do trabalhador com o meio, com a terra como oficina natural, como diria Marx, do que nas relações entre o trabalhador e o proprietário rural explorador. Em decorrência, os eventos importantes foram a pressão de uma população camponesa em expansão sobre recursos escassos, a conseqüente fragmentação das glebas, a exaustão do solo e o empobrecimento dos pequenos proprietários. Essa economia agrária, em expansão, todavia, antes de asfixiar-se, era dinâmica e orientada para o mercado, dinamismo que se revelava especialmente em certos setores das camadas mais altas da sociedade, tais como os proprietários de domínios, supostamente inclinados para o capitalismo, e os empreendedores e criativos comerciantes capitalistas das grandes cidades. Quando o equilíbrio se rompeu, porém, no final do século XIII, e principalmente depois do colapso populacional de meados do século XIV, a pressão sobre os escassos recursos territoriais relaxou-se, e a economia camponesa tornou-se mais próspera, mas também mais auto-suficiente e menos orientada para o mercado. Diminuiu o comércio regional e internacional, de maneira que a economia medieval estagnou-se até o último quartel do século XV, quando a população começou a crescer novamente.

[pág. 33]

Existe outro tipo de interpretação do "agente motor" menos abrangente do que a que resumimos acima, e que focaliza a composição interna das famílias camponesas em suas comunidades. Os historiadores desta escola examinam a constituição familiar, os costumes quanto à herança, problemas de absorção ou rejeição de filhos e filhas mais jovens

²² Resumida em *The Medieval Economy and Society*, Londres, 1972.

pela família e comunidade e a questão conexa das subocupações não-agrícolas no campo. Esses tópicos são de grande importância e, sem dúvida, precisam ser seriamente considerados em qualquer estudo rigoroso conduzido por marxistas a respeito do funcionamento detalhado do modo feudal de produção. Isso é ainda mais importante porque essa teoria pode levar a conclusões muito dúbias. Alguns dos seus seguidores descrevem a família e a comunidade medieval como se fossem grupos sociais isolados e auto-reguladores, abstraídos do mundo mais amplo, e particularmente não afetados pelas pressões abusivas dos proprietários territoriais, a igreja e o Estado. Quando esse mundo externo é tomado em consideração, a ênfase é mais na harmonia do que na pressão, o que leva a uma interpretação da sociedade feudal como parte de um todo de sociedades "tradicionais" pré-industriais, cuja principal característica é a estabilidade, para não dizer estagnação. A teoria da propriedade eclesiástica medieval, que enfatiza o relacionamento imutável e orgânico das ordens sociais, cada uma das quais preenche uma função própria (direção, combate, oração, compra e venda, trabalho) sob a proteção de Deus, fica reabilitada como a explicação racional deste tipo de ordem social. No nível da aldeia, a diferença entre famílias ricas e pobres é explicada em termos das funções de mando dos ricos e das funções de serviço dos pobres. Insinua-se, até, que essa distinção é geneticamente determinada.²³

Alguns dos exageros irracionais da pesquisa histórica não-marxista dos aspectos demográficos da economia medieval não

[pág. 34]

nos devem levar à rejeição das contribuições feitas por alguns historiadores desta escola. Ainda que as relações de parentesco não fossem tão

²³ Trabalhos atuais produzidos pela escola do Padre J. A. Raftis, do Pontifical Institute of Medieval Studies, exemplificam esta abordagem. Ver, por exemplo, Dewindt, E. B.. *Land and People in Holwell-cum-Needlingworth*, Toronto, 1972, Raftis, J. A., *Warboys*, Toronto, 1975.

importantes na sociedade feudal quanto nas sociedades primitivas, elas ainda desempenhavam um papel vital na distribuição dos recursos em todos os níveis sociais, o que se deve reconhecer, ao mesmo tempo em que se reafirma a primazia do relacionamento de exploração entre o senhor e o camponês no modo feudal de produção. O mesmo se aplica ao inter-relacionamento das populações camponesas e dos recursos agrários, a contribuição da escola de Postan para nossa compreensão da economia medieval da última fase. Os estudos marxistas não podem operar como um sistema hermeticamente fechado. Não apenas eles devem absorver as contribuições positivas dos estudiosos não-marxistas, como podem e devem mostrar que o conceito marxista do modo de produção nos oferece o melhor instrumento de análise da dinâmica, não apenas do capitalismo, como do feudalismo.

Uma nota sobre o feudalismo

Espera-se que as contribuições que este livro traz ao debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo sejam do interesse de outros que não os *cognoscenti* do marxismo. Em geral, a terminologia marxista é bem conhecida mas talvez fosse conveniente considerarmos a palavra "feudalismo", que tem sentidos diferentes para historiadores marxistas e alguns não-marxistas.

Marx, ao escrever sobre "feudalismo", utilizava o termo de uma maneira que seria, até certo ponto, familiar aos seus contemporâneos, ou seja, para descrever toda uma ordem social cuja principal característica era o domínio do resto da sociedade, principalmente dos camponeses, por uma aristocracia militar proprietária de terras. Marx, é óbvio, analisava esse domínio de maneira peculiar, baseando seu enfoque na maneira específica pela qual o trabalho do produtor direto, retirado o necessário para suas necessidades de subsistência, transformava-se na renda da classe dominante.

com sua análise profunda do modo capitalista de produção, principal objetivo de Marx, referimo-nos ao modo feudal de produção como sendo constituído pelas forças de produção (as relaterial do processo produtivo) e pelas relações de produção (as relações entre as classes principais). A essência do modo feudal de produção no sentido marxista é a relação de exploração entre proprietários de terras e camponeses subordinados, na qual o excedente da subsistência dos últimos é transferido por sanção coercitiva para os primeiros, quer sob a forma de trabalho direto ou renda em espécie ou dinheiro. Esta relação é chamada "servidão", termo que, como vimos, suscita certas dificuldades.

Os contemporâneos de Marx, como já mencionamos, ainda que não concordassem necessariamente com a análise feita por ele da essência do feudalismo, sabiam do que ele falava. Desde então, historiadores não-marxistas apuraram o sentido do termo, de modo que ele não mais descreve uma ordem social completa, mas certas relações específicas no interior da classe medieval dominante. Essas relações, em resumo, eram as dos vassalos livres com seus suseranos, baseadas na detenção de terras (feudos, do latim *feoda*). Os feudos eram ocupados pelos vassalos em troca de serviço militar nas hostes do senhor, comparecimento à corte de jurisdição do senhor, aconselhamento e assistência ao senhor. Tomado nesse sentido refinado, feudalismo tem pouco a ver com as relações entre senhores e camponeses (que provavelmente constituíam pelo menos 90% da população na alta Idade Média) e, no sentido estrito, durou apenas um par de séculos. Esta interpretação muito restrita do termo foi abandonada por muitos historiadores não-marxistas, seguindo os passos de Marc Bloch, mas ainda exerce influência, especialmente nos círculos acadêmicos ingleses, cujos

expoentes sustentam que sua interpretação tem um rigor que não se encontra nas interpretações mais amplas. Poder-se-ia, por outro lado, afirmar que esse rigor talvez se desperdice, quando aplicado a categorias de estudos de significação limitada.

[pág. 36]

[pág. 37] Título

[pág. 38] em branco

O DEBATE SOBRE A TRANSIÇÃO

Uma crítica

Paul Sweezy

Vivemos no período de transição do capitalismo para o socialismo, fato que empresta particular interesse aos estudos das transições anteriores de um sistema social para outro. Esta, entre muitas outras, é uma razão por que *Studies in the development of capitalism*,¹ de Maurice Dobb, é um livro tão atual e importante. Cerca de um terço do volume é dedicado ao declínio do feudalismo e à ascensão do capitalismo. No presente ensaio, concentrarei minha atenção exclusivamente a este aspecto do trabalho de Dobb.

Definição de feudalismo para Dobb

Dobb define o feudalismo como sendo "virtualmente idêntico com o que usualmente se entende por servidão: uma obrigação imposta ao produtor pela força, independentemente de sua vontade, no sentido de cumprir certas exigências econômicas de um senhor, quer sob a forma de serviços a serem prestadas ou de tributos a serem pagos em dinheiro ou espécie" (p.35). Atendo-se a esta definição, Dobb usa no livro todo os dois termos, "feudalismo" e "servidão", como praticamente intercambiáveis.

[pág. 39]

Parece-me que esta definição é falha, ao não identificar um *sistema* de produção. *Alguma* forma de servidão pode existir em sistemas que nada têm

¹ Londres, 1946. Reimpresso em 1963 e 1972.

de feudal; e mesmo como relação dominante de produção, a servidão tem estado associada com diferentes formas de organização econômica em diferentes época e em diferentes regiões. Engels, em uma de suas últimas cartas para Marx, escreveu que "certamente servidão e dependência não são uma forma específica (*spezifisch*) medieval-feudal, encontramos-la em toda parte ou quase toda parte onde os conquistadores fizeram os antigos habitantes cultivarem a terra para eles".² Segue-se daí, penso eu, que o conceito de feudalismo segundo Dobb é demasiadamente genérico para ser aplicável diretamente ao estudo de uma região determinada num período determinado. Ou, em outras palavras, o que Dobb está definindo não é em verdade *um* sistema social mas uma família de sistemas sociais, todos baseados na servidão. Ao estudar problemas históricos específicos, é importante saber não apenas que se está lidando com feudalismo, mas também com qual membro dessa família.

O interesse básico de Dobb reside certamente no feudalismo da Europa ocidental, pois foi nessa região que o capitalismo nasceu e atingiu a maturidade. Parece-me, portanto, que ele deveria apontar com grande clareza quais são, para ele, as principais características do feudalismo da Europa ocidental, fazendo em seguida uma análise teórica das leis e tendências de um sistema dotado dessas características. Tentarei mostrar mais adiante que, ao não conseguir fazê-lo, Dobb vê-se compelido a muitas generalizações dúbias. Além disso, penso que a mesma razão é responsável pela prática freqüente de Dobb invocar apoio factual, extraído de regiões e períodos muito diversos, para argumentos que são aplicados à Europa ocidental e que só podem ser comprovados em termos da experiência desta região.

Com isso não quero afirmar, naturalmente, que Dobb não conheça a fundo o feudalismo da Europa ocidental. A certa altura (p.36 ss.) traça um esquema conciso de suas caracterís-

[pág. 40]

² Marx-Engels, *Selected Correspondence*, p.411 ss.

ticas mais importantes: 1) "baixo nível técnico, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção é em grande parte de caráter individual; a divisão de trabalho ... se encontra em grau de desenvolvimento muito primitivo"; 2) "produção para atender as necessidades imediatas da família ou da comunidade aldeã, e não para um mercado mais amplo"; 3) "agricultura dominial: cultivo das terras do senhor, às vezes em grande escala, mediante trabalho compulsório"; 4) "descentralização política"; 5) "detenção condicional da terra em troca de algum tipo de serviço para o senhor"; 6) "exercício, por parte de um senhor, de funções judiciais ou quase-judiciais em relação à população dependente". Dobb refere-se a um sistema com essas características como sendo a forma "clássica" de feudalismo, mas seria menos ambíguo dizer que se trata de forma típica da Europa ocidental. O fato de que "o modo feudal de produção não se restringia a essa forma clássica" é, aparentemente, o que leva Dobb a não analisar-lhe mais profundamente a estrutura e as tendências. A meu ver, contudo, essa análise é essencial a fim de evitar confusão em nossa tentativa de descobrir as causas do declínio do feudalismo na Europa ocidental.

A teoria do feudalismo europeu ocidental

Partindo da descrição de Dobb, o feudalismo europeu ocidental pode ser definido como um sistema econômico no qual a servidão é a relação de produção predominante, e em que a produção se organiza no interior e ao redor da propriedade senhorial. É importante observar que esta definição não implica "economia natural" ou ausência de transações ou cálculos com moedas. O que está implícito é que os mercados na maioria são locais, e que o comércio a longa distância, ainda que não necessariamente ausente, não desempenha papel decisivo nos objetivos ou métodos de produção. A característica básica do feudalismo, neste sentido, é tratar-se de um sistema

de *produção para uso*. As necessidades da comunidade são conhecidas, e a produção é planejada e organizada com vistas à

[pág. 41]

sua satisfação, o que tem conseqüências muito importantes. Como disse Marx em *O Capital*, "é claro... que em qualquer formação econômica da sociedade onde predomina não o valor de troca mas o valor de uso de produto, o trabalho excedente será limitado por um certo conjunto de necessidades que poderão ser maiores ou menores, e *então a natureza da produção em si não gerará um apetite insaciável de trabalho excedente*".³ Em outras palavras, não existirá a pressão que se manifesta no capitalismo para a contínua melhoria dos métodos de produção. Técnicas e formas de organização acomodam-se a rotinas estabelecidas. Onde isto se verifica, como nos ensina o materialismo histórico, existe uma tendência muito acentuada para que toda a vida da sociedade se oriente no sentido dos usos e da tradição.

Não devemos concluir, porém, que tal sistema seja necessariamente estável ou estático. Um elemento de instabilidade é a competição entre os senhores por terras e vassalos, os quais constituem, somados, o fundamento do poder e do prestígio. Esta competição é análoga à que existe pelos lucros sob o capitalismo, mas seus efeitos são bastante diferentes. Gera um estado de guerra mais ou menos constante; a resultante insegurança de vidas e bens, porém, ao invés de revolucionar os métodos de produção, como o faz a competição capitalista, apenas reforça a dependência mútua do senhor e dos vassalos, fortalecendo, portanto, a estrutura básica das relações feudais. Os conflitos armados feudais conturbam, empobrecem e exaurem a sociedade, mas não tendem a transformá-la.

Um segundo elemento de instabilidade é encontrado no crescimento

³ *Capital*, I, p.260. Grifo nosso. (Todas as referências a *Capital* baseiam-se na edição Kerr.)

populacional. A estrutura da senhoria limita o número de produtores que é capaz de empregar e o número de consumidores que pode sustentar, e o inerente conservadorismo do sistema inibe a expansão generalizada. Isso não significa, é claro, que o crescimento é impossível, mas apenas que ele sempre é inferior ao aumento da população. Os filhos mais moços

[pág. 42]

dos servos são expulsos da estrutura regular da sociedade feudal e vão constituir a população errante — que vive de esmolas ou de banditismo e que fornece a matéria-prima para os exércitos mercenários — tão característica da Idade Média. Essa população excedente, porém, conquanto contribua para a instabilidade e insegurança, não exerce nenhuma influência criadora ou revolucionária sobre a sociedade feudal.⁴

Podemos concluir, então, que o feudalismo europeu ocidental, apesar da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema com forte tendência em favor da manutenção de certos métodos e relações de produção. Creio que se justifica dizer dele o que Marx disse da Índia antes do período de domínio inglês: "Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fome... não penetraram além da superfície".⁵ Creio que se Dobb tivesse levado na devida conta esse caráter inerentemente conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental, ele teria sido obrigado a alterar a teoria que apresenta para explicar a desintegração e o declínio da baixa Idade Média.

A teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo

⁴ Poder-se-ia pensar que o acentuado movimento de colonização e conquista dos séculos XII e XIII contraria esta tese. Creio, porém, que não é assim. O movimento de colonização parece ter sido um reflexo do crescimento do comércio e da produção de mercadorias, e não a manifestação do poder de expansão interna da sociedade feudal. Ver Pirenne, Henri. *Economic and Social History of Medieval Europe*, Nova York, 1937, c.3, s.II.

⁵ Burns, Emile, ed., *A Handbook of marxism*, Londres, 1935, p.182.

Dobb resume da seguinte maneira a explicação comumente aceita sobre o declínio do feudalismo:

Freqüentemente nos defrontamos com o quadro de uma economia mais ou menos estável que foi desintegrada pelo impacto do comércio, o qual atuava como força externa e se desenvolvia fora do sistema, que finalmente derruba. Dão-nos uma interpretação

[pág. 43]

da transição da velha para a nova ordem que encontra as seqüências causais dominantes na esfera da troca entre a economia senhorial e o mundo exterior. "Economia natural" e "economia de troca" são duas ordens econômicas que não podem misturar-se, e a presença desta, dizem-nos, é suficiente para causar a desintegração da primeira (p.38).

Dobb não nega a "extraordinária importância" deste processo: "É por demais evidente que ele se relaciona com as mudanças que foram tão marcantes no final da Idade Média" (p.38). Mas considera essa explicação inadequada, pois não vai ao fundo da questão do impacto do comércio sobre o feudalismo. Se examinarmos o problema mais de perto, argumenta ele, verificaremos que "de fato, parece haver evidência igual de que o crescimento da economia *per se* levou a uma intensificação da servidão, como de que ele foi a causa da declínio do feudalismo" (p.40). Em apoio a esta asserção, cita um volume significativo de dados históricos, destacando entre eles "o recrudescimento do feudalismo na Europa oriental no final do século XV — aquela 'segunda servidão' a que se referiu Engels: a restauração do antigo sistema que era associada ao crescimento da produção para o mercado" (p.39). Com base nesses dados, Dobb propõe que, se o único fator a influir na Europa ocidental tivesse sido a ascensão do comércio, o resultado tanto poderia ter sido uma intensificação como uma desintegração do feudalismo. E daí conclui que deve ter havido outros fatores que causaram o resultado na verdade observado.

Que fatores foram esses? Dobb acredita que eles podem ser encontrados no interior da própria economia feudal. Concorde em que "as

provas não são abundantes nem conclusivas", mas considera que "as já existentes indicam fortemente que foi a ineficiência do feudalismo como sistema de produção, somada às crescentes necessidades de receitas por parte da classe dominante, a responsável principal pelo seu declínio; uma vez que essa necessidade de receitas adicionais provocou um aumento na pressão sobre o produtor até um ponto em que ela se tornou literalmente intolerável" (p.42). A conse-

[pág. 44]

quência dessa pressão crescente foi que "afinal provocou a exaustão, ou o real desaparecimento, da força de trabalho de que se nutria o sistema" (p.43).

Em outras palavras, de acordo com a teoria de Dobb a causa fundamental do colapso do feudalismo foi a superexploração da força de trabalho: os servos desertaram das propriedades senhoriais *en masse*, e os que permaneceram eram muito poucos e demasiadamente sobrecarregados para permitir que o sistema se mantivesse na sua antiga base. Foram esses acontecimentos, mais do que a expansão do comércio, que forçaram a classe dominante feudal a adotar os expedientes — comutação das prestações do serviço, arrendamento de terras dominiais a locatários etc. — que finalmente levaram à transformação das relações de produção nas regiões rurais.

Uma crítica à teoria de Dobb

Para sustentar sua teoria, Dobb precisa demonstrar que tanto a crescente necessidade de receita por parte da classe dominante feudal como a fuga dos servos da terra podem ser explicadas em termos de forças a operar no interior do sistema feudal. Vejamos como ele tenta fazê-lo.

Primeiro, consideremos a necessidade de novas receitas, por parte

dos senhores. Dobb cita vários fatores que ele considera inerentes ao sistema feudal. Os servos eram desprezados e considerados basicamente como uma fonte de renda (p.43 ss). O tamanho da classe parasita tendeu a expandir-se como resultado do crescimento natural das famílias nobres, subenfeudação, e multiplicação dos dependentes nobres — que "tinham de ser sustentados com o trabalho excedente da população servil". As guerras e o banditismo "aumentavam as despesas das famílias feudais" e "espalhavam a ruína e a devastação pela terra". Finalmente, "à medida que avançava a idade da cavalaria, desenvolviam-se também as extravagâncias das famílias nobres, com suas, festas suntuosas e pompas dispendiosas, a competir no culto da *magnificentia*" (p.45).

[pág., 45]

Dois desses fatores — desprezo pelos interesses dos servos e guerra e banditismo — existiram ao longo de todo o período, e se eles se intensificaram com o passar do tempo tal fato requer uma explicação: não pode simplesmente ser tomado como uma característica natural do feudalismo. Dobb não tenta explicar essa tendência, porém; e mesmo os gastos que ele atribui às cruzadas no período decisivo do desenvolvimento feudal possuem significação dúbia. Afinal, os cruzados combateram no Oriente e naturalmente viveram a maior parte fora de suas terras; as cruzadas foram até certo ponto expedições de pilhagem que trouxeram recompensas materiais para seus patrocinadores e participantes; e, em larga medida, representaram substituições, e não adições, aos conflitos feudais "normais" do período. No todo, parece-me que esses dois fatores fornecem pouco apoio à teoria de Dobb.

Já não se dá o mesmo com os outros dois fatores, a saber, o crescimento numérico da classe parasitária e a crescente extravagância das famílias nobres. Temos então uma prova *prima fade* da necessidade de

maiores receitas. E mais problemático, todavia, se temos também aqui o necessário suporte à teoria de Dobb. O crescimento da classe parasitária era comparável ao da população servil. Além disso, em todo o decorrer da Idade Média houve muita terra arável para ser utilizada. Por isso, apesar de sua natureza extremamente conservadora, o sistema feudal expandiu-se, lenta mas seguramente. Quando consideramos o fato de que a guerra cobrava seus tributos principalmente das classes superiores (pois somente a elas era permitido o porte de armas), podemos muito bem duvidar de que houvesse um crescimento *relativo* importante no número de membros da classe parasitária. Na ausência de qualquer prova factual clara a favor ou contra, não se justifica, certamente, atribuir peso decisivo a este fator.

Por outro lado não há razão para duvidar da realidade da crescente extravagância da classe dominante feudal: as provas aqui são abundantes e apontam todas na mesma direção. Mas essa crescente extravagância era uma tendência passível de explicação pela natureza do sistema feudal, ou reflete algo que ocorria fora do sistema feudal? Parece-me

[pág. 46]

que, em termos gerais, seria de esperar a última hipótese. Mesmo num sistema dinâmico tal como o capitalismo, mudanças espontâneas nos gastos dos consumidores são desprezíveis,⁶ e o mesmo se aplicaria *a fortiori* a uma sociedade tradicionalmente como o feudalismo. Além disso, considerando-se o que se passava fora do sistema feudal, encontramos múltiplas razões para a crescente extravagância da classe dominante feudal: a rápida expansão do comércio a partir do século XI punha ao seu alcance uma quantidade de bens cada vez maior e mais variada. Dobb reconhece a

⁶ Assim, por exemplo, Schumpeter sente-se justificado em considerar que, no capitalismo, a iniciativa dos "consumidores" em mudar seus gostos... é desprezível, e que toda mudança nos gostos dos consumidores é incidental e provocada pela ação dos produtores. *Business cycles*, Nova York, 1939, i, p.73. É desnecessário indicar que esta suposição está de pleno acordo com a teoria marxista da primazia da produção sobre o consumo.

existência dessa relação entre o comércio e as necessidades da classe dominante feudal, mas me parece que ele considera essa questão sem o necessário rigor. Se ele tivesse atribuído à mesma o peso merecido, dificilmente afirmaria que a crescente extravagância da classe dominante se devia a causas internas ao sistema feudal.

Voltemo-nos agora para o problema da fuga dos servos da terra. Existem poucas dúvidas de que essa foi uma causa importante da crise da economia feudal que caracterizou o século XIV. Dobb supõe que ela se deveu à opressão dos senhores (que se originou, por sua vez, da sua crescente necessidade de receitas) e que pode, portanto, ser explicada como um processo interno ao sistema feudal. Mas terá feito uma defesa convincente dessa suposição?⁷

Creio que não. Os servos não podiam simplesmente desertar das senhorias, não importa quão severos pudessem tornar-se seus senhores, a menos que tivessem para onde ir.

[pág. 47]

É verdade que a sociedade feudal, como já o disse anteriormente, tende a gerar um excedente de população errante; essa, porém, é constituída pela escória da sociedade, pelos que não têm lugar nas senhorias, e não é realista supor que um número significativo de servos abandonasse deliberadamente suas propriedades para descer ao fundo da escala social.

Todo esse problema, porém, assume um aspecto inteiramente novo — ao qual, o que é surpreendente, Dobb presta pouca atenção — quando lembramos que a fuga dos servos ocorreu simultaneamente com o crescimento das cidades, especialmente nos séculos XII e XIII. Não há

⁷ Deve-se ressaltar que é uma suposição, e não um fato estabelecido. Rodney Hilton, estudante da história econômica medieval, ao qual Dobb agradece no Prefácio, declara numa resenha que "não há provas estatísticas convincentes a garantir que um número apreciável de camponeses abandonou suas propriedades pela razão indicada [i.e. condições intoleráveis de opressão]", *Modern quarterly*, n, Summer, 1947, p.268.

dúvida de que as cidades em rápido crescimento — a oferecerem, como o faziam, liberdade de emprego e melhoria de posição social — agiram como potentes ímãs para a população rural oprimida. E os próprios burgueses, necessitando de maiores contingentes de mão-de-obra e de mais soldados para fortalecer seu poderio militar, tudo fizeram para facilitar a evasão dos servos à jurisdição de seus amos. Marx comentou numa carta a Engels: "Freqüentemente há algo de patético na maneira como os burgueses do século XII aliciam os camponeses, para escapar para as cidades".⁸ Nesse contexto, o movimento de fuga da terra, que de outro modo pareceria incompreensível, aparece como a consequência natural do desenvolvimento das cidades. Sem dúvida, a opressão de que fala Dobb foi um fator importante a predispor os servos à fuga, mas por si mesma dificilmente teria originado uma emigração de grandes proporções.⁹

A teoria de Dobb sobre as causas internas do colapso do feudalismo ainda poderia ser salva se fosse possível comprovar

[pág. 48]

que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Mas, se bem entendi, Dobb não o afirmou. Ele toma uma posição eclética sobre a questão da *origem* das cidades medievais, mas reconhece que seu *crescimento* em geral guardava proporção com sua importância como centros de comércio. O comércio não pode de maneira alguma ser considerado uma forma de economia feudal; segue-se daí que Dobb dificilmente poderia sustentar que o desenvolvimento da vida urbana foi consequência de causas

⁸ *Selected correspondence*, p.74.

⁹ Como defenderei mais adiante, foi a relativa ausência de vida urbana na Europa oriental que deixou o seu campesinato à mercê dos senhores e provocou a recrudescência da servidão naquela região no século XV. Dobb, lembremos, citou esta "segunda servidão" na Europa oriental como prova de que o comércio não tende necessariamente a suscitar a desintegração da economia feudal. Podemos perceber agora que o problema, na realidade, é muito mais complexo. Próximo aos centros de comércio, o efeito sobre a economia feudal é fortemente desintegrador; distante, tende a ser justamente o oposto. Esta é uma questão importante à qual retornaremos.

feudais internas.

Resumindo as críticas da teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo: não tendo analisado as leis e tendências do feudalismo europeu ocidental, engana-se ao tomar como tendências imanentes certos desenvolvimentos históricos que de fato só podem ser explicados como produto de causas externas ao sistema.

Outros comentários sobre a teoria do declínio do feudalismo

Apesar de por vários motivos considerar inaceitável a teoria de Dobb sobre o declínio do feudalismo, penso que ela trouxe uma importante contribuição para a solução do problema. A maior parte de suas críticas específicas às teorias tradicionais é bem apresentada; é evidente que nenhuma teoria que deixe de considerar os fatores ressaltados por Dobb — especialmente a crescente extravagância da classe dominante e a fuga dos servos da terra — pode ser considerada correta. Portanto, as seguintes observações e sugestões devem muito a Dobb, mesmo quando se afastam de seus pontos de vista.

Parece-me que Dobb não conseguiu abalar aquela parte da teoria comumente aceita que sustenta ser o crescimento do comércio a causa principal do declínio do feudalismo. Ele mostrou, porém, que o impacto do comércio sobre o sistema feudal foi mais complicado do que em geral se imagina: é demasiado simplista a idéia de que o comércio e "economia monetária" são a mesma coisa, e que esta é um solvente natural

[pág. 49]

das relações feudais. Tentemos aprofundar nosso estudo da relação entre o comércio e a economia feudal.¹⁰

¹⁰ Observe-se que o problema do crescimento do comércio na Idade Média é, em princípio, distinto

Parece-me que o principal conflito, nesse caso, não é entre "economia monetária" e "economia natural", mas entre produção para o mercado e produção para uso. Precisamos descobrir o processo pelo qual o comércio engendrou um *sistema* de produção para o mercado, para depois comprovar o impacto desse sistema sobre o sistema feudal preexistente de produção para uso.

Qualquer economia que não seja a mais primitiva requer certo grau de comercialização. Assim, os mercados aldeões locais e os bufarinheiros da Idade Média na Europa serviram antes de esteios que de empecilhos à ordem feudal: satisfizeram necessidades básicas sem que, pelo montante, pudessem afetar a estrutura das relações econômicas. Quando o comércio começou a expandir-se no século x (ou talvez mesmo antes), foi na esfera das trocas a longa distância, ao contrário das puramente locais, de bens relativamente caros, que se puderam compensar os custos de transporte, então muito elevados. Enquanto essa expansão do comércio se restringiu às formas do que se poderia chamar de vendas ambulantes, seus efeitos permaneceram necessariamente insignificantes. Quando, porém, ultrapassou esse estágio e começou a implicar o estabelecimento de centros de comércio e entrepostos locais um fator qualitativamente novo surgiu, pois esses centros, ainda que baseados no comércio a longa distância, tornaram-se inevitavelmente geradores de produção de mercadorias, por si próprios. Tinham

[pág. 50]

do problema do declínio do feudalismo. Aceitando-se o fato de que o comércio aumentou, fosse *qual fosse a razão*, o feudalismo tenderia a ser influenciado por isso, de alguma maneira. Não temos suficiente espaço para discutir as razões para o crescimento do comércio; direi apenas que considero bastante convincente a teoria de Pirenne — a qual enfatiza a reabertura da navegação no Mediterrâneo em ambos os sentidos, em relação aos portos ocidentais, no século xi, e a abertura, pelos escandinavos, de rotas comerciais desde o mar do Norte e o Báltico pela Rússia até o mar Negro, a partir do século X. É evidente, porém, não ser preciso aceitar a teoria de Pirenne para concordar que o crescimento do comércio foi o fator decisivo para o declínio do feudalismo da Europa ocidental.

de ser abastecidos a partir das regiões rurais circunvizinhas; e seu artesanato, que era a concretização de uma forma de especialização e de divisão de trabalho superior ao que a economia senhorial jamais conhecera, não apenas fornecia os bens de que necessitava a própria população urbana, como ainda fornecia os que a população rural podia comprar com o produto das vendas no mercado da cidade. À medida que se expandia esse processo, as transações dos comerciantes a longa distância — que tinham constituído a semente de que se originaram os centros comerciais — perderam sua importância singular e provavelmente na maioria dos casos passaram a ocupar um lugar secundário nas economias urbanas.

Vemos, assim, como a troca a longa distância pôde ser uma força criativa, suscitando um *sistema* de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso.¹¹ Uma vez justapostos, esses dois sistemas naturalmente começaram a se influenciar mutuamente. Examinemos algumas das correntes de influência que passaram da economia de troca para a de uso.

Em primeiro lugar, e este é talvez o aspecto mais importante, a ineficiência da organização senhorial da produção — a qual com certeza passara despercebida enquanto não tivera rival — revelava-se agora claramente, por contraste com um sistema mais racional de especialização e de divisão do trabalho. Os bens manufaturados podiam ser comprados mais baratos do que se fossem feitos em casa, e essa pressão para comprar gerou uma pressão para vender. Juntas, essas pressões exerceram poderosa influência no sentido de trazer as propriedades feudais para a órbita da economia de troca. "De que serviam agora", pergunta Pirenne, "as oficinas domésticas, que, em toda senhoria importante, costumavam manter grande

¹¹ A este respeito, é importante reconhecer que o contraste entre as duas formas de economia não é absolutamente idêntico ao existente entre a cidade e o campo. Tanto a produção rural como a urbana, para o mercado, estão incluídas na economia de troca; portanto, a relativa importância das duas formas de economia nunca poderá ser avaliada por um simples índice como a proporção entre a população urbana e a rural.

número de servos a fim de produzirem tecidos ou instrumentos agrícolas, muito inferiores aos que agora eram feitos pelos artesãos da cidade mais próxima? Em quase toda parte elas foram deixando de existir, no decurso do século XII".¹²

Em segundo lugar, a mera existência do valor de troca como um fato econômico de vulto tende a transformar a atitude dos produtores. Agora era possível procurar a riqueza, não sob a forma absurda de um acúmulo de bens perecíveis, mas sob a forma muito conveniente e portátil de dinheiro ou ordens de pagamentos. A posse da riqueza logo se tornou um fim em si mesmo na economia de troca, e essa transformação psicológica afetou não apenas aqueles imediatamente envolvidos mas (ainda que em grau menor, sem dúvida) também os que entravam em contato com a economia de troca. Conseqüentemente, não apenas mercadores e comerciantes mas também membros da antiga sociedade feudal adquiriram o que hoje se chamaria de atitude de homens de negócio em relação a assuntos econômicos. Uma vez que homens de negócio *sempre* precisam de maiores receitas, encontramos aqui parte da explicação da crescente necessidade de receitas por parte da classe dominante, à qual, como vimos, Dobb atribui tanta importância na explicação do declínio do feudalismo.

Em terceiro lugar, e também importante nesse contexto, temos a evolução dos gostos da classe feudal dominante. Pirenne descreve o processo nestes termos:

Por onde quer que o comércio se estendesse, criava o desejo pelos novos artigos de consumo que trazia consigo. Como sempre acontece, a aristocracia queria cercar-se do luxo, ou pelo menos do conforto correspondente à sua posição social. Verificamos de imediato, por exemplo, ao compararmos a vida de um cavaleiro do século XI com um

¹² Pirenne, op. cit., p.82.

do século XII, como as despesas referentes a alimentação, vestuário, mobiliário e, acima de tudo, armamentos, aumentaram entre esses dois períodos.¹³

[pág. 52]

Aqui se encontra, provavelmente, a chave para a crescente necessidade de maiores receitas experimentada pela classe feudal dominante na baixa Idade Média.

Finalmente, o desenvolvimento das cidades, que eram os centros e os geradores da economia de troca, abriu para a população servil do campo a perspectiva de uma vida melhor e mais livre. Essa foi, sem dúvida, a causa principal daquela fuga da terra que Dobb considera acertadamente como um dos fatores decisivos do declínio do feudalismo.

Certamente a ascensão da economia de troca teve outros efeitos sobre a velha ordem, mas considero que os quatro mencionados foram suficientemente universais e poderosos para assegurar o colapso do *sistema* de produção existente. A maior eficiência de uma produção mais altamente especializada, os lucros maiores derivados da produção para o mercado ao invés de para o uso imediato, a maior atração da vida urbana para o trabalhador, esses fatores fizeram com que fosse apenas uma questão de tempo a vitória do novo sistema, assim que ele se tornou bastante forte para se manter sozinho.

Todavia, o triunfo da economia de troca não implicou necessariamente o fim da servidão ou da agricultura dominial. Essa economia é compatível com a escravidão, a servidão, o serviço do trabalhador independente autônomo ou o trabalho assalariado. A história é rica de exemplos de produção para o mercado mediante todas essas modalidades de trabalho. Dobb, portanto, está certíssimo ao rejeitar a teoria de que a ascensão do comércio automaticamente traz consigo o fim da servidão; e se a servidão se identifica com o feudalismo, o que é verdadeiro *ex definitione*, o fim do feudalismo também. O fato de que o

¹³ Idem, p.81.

avanço da economia de troca na verdade se deu paralelamente ao declínio da servidão é algo que precisa ser explicado, não pode ser aceito sem discussão.

Ao analisar este problema podemos, creio eu, deixar de lado o caráter desigual do declínio da servidão na Europa ocidental. Dobb ressalta que, por um certo tempo, em algumas regiões da Europa ocidental o progresso do comércio se fez acompanhar por uma intensificação, mais do que por um

[pág. 53]

relaxamento, do jugo da servidão. Isto é verdadeiro e importante, sem dúvida; Dobb prossegue esclarecendo certo número de aparentes paradoxos. Essas inversões temporárias e parciais da tendência não devem, porém, obscurecer o quadro geral de uma contínua substituição da agricultura dominial que usava trabalho servil, pela agricultura do arrendatário, que usava o trabalho de camponeses independentes ou (em escala muito menor) de trabalhadores assalariados. O problema real é dar conta desta tendência subjacente.

Parece-me que, do complexo de causas em ação, duas se destacam como de importância vital. Em primeiro lugar, a ascensão das cidades, mais ou menos generalizada por toda a Europa ocidental, significou muito mais do que apenas um porto de salvação para os servos fugidos das senhorias; ela também modificou a posição dos que se tinham deixado ficar. É provável que apenas uma proporção relativamente pequena do número total de servos tenha efetivamente se transferido para as cidades, mas o fizeram em número suficiente para que a pressão dos melhores padrões de vida das cidades fosse sentida no campo. Da mesma forma como aumentam os salários numa área de baixa remuneração quando os trabalhadores têm a possibilidade de se mudar para outra de pagamentos mais altos, era preciso fazer concessões aos servos quando eles contavam com a possibilidade de se transferirem para as cidades. Essas concessões tinham de se inclinar no

sentido de maior liberdade, e da transformação das obrigações feudais em rendas em dinheiro.

Em segundo lugar, embora a senhoria, como se dava em muitos casos, pudesse ser adaptada para a produção para o mercado, era basicamente ineficiente e imprópria para essa finalidade. As técnicas eram primitivas, e precária a divisão do trabalho. Do ponto de vista administrativo, a senhoria era canhestra: não havia separação nítida entre produção e consumo, de maneira que era quase impossível avaliar o custo dos produtos. Além disso, tudo na senhoria se regulava pelo costume e pela tradição, o que se aplicava não apenas aos métodos de cultivo mas também à quantidade de trabalho despendido e sua divisão entre o trabalho

[pág. 54]

necessário e o excedente: o servo tinha deveres, mas também tinha direitos. Essa massa de normas e regras consuetudinárias constituíam outros tantos obstáculos à exploração racional dos recursos humanos e materiais para lucro pecuniário.¹⁴ "Mais cedo ou mais tarde teriam de ser encontrados novos tipos de relação produtiva e novas formas de organização, a fim de atender as exigências de uma ordem econômica diferente.

Será que este raciocínio é refutado pela "segunda servidão" do século XVI e períodos posteriores na Europa oriental, que merece de Dobb tanta ênfase? Como foi que, nesse caso, o aumento das oportunidades de comércio levaram a uma intensificação impressionante e duradoura das cadeias da servidão?

A resposta a essas questões, segundo penso, se encontra na geografia da segunda servidão, no fato de que o fenômeno se acentua e agrava à

¹⁴ Dobb parece desprezar freqüentemente esse aspecto do feudalismo, e admitir que apenas o camponês teve algo a ganhar com a abolição da servidão. Ele se inclina a esquecer que "a emancipação dos camponeses em realidade era a emancipação dos proprietários de terras que, tendo daí em diante de lidar com homens livres que não eram fixados às suas terras, podiam deles dispor mediante simples contratos revogáveis, cuja breve vigência permitia que eles os modificassem de acordo com o crescente aluguel da terra", Pirenne, *A History of Europe from the Invasions to the XVI century*, Nova York, 1939, p.533.

medida que nos afastamos para leste do centro da nova economia de troca.¹⁵ No centro, onde a vida urbana é mais desenvolvida, o trabalhador rural conta com uma alternativa para sua permanência no campo, o que lhe

[pág. 55]

dá, por assim dizer, alto poder de barganha. Quando a classe dominante se volta para a produção para o mercado, com vistas ao lucro pecuniário, vê que se tornou necessário lançar mão de novas formas de exploração mais flexíveis, relativamente progressistas. Na periferia da economia de troca, por outro lado, a posição relativa do terratenente e do trabalhador agrícola é muito diferente. O camponês não pode fugir porque não tem para onde ir: para todos os fins práticos, está à mercê do senhor que, além do mais, nunca esteve exposto à civilizadora proximidade da vida urbana. Quando a expansão do comércio instila a sede do lucro numa classe dominante nessa posição, o resultado não é o aparecimento de novas formas de exploração, mas a intensificação das formas antigas. Marx, na seguinte passagem, vai à raiz do problema (apesar de não estar considerando especificamente a segunda servidão na Europa oriental):

Assim que as pessoas que ainda produzem segundo as modalidades inferiores de trabalho escravo, corvéia etc., se vêm arrastadas pelo redemoinho de um mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista cujo principal interesse é a venda de seus produtos para exportação, os horrores civilizados do sobre-trabalho se enxertam nos horrores bárbaros da escravidão, servidão etc.¹⁶

¹⁵ Pirenne oferece a seguinte descrição pitoresca: "A oeste do Elba a mudança não teve consequências especiais, além da recrudescência das corvéias, prestações de serviços e medidas arbitrárias de todo tipo. Além do rio, porém, em Brandenburgo, na Prússia, Silésia, Áustria, Boêmia e Hungria, tirou-se dela a mais desapiedada vantagem. Os descendentes dos *colonists* livres do século XIII foram sistematicamente despojados de suas terras e reduzidos à posição de servos pessoais (*Leibeigene*). A integral exploração das propriedades absorveu suas terras e reduzidos a uma condição servil que se aproximava tanto da escravidão que era permissível vender a pessoa do servo independentemente do solo. Desde meados do século xvi toda a região a leste do Elba e das montanhas do Sudeto cobriram-se de *Rittergüter* explorados por *Jutkers* comparáveis aos fazendeiros das Índias Ocidentais quanto ao grau de humanidade com que tratavam seus escravos brancos." Idem, p.534.

¹⁶ *Capital*, I, p.260.

A teoria de Dobb sustenta que o declínio do feudalismo europeu ocidental se deveu à superexploração da força de trabalho da sociedade pela classe dominante. Se a argumentação que sustentamos neste capítulo for correta, parece-me que seria mais certo dizer que o declínio do feudalismo europeu ocidental decorreu da incapacidade da classe dominante para manter o controle sobre a força de trabalho da sociedade e, em decorrência, para superexplorá-la.

[pág. 56]

O que se seguiu ao feudalismo na Europa Ocidental?

Segundo a cronologia de Dobb — que provavelmente ninguém porá em dúvida — o feudalismo europeu ocidental entrou num período de crise aguda no século XIV e daí por diante se desintegrou, com maior ou menor rapidez em diferentes regiões. Por outro lado, só podemos falar do começo do período capitalista na segunda metade do século XVI, ou mais tarde. Disso decorre a seguinte questão: "como vamos falar do sistema econômico do período intermediário entre a desintegração do feudalismo e o final do século XVI, período que, de acordo com os nossos dados, parece não ter sido nem feudal nem ainda capitalista quanto ao modo de produção?" (p.19). Trata-se de um problema importante, e devemos ser gratos a Dobb por suscitá-lo de maneira tão clara.

A resposta de Dobb à própria pergunta é hesitante e indecisa (p. 19-21). É verdade que o modo feudal de produção "alcançara avançado estágio de desintegração"; "uma burguesia mercantil ascendera à riqueza e influência"; "no artesanato urbano e na ascensão de prósperos e semiprósperos proprietários de bens livres podemos ver um modo de

produção que se tornara independente do feudalismo", "a maioria dos pequenos arrendatários... pagava renda em dinheiro"; e "as propriedades eram em geral exploradas mediante trabalho assalariado". Todavia, Dobb introduz ressalvas a quase todas essas afirmações e termina por dizer que "as relações sociais no campo entre produtores e seus senhores e patrões conservavam muito do seu caráter medieval, e pelo menos grande parte do aspecto formal da ordem feudal permaneceu". Em outras palavras, a resposta de Dobb, segundo me parece, é que o período continuava feudal.

Esta resposta, porém, não é muito satisfatória. Se o período deve ser considerado feudal, mesmo do ponto de vista da definição abrangente de Dobb, então pelo menos deveria caracterizar-se pela ainda vigente predominância da servidão no campo. Tudo indica, porém, que este foi precisamente o período em que a servidão declinou até atingir proporções relativamente pequenas em toda a Europa ocidental.

[pág. 57]

Na Inglaterra — escreveu Marx — a servidão praticamente desaparecera na segunda parte do século XIV. A imensa maioria da população consistia então, e mais ainda no século XV, de proprietários camponeses livres, qualquer que fosse o título feudal sob o qual se escondia seu direito à propriedade.¹⁷

Parece que Marx tinha reservas a respeito da expansão dessa situação no continente, mas antes do fim da vida já as tinha abandonado. No final de 1882, três meses antes da morte de Marx, Engels escreveu um trabalho sobre o *Mark*, o antigo sistema agrário alemão. Enviou o texto a Marx, comentando que "o ponto a respeito do quase total desaparecimento (*Zurücktreten*) da servidão — legalmente ou de fato — nos séculos XIII e XIV é para mim o mais importante, pois antigamente expressaste uma opinião contrária a este respeito".¹⁸ Dois dias depois Marx respondeu:

¹⁷ Idem, I, p.788.

¹⁸ *Selected correspondence*, p.408.

"Devolvo-te o manuscrito: muito bom".¹⁹ Ao que replicou Engels: "Fico satisfeito porque na história da servidão estamos de 'comum acordo', como se diz nos negócios".²⁰

Essas passagens mostram que, na abalizada opinião de Marx e Engels, no século XV a substância das formas feudais se esvaíra na maior parte, e que a servidão deixara de ser a relação de produção dominante em toda a Europa ocidental. Nada há nas provas citadas por Dobb que me convença da justificativa de reverter este pensamento.

Dobb poderia responder que ele não discorda, que ele aceita o desaparecimento substancial da servidão, e que sua caracterização desse período como essencialmente feudal se baseia no fato de que o camponês se encontra ainda coagido em seus movimentos e dependente de seu terratenente de muitas maneiras. O que ele diz (p.65-6) poderia, penso eu, ser assim interpretado; e Christopher Hill, que se encontra em boa posição para conhecer o pensamento de Dobb, apóia esta interpretação. Segundo Hill:

[pág. 58]

A definição dada por Dobb ao feudalismo permite-lhe tornar claro o que era a Inglaterra rural nos séculos XV e XVI. Ele rejeita a posição que identifica o feudalismo com prestações de trabalho e atribui significado essencial à abolição da servidão na Inglaterra. Dobb mostra que os camponeses que pagavam renda em dinheiro (a esmagadora maioria do campesinato inglês do século XVI) podiam depender de numerosas outras maneiras do terratenente sob o qual viviam... As relações capitalistas na agricultura vinham expandindo-se na Inglaterra do século XVI, mas na maior parte do país a relação dominante de exploração era ainda feudal... O importante não é a *forma legal* da relação entre senhor e camponês, mas o conteúdo econômico dessa relação.²¹

¹⁹ *Briefwechsel*, Marx-Engels-Lenin Institute ed., IV, p.694. Esta carta não está incluída na *Selected correspondence*.

²⁰ *Selected correspondence*, p.411.

²¹ *The Modern Quarterly*, II, Summer, 1947, p.269.

Parece-me que alargar o conceito de feudalismo dessa maneira é privá-lo da exatidão essencial à sua aplicabilidade científica. Se o fato de os arrendatários serem explorados pelos ter-ratenentes e deles dependerem "de numerosas outras maneiras constitui a marca do feudalismo, teríamos de concluir, por exemplo, que certas regiões dos Estados Unidos são feudais na atualidade. Tal descrição pode justificar-se para finalidades jornalísticas; mas se partirmos daí para concluir que o sistema econômico sob o qual vivem hoje essas regiões dos Estados Unidos é essencialmente idêntico ao do sistema econômico da Europa na Idade Média, estaremos a um passo de séria confusão. Creio que o mesmo se passa, ainda que, naturalmente, em grau muito menor, se atribuirmos identidade fundamental entre o sistema econômico da Inglaterra no século XVI e do século XIII. Ora, atribuir-lhes o mesmo nome, ou abster-se de dar-lhes nomes diferentes, será inevitavelmente suscitar tal hipótese.

Como, então, caracterizar o período entre o fim do feudalismo e o começo do capitalismo? Penso que Dobb está no bom caminho quando diz que "os duzentos e poucos anos que separam Edward III de Elizabeth tiveram certamente um caráter de transição" e que é "verdade e de grande importância para a perfeita compreensão dessa transição que o modo feudal de produção já alcançara avançado estágio de desintegração

antes do desenvolvimento do modo capitalista de produção, e que essa desintegração não se associou intimamente ao crescimento do novo modo de produção, no interior do antigo" (p.20). Isso me parece inteiramente correto, e acredito que se Dobb tivesse prosseguido nesse raciocínio teria chegado a uma solução satisfatória do problema.

Em geral se pensa na transição de um sistema social para outro como um processo no qual os dois se confrontam diretamente e lutam por uma supremacia. Esse processo, naturalmente, não exclui a possibilidade de formas transitórias, as quais, porém, seriam consideradas combinações dos elementos dos dois sistemas que disputam a primazia. É óbvio, por exemplo, que a transição do capitalismo para o socialismo vem seguindo essa linha, o que sem dúvida facilita imaginarmos que outras transições possam ter sido similares.

No que tange à transição do feudalismo para o capitalismo, todavia, este é um erro grave. Como a anterior declaração de Dobb enfatiza, o feudalismo na Europa ocidental já estava moribundo, senão realmente morto, antes do nascimento do capitalismo. Segue-se que o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas.

Não é este o lugar para uma discussão pormenorizada sobre terminologia. Chamarei o sistema que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI simplesmente de "produção pré-capitalista de mercadorias" para significar que foi o crescimento da produção de mercadorias o que primeiro solapou o feudalismo e que, *um pouco mais tarde*, depois desse trabalho de destruição se encontrar praticamente concluído, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo.²²

²² Não é necessário especificar que o período não é feudal ou é pós-feudal, pois a produção de mercadorias e o feudalismo são conceitos que se excluem mutuamente. Por outro lado, o capitalismo é em si uma forma de produção de mercadorias, e por esta razão deve ser feita explicitamente a classificação de "pré-capitalista". Poderia argumentar-se que o melhor nome para o sistema seria "simples produção de mercadorias", pois este é um conceito bem firmado na teoria marxista. Parece-me, todavia, que empregar esta expressão poderia levar a uma confusão desnecessária. Simples produção de mercadorias em geral se define como um sistema de produtores independentes que possuem os próprios meios de produção e atendem suas necessidades mediante troca mútua. Esta construção teórica é útil por várias razões: por exemplo, permite-nos apresentar o problema do valor de troca em sua forma mais simples; serve também para esclarecer a natureza das classes e suas relações com os meios de produção. Na produção pré-capitalista, de mercadoria, porém, o meio de produção mais importante — a terra — era em grande parte propriedade de uma classe de não-produtores, fato suficiente para diferenciar nitidamente o sistema do conceito usual de simples produção de mercadorias.

A transição do feudalismo para o capitalismo não é, portanto, um único processo ininterrupto — como a transição do capitalismo para o socialismo — mas constitui-se de duas fases bem distintas que apresentam problemas radicalmente diferentes e exigem análise separada.

Poderia imaginar-se que esta maneira de caracterizar a transição do feudalismo para o capitalismo entra em conflito com a visão marxista tradicional. Creio não ser assim: tudo o que faz é explicitar certos pontos implícitos nessa visão. Escreveu Marx:

Embora deparemos com os primeiros começos da produção capitalista já nos séculos XIV ou XV, esporadicamente, em certas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data do século XVI. Onde quer que apareça, a abolição da servidão já se processara havia tempo, e as cidades soberanas — o ápice do desenvolvimento da Idade Média — havia muito tinham entrado em declínio.

E ainda:

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e a sua circulação intensificada, *o comércio*, constituem os *requisitos históricos* de seu aparecimento. O comércio mundial e o mercado mundial inauguram, no século XVI, a história moderna do capital.²³

Tais afirmativas, creio eu, são, de maneira inequívoca, uma opinião sobre a transição do feudalismo para o capitalismo nos moldes da que eu proponho.²⁴

²³ *Capital*, I, p.787 e 163. Traduzi novamente para o inglês esta passagem. A tradução de Moore e Aveling é imprecisa e omite a ênfase que aparece no original.

²⁴ Naturalmente, selecionei estas citações de Marx por sua concisão e clareza. Mas é claro que citações isoladas não podem provar nem refutar a questão. O leitor que desejar chegar à sua própria

Devemos ter o cuidado de não levar longe demais esta linha de raciocínio. Em particular, parece-me que seria exagerado classificar a produção pré-capitalista de mercadorias como um sistema social *sui generis*, equivalente ao feudalismo, capitalismo e socialismo. Não havia uma relação de produção realmente predominante para caracterizar o sistema como um todo. Havia ainda fortes vestígios de servidão e começos bem definidos de trabalho assalariado, mas as formas de relação de trabalho mais comuns do ponto de vista estatístico eram bastante instáveis e incapazes de fornecer as bases de uma ordem social viável. Isso se aplica especialmente à relação entre terratenentes e arrendatários que trabalhavam e pagavam uma renda em dinheiro ("a esmagadora maioria do campesinato inglês do séc. XVI", segundo Christopher Hill). Marx analisou cuidadosamente essa relação num capítulo chamado "A Gênese do Foro Capitalista", e insistiu que a mesma só poderia ser vista como uma forma transitória:

A transformação de renda em espécie para renda em dinheiro, que se efetuou primeiro esporadicamente e depois em escala mais ou menos nacional, exige um considerável desenvolvimento do comércio, de indústrias urbanas, da produção de mercadorias em geral e, com isso, da circulação do dinheiro... a renda em dinheiro, como

[pág. 62]

forma convertida de renda em espécie, e antagonista a ela, é a última modalidade e ao mesmo tempo a modalidade de dissolução do tipo de renda do solo que consideramos até agora, a saber, a renda do solo como a forma normal de mais-valia e de trabalho excedente não remunerado que vai para o proprietário dos meios de produção. ... Em seu desenvolvimento ulterior, a renda em dinheiro deve conduzir ... à

conclusão a respeito da posição de Marx a respeito da transição do feudalismo para o capitalismo terá de estudar cuidadosamente ao menos as seguintes partes do *Capital*: i, parte viii, e iii, cap. 20 e 47. Sob alguns aspectos, os manuscritos recentemente publicados que Marx escreveu durante o inverno de 1857-1858 em preparação para *Critique of Political Economy* são ainda de maior valor para esclarecer suas idéias a respeito da natureza da transição do feudalismo para o capitalismo: ver *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Robentwurf)*, Marx-Engels-Lenin Institute, Moscou, 1939, especialmente a seção intitulada "Formen die der kapitalistischen Produktion vorhergehen", a partir de I, p.375. O exame aprofundado desta fonte, todavia, exigiria um longo artigo; posso apenas dizer aqui que minha própria interpretação de Marx, já inteiramente definida antes de ter acesso aos *Grundrisse*, confirmou-se graças a esse novo material.

transformação da terra ou em propriedade camponesa independente, ou, na forma correspondente ao modo de produção capitalista, em renda paga pelo arrendatário capitalista.²⁵

Além disso, não é este o único tipo de relação instável na economia pré-capitalista de produção de mercadorias. Dobb mostrou numa seção muito esclarecedora do seu capítulo sobre o crescimento do proletariado "quão instável pode ser uma economia de pequenos produtores em face dos efeitos desintegradores da produção para o mercado, especialmente para um mercado distante, a menos que ele goze de algumas vantagens especiais que o reforce, ou que sejam tomadas medidas especiais que venham proteger seus membros mais pobres e mais fracos" (p.254).

Estamos certos, penso eu, em concluir que, se bem a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, tampouco era um sistema autônomo viável. Era bastante forte para minar e desintegrar o feudalismo, mas fraco demais para desenvolver uma estrutura independente própria: tudo o que poderia realizar de positivo era preparar o terreno para o avanço vitorioso do capitalismo nos séculos XVII e XVIII.

Algumas observações sobre a ascensão do capitalismo

De modo geral, concordo plenamente com a análise feita por Dobb sobre a ascensão do capitalismo. Parece-me que seu tratamento deste problema é excepcionalmente preciso e elucidativo: eu estaria inclinado a classificá-lo como o ponto alto de todo o volume. Mas duas de suas teses, claramente

[pág. 63]

consideradas importantes pelo próprio Dobb, parecem requerer um exame crítico. A primeira refere-se à origem do capitalista industrial no sentido

²⁵ *Capital*, III, cap. 47, p.926 ss. Foram feitas algumas modificações na tradução de Untermann para

amplo do termo, a segunda ao processo da acumulação original.²⁶

Dobb cita o capítulo de Marx sobre o "Capital Mercantil" (III, cap.20) em apoio à sua opinião de que o capital industrial se desenvolve por duas maneiras principais. É esta a passagem-chave de Dobb:

Na primeira — "a via realmente revolucionária" — uma parte dos próprios produtores acumulou capital e dedicou-se ao comércio, e com o tempo começou a organizar a produção numa base capitalista livre das restrições artesanais das guildas. Na segunda, uma parte da classe mercantil existente começou a "apossar-se diretamente da produção", portanto "servindo historicamente como modo de transição" mas tornando-se eventualmente "um obstáculo para um real modo de produção capitalista, e declinando com o desenvolvimento do mesmo".²⁷

Dobb enfatiza o primeiro desses meios. Na p. 128 ele escreve:

Enquanto o crescente interesse demonstrado por setores do capital mercantil pelo controle da produção — em desenvolvimento o que se pode chamar de um sistema deliberadamente planejado para "explorar mediante o comércio" — preparava o caminho para este resultado [i.e., a sujeição da produção ao genuíno controle capitalista], e em alguns casos talvez o tenha conseguido, esse estágio final parece em geral, como Marx observou, ter-se associado à ascensão, vindo das fileiras dos próprios produtores, de um elemento capitalista, meio-manufatureiro, meio-mercador, que começou a subordinar e organizar os próprios membros da classe de onde tão recentemente emergira.

[pág. 64]

E ainda:

O início do século XVII testemunhou o começo de importante alteração no centro de gravidade: a crescente predominância de uma classe de mercadores-empregadores oriundos das fileiras dos próprios artesãos em relação à *yeomanry*, classe intermediária, das grandes

o inglês.

²⁶ Dobb segue a tradução de Moore e Aveling ao falar de acumulação "primitiva". Isso pode induzir a erro, todavia, pois o que importa não é que o processo seja primitivo, no sentido usual do termo (ainda que o possa ser, e geralmente o seja) mas que não seja precedido por atos anteriores de acumulação. Portanto, "original" ou "primária" é uma tradução melhor de *ursprünglich*. neste contexto.

²⁷ Dobb, p.123. As citações são de *Capital*, m, p.393 ss.

companhias — processo que Marx descreveu como a "a via realmente revolucionária" (p.134).

Mais adiante, depois de demorada análise do fracasso da produção capitalista em certas áreas do continente, apesar de seus começos promissores, Dobb afirma:

A luz de um estudo comparativo do desenvolvimento capitalista, começa a ganhar importância central a afirmação de Marx de que neste estágio a ascensão de uma classe de capitalistas industriais das fileiras dos próprios produtores é uma condição de qualquer transformação revolucionária da produção (p.161).

É digno de nota, porém, o fato de Dobb admitir que "os detalhes deste processo estão longe de ser claros, existindo poucas provas diretas" (p.134). De fato, existem tão poucas provas, mesmo indiretas, que um crítico se viu levado a observar que "teria sido conveniente encontrar maiores provas para esta opinião, vinda de Marx, de que a transformação realmente revolucionária da produção e a ruptura do controle do capital mercantil sobre a produção foi realizada por homens provenientes das fileiras dos antigos artesãos."²⁸

Penso, todavia, que a verdadeira dificuldade não reside tanto na falta de provas (por minha parte, duvido da existência de qualquer dessas provas), como na má leitura de Marx. Reproduzamos toda a passagem em que Marx fala da "via realmente revolucionária":

A transição do modo feudal de produção se dá por duas vias. O produtor torna-se um mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato controlado pelas guildas da

[pág. 65]

indústria urbana medieval. Esta é a via realmente revolucionária. Ou então o mercador se apossa diretamente da produção. Esta via, apesar

²⁸ Perez Zagorin em *Science and Society*, XII, Spring, 1948, p.280 ss.

de servir historicamente de modo de transição — como por exemplo o negociante de tecido inglês do século XVII que controla os tecelões, ainda que estes trabalhem independentemente, vendendo-lhes a lã e comprando deles o tecido — não pode por si mesma fazer muito no sentido de derrubar o antigo modo de produção, mas, ao contrário, preserva-o e utiliza-o como premissa".²⁹

Como é fácil de verificar, Marx nada diz sobre capitalistas emergindo das fileiras dos produtores artesãos. Naturalmente, a expressão usada por Marx — "o produtor torna-se um mercador e capitalista" — pode ter esta implicação; mas pode também querer dizer que o produtor, qualquer que fosse sua origem, *começa* como mercador e empregador de trabalho assalariado, ao mesmo tempo. Parece-me que o contexto total vem mostrar que a última interpretação é a mais razoável. A contradição que Marx apontava, creio eu, era entre o surgimento de empresas integralmente capitalistas e o desenvolvimento lento do novo sistema (*putting-out system*). Não há indicação de que ele estivesse preocupado com a emergência do produtor vindo das fileiras dos artesãos. Além disso, quando ele trata explicitamente desse problema no primeiro volume de *O Capital*, o que ele diz é completamente impossível de conciliar com a interpretação dada por Dobb à passagem acima transcrita. Escreveu ele:

A gênese do capitalista industrial não se deu da mesma maneira gradual do agricultor. Sem dúvida, muitos dirigentes das corporações e ainda maior número de pequenos artesãos independentes, ou mesmo trabalhadores assalariados, se transformam em pequenos capitalistas, e até (pela gradual expansão da exploração do trabalho assalariado e correspondente acumulação) em capitalistas de grande vulto... A extrema lentidão desse processo não correspondia às exigências comerciais do novo mercado mundial que os grandes descobrimentos do final do século XV tinham criado.³⁰

[pág. 66]

²⁹ *Capital*, III, p.393.

³⁰ Idem, I, p.822.

São estas as observações iniciais de um capítulo intitulado "Gênese

do Capitalista Industrial"; a maior parte do restante do capítulo é devotada à descrição dos métodos de comércio e pilhagem mediante os quais se acumularam grandes somas de capital a um ritmo muito mais acelerado do que o dessa "extrema lentidão". Conquanto Marx pouco diga a respeito dos métodos pelos quais essas acumulações de capital acharam o caminho para a indústria, é difícil de acreditar que ele tivesse atribuído um papel importante no processo ao produtor surgido das fileiras dos artesãos.

Se interpretarmos Marx como querendo significar que a "via realmente revolucionária" era a abertura, por parte dos que dispunham de capital, de empreendimentos integralmente capitalistas, sem passar pelos estágios intermediários da produção (isto é, o *putting-out system*, a distribuição das matérias-primas aos artesãos, que as beneficiavam em suas casas), encontraremos sem dificuldade, creio eu, abundantes provas que o confirmem. Nef provou conclusivamente (naturalmente sem qualquer referência a Marx) que o que ele chama de primeira revolução industrial na Inglaterra (por volta de 1540 a 1640) se caracterizava em grande parte exatamente por esse tipo de investimento em "novas" indústrias tais como mineração, metalurgia, refinação de açúcar e de sal, fabricação de cerveja, sabão, alume e vidro.³¹ A prova de que se tratava da "via realmente revolucionária" foi fornecida pelos resultados da primeira revolução industrial da Inglaterra: a supremacia econômica sobre todas as nações rivais e a primeira revolução política burguesa.

Posso ser mais breve no estudo da segunda tese de Dobb sobre a ascensão do capitalismo, que também me parece exigir um exame crítico.

Dobb considera que o processo de acumulação original se desenvolve em duas fases bem distintas (p-177 ss.). Em primeiro lugar, a burguesia

³¹ Nef., J. U. *Industry and Government in France and England. 1540-1640*, Philadelphia, 1940, especialmente cap. 1 e 3.

emergente adquire a preços irrisórios

[pág. 67]

(ou, nos casos mais favoráveis, a troco de nada, como no exemplo das terras da igreja no tempo de Henrique VIII) certos valores e títulos de riqueza. Nessa fase, a riqueza não apenas é transferida para a burguesia, como se concentra em menor número de mãos. Em segundo, mais tarde, vem a fase da realização. Dobb escreveu:

Não menos importante que a primeira fase do processo de acumulação foi a segunda, de concretização, na qual os objetos da acumulação original eram realizados ou vendidos (ao menos em parte) a fim de possibilitar o investimento efetivo na produção industrial — uma venda dos objetos originais da acumulação, de modo a poder, com sua renda, adquirir (ou fabricar) maquinaria para o processamento do algodão, prédios de fábricas, fundições de ferro, matérias-primas ou mão-de-obra (p.183).

Tanto quanto posso avaliar, Dobb não oferece qualquer prova da existência dessa fase de realização. Isso não é de surpreender, pois me parece igualmente claro não haver razões para crer que essa fase deva ter existido ou na realidade existiu. Como o próprio Dobb comprova perfeitamente, os bens adquiridos e concentrados em menor número de mãos na fase de aquisição eram de várias espécies, inclusive terras, títulos de dívidas e metais preciosos: em outras palavras, bens congelados e bens realizáveis. Reconhece, ademais, ter sido nesse período que a burguesia desenvolveu o mecanismo dos bancos e do crédito a fim de transformar seus bens congelados (especialmente a dívida pública) em realizáveis. Nessas circunstâncias, é impossível compreender a razão de a burguesia ver-se compelida a vender a fim de reunir capital para investir na indústria. É impossível compreender também qual a *classe* que poderia comprar bens da burguesia a fim de fornecer-lhe fundos realizáveis. Isso não significa,

naturalmente, que alguns burgueses individualmente não pudessem vender ou não vendessem bens a outros membros da mesma ou de outra classe a fim de adquirir outra classe à qual a burguesia, *como um todo*, pudesse vender bens nesse período do desenvolvimento capitalista.

[pág. 68]

Na verdade, Dobb, afora ressaltar a necessidade e a importância da fase de realização, pouca atenção lhe dá. Quando se trata de analisar os requisitos para o investimento industrial, ele mostra que o complemento necessário para a aquisição por parte da burguesia não era a realização, pela mesma, mas a ruptura do antigo sistema de produção e, especialmente, a expropriação dos bens de um número suficiente de agricultores de maneira a formarem uma classe disposta a trabalhar por salário. Isto é correto, sem dúvida, e apenas lamento que as reiteradas declarações feitas por Dobb a respeito da importância da fase de realização distraiam a atenção de alguns leitores do excelente tratamento que ele deu aos problemas básicos do período de acumulação original.

[pág. 69]

[pág. 70] Em branco

Uma réplica

Maurice Dobb

O artigo de Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo levanta de maneira clara e interessante várias questões importantes, cujo debate só pode trazer benefícios à compreensão do desenvolvimento histórico e do marxismo como método de estudo desse desenvolvimento. De início devo declarar que recebo de bom grado sua contribuição a este debate, como um meritório desafio a um estudo mais profundo. Concordo com muitas coisas que ele diz. Em outros pontos a nossa diferença é de ênfase e formulação. Mas noutras questões parece emergir uma diferença mais profunda sobre método e análise, e sinto então que sua interpretação das mesmas é enganadora.

Em primeiro lugar, não estou certo de que Sweezy rejeite minha definição de feudalismo ou apenas a considere incompleta. Essa definição, segundo ele, assenta na virtual identificação do feudalismo com servidão — se se entende pela última não apenas a prestação de *serviços* compulsórios mas a exploração do produtor mediante coação direta político-legal.¹ Se ele considera

[pág. 71]

que o feudalismo assim definido cobre algo mais amplo que a forma medieval de economia européia, para abranger grande variedade de tipos que (em qualquer estudo mais aprofundado do feudalismo) mereçam análise cuidadosa, concordo plenamente. Mas ao referir-se a um "*sistema* de

¹ Para Sweezy esta ampliação do sentido do termo não satisfaz, pois é possível encontrar elementos de coação direta político-legal sobre o trabalho em períodos da história muito separados entre si, inclusive nos tempos modernos. Onde tais elementos predominam, eles, segundo essa definição, tornariam feudal a forma de economia em questão; mas se forem tão-somente incidentais e subordinados, sua presença não seria suficiente para tal caracterização, do mesmo modo como a existência incidental de trabalho assalariado não basta para tornar capitalista uma determinada sociedade. Na maioria dos casos "incongruentes" que Sweezy tem em mente o trabalho obrigatório é puramente incidental, e não típico.

produção" ele parece dizer algo diferente disso, pondo em contraste um *sistema* de produção a um modo de produção no sentido de Marx. Não vejo bem o que se pretende que seja abrangido por um sistema de produção. Mas o que segue indica a intenção de fazer incluir as relações entre o produtor e seu mercado. Insinua-se, até, que essas relações de troca (em contraste com as relações de produção) constituem o foco de atenção na interpretação feita por Sweezy do processo histórico (Para ele, "a característica crucial do feudalismo", por exemplo, é "*ser um sistema de produção para uso*").

Se assim é, acredito haver uma diferença fundamental entre nós. A definição que usei nos meus *Studies* cobria deliberadamente os termos das relações de produção características do feudalismo, a saber, as relações entre o produtor direto e seu suserano. A relação de coação, que consistia na extração direta do trabalho excedente dos produtores pela classe dominante, sem dúvida condicionava-se a um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Os métodos de produção eram relativamente primitivos, e (ao menos no que respeitava à própria subsistência do produtor) eram do tipo a que Marx se referia como "pequeno modo de produção", no qual o produtor possui os meios de produção, na qualidade de unidade produtora individual. Esta é para mim a característica crucial, e quando diferentes formas econômicas possuem este traço em comum ele é de maior significado do que outros nos quais elas possam diferir (p. ex., na relação entre a produção e o mercado). Admito que esta relação de produção seja em si mesma capaz de considerável variação, de acordo com a forma que assume a extração obrigatória do produto excedente: seja prestação direta de serviços ou apropriação de tributos em espécie ou dinheiro.² Todavia, a distinção entre elas

[pág. 72]

² Ver a análise de Marx de "Labor rent, rent in Kind and money rent" ("Renda em trabalho, renda em espécie e renda em dinheiro"), *Capital*, III. Chamaria especial atenção para a passagem em que Marx, tratando deste assunto, diz o seguinte: "A forma econômica específica na qual o trabalho excedente não pago é expropriado dos produtores diretos determina a relação entre dominadores e dominados, pois resulta diretamente da própria produção e reage sobre ela como um elemento determinante... É sempre a relação direta dos donos dos meios de produção com os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social... A forma desta relação entre dominadores e dominados naturalmente sempre corresponde a um estágio definido do desenvolvimento dos métodos de trabalho e de sua força social produtiva. Isso não impede que a mesma base econômica mostre infinitas variações e gradações de aparência, embora suas condições principais sejam as mesmas em toda parte", *Capital*, III, p.919.

não corresponde à que existia entre o "feudalismo da Europa ocidental" — sobre a qual, segundo Sweezy, eu deveria ter-me concentrado em separado — e o feudalismo na Europa oriental (ainda que no feudalismo asiático a relação tributária pareça ter predominado, caracterizando-o). Apesar de ter havido, indubitavelmente, importantes diferenças entre as condições na Europa ocidental e na oriental, havia também extraordinárias semelhanças no que diz respeito à "forma pela qual era extraído trabalho excedente não remunerado dos produtores diretos"; e acre dito que o desejo de representar "o feudalismo da Europa ocidental" como um *genus* distinto e de atribuir tão-somente a ele o título de "feudal" é produto de historiadores burgueses e de sua tendência a concentrar-se sobre características e *differentia* jurídicas.

Quanto ao "caráter conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental", que exigiu alguma força externa para ser desalojado, e que me acusam de haver negligenciado, me mantenho um tanto cético. É certo, naturalmente, que em contraste com a economia capitalista a sociedade feudal era extremamente estável e inerte. Mas isto não quer dizer que o feudalismo não tivesse no seu interior nenhuma tendência para a mudança. Afirmá-lo seria fazer dele uma exceção à lei geral marxista do desenvolvimento, segundo a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas. Na verdade, o período feudal testemunhou consideráveis mudanças técnicas;³ os últimos séculos do feudalismo mostraram diferenças marcantes em relação aos primeiros. Além disso, pa-

[pág. 73]

rece que devemos olhar para a Europa oriental, e não a ocidental, para encontrarmos as formas mais estáveis, em particular, para as formas asiáticas de servidão tributária. Note-se que foi à forma pela qual o trabalho

³ Gibbs, Molly, *Feudal order*, Londres, 1949, p.5-7, 92 ss.

excedente é apropriado *mediante* tributos em espécie — e a esta forma especificamente — que Marx se referiu como sendo "bastante adequada para tornar-se a base das condições sociais estacionárias, tais como as que vemos na Ásia".⁴

Sweezy matiza a sua declaração dizendo que o sistema feudal não é necessariamente estático. Tudo o que afirma é que os movimentos que ocorrem "não tendem a transformá-lo". No entanto, a despeito dessa sutileza, continua implícito que sob o feudalismo a luta de classes não pode desempenhar qualquer papel revolucionário. Ocorre-me que talvez haja uma confusão na raiz de sua negativa de tendências revolucionárias e transformadoras. Ninguém está sugerindo que a luta de classes dos camponeses contra os senhores deu origem, de maneira simples e direta, ao capitalismo. O que ela fez foi modificar a dependência do pequeno modo de produção em relação à suserania feudal e, com o tempo, libertar o pequeno produtor da exploração feudal. Foi, portanto, do pequeno modo de produção (na medida em que ele assegura independência de ação, e em que a diferenciação social, por sua vez, se desenvolve no seu interior) que o capitalismo nasceu. Este é um ponto fundamental, ao qual voltaremos.

Ao defender sua própria tese de que um feudalismo internamente estável só poderia desintegrar-se pelo impacto de uma força externa⁵ — comércio e mercados — Sweezy apresenta como sendo minha a opinião de que o declínio do feudalismo deveu-se *unicamente* a ação de forças internas, e que o crescimento do comércio nada teve a ver com o processo. Parece entender que se tratou de uma questão *ou* de conflito interno *ou* de forças externas. Isto me parece uma concepção

[pág. 74]

demasiado simplificada, até mesmo mecânica. Para mim houve uma *interação*

⁴ *Capital*, III, p.924.

⁵ Sua referência a "desenvolvimentos históricos que, de fato, só podem explicar-se como resultantes

dos dois, ainda que a ênfase, na verdade, recaia sobre as contradições internas; pois essas, acredito, operaram em todos os casos (ainda que em épocas bastante diferentes), e tendo em vista que eles determinaram a forma e a direção particulares dos efeitos provocados pelas influências externas. Absolutamente, não nego que o crescimento das cidades mercantis e do comércio desempenharam importante papel na aceleração da desintegração do antigo modo de produção. O que afirmo é que o comércio exerceu sua influência na medida em que acentuou os conflitos internos no antigo modo de produção. Por exemplo, o crescimento do comércio (como indiquei em vários lugares, nos meus *Studies*, p. ex., p.60-2 e 253 ss.) acelerou o processo de diferenciação social no pequeno modo de produção, criando a classe dos *kulaks*, por um lado, e um semiproletariado, por outro. Ainda, como Sweezy enfatiza, as cidades atraíram os servos fugitivos. Não me preocupa discutir se esta fuga de servos deveu-se mais à atração desses ímãs urbanos (e, em algumas partes da Europa, ao engodo da terra livre) ou à força de repulsão exercida pela exploração feudal. Evidentemente ambas as forças agiram, com pesos diferentes, em diferentes locais e épocas. O efeito específico dessa fuga, porém, deveu-se ao caráter específico da relação entre servo e explorador feudal.⁶

Não concordo, portanto, que me veja obrigado a "mostrar que tanto a crescente necessidade de receitas por parte da classe feudal dominante como a fuga dos servos da terra podem ser explicadas em termos de forças que operavam dentro do sistema feudal", ou "que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal" (ainda que, até certo ponto, acredite ser verdadeiro este último ponto, e que, precisamente porque o feudalismo estava longe de ser uma "economia natural"

[pág. 75]

de causas externas ao sistema" não deixa dúvida de que este é seu ponto de vista.

⁶ Aliás, concordo inteiramente com a importante observação enfatizada por Sweezy de que não foi tanto a magnitude da fuga para as cidades que foi significativa, mas o fato de que a ameaça da mesma (acompanhada, talvez, de não mais que um pequeno movimento) bastou para forçar os senhores a fazer concessões, que enfraqueceram seriamente o feudalismo.

apenas, ele incentivava as cidades a cuidar de sua necessidade de comércio a longa distância). Ao mesmo tempo, acho que Sweezy se equivoca ao afirmar que existe uma correlação necessária entre a desintegração feudal e a "proximidade dos centros de comércio". Nos *Studies* citei várias provas que refutam a opinião simplista que tem sido popularizada pelos vulgariza-dores da "economia monetária". Repetirei aqui apenas duas delas. Foi precisamente no Norte e Oeste atrasados da Inglaterra que a servidão sob a forma de prestação direta de trabalho desapareceu primeiro, enquanto no Sudeste mais adiantado, com seus mercados urbanos e vias de comércio, a prestação de serviços persistiu teimosamente. Do mesmo modo, em muitas partes da Europa oriental, a intensificação da servidão nos séculos XV e XVI foi acompanhada pelo crescimento do comércio, e a correlação não se estabeleceu entre a proximidade dos mercados e a desintegração feudal (como afirma Sweezy), mas entre a proximidade dos mercados e o fortalecimento da servidão (cf. *Studies*, p.38-42). Esses fatos são mencionados por Sweezy, o que não o impede de afirmar ter sido apenas "na periferia da economia de troca" que as relações feudais foram uma garantia contra a dissolução.

O fato de que "o sistema de produção" sobre o qual Sweezy concentra sua atenção diz mais respeito à esfera de troca do que às relações de produção é revelado por uma omissão deveras surpreendente no seu estudo. Em parte alguma ele presta uma atenção mais do que superficial àquela que me parece ser a questão crucial: a transição da apropriação coercitiva do trabalho excedente pelos proprietários para o uso de trabalho assalariado livre deve ter dependido da existência de oferta de trabalho barato (i. e., de elementos proletários ou semiproletários). Para mim este foi um fator mais importante do que a proximidade dos mercados na determinação da sobrevivência ou dissolução das antigas relações sociais. É claro que houve interação entre este fator e o crescimento do comércio: em

especial (como já mencionei), o efeito deste último sobre o processo da diferenciação social no interior do pequeno modo de produção. Este fator, todavia, certamente deve ter desempenhado um papel decisivo na determinação do efeito exato

[pág. 76]

que o comércio exerceu em diferentes lugares e em diferentes períodos? Possivelmente Sweezy não acentuou este fator porque o considera óbvio demais; ou talvez porque considere o arrendamento de terras por dinheiro como o sucessor imediato da prestação de serviços. Esta última consideração nos leva à questão: "O que sucedeu ao feudalismo na Europa?"

Concordo inteiramente com Sweezy em considerar a sociedade econômica na Europa ocidental entre o século XIV e o final do século XVI como complexa e transitória, no sentido de que as formas econômicas antigas estavam em processo de rápida desintegração enquanto as novas apareciam, simultaneamente. Concordo também com ele em que durante esse período o pequeno modo de produção estava em vias de emancipar-se da exploração feudal, mas ainda não estava sujeito (pelo menos em grau significativo) às relações capitalistas de produção que acabaram por destruí-lo. Além disso, considero que reconhecer esse fato é vital para a perfeita compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo. Mas Sweezy vai mais longe. Refere-se a ele como sendo transitório num sentido que exclui a possibilidade de ainda ser feudal (mesmo uma economia feudal em avançado estado de dissolução). Isso me pareceria válido apenas se se quisesse falar do mesmo como um modo de produção *sui generis*, nem feudal nem capitalista. Para mim, trata-se de um procedimento incabível: e Sweezy concorda em não desejar ir tão longe. Afinal, portanto, esses dois séculos aparecem inconfortavelmente suspensos no firmamento, entre o céu e a terra. No processo do desenvolvimento histórico eles têm de ser classificados como híbridos sem lar. Este tipo de solução pode ser aceitável numa visão puramente evolucionária do desenvolvimento histórico através

de sistemas ou estágios sucessivos, mas me parece que não tem lugar numa interpretação revolucionária do desenvolvimento histórico — visto como uma Sucessão de sistemas de classe, sendo a revolução social (no sentido da transferência do poder de uma classe para outra) o mecanismo determinante da transformação histórica.

A pergunta-chave que aparentemente Sweezy não conseguiu fazer (ou se fez parece ter escondido a resposta) é a seguinte: qual era a classe dominante nesse período? Como

[pág. 77]

ainda não havia uma produção capitalista desenvolvida (e o próprio Sweezy o reconhece), não poderia ser a classe capitalista. Se alguém responder que era algo intermediário entre feudal e capitalista, sob a forma de uma burguesia que ainda não investira seu capital no desenvolvimento de um modo de produção burguês, estaremos então atolados no "capitalismo mercantil" de Pokrovsky. Se uma burguesia mercantil constituía a classe dominante, então o estado deve ter sido algum tipo de estado burguês. E se o estado já era burguês, não já no século XVI porém ainda no começo do século XV, qual foi a questão fundamental da guerra civil do século XVII? Não pode ter sido (deste ponto de vista) a revolução burguesa. Restam-nos hipóteses como a que foi proposta num debate preliminar sobre a questão há alguns anos: foi uma luta contrária a uma tentativa de contra-revolução tramada pela Coroa e a Corte em oposição a um poder estatal burguês *já existente*.⁷ Além disso, nos defrontamos com a alternativa de negar que já houve um momento histórico decisivo que pode ser caracterizado como revolução burguesa, ou então de procurar esta revolução num século anterior, nos albores da era dos Tudor ou antes dela.

Esta questão tem ocupado grande parte dos debates entre os historiadores marxistas na Inglaterra nos últimos anos. O problema mais

⁷ P. R., no decorrer de um debate sobre o folheto de Christopher Hill, "The English revolution 1640", in: *Labour monthly* (1941).

amplo da natureza dos Estados absolutistas dessa época foi também tema de debates entre historiadores soviéticos pouco antes da guerra. Se rejeitarmos as alternativas que acabamos de mencionar, nos resta aceitar (corretamente, a meu ver) que a classe dominante era ainda feudal, e que aquele estado constituía ainda o instrumento político de seu poder. Se assim for, então essa classe dominante teria de depender, para sua renda, de remanescentes métodos *feudais* de exploração do pequeno modo de produção. Verdadeiramente, se o comércio já ocupava um lugar preponderante na economia, a própria classe dominante tinha interesse pelo comércio (tal como o tinham tido muitos mosteiros medievais, no apogeu

[pág. 78]

do feudalismo), e estabelecia com certos setores da burguesia mercantil (especialmente os mercadores exportadores) uma parceria econômica e uma aliança política (donde se originaram muitas figuras da "nova aristocracia dos Tudor"). Portanto, esta forma tardia e decadente da exploração feudal do período de poder estatal centralizado apresentava muitas diferenças em relação à exploração feudal dos séculos anteriores; é de admitir-se que em muitos pontos começara a esgarçar-se o "revestimento" feudal. É certo, também, que a exploração feudal do pequeno modo de produção raramente assumia a forma clássica de prestação direta de serviços, tomando em geral a forma de renda em dinheiro. Todavia, enquanto as restrições políticas e as pressões do costume senhorial ainda dominavam as relações econômicas (como continuava a ser o caso em amplas regiões rurais inglesas), e não havia o mercado livre de terras (nem mobilidade de trabalho livre), não se podia dizer que a forma desta exploração já não apresentava características feudais — muito embora degradadas e em rápida desintegração.

A este respeito, desejo chamar atenção para o fato de que, na passagem sobre renda em dinheiro (*Capital*, III, cap.47), citada por Sweezy, Marx ainda não se refere ao foro capitalista, na qual o agricultor, na

qualidade de arrendatário independente, paga uma renda contratual, mas ainda (por implicação manifesta) fala de uma forma de renda *feudal*, embora sob uma forma em desintegração ("renda-dinheiro, forma convertida de renda em espécie, oposta a esta, foi a *última modalidade e ao mesmo tempo, a forma de desintegração* do tipo de foro que consideramos até aqui..."). Anteriormente, na mesma seção, Marx diz: "A base dessa renda permanece a mesma da renda em espécie, de onde se origina. O produtor direto é ainda o possuidor da terra... e ele tem de fornecer ao seu terratenente... trabalho excedente obrigatório... e esse trabalho excedente obrigatório é agora pago em dinheiro obtido da venda do produto excedente" (p.926).

Tentarei ser breve a respeito dos dois pontos finais da crítica de Sweezy. Creio haver abundantes provas do papel preponderante desempenhado no alvorecer do capitalismo pelos capita-

[pág. 79]

listas gerados pelo pequeno modo de produção,⁸ seja qual for a interpretação dada à passagem decisiva da abordagem de Marx (e continuo pensando que ela justifica a interpretação que em geral lhe é dada). Citei algumas dessas provas nos *Studies* (cap. 4). Sem dúvida é um ponto que merece maiores pesquisas. Mas a importância da pequena e média burguesia ascendente desse período já foi demonstrada por Tawney, por exemplo. Acumulam-se as provas de que dificilmente se pode superestimar o significado da ação do *kulak* na aldeia. Há sinais dele desde data bastante remota, contratando o trabalho do agregado mais pobre e, no século XVI, experimentando novos e melhores métodos de agricultura numa escala bastante extensa. Recentemente historiadores desse período ressaltaram como característica do desenvolvimento inglês na época dos Tudor a facilidade com a qual esses agricultores *kulaks* subiram para a pequena

⁸ A minha passagem citada por Sweezy, referente às "poucas provas diretas", dizem respeito aos "detalhes do processo" e não à existência desse tipo de capitalista ou do papel por ele desempenhado.

nobreza, comprando senhorias e engrossando as fileiras dos nobres rurais. É possível (como aventa Kosminsky) que tenham desempenhado um papel importante até mesmo na Revolta Camponesa de 1381. Sem dúvida prosperaram enormemente (como empresários de trabalho) com a queda dos salários reais na inflação da época Tudor; foram a pequena nobreza e os *kulaks* em ascensão os organizadores da indústria têxtil rural em larga escala. É evidente que constituíram uma força motriz das mais importantes na revolução burguesa do século XVII, fornecendo, especialmente, os recursos para o *New Model Army*, de Cromwell. Isso fornece, a meu ver, a chave para a compreensão dos alinhamentos de classe da revolução burguesa: em particular, a razão pela qual o capital mercantil, longe de desempenhar sempre um papel progressista, era freqüentemente aliado à reação feudal.

De maneira semelhante, nas guildas artesanais urbanas havia muitos empresários parecidos que se dedicaram ao comércio e empregaram artesãos mais pobres no sistema *putting-out*. Aventurei a hipótese (que, se não me engano, se deve a Unwin) de que esses fatos eram responsáveis pelos movimentos

[pág. 80]

observados nas guildas no final do século XVI e começo do século XVII: em particular, pela ascensão das novas corporações stuartianas. Tanto quanto se pode ver, foram elas (e certamente foram os mercadores de têxteis rurais) o forte apoio da revolução inglesa, e não os ricos privilegiados, como os referidos por Nef, muitos dos quais eram realistas pois ainda dependiam de privilégios obtidos graças à influência na corte. Não posso compreender como se possa negar a importância desta linha de evolução para o surgimento do primeiro estágio do capitalismo anterior à revolução industrial.⁹ Mesmo na época da revolução industrial, muitos dos

⁹ Sweezy cita a observação de Marx de que essa evolução se deu em marcha extremamente lenta

novos empresários tinham começado como pequenos "manufatureiros-mercadores" do sistema *putting-out*. Na verdade, já era diferente em algumas indústrias (p. ex., do ferro, cobre e latão), que necessitavam de maiores capitais. Condições técnicas, porém, determinavam se o pequeno capitalista, saído das fileiras dos artesãos, poderia ou não tornar-se um pioneiro do novo modo de produção; enquanto não ocorreram as mudanças técnicas associadas com a revolução industrial (*algumas* das quais, é verdade, já se vinham processando dois séculos antes de 1800), o pequeno capitalista ainda podia desempenhar um papel de destaque.

Quanto à chamada "fase de realização" do processo de acumulação, devo reconhecer que Sweezy tocou num ponto fraco do estudo, sobre o qual eu mesmo tenho dúvidas, e admito serem incompletas as provas. A existência ou não dessa fase não invalida minha principal afirmativa, pois a *expropriação* de outrem é que constitui a essência do processo de acumulação,

[pág. 81]

e não a mera aquisição de categorias especiais de bens pelos capitalistas. Não nego, todavia, que tivesse importância o aspecto do enriquecimento burguês, caso em que a distinção das "duas fases" tem certa valia, a meu ver. Este tópico merece maiores estudos marxistas, e continuo a pensar que a hipótese da "segunda fase" corresponde a algo de concreto.

Concordo que não era o caso da burguesia converter bens, previamente acumulados, para alguma *nova classe*. Não havia necessidade, realmente, de fazê-lo *como uma classe*, pois, uma vez criado o proletariado, o único "custo" para a burguesia como um todo na produção capitalista era a

comparada com as plenas possibilidades de expansão. O mesmo ocorreu, contudo, com o desenvolvimento do capitalismo (em relação ao desenvolvimento posterior) no período da "primeira infância da produção capitalista" de que Marx fala aqui. Certamente, foi devido a isso que a transformação pôde completar-se apenas depois de a nova burguesia conquistar poder político e (como diz Marx mais adiante no mesmo capítulo) começar a "empregar o poder do Estado... para sazonar, como numa estufa, o processo da transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, e para abreviar a transição". Então, e somente então, a marcha extremamente lenta do desenvolvimento inicial pôde ser acelerada e preparado o terreno para o rápido crescimento da revolução industrial.

subsistência que tinha de proporcionar aos trabalhadores (sob a forma de salários), fato do qual estavam bem conscientes os economistas clássicos. A propriedade de terra e de imóveis rurais, em si, não os ajudava a proporcionar tal subsistência. Mesmo que pudessem ter vendido esses bens a terceiros, isso não teria necessariamente — exceto no caso do comércio exterior — aumentado o fundo de subsistência da sociedade capitalista no seu conjunto. Mas o que é válido para a classe como um todo talvez não o seja para uma parte da mesma, a qual (como propõe Sweezy) talvez sofresse da falta de suficientes fundos líquidos que servissem de capital produtivo; e talvez seja bastante lógico falar de um estrato da burguesia (imbuída do desejo de comprar força de trabalho, isto é, de investir na produção) que vendesse imóveis ou títulos para outros estratos da burguesia que ainda gostassem de adquirir riqueza sob essas formas. É possível, naturalmente, que todos os investimentos necessários para financiar a revolução industrial tenham vindo dos *rendimentos correntes* dos novos capitães da indústria da época: os Darbys, Dales, Wilkinsons, Wedgwoods e Radcliffes. Nesse caso, não há mais nada a dizer. O enriquecimento anterior da burguesia nas formas mencionadas pode ser ignorado como fator de financiamento do crescimento industrial. Isso porém, *prima facie*, parece improvável. Não me consta que se tenha estudado a fundo as fontes que financiaram projetos de construção, como os primeiros canais e ferrovias na Inglaterra. Sabemos que muitos dos novos empresários sofriam de falta de capital, e que muito capital para a expansão da indústria do

[pág. 82]

algodão no começo do século XIX veio dos comerciantes de têxteis. O sistema de crédito ainda não era suficiente para atender as necessidades da indústria em crescimento, o que é evidenciado pelo crescimento desordenado dos instáveis "bancos rurais" do princípio do século XIX, destinados justamente a preencher essa lacuna. Parece-me uma hipótese digna de investigação a de que no século XVIII vendeu-se grande quantidade de títulos e imóveis a, por exemplo, "nababos" aposentados das Índias Orientais, por parte de pessoas que então, ou mais tarde, usavam os

recursos assim obtidos para investir na florescente indústria ou comércio da época; e que foi por uma via como essa — um processo em dois estágios — que a riqueza adquirida mediante a pilhagem das colônias fertilizou a revolução industrial.

Mesmo que não tenha havido significativa transferência de bens, creio que minha "segunda fase" não carece totalmente de justificativa. Talvez valha (ainda que, reconhecidamente, de maneira diferente) para indicar um período no qual se processara uma mudança, na burguesia como um todo, de sua preferência anterior pelos imóveis ou objetos ou títulos de valor, para uma preferência em investir em meios de produção e [orça de trabalho. Ainda que não se tenha verificado considerável volume de vendas dos primeiros, a mudança, não obstante, poderá ter exercido grande influência sobre os preços desses bens, e sobre as atividades econômicas e sociais.

Uma contribuição para o debate

Kohachiro Takahashi

Os *Studies in the development of capitalism*, de Maurice Dobb, Londres, 1946, levantam muitos problemas de método importantes. Colocam em termos concretos uma questão na qual não podemos deixar de estar profundamente interessados — a indagação de como um novo e mais elevado estágio da ciência da História Econômica pode incorporar e utilizar os resultados positivos dos historiadores econômicos e sociais precedentes. A crítica dos *Studies* de Dobb pelo autorizado economista norte-americano Paul M. Sweezy¹ e a réplica de Dobb,² ao indicar de maneira mais clara a natureza e a localização das questões em debate, dão aos historiadores japoneses a oportunidade (depois de terem estado isolados durante os anos da última guerra) de avaliar o nível teórico atual da história econômica na Europa e na América.

Os *Studies* de Dobb, ainda que não se restrinjam ao desenvolvimento do capitalismo inglês, não dão a devida atenção aos trabalhos franceses e alemães, que certamente não se encontram em nível inferior aos ingleses. Tais fontes precisam ser estudadas não apenas para obter-se um conhecimento mais abrangente de estruturas capitalistas comparáveis, mas também para estabelecer-se leis históricas mais precisas. Limitarei

[pág. 85]

minhas observações aqui, e por ora, à Europa ocidental; seria prematuro introduzir no presente debate os fatos históricos referentes à organização feudal ou à formação do capitalismo no Japão e em outros países asiáticos.

¹ Ver "Uma crítica", neste livro.

² "Uma réplica", idem.

A controvérsia entre Sweezy e Dobb, uma vez partilhada com espírito crítico por historiadores igualmente conscientes dos problemas em cada país, poderia lançar os fundamentos para o progresso comum nesses estudos.

1

Tanto os *Studies* de Dobb quanto a crítica de Sweezy começam com definições conceituais gerais de feudalismo e capitalismo, que não são mera questão de terminologia, mas envolvem métodos de análise histórica. Tendo em vista que Sweezy não deu uma definição clara e explícita de feudalismo, não sabemos com precisão o que ele considera ser a sua base. De qualquer modo, porém, a transição do feudalismo para o capitalismo relaciona-se com uma mudança no modo de produção, e feudalismo e capitalismo devem ser estágios da estrutura socioeconômica, categorias históricas. Uma compreensão racional do feudalismo pressupõe uma compreensão científica do capitalismo como categoria histórica.³ Dobb, rejeitando os conceitos tradicionais correntes entre historiadores "burgueses", procura a essência da economia feudal nas relações entre os produtores diretos (artesãos e camponeses cultivadores) e seus senhores feudais. Este enfoque caracteriza o feudalismo como um modo de produção, é crucial para a definição de feudalismo dada por Dobb, e em geral coincide com o conceito de servidão. É "uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua vontade, de atender certas exigências econômicas de um suserano, quer essas exigências assumam a forma de serviços a serem prestados ou de tributos a serem pagos em dinheiro ou em espécie... Esta

[pág. 86]

³ Marx, *A contribution to the Critique of political Econotny*, Chicago, 1904, "Introduction", p.300 ss.

força coatora pode ser a do poderio militar, possuído pelo superior feudal, ou a do costume apoiado em alguma espécie de procedimento judicial, ou a força da lei".⁴ Esta descrição coincide em essência com a descrição dada no volume m de *O Capital*, no capítulo sobre a "Gênese do Foro Capitalista".⁵

Esta espécie de servidão feudal contrasta com o capitalismo no sentido de que no último o trabalhador, em primeiro lugar,... não é mais um produtor independente, mas está divorciado de seus meios de produção e da possibilidade de prover a própria subsistência, mas em segundo lugar... sua relação com o dono dos meios de produção que o emprega é puramente contratual... em face da lei ele é livre, tanto para escolher seu patrão como para mudar de patrões; ele não tem obrigação alguma, a não ser a imposta por um contrato de serviço, de contribuir para o patrão com trabalho ou pagamento.⁶

Sweezy critica a identificação feita por Dobb de feudalismo com servidão. Cita uma carta em que diz Engels: "Certamente servidão e dependência não são uma forma específica (*spezifisch*) medieval-feudal, encontramos-la em toda parte ou quase toda parte onde os conquistadores fizeram os antigos habitantes cultivarem a terra para eles".⁷ Sweezy nega que a servidão constitua uma categoria histórica em separado.⁸ Todavia, não indica o que constitui a forma de existência específica da força de trabalho própria ao feudalismo como modo de produção.

[pág. 87]

Minha opinião é a seguinte: Ao considerarmos os modos de produção

⁴ Dobb, *Studies*, op. cit., p.35 ss.

⁵ Ou ainda "Nas formas anteriores [i. e., pré-capitalistas], o proprietário da terra, e não o capitalista, aparece como o apropriador imediato do trabalho excedente de outrem... A renda surge como a modalidade geral de trabalho excedente, trabalho não pago. Aqui, a apropriação deste trabalho excedente Dão se faz mediante a troca, como com o capitalista, mas sua base é a dominação coercitiva de uma parte da sociedade sobre a outra, e conseqüentemente escravidão direta, servidão ou uma relação de dependência política". Marx, *Theorien über den Mehrwert*, ed. Kautsky, v.III, Stuttgart, 1910, cap. VI, p.451.

⁶ Dobb, *Studies*, p.36.

⁷ Marx-Engels, *Selected correspondence*, Nova York, s. d., p.411 ss, citado em Sweezy, p.39.

⁸ Uma crítica", p.39-42.

antigo, feudal e burguês moderno como os principais estágios da história econômica, a primeira coisa a considerar deve ser sempre a forma de existência social de produção. Ora, certamente as formas (tipos) básicas de trabalho são a escravidão, a servidão e o trabalho assalariado livre; e positivamente está errado, como uma concepção geral, separar a servidão do feudalismo. A questão da transição do feudalismo para o capitalismo não é apenas uma transformação em formas de instituições econômicas e sociais. O problema fundamental deve ser a mudança na forma de existência social da força de trabalho.

Apesar da falta de liberdade dos camponeses, como servos, mostrar, naturalmente, variações e gradações conforme a região ou o estágio do desenvolvimento econômico feudal, a servidão é a forma de existência característica da força de trabalho no modo feudal de produção, ou, nas palavras de Dobb, "exploração do produtor mediante coação direta político-legal".⁹ Sweezy, ao divorciar a servidão do feudalismo e desprezar a forma de existência caracteristicamente feudal da força de trabalho, teve de procurar a essência do feudalismo em outra parte. Na sociedade feudal, em sua opinião, "os mercados, na maioria, são locais e... o comércio a longa distância, ainda que não necessariamente ausente não desempenha papel decisivo nos objetivos ou métodos da produção. A característica básica do feudalismo, neste sentido, é tratar-se de um sistema de *produção para uso*". Sweezy não afirma que a economia para o mercado ou a economia de mercadorias não existissem na sociedade feudal. O que ele diz é que, "... a produção de mercadorias e o feudalismo são conceitos que se excluem mutuamente".¹⁰ Mas é demasiado simples apresentar a essência do feudalismo como "um sistema de produção para uso" como oposto a "produção para o mercado". Valor de troca (mercadorias) e dinheiro

⁹ "Uma réplica", p.71. Cf. Marx, *O Capital*, v.III, Chicago, 1909, p.918.

¹⁰ "Uma crítica", p.42 e 60, nota 22.

(diferente de "capital") têm, por assim dizer, uma existência "antidiluviana",¹¹ pode-

[pág. 88]

riam existir e amadurecer em vários tipos de estruturas sociais históricas. Nesses estágios iniciais, quase todos os produtos do trabalho vão satisfazer as necessidades dos próprios produtores, e não se tornam mercadorias, e assim o valor de troca não controla inteiramente o processo social de produção; ainda existe alguma produção e circulação de mercadoria. Portanto, a pergunta a ser feita a determinada estrutura social não é se nela estão presentes mercadorias e dinheiro, e sim sobre a maneira como essas mercadorias são produzidas, como esse dinheiro serve como um intermediário na produção. Os produtos dos antigos latifúndios romanos entravam em circulação como mercadorias produzidas pelos servos. Existem ainda as mercadorias simples produzidas pelos camponeses ou artesãos autônomos independentes, e as mercadorias capitalistas oriundas do trabalho assalariado etc. O mesmo, porém, não ocorre com o capital ou o capitalismo como categoria histórica. Mesmo numa base feudal, os produtos do trabalho podiam assumir a forma de mercadoria, pois os meios de produção estavam combinados com os produtores diretos.¹² Por esta razão, um "sistema de produção para o mercado" não pode definir relações produtivas históricas específicas (nem, portanto, relações de classe). Sweezy claramente erra o alvo quando, na passagem relativa à definição do feudalismo, menciona apenas por alto o foro feudal, a expressão concreta da relação antagônica entre senhor e camponês, e enfatiza o "sistema de produção para uso", ou "sistema de produção para o mercado", isto é, as relações entre produtores e seus mercados, as relações de troca, ao invés de

¹¹ *Capital*, v.I, Chicago, 1906, p.182; v.III, Chicago, 1909, p.696.

¹² *Capital*, v.I, p.394.

relações de produção. Sua posição parece ser uma espécie de círculo vicioso.

Preferiríamos partir da seguinte tese: A contradição entre feudalismo e capitalismo não é a contradição entre "sistema de produção para uso" e "sistema de produção para o mercado", mas entre a propriedade feudal da terra (servidão) e um sistemas de capital industrial (trabalho assalariado). Os primeiros termos de cada par são modos de exploração e relação de propriedade,

[pág. 89]

os últimos são formas de existência da força de trabalho e, portanto, de sua reprodução social. É possível simplificar esta expressão e defini-la como a contradição entre propriedade feudal da terra e capital industrial.¹³ No feudalismo, como os produtores imediatos aparecem combinados com os meios de produção, e portanto a força de trabalho não pode tomar a forma de uma mercadoria, a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais ocorre diretamente, pela coação não-econômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias. No capitalismo, não apenas os produtos do trabalho são transformados em mercadorias, mas a própria força de trabalho se torna uma mercadoria. Nesse estágio do desenvolvimento, o sistema de coação desaparece e a lei do valor se aplica a toda a extensão da economia. Os processos fundamentais da passagem do feudalismo para o capitalismo, portanto, são: a mudança na forma social de existência da força de trabalho, que consiste na separação dos meios de

¹³ Cf. *Capital*, v.I, p. 182. Ver também v.II, Chicago, 1907, p.63: "O capital industrial é a única forma de existência do capital na qual não apenas a apropriação da mais-valia ou produto excedente mas também sua criação é uma função do capital. Portanto, dá à produção o seu caráter capitalista. Sua existência implica a existência dos antagonismos de classe entre capitalistas e trabalhadores. Na medida em que assume o controle sobre a produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas, e, com elas, o tipo econômico e histórico de sociedade. As outras classes de capital, que surgem antes do capital industrial em meio a condições passadas ou decadentes de produção social, não apenas lhe são subordinadas e sofrem alterações no mecanismo de suas funções que lhe correspondem, como se movimentam sobre ele como uma base, vivem e morrem, erguem-se e caem com esta base".

produção dos produtores diretos; a mudança no modo social de reprodução da força de trabalho (que vem a dar no mesmo); e a polarização dos produtores diretos, ou a dissociação do campesinato.

A análise de Dobb parte diretamente da propriedade feudal da terra e da servidão, em si. Mas, por exemplo, quando analisamos o conceito de "capital", não podemos começar diretamente, com o próprio capital. Como se lê na bem conhecida passagem introdutória de *O Capital*, "A riqueza das sociedades nas quais prevalece o modo de produção capitalista apresenta-

[pág. 90]

se a si própria como uma imensa acumulação de mercadorias", e as mercadorias em si aparecem como a forma elementar desta riqueza. Desta maneira, assim como *O Capital* começa com a análise da mercadoria e prossegue mostrando a evolução das categorias Mercadoria —> Dinheiro —> Capital, assim também, ao analisar a propriedade feudal da terra, obviamente o método não pode restringir-se a uma simples narração histórica, mas deve fazer o estudo da natureza das leis da sociedade feudal. Ou seja, começando com as categorias mais simples e abstratas, e avançando sistematicamente, finalmente atingimos as categorias mais concretas e complexas, a propriedade feudal da terra. Então, tomando o caminho lógico inverso, as categorias iniciais agora reaparecem como possuidoras de grande riqueza de especificações e relações.¹⁴ Qual será a forma elementar, célula, ou unidade de uma sociedade baseada no modo feudal de produção? Que categorias ocuparão o primeiro lugar na análise da propriedade feudal da terra? A título experimental, a unidade elementar seria a *Hufe* (*virgate mame*); depois a *Gemeinde* (comunidade aldeã, *communauté ruralê*) seria considerada a etapa intermediária; e deveríamos terminar pelo estudo ordenado da categoria mais elevada de propriedade territorial feudal (*Grundherrschaft*, senhoria, *seigneurie*).¹⁵

¹⁴ *A contribution to the Critique of Political Econotny*, Chicago, 1904, p.294 ss.

¹⁵ A *Hufe* (*virgate*) é uma parcela inteira do camponês (Lamprecht chama-a de *Werteinheit*) composta de um *Hof* (um lote de terra com uma casa), uma porção de terra arável (*Flur*) e uma parte na terra comum (*Allmende*); ou, aproximadamente, "terra suficiente para sustentar o camponês e sua família"

Certamente, esta espécie de desenvolvimento lógico de categorias unidade familiar/comunidade/senhoria não é o próprio processo histórico. Contudo, é precisamente o estudo da estrutura lógica da propriedade feudal do solo, partindo de sua forma elementar, que esclarece a lei histórica da ascensão, desenvolvimento e declínio da sociedade feudal, coisa que a ciência "burguesa" da história ainda não conseguiu, mas que o primeiro volume de *0 Capital* sugere. A este respeito, surgem questões sobre o método básico em relação à excelente análise da sociedade feudal que, como seria de esperar, Sweezy e Dobb nos ofereceram.

2

Sweezy procurou localizar o aspecto fundamental do feudalismo em

(Waitz). É o objeto natural com o qual o camponês se mantém (ou a força de trabalho se reproduz). Sua realização econômica, nesse sentido, a modalidade geral da *Hufe*, é a comunidade ou as normas coletivas comunaes: o *Flurzwang* ou *contrainte communautaire* (G. Lefebvre), *servitudes collectives* (Marc Bloch), que acompanham o *Dreifelderwirtschaft* e o sistema de campo aberto. *Gemengelage* ou *vaine patare collective*. As normas coletivas constituíam um instrumento de coação pelo qual o processo de trabalho era negociado. Contudo, a inevitável expansão da produtividade resultante da propriedade privada inerente à *Hufe* levou, como não podia deixar de levar, ao "domínio de homens sobre homens e terra" (Wittich). As relações de dominação e dependência em que se ramificou esta espécie de comunidade *Hufe* constituíam a propriedade privada do senhor feudal, isto é, a senhoria, ou propriedade territorial feudal. Dessa maneira, temos a seqüência do desenvolvimento das categorias, *Hufe* —> *Getneinde* —> *Grundherrschaft*. Inversamente, à medida que este tipo de dominação pelo senhor feudal tomou conta da comunidade aldeã e da *Hufe*, e as regras da propriedade territorial senhorial as penetraram, a *Hufe* e a comunidade aldeã como objetos "naturais", bem como suas relações mútuas, transformaram-se em forma e relações históricas (especialmente feudais). Então, segundo a propriedade territorial feudal, a *Hufe* surge como propriedade camponesa (*Besitz*, posse) e as normas comunaes de costumes transformam-se em instrumentos de dominação senhorial. Tornam-se condições históricas para a realização do tributo feudal e para a garantia da força de trabalho; o camponês está ligado à sua terra (apropriação). Ao mesmo tempo, o processo de trabalho do camponês transforma-se no processo de formação de renda; a unidade dos dois constituirá o processo produtivo feudal. Em geral, a coação (normas comunaes e a exação compulsória dos tributos feudais pelo senhor) é o fator mediador na reprodução feudal, assim como na sociedade capitalista o processo de circulação do capital surge como o fator mediador na reprodução capitalista. O colapso da sociedade feudal, portanto, é o desaparecimento deste Sistema de coação. Por outro lado, como essas coações feudais operam num sistema em que o produtor direto está ligado aos meios de produção, a dissolução dessas coações (condição prévia da moderna propriedade privada e da liberdade burguesa de trabalho) gera os requisitos para a separação dos meios de produção dos produtores diretos (expropriação). Para maiores detalhes, ver, de minha autoria *Skimm Kakumei no Kozo* (*Structure of the Bourgeois Revolution*), Tokyo, 1950, p.77-85.

um "sistema de produção para uso", e assim teve de explicar o declínio do feudalismo na mesma direção. Ele por certo não desconhece a existência do modo feudal de

[pág. 92]

produção na Europa oriental e na Ásia; por que, então, limitou sua consideração da questão apenas à Europa ocidental? Concorde com os historiadores jurídicos burgueses que descrevem o sistema feudal como *Lehnswesen*? Por exemplo, J. Calmette em *La société féodale*, da conhecida Collection Armand Colin,¹⁶ declara em sua primeira página que o feudalismo é peculiar à Idade Média na Europa ocidental, e nega a realidade do feudalismo japonês. Ou a abordagem de Sweezy motivou-se no fato histórico de que o capitalismo moderno surgiu e amadureceu na Europa ocidental? Diz ele que "o feudalismo europeu ocidental... foi um sistema com forte tendência a favor da manutenção de certos métodos e relações de produção" e refere-se a "este caráter inerentemente conservador e imobilista do feudalismo europeu ocidental".¹⁷ Pouco significa, todavia, apontar que o feudalismo era conservador com referência ao seu decisivo oposto, o capitalismo moderno. Comparado com o feudalismo da Europa oriental ou do Oriente, o feudalismo europeu ocidental não parece mais conservador: muito pelo contrário. O fator decisivo que deteve o crescimento autônomo da sociedade capitalista moderna na Europa oriental e na Ásia foi precisamente a estabilidade da estrutura interna da propriedade feudal territorial nesses países. O fato de o moderno capitalismo e a sociedade burguesa terem tomado sua forma clássica na Europa ocidental indica uma fragilidade inerente e uma instabilidade de sua

¹⁶ Paris, 1932. Outros historiadores franceses, notadamente Marc Bloch e Robert Boutruche, pensam de outra maneira, contudo, e se mostram profundamente interessados pelo feudalismo japonês. Já no capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital* Marx falava da "organização puramente feudal" existente no Japão.

¹⁷ Ver p.43-4.

propriedade feudal territorial. Sweezy talvez queira dizer que o feudalismo europeu ocidental, sendo intrinsecamente conservador e imobilista, não poderia entrar em colapso devido a qualquer força interna a si próprio; o colapso começou apenas em decorrência de alguma força externa. Uma vez que para Sweezy o feudalismo era "um

[pág. 93]

sistema de produção para uso", a força oriunda do exterior para destruir tal sistema foi a "produção para o mercado" ("uma economia de troca") ou o "comércio". Cerca da metade de toda a sua crítica a Dobb é dedicada à discussão minuciosa deste ponto.

Ora, nos séculos XIV e XV a devastação das comunidades aldeãs, a diminuição da população rural e a conseqüente escassez de dinheiro por parte dos senhores feudais eram gerais, e suscitaram, na Inglaterra, França e Alemanha, a *crise der fortunes seigneuriales*.¹⁸ "A economia monetária ou de troca que começou a fazer progresso na baixa Idade Média levou à ruína uma grande parte da nobreza feudal que se baseava na tradicional economia "natural".¹⁹ A chamada emancipação medieval dos servos fundamentou-se principalmente na necessidade que os senhores tinham de dinheiro — comumente para a guerra ou para o crescente luxo da nobreza feudal.²⁰

Segundo a hipótese de Sweezy, a sempre crescente demanda por dinheiro da classe dominante feudal nessa época de "crise" do feudalismo deveu-se ao luxo cada vez maior da nobreza feudal, uma concepção semelhante àquela presente no primeiro capítulo sobre o *Hof* do livro de

¹⁸ Bloch, Marc, *Caracteres originaux de l'histoire rurale française*, Oslo, 1931, p.1 17-19; Maybaum, H. *Die Entstehung der Gutswirtschaft im Mecklenburg*, Stuttgart, 1926, p. 109-13; e o excelente trabalho de R. Boutruche, *La crise d'une société*, Paris, 1942, II.

¹⁹ Cf., p. ex., Boutruche, R. "Aux origines d'une crise nobiliaire", in: *Annales d'histoire sociale*, v.I, n.3. Paris, 1939, p.272 ss.

²⁰ Bloch, Marc. *Róis et serfs*. Paris, 1920, p.59 ss e 174 ss etc; Dopsch, A., *Naturalwirtschaft und Geldwirtschaft in der Weltgeschichte*, Wien, 1930, p. 178.

Sombart, *Luxus und Kapitalismus*.²¹ A excessiva exploração dos camponeses pelos senhores, à qual Dobb atribuiria o colapso do feudalismo, era, na realidade, segundo Sweezy, um efeito da necessidade de dinheiro sentida pelos senhores. A conseqüente fuga dos camponeses resultou no estabelecimento das cidades, o que produziu a economia monetária. Assim, de acordo com Sweezy, Dobb "engana-se ao tomar como tendências imanentes certos desenvolvimentos históricos [do feudalismo] que de fato

[pág. 94]

só podem ser explicados como produto de causas externas ao sistema".²² A "força externa" que provocou o colapso do feudalismo foi o "comércio, que não pode ser considerado uma forma de economia feudal", especialmente o comércio a longa distância, e não o mercado local ou interlocal.²³

"Devemos", diz Sweezy, "tentar descobrir o processo pelo qual o comércio gerou um *sistema* de produção para o mercado, e então analisar o impacto deste processo sobre o sistema feudal preexistente de produção para uso". Ele verificou, dessa maneira, "como o comércio a longa distância pode ser uma força criativa, dando origem a um sistema de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso". Embora Sweezy perceba que muitos fatos históricos demonstram que uma "economia de troca é compatível com a escravidão, a servidão, o trabalho autônomo independente e o trabalho assalariado", ele não dá o devido valor a um dos pontos fortes da teoria de Dobb referente à reação feudal e ao que Engels chama de segunda servidão na Europa oriental. Seguindo Pirenne, Sweezy procura a explicação "na geografia da segunda servidão, e

²¹ Sombart, *Luxus und Kapitalismus*, 2. ed., München, 1922, c.I.

²² Ver p.48-9.

²³ Do ponto de vista da divisão social do trabalho, gostaria de enfatizar a troca local ou interlocal, ou mercado interno; a esse respeito, temos de levar em consideração as valiosas sugestões de Hilton em *Economic Development of Some Leicester Estates in the 14th and 15th Centuries*. Dobb também percebeu a ascensão do capital industrial e a formação do "mercado interno" como uma relação indivisível; ver *Studies*, p.161 ss. Sobre esse ponto, cf. o método do *Capital*, v.I, cap. XXX.

no fato de que o fenômeno se acentua e se agrava à medida que nos afastamos para leste do centro da nova economia de troca".²⁴ Dobb, contudo, baseando-se em diversos estudos recentes, ressalta o fato de que:

Foi precisamente no Norte e Oeste atrasados da Inglaterra que a servidão sob a forma de prestação direta de trabalho desapareceu primeiro, enquanto no Sudeste mais adiantado, com seus mercados urbanos e vias de comércio, a prestação de serviços persistiu teimosamente. Do mesmo modo, em muitas partes da Europa

[pág. 95]

oriental, a intensificação da servidão acompanhou, nos séculos XV e XVI, o crescimento do comércio, e a correlação não se estabeleceu entre a proximidade dos mercados e a desintegração feudal.... mas entre a proximidade dos mercados e o fortalecimento da servidão.²⁵

A causa essencial, portanto, não é o comércio ou o mercado em si; a estrutura do mercado é condicionada pela organização interna do sistema produtivo. Kosminsky formulou essa questão ainda mais claramente do que Dobb. "A produção para troca" nas grandes propriedades feudais e nas terras da Igreja no Sul e Leste da Inglaterra, que tinham a estrutura da "senhoria clássica", evoca a reação óbvia do crescimento das prestações de trabalho e intensificação da servidão, enquanto ao Norte e Oeste da Inglaterra, com suas propriedades seculares pequenas e médias, a reação óbvia era a formação de rendas em dinheiro e o declínio da servidão. Na verdade, à medida que a economia monetária ou de troca se desenvolvia, "o feudalismo se dissolvia mais rápido e facilmente naquelas áreas e naquelas propriedades [as 'propriedades não-senhorias'] onde ele se estabeleceu com menor êxito", enquanto naqueles lugares (as "senhorias clássicas") onde ele

²⁴ Ver p.55.

²⁵ "Uma Réplica", p.76, *Studies*, p.34-42, 51 -9. Os capítulos 20 e 36 do volume III do *Capital* tendem a apoiar Dobb; ver p.384 ss., 389, 391 ss: "... nos séculos XVI e XVII, as grandes revoluções ocorridas no comércio graças aos descobrimentos geográficos e ao rápido aumento do desenvolvimento do capital mercantil constituem um dos principais elementos na transição da produção feudal para capitalista... Contudo, o moderno modo de produção, em seu primeiro período, o manufatureiro, desenvolveu-se apenas em lugares onde previamente se criaram condições para ele durante os tempos medievais", p.391 ss.

se instaurara com sucesso e mantivera domínio sobre a população servil não-livre, no processo de "adaptar o sistema de prestação de trabalho às crescentes exigências do mercado", essa economia poderia levar a uma intensificação da exploração feudal do campesinato, o que ocorreu em muitos casos. Dessa maneira, é precisamente a produção para o mercado da *Rittergut* ou *Gutswirtschaft*, que tomou forma na

[pág. 96]

Alemanha oriental (expressão mais perfeita da "reação feudal" de que falam Kosminsky e Postan), que caracteriza a "segunda servidão" a que se referem Sweezy e Dobb. O essencial é que "o desenvolvimento da troca na economia camponesa, quer servisse diretamente o mercado local, ou mercados mais distantes através de mercadores intermediários, levou ao desenvolvimento da renda em dinheiro. O desenvolvimento da troca na economia dos senhores, por outro lado, levou ao crescimento das prestações de trabalho".²⁶

Sweezy tem razão em considerar a "crise" no final da Idade Média como produto da ação desintegradora do comércio sobre o sistema de produção para uso. Engana-se, quando se deixa absorver de tal maneira pelo comércio, especialmente pelo crescente comércio a longa distância, atribuindo ao mesmo o colapso do próprio feudalismo. Certamente a ação desintegradora do comércio, pelo menos na Inglaterra — e também em geral, como ressalta Dobb em resposta à crítica de Sweezy²⁷ — acelerou o

²⁶ Kosminsky, E. A., "Services and Money Rents in the 13th Century", *Economic History Review*, v.V, Londres, 1935, n.2, p.42-5. Conseqüentemente, "A ascensão da economia monetária nem sempre foi a grande força emancipadora que os historiadores do século XIX acreditaram ter sido... a expansão dos mercados e o crescimento da produção eram capazes igualmente de provocar o aumento das prestações de trabalho como o seu declínio. Daí o paradoxo do seu aumento na Alemanha oriental, na ocasião em que a produção de cereais para mercados externos expandia-se rapidamente, e daí o paradoxo de seu aumento na Inglaterra, também, numa época e em lugares do maior desenvolvimento da produção agrícola para o mercado durante a Idade Média (i.e., o século XIII)". Postan, M. "The Chronology of Labour Service", *Transactions of the Royal Historical Society*, 4th series, v.XX, Londres, 1937, p. 192 ss. e 186.

²⁷ "Uma Réplica", p.60; cf. *Studies*, p.76.

processo de diferenciação entre os pequenos produtores, e tendeu a criar uma classe de *kulaks* da nobreza intermediária (*yeomen*) por um lado, e um semiproletariado local, por outro, de que resultou o colapso do feudalismo e o estabelecimento da produção capitalista. R. H. Tawney²⁸ mostrou a presença, na Inglaterra do século XVI, desse processo capitalista desintegrador — a tendência para "a divisão

[pág. 97]

tripartida entre terratenente, agricultor capitalista e trabalhador agrícola sem terra" característica da agricultura inglesa moderna. Contudo, essa divisão originou-se no interior na estrutura da sociedade feudal inglesa já existente, e não há razão para atribuí-la ao comércio como tal. Ao abordar este ponto, a réplica de Dobb a Sweezy não é feliz e faz concessões desnecessárias. Ele deveria ter mostrado mais concretamente como também na Europa ocidental a destruição da classe dos pequenos produtores camponeses pelo comércio nem sempre resultou na formação da produção capitalista, mas acarretou ainda a reação feudal. Na França, por exemplo, a "crise" teve o efeito de restaurar o feudalismo, e não de destruí-lo finalmente.²⁹ Na França daquele tempo, a dissolução da classe dos pequenos produtores camponeses pelo comércio não instaurou um sistema capitalista de trabalho assalariado, mas deu início à propriedade usurária da terra, *Laboureurs-fermiers* e *labourers-marchands*, de um lado, e semi-servos, do outro.³⁰ Os últimos eram os protótipos daqueles *métayers* que Arthur Young,

²⁸ *Agrarian problem in the sixteenth century*, Londres, 1912.

²⁹ Nessa crise, "embora os senhores pudessem ter mudado freqüentemente, a estrutura da hierarquia feudal apresentava-se igual ao que tinha sido no século anterior", Y. Bezard, *La vie rurale dans le sud de la région parisienne*, Paris, 1929, p.54. "O regime senhorial permanecia intocado. Ainda mais: não estava longe de adquirir renovado vigor. Mas a propriedade senhorial, em grande parte, mudara de mãos", Bloch, *Caracteres originaux*, op. cit., p.129.

³⁰ Raveau traça um quadro impressionante que confirma este fato, in: *L'agriculture et les classes paysannes au XVI^e siècle*, Paris, 1926, p.249 ss. Em Poitou, o desenvolvimento da economia de troca monetária divorciou os camponeses da terra, mas não fez deles um proletariado. Quando os camponeses vendiam suas propriedades, eles não eram expulsos da terra, mas eram ligados a ela pelos novos proprietários a fim de cultivá-la como meeiros (à *demi-fruits*). Os novos *métayers* somente

em *Traveis in France*, descreve como vítimas de "um sistema miserável que perpetua a pobreza"; na época de que estamos tratando, porém, eles nem pertenciam à categoria do

[pág. 98]

proletariado nem se encontravam no estágio de *metayage* que marca a transição dos tributos feudais para a renda capitalista.³¹ Tanto Sweezy como Dobb tratam da ação desintegradora do comércio sobre o feudalismo e a "reação feudal" sem ir além da propriedade feudal do solo com suas prestações de trabalho, quando eles deviam ter considerado também as rendas em espécie; esta seria a questão mais importante para a França e o Japão.³²

Sweezy não considera o colapso de uma dada estrutura social como resultado de um movimento autônomo de suas torças produtivas; ao contrário, procura uma força externa. Se dissermos que um evento histórico se deve a forças externas, permanece a questão, todavia, de como surgiram essas forças externas, e de onde vieram. Em última análise, essas forças que

podiam subsistir vendendo a safra seguinte antes do tempo, ou conseguindo adiantamentos em cereais ou dinheiro das reservas dos novos proprietários. As novas dívidas obrigavam os camponeses a sacrificar também a nova colheita, e eles se viam presos num círculo vicioso do qual não podiam escapar. "Ficavam presas a suas propriedades; os mercadores criaram uma nova servidão com o seu capital", *idem*, p.80, 82, 93, 121, 268-71.

³¹ Os contratos escritos de *metayage* do antigo regime obrigavam os rendeiros camponeses a obrigações pessoais, isto é, feudais, de *fidélité*, *obéissance*, *soumission*. J. Donat, *Une communauté rurale à la fin de l'ancien regime*. Paris, 1926, p.245. *Metayage* deu origem a "verdadeiros laços de dependência pessoal entre o burguês e o camponês", Bloch, *Caracteres originaux*, op. cit., p. 143. E G. Lefebvre, autoridade em questões agrárias e camponesas do tempo da Revolução Francesa, sublinha a existência na *metayage* de uma tradição aristocrática de relações de *protection et obéissance* — ou seja, de subordinação feudal — entre o proprietário de terras e o *métayer* no antigo regime. Lefebvre, G. *Questions agraires au temps de la Terreur*, Paris, 1932, p.94.

³² Esta questão é a mais importante na Ásia, onde rendas naturais (rendas em espécie) predominam. A forma de tributos em espécie "é muito apropriada para servir de base de condições sociais estacionadas, como as que observamos na Ásia... Essa renda pode assumir dimensões que ameaçam seriamente a reprodução das condições de trabalho, dos meios de produção. Pode mais ou menos impossibilitar a expansão da produção, e desgastar os produtores diretos até o nível mínimo dos meios de subsistência. Isso se aplica particularmente aos casos em que esta modalidade é encontrada e explorada por uma nação conquistadora industrial, como a Índia o é pelos ingleses", *Capital*, v.III, p.924 ss. Ver, de minha autoria. "Hoken shakai kaitai e no taio ni tsuite" ("On the Opposition to the Breakup of Feudalism"), in: *Kindaishakai seiritsu shiron (Historical Essay on the Formation of Modern Society)*, Tokyo, 1951, p.113.ss.

se manifestam externamente devem ter suas causas dentro da história. A dialética da história não pode seguir sem movimentos autônomos (as contradições da estrutura interna). Movimentos internos e influências externas reagem, naturalmente,

[pág. 99]

uns sobre os outros; e Dobb assinala como pode ser imensa a influência das circunstâncias externas; todavia, "as contradições internas... determinam a forma e a direção particulares dos efeitos provocados pelas influências externas".³³ A insistência de Sweezy de que o colapso do feudalismo europeu ocidental deveu-se apenas ao impacto de causas externas — comércio e mercado, especialmente o externo — deriva-se exatamente desse método de análise histórica.³⁴

3

Muito importante é a ênfase posta por Dobb no fato de que o capitalismo surgiu do pequeno modo de produção, o qual alcançou sua independência e ao mesmo tempo promoveu sua diferenciação social a partir do seu próprio interior. A tese de Dobb apresenta a questão histórica em duas fases: primeiro, a pequena produção estabeleceu-se gradualmente como base sólida da sociedade feudal; depois, essa produção em pequena escala, em consequência do aumento da produtividade, fugiu às restrições feudais, e chegou à sua própria desintegração, criando assim as relações

³³ "Uma réplica", p.76.

³⁴ O conceito histórico do declínio de uma sociedade como autodesintegração em decorrência dessa espécie de autodesenvolvimento interno é confirmado mesmo por historiadores "burgueses"; p. ex., no que concerne ao declínio da antigüidade clássica, Eduard Meyer enfatizou que a decadência do Império Romano não se deveu às invasões dos bárbaros vindos do exterior, mas que estas só ocorreram quando o Império já tinha internamente entrado em colapso: Meyer, E. *Kleine Schriften*, v.I, 2. ed., Berlim, 1924, p.145 ss., 160. Também Weber, Max, "Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Welt", 1896, *Gesammelte Aufsätze zur Soz. u. WG.* Tübingen, 1924, p.290ss, 293-7. Cf. *Capital*, v.III, p.390 ss.

capitalistas.³⁵

(A) Contudo, o firme estabelecimento do pequeno modo de produção como base do feudalismo ocorre no processo de

[pág. 100]

dissolução do sistema senhorial "clássico" (o estágio da renda em trabalho da propriedade fundiária feudal), o sistema da exploração direta do domínio senhorial no sistema clássico da senhoria, isto é, o trabalho semanal forçado pelos servos (corvéia). A maneira pela qual a emancipação dos servos acompanhou este processo é exposta, pelo menos de maneira geral, pelos historiadores modernos. O processo pode ser observado na comutação de serviços na Inglaterra dos séculos XIV e XV, com uma mudança completa da renda em trabalho diretamente para renda em dinheiro, o que na verdade significou o desaparecimento da servidão; ou ainda no sudoeste da Alemanha e especialmente na França, onde o primeiro estágio da abolição da prestação de serviços foi o estabelecimento de rendas fixas em espécie que gradualmente se transformaram em rendas em dinheiro. A partir dos séculos XII e XIII, na França e no sudoeste da Alemanha, as terras dos senhores nos domínios (*domaine proche, Salland*), que até então tinham sido cultivadas pelos servos em regime de trabalho obrigatório (*Frondienst, corvée*), foram parceladas e entregues aos camponeses para cultivo. Os camponeses não mais prestavam trabalhos compulsórios para o senhor, mas entregavam-lhe uma proporção fixa da colheita como tributo (*campi pars, champart, terrage, agrier*).³⁶ Ainda que esse processo fosse um acompanhamento necessário de uma renda-dinheiro parcialmente instaurada, a parte principal da renda feudal já não era mais a prestação de

³⁵ *Capital*, v.I, p.367, idem, v.III, p.393. Ver de minha autoria, "Shoki shihon shugi no keizai kozo" ("Economic Structure of Early Capitalism"), in: *Kindai shihon shugi no seiritsu (Formation of Modern Capitalism)*, Tokyo, 1950, p.3 ss.

³⁶ Id, Bloch, *Caracteres originam*, op. cit., p. 100 ss; Martin, Oliver, *Histoire de la prévôté de vicomte de Paris*, v.I. Paris, 1922, p.420 ss.

serviços, mas uma "renda" (*redevance, Abgabe*), como a chamam os historiadores. Essa espécie de propriedade de solo feudal, resultante do colapso do sistema senhorial (ou *Villikationssystem*), era a propriedade de solo feudal sob administração camponesa de pequena escala, ou o que os historiadores alemães denominam *Rentengrundherrschaft* ou *reine Grundherrschaft*.³⁷

[pág. 101]

Essa mudança na estrutura da propriedade de solo feudal, que acompanhou o declínio do sistema senhorial, produziu uma alteração na forma da renda: na Inglaterra, para renda-dinheiro, na França e Alemanha, para renda em espécie; não produziu, porém, nenhuma mudança básica na natureza da renda feudal. Os camponeses, que anteriormente forneciam trabalho excedente diretamente sob a forma de trabalho, agora pagavam-no em formas convertidas — produtos, ou seu preço em dinheiro. A mudança não foi mais do que isso. Em ambos os casos a renda se apresenta como a "forma normal" de trabalho excedente, e não tem a natureza de uma parte do "lucro" realizado pelos produtores e pago sob a forma de renda capitalista. Ainda que se verifique, na verdade, um "lucro", a renda constitui um "limite normal" a essa formação de lucro. Nos dois casos os terratenentes feudais, em virtude da propriedade, usam diretamente "coação extra-econômica", sem a intervenção das leis da troca de mercadorias, para tomar o trabalho excedente dos produtores camponeses (*tenanciers, Besitzer*) que ocupam de fato a terra, o meio de produção. Todavia, o método de cobrar a renda, a forma de coação extra-econômica, está mudando. Na época do sistema senhorial clássico, o trabalho dos camponeses no domínio era organizado sob a supervisão e estímulo do senhor ou seu representante (*villicus, bailiff, maire, sergent*). No *reine Grundherrschaft*, porém, o processo

³⁷ Weber, Max. *Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen, 1923, p.101; Below, G. v., *Ges. der deutschen Landwirtschaft in Mittelalter*, Jena, 1937, p.73-6. Cf., entre os estudos japoneses sobre a história medieval da Europa ocidental, Uehara, Senroku, "*Grundherrschaft in Klosterburg Monastery*", 1920, in: *Donsu chusei no shakai to keizai* (*German Medieval Society and Economy*).

completo da produção agrícola era levado a cabo nas próprias frações pertencentes aos camponeses, e o trabalho necessário para eles mesmos e o excedente para o senhor não mais estavam separados no espaço e no tempo. Os produtores diretos podiam organizar seu tempo de trabalho como bem entendessem. A emancipação dos camponeses na França e no sudoeste da Alemanha medievais, isto é, a mudança da posição de servos (*Leibetgene*) para a de *sokemen* ou *yeomen* (*hörige, vilains francs*) ocorreu em larga escala do século XIII ao XV. Dessa maneira, o método de cobrar a renda mudou de vários tipos de obrigações pessoais e arbitrárias para certas relações *reais* (*dinglich*) de coisas, e as relações feudais de pagamento-cobrança entre senhores e camponeses estabeleceram-se por meio de contratos fixos. Essas relações contratuais não eram, naturalmente, como as da moderna sociedade burguesa, onde

[pág. 102]

os livres proprietários de mercadorias se comprometem mutuamente como personalidades independentes entre si, legalmente no mesmo plano; tinham antes a forma da lei consuetudinária (a própria renda em espécie muitas vezes era chamada *coutumes, Gewohnheitsrecht*, e os camponeses que a pagavam, *coutumiers*). Pela primeira vez, assim, nos é possível falar de "agricultura camponesa em pequena escala" e dos artesãos independentes que juntos formavam "a base do modo feudal de produção".³⁸

À medida que a renda em espécie cede lugar à renda-dinheiro, essas pequenas fazendas, o pequeno modo de produção agrícola, tornam-se mais e mais claramente independentes, ao mesmo tempo em que sua autodesintegração também se processa mais rápida e livremente. À medida que a renda-dinheiro se estabelece, não apenas as antigas relações pessoais tradicionais entre senhor e camponês se modificam para relações

³⁸ Ver *Capital*, v.I, p.367, nota; e cf., de minha autoria, "Iwayuru nodo kaiho ni tsuite" ("On the so-called Serf Emancipation"), in: *Shigaku zasshi* (*Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*), v.51, 1940, n.11-12; e *Kindai shakai seiritsu shiron* (*Historical Essay on the Formation of Modern Society*), p.36-51.

monetárias mais objetivas e impessoais, mas, tal como com a "renda legal" (*rentofassize*), a parte do trabalho excedente convertida em renda-dinheiro fixa se torna relativamente menor, com o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente queda no valor do dinheiro. Nessa medida, o trabalho excedente constitui o que tem sido chamado de "lucro embrionário", algo que vai para os camponeses (produtores diretos) ultrapassando suas necessidades de subsistência e que os próprios camponeses podem transformar em mercadorias. Quanto à renda-dinheiro, seu valor baixou a tal ponto que os camponeses de fato ficaram liberados da obrigação de pagá-la.³⁹

[pág. 103]

Os antigos arrendamentos (*holdings*) camponeses tinham-se transformado em propriedades camponesas livres. Os camponeses, antes sujeitos ao regime de *tenure*, agora fixavam a marcha do pagamento das rendas feudais, libertavam-se das normas da propriedade feudal territorial e tornavam-se proprietários das suas terras. A formação dessa espécie de camponeses independentes auto-suficientes — historicamente, a representante típica é a *yeomanry* inglesa — resultou do processo de desintegração da propriedade feudal territorial e estabeleceu as condições sociais para a renda-dinheiro. Considerando o processo de outro ângulo, podemos dizer que, depois de generalizada a renda-dinheiro e instaurada em escala nacional, os camponeses (os produtores diretos), tão-somente para manter e reproduzir esse estado de coisas, satisfaziam certamente a maior parte de suas necessidades de subsistência mediante atividades de uma

³⁹ "Por vezes os proprietários livres desobrigavam-se de todos os pagamentos e serviços... a ligação dos proprietários livres com a senhoria era mais uma questão de forma e sentimento do que de substância", Tawney, *Agrarian Problem in the Sixteenth Century*, op. cit., p.29-31, 118. Até o século xvi suas relações em relação aos senhores eram principalmente formais. A situação era a mesma em partes da França. Por exemplo, em Poitou, na século xvi, muitos contratos de venda terminam dizendo: "O vendedor não pôde dizer sob que senhor e em que condições se encontram os lugares que são objeto da presente venda", Raveau, op. cit., p.70, 102 ss, 264, 288.

economia natural (produção e consumo); mas uma parte de sua força de trabalho e do produto de seu trabalho, pelo menos uma parte que correspondia à antiga renda feudal, sempre tinha de ser transformada em mercadorias e convertida em dinheiro pelos próprios camponeses. Em outras palavras, os camponeses estavam na posição de produtores de mercadorias que simplesmente tinham de estar sempre em contato com o mercado,⁴⁰ e cuja posição como produtores de mercadorias produziu a inevitável diferenciação social daquela condição, o pequeno modo de produção.⁴¹

[pág. 104]

(B) Houve, porém, um intervalo de dois séculos entre a passagem da prestação de serviços para rendas em dinheiro e o desaparecimento da servidão, no século XIV, e o início da verdadeira era capitalista no século XVI (na Inglaterra, os 200 anos entre Edward III e Elizabeth). Examinemos a maneira pela qual Sweezy e Dobb abordam esse intervalo, cujo reconhecimento, nas palavras de Dobb, é "vital para a perfeita compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo".⁴²

Sweezy sustenta que a servidão acabou no século XIV, o que está certo, pois a prestação de serviços tinha sido substituída, na verdade, pela

⁴⁰ Onde não ocorreu uma produtividade social do trabalho bem definida (i. e., contratual), ou, o que quer dizer o mesmo, quando os camponeses não têm a posição social correspondente a produtores de mercadorias, renda em dinheiro é imposta e cobrada de cima, e não pode substituir completamente as tradicionais rendas em espécie. Não apenas ambas as formas aparecem lado a lado, como por exemplo no antigo regime na França, mas com frequência a história nos oferece o espetáculo de uma reversão às rendas em espécie (o reaparecimento das prestações de trabalho no Ostelbe na Alemanha, ou da renda em espécie na França). Quando a renda em dinheiro era imposta aos camponeses nessas circunstâncias, a despeito da sua falta de amadurecimento em vários aspectos como produtores de mercadorias, ela não agiu no sentido da emancipação do camponês, mas no do seu empobrecimento.

⁴¹ *Agrarian Problem in the Sixteenth Century*, de Tawney, oferece muitos exemplos deste colapso da classe camponesa. O sistema *virgate* (*Hufenverfassung*), o sistema-padrão relativamente uniforme das propriedades camponesas existentes na senhoria do século XIII, desaparece então inteiramente. Chega-se ao ponto em que, para citar Tawney (op. cit., p.59.), "já não faz sentido, na verdade, falar sobre *virgates* e *half-virgates*"

⁴² "Uma Réplica", p.78.

renda-dinheiro, àquela altura. Embora ele nos alerte de que essa mudança não se confunde com o fim do próprio feudalismo, trata-os da mesma maneira quando aborda os dois séculos que decorreram entre o fim do feudalismo e o começo do capitalismo, e nesse ponto ele está errado. Pois, ainda que os camponeses tivessem sido liberados da servidão direta (prestação de serviços), ainda estavam sujeitos à renda-dinheiro, que os constrangia, e que era expressão da propriedade feudal do solo; e embora a renda-dinheiro contivesse uma parte cada vez menor de seu trabalho excedente, os camponeses não se tinham livrado da categoria servil. A concepção de Sweezy da renda-dinheiro como uma forma essencialmente transitória entre as rendas feudais e as capitalistas corresponde a esta metodologia. Segundo a passagem a que Dobb se refere, a base da renda-dinheiro estava rompendo-se, mas "permanece a mesma que a renda em espécie [na Inglaterra, prestação de trabalho] de onde se origina".⁴³ Ou seja, os produtores diretos eram, como antes, camponeses arrendatários (*Besitzer*); a diferença é apenas que então eles pagavam seu trabalho excedente sob a forma de dinheiro a seus terratenentes, por uma coação extra-econômica, "restrições políticas e pressões do costume senhorial", como diz Dobb.⁴⁴ A renda-dinheiro, em sua forma "pura, é apenas uma

[pág. 105]

variante da renda em espécie, ou da prestação de trabalho, e em essência "absorve" o lucro na mesma maneira "embrionária" da renda *in natura*.⁴⁵ Dessa condição econômica surgiram tanto os camponeses que aboliram de vez a renda feudal como os capitalistas industriais que eliminaram os limites ao lucro industrial, ambos necessariamente aliados na revolução burguesa

⁴³ *Capital*, v.III, p.926. Cf. "Uma Réplica", p.80.

⁴⁴ "Uma Réplica", p.79.

⁴⁵ "Na medida em que o lucro se forma de fato como uma fração separada do trabalho excedente, por intermédio da renda, a renda em dinheiro assim como a renda em sua forma anterior ainda constitui a barreira normal a esse lucro embrionário". *Capital*, v.III. p.927.

contra a aristocracia fundiária e os mercadores monopolistas.

Por que então Dobb considerou necessário afirmar que "a desintegração do modo feudal de produção já alcançara um estágio avançado antes de se desenvolver o modo de produção capitalista, e que essa desintegração não seguiu em estreita correlação com o crescimento do novo modo de produção no seio do antigo", e que, portanto, esse período "parece não ter sido nem feudal nem ainda capitalista, no que diz respeito ao seu modo de produção"?⁴⁶ Sem dúvida, ele vai além da opinião usual de que o feudalismo chegara ao fim com a instauração da renda-dinheiro e, portanto, com o desaparecimento da servidão. Ora, a maioria absoluta dos camponeses na Inglaterra do século XVI pagava rendas em dinheiro. Os prósperos agricultores proprietários não mais pagavam tributos feudais, e tinham ascendido à posição de produtores livres e independentes ("a próspera classe média rural" de Tawney). Esses agricultores *kulaksyeomen* dão emprego a seus vizinhos mais pobres tanto na agricultura quanto na indústria, embora ainda em pequena escala (os "capitalistas liliputianos" de Tawney). Dobb está bem consciente desses fatos, e portanto o que ele pretende dizer é que, apesar da expansão da classe dos agricultores semicapitalistas independentes no decorrer desse intervalo, o trabalho em si, como um todo, ainda não tinha se tornado intrinsecamente subordinado ao capital.

Contudo, o que ocorreu não foi que depois da classe camponesa se ter emancipado do modo feudal de produção, esse campesinato independente tenha se desintegrado ou polarizado.

[pág. 106]

Historicamente, a classe camponesa já se fracionara até certo ponto na época da servidão. Os servos não se tinham emancipado segundo as mesmas

⁴⁶ *Studies*, p.19 ss.

condições econômicas; na Inglaterra, nos distritos rurais, o campesinato como produtor de mercadorias amadurecera bastante cedo; conseqüentemente, sua própria emancipação resultou da autodesintegração da classe camponesa. Dobb teve então de corrigir sua formulação nos *Studies* dizendo agora que esses séculos eram "de transição, no sentido de que as antigas formas econômicas estavam em processo de rápida desintegração enquanto as novas apareciam simultaneamente".⁴⁷

Sweezy, por outro lado, permanece demasiado preso à formulação anterior de Dobb, "nem feudal nem ainda capitalista". Para Sweezy, a "transição do feudalismo para o capitalismo não é um só processo ininterrupto... mas consta de duas fases bem distintas que apresentam problemas radicalmente diferentes e necessitam ser analisadas separadamente". Ele denomina o sistema "nem feudal nem capitalista" que prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI de "produção pré-capitalista de mercadorias". A "primeira solapou o feudalismo e então, *um pouco mais tarde*, depois de quase completo esse trabalho de destruição, preparou o terreno para o desenvolvimento do capitalismo".

Sweezy deliberadamente rejeita a expressão "simples produção de mercadorias", apesar de observar que na teoria do valor esta é uma expressão que "nos permite apresentar o problema do valor de troca em sua forma mais simples". Ele a considera historicamente imprópria, pois a simples produção de mercadoria é "um sistema de produtores independentes que possuem seus próprios meios de produção e atendem às suas necessidades mediante troca mútua", enquanto "na produção pré-capitalista de mercadoria... o meio de produção mais importante — a terra — era em grande parte propriedade de uma classe de não-produtores".⁴⁸ Na medida em que a terra dos camponeses estava ainda gravada com rendas

⁴⁷ "Uma Réplica", p.75-6.

⁴⁸ Ver p.60, nota 22.

feudais,

[pág. 107]

embora sob a forma monetária, o camponês não era um proprietário de terras, no sentido moderno, sendo inadequado chamá-lo de produtor independente. Na verdade, porém, na Inglaterra daquele tempo uma camada superior de arrendatários livres (*freeholders*) e de arrendatários consuetudinários passou da posição de arrendatários feudais para a de camponeses proprietários livres, independentes e auto-suficientes.

Uma questão ainda mais crucial é o método não-histórico pelo qual Sweezy introduz a noção de direitos modernos de propriedade, exatamente ao tratar da propriedade e da detenção feudal da terra. A propriedade feudal ou senhorial da terra, em nossas premissas, é uma forma de domínio que constitui a base da posse do senhor (domínio pela força); a propriedade do senhor era *Obereigentum*, *propriété eminente*, enquanto os camponeses eram *Untereigentümer*, detentores (*Besitzer*) de suas terras; a posse dos camponeses (*domaine utile*) era a sua propriedade efetiva. Em vista disso tudo, os conceitos legais de propriedade privada na sociedade burguesa moderna são inaplicáveis.⁴⁹ Ao contrário, o que importa é exatamente o conteúdo econômico,⁵⁰ a saber, a combinação dos camponeses como produtores diretos com os seus meios de produção (terra etc); o capitalismo

⁴⁹ Trata-se de uma crítica bem conhecida da *propriété paysanne* nos círculos históricos. Sobre uma primeira fase da controvérsia, ver Minzes, *Beitrag zur Geschichte der National-güterveräußerung im Laufe der französischen Revolution*, Jena, 1892. Criticando-a mais tarde, G. Lefebvre prova que os camponeses com *une tenure héréditaire*, embora ainda sujeitos a tributos feudais, eram *paysans propriétaires*, "Les recherches relatives à la répartition de la propriété et de l'exploitation foncières, à la fin de l'ancien regime", in: *Revue d'histoire moderne*, n.14, 1928, p.103 ss, 108. Ver ainda em Raveau, op. cit., p.126, e Bloch, M., *Annaks d'histoire économique etsociale*, v.I, 1929, p.100, outras provas de que os camponeses *tenanâers féodaux* eram *véritables propriétaires*.

⁵⁰ "A propriedade privada do trabalhador no que concerne a seus meios de produção é o fundamento da pequena indústria, quer agrícola ou manufatureira ou ambas; a pequena indústria é também uma condição indispensável para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Naturalmente, este pequena moda de produção também existe sob a escravidão, a servidão e outros estados de dependência. Mas ele floresce, e liberta toda a energia, atingindo sua forma clássica apropriada, apenas quando o trabalhador é o dono individual dos próprios meios de trabalho utilizados por ele mesmo." *Capital*, v.I, p.834 ss.

fundamenta-se na separação entre os camponeses e a terra. É esta a chave do desenvolvimento burguês-camponês naquele período. A prosperidade trazida pelo trabalho desse tipo de produtores, subsequente à desintegração do feudalismo, quando ainda não privados dos seus meios de produção, foi uma *Volksreichtum* e constituiu a base social real da monarquia absoluta.⁵¹

Sweezy cai em contradição ao chamar esse período de nem feudal nem capitalista, utilizando a categoria transitória de "produção pré-capitalista de mercadorias", e ao mesmo tempo nega que os produtores originais camponeses possam ser "produtos independentes". Ele tenta contornar esta contradição ao descrever a renda-dinheiro paga por esses camponeses como uma forma transitória (entre renda feudal e renda capitalista). Marx distingue essas formas transicionais no *Metariesystem* ou *Parzelleneigentum* do *Kleinbauerlicher Pächter*,⁵² mas não na própria renda-dinheiro. Talvez a concepção de Sweezy seja a de que o absolutismo em essência já não era feudal. O capítulo IV dos *Studies* de Dobb, bem como sua "Réplica", dão uma resposta adequada a este ponto e à sua conexão com a revolução burguesa. De qualquer modo, a introdução da categoria de "produção pré-capitalista de mercadorias" neste contexto não apenas é supérflua como obscurece o fato de que a sociedade feudal e a sociedade capitalista moderna se governam por diferentes leis históricas. Na sociedade capitalista, os meios de produção, como capital, estão separados do trabalho, e a lei característica do desenvolvimento é que a produtividade se desenvolve (crescente composição orgânica do capital; formação de uma taxa média de lucro; tendência a uma taxa decrescente de lucro; crises) como se fosse produtividade do capital. Na sociedade feudal, por outro

⁵¹ Ibidem, I, p.789.

⁵² Ibidem, III, cap. XLVII, s.5; v.I, p.814 ss.

lado, os meios de produção combinam-se com o produtor, e a produtividade se desenvolve (colapso do sistema senhorial e desenvolvimento da agricultura camponesa de pequena escala; formação das

[pág. 109]

rendas em dinheiro; tendência a uma taxa decrescente da renda; *crise seigneuriale*) como a produtividade do próprio produtor direto; portanto, a lei do desenvolvimento do feudalismo só pode apontar na direção da liberação e da independência dos próprios camponeses. É também evidente que o absolutismo não foi mais que um sistema de força concentrada para contra-atacar a crise do feudalismo provocada por essa evolução inevitável.⁵³ São estas, creio eu, as "leis e tendências", para usar a expressão de Sweezy, da sociedade feudal, sugeridas pelo método do volume m de *O Capital*.⁵⁴

4

Chegamos finalmente às relações entre a formação do capital industrial e a revolução "burguesa". O processo econômico básico da revolução burguesa foi a abolição das relações feudais de produção, de acordo com o desenvolvimento do capital industrial; sustentamos que isso constitui o conteúdo *lógico* da "passagem do feudalismo para o capitalismo", e que uma análise racional do caráter histórico de feudalismo seria primeiramente possível *post festum* tomando-se a revolução burguesa como ponto de partida. Reveste-se de maior importância, pois, explicar o desenvolvimento das forças produtivas que historicamente tornaram

⁵³ Sobre a crise estrutural da sociedade econômica no século XVIII, ver a admirável análise de Labrousse, CE. *La crise de L'économie française à la fin de l'ancien regime et au début de la révolution*, Paris, 1944, especialmente p.VII-LXXV.

⁵⁴ Ver, de minha autoria, "Hoken shakai no kiso mujun" ("Basic Contradictions of Feudal Society"), 1949, e *Shimin kakumei no kozo* (*Structure of the Bourgeois Revolution*), p.60-2.

inevitável o movimento burguês que aboliu as relações feudais tradicionais de produção, bem como as formas sociais de existência do capital industrial da época. Uma das contribuições mais valiosas de Dobb para a ciência da história foi sua procura da gênese do capitalismo industrial não no interior da *haute bourgeoisie* mas naquilo que se formava dentro da classe dos próprios pequenos produtores de mercadorias no

[pág. 110]

processo de se libertarem da propriedade feudal do solo; ou seja, ele procurou essa origem naquilo que se gerava na economia interna do corpo dos pequenos produtores; e, portanto, que ele tenha atribuído alto valor ao papel desempenhado por essa classe de pequenos e médios produtores de mercadorias como agentes principais da produtividade no estágio inicial do capitalismo. Segundo Dobb, os representantes das relações capitalistas de produção da época deveriam ser encontrados na classe camponesa independente e auto-suficiente e nos artesãos de pequena e média escala. Em particular, os *kulaks yeomen* melhoraram suas propriedades rurais e métodos de cultivo paulatinamente, e compraram a força de trabalho de seus vizinhos mais pobres, os *cotters*; não apenas eles continuaram a expandir a escala de suas operações produtivas, iniciando a indústria têxtil rural (manufatura como a forma inicial de produção capitalista), mas empresários do mesmo tipo apareceram também no artesanato urbano.⁵⁵ "O New Model Army de Cromwell e os Independentes, que eram a forma motriz real da revolução [burguesa inglesa], obtinham seu poder principalmente dos centros manufatureiros e... dos setores da nobreza rural e dos pequenos e médios agricultores *yeomen*". Esses elementos foram esteios firmes da revolução inglesa; os mercadores e monopolistas privilegiados pela Coroa pertenciam em grande parte ao partido Realista; e

⁵⁵ *Studies*, p.125 ss., 128 ss., 134 ss., 142 ss., 150 ss. etc; "Uma Réplica", p.80.

o "capital mercantil, longe de desempenhar sempre um papel progressista, é encontrado freqüentemente aliado à reação feudal [absolutismo]".⁵⁶

[pág. 111]

Voltando aos termos da minha tese, a revolução inglesa do século XVII que destruiu a reação feudal (absolutismo) marcou, dessa maneira, o primeiro passo no sentido da subordinação do capital mercantil ao capital industrial.

Esta maneira de expor o problema e de fazer a sua análise histórica apareceu no Japão independentemente de Dobb, em época anterior e de modo mais consciente, nas teorias históricas originais e criativas de Hisao Otsuka.⁵⁷ Diria, portanto, que a opinião de Dobb pode ser vista como a

⁵⁶ *Studies*, p.171; "Uma Réplica", p.80. O ponto de vista de Dobb de que os autores da revolução burguesa, veículos reais do capital industrial (produção capitalista) daquele tempo, deveriam ser encontrados no meio da pequena e média burguesia em ascensão, e de que o centro de atenção deveria ser colocado na contradição entre os mesmos e os capitalistas mercantis e usurários (*Haute bourgeoisie*) já fora, quarenta anos antes, a de Unwin, G., *Industrial organization in the 16th and 17th centuries*, 1904, e Weber, Max, *Die protestantische Ethik und der Geist von Kapitalismus*, 1904-05. É surpreendente que Dobb, ao abordar o "espírito capitalista", (*Studies*, p.5, 9), não leve em conta essa notável visão de Weber. Este ressalta claramente dois sistemas sociais oponentes naquele período heróico da história inglesa. O "espírito capitalista", que surgiu sob a forma do puritanismo, foi o estilo de vida, a forma de consciência mais adequada à classe dos pequenos proprietários e pequenos e médios industriais daquele tempo, não sendo encontrado na mentalidade da "fome pelo dinheiro", "avidez de ganho" comuns aos mercadores monopolistas e usurários de todos os tempos e nações. "Em geral, no limiar dos tempos modernos, não foram apenas, e nem em maior medida, os empresários capitalistas do patriciado comerciante, mas antes as camadas em ascensão da classe média industrial que constituíram os veículos da atitude que rotulamos de 'espírito do capitalismo'". Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religion-soziologie*, v.I, Tübingen, 1920, p.49 ss.; e cf. *Ibidem*, p. 195 ss. Sobre este ponto, nem mesmo Tawney se dissociou da tese de Brentano em *Die Anfänge des modernen Kapitalismus*, München, 1916, no sentido de que o espírito capitalista surgiu junto com o comércio sedento de lucro. Por exemplo, em Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*, Londres, 1926, p.319: "Havia muito do 'espírito capitalista' em Veneza e Florença, ou na Alemanha meridional e Flandres, no século XV, pela simples razão de que essas áreas eram os maiores centros comerciais e financeiros da época, ainda que todas fossem, ao menos nominalmente, católicas". Pirenne. citado freqüentemente tanto por Dobb como em particular por Sweezy, e sem dúvida uma das principais autoridades, publicou um esboço sobre "a evolução do capitalismo através de mil anos de história", intitulada "The Stages in the Social History of Capitalism", in: *American Historical Review*, v.XIX, 1914, p.494-515. Ele ressaltou a mudança dos capitalistas de um período para outro. Os capitalistas modernos não se originaram das medievais, mas antes de sua destruição; na essência, porém, Pirenne considerava a produção de mercadorias e a própria circulação do dinheiro como as marcas do capitalismo, e, a seu ver, o capitalismo feudal e o moderno "têm apenas uma diferença de quantidade, e não de qualidade, uma simples diferença de intensidade, e não de natureza", op. cit., p.487. Para ele, também o *spiritus capitalisticus* é a avidez pelo ganho, surgido no século XI juntamente com o comércio.

⁵⁷ Otsuka, Hisao, *Kindai Oshu Keizaishi iosetsu (Introduction to the Economic History of Modern Europe)*, Tokyo, 1944. O cerne do argumento desse trabalho está claramente formulada mesmo antes no ensaio do mesmo autor, "Noson no orimoto to toshi no orimoto" ("*Country and Town Clothiers*"), in:

confirmação do nível metodológico da ciência da história econômica no Japão; para

[pág. 112]

Sweezy, talvez, ela é menos convincente. Ao invés de analisar concretamente a gênese social e a forma de existência do capital industrial na época, tudo o que Sweezy faz a respeito da clássica passagem,⁵⁸ no volume m de *O Capital* sobre as "duas vias" da transição do modo feudal de produção é lançar *en passam* alguns comentários críticos sobre as opiniões e a documentação de Dobb. Esse capítulo XX (como o capítulo XXXVI), porém, é "histórico", e encerra uma série de capítulos que tratam do capital mercantil e do capital financeiro. Sua análise se refere à natureza ou às leis do primitivo capital mercantil ou usurário, que teve uma existência independente apenas na sociedade pré-capitalista, e ao processo pelo qual, no curso do desenvolvimento da produção capitalista, esse capital mercantil subordinou-se ao capital industrial. Não se trata de uma mudança meramente formal ou nacional, isto é, do mercador transformar-se em industrial. Portanto, ao debater a teoria das "duas vias", a saber, 1) "o produtor torna-se um mercador e capitalista" — "esta é a via realmente revolucionária" —; e 2) "o mercador se apossa diretamente da produção", o mercador se torna um industrial "preserva-o [o antigo modo de produção] e utiliza-o como premissa", mas se torna com o tempo "um obstáculo para um real modo capitalista de produção, declin(ando) com a evolução do mesmo":⁵⁹ isso tudo deve ser entendido como um todo, na história assim como na teoria. Um pouco antes, lê-se: "Nos estágios pré-capitalistas da sociedade, o comércio domina a indústria. O inverso é verdade na sociedade moderna", surgindo a questão da "subordinação do capital mercantil ao

Shakaikeizai shigaku (Social and Economic History), 1938, v.VIII, n.3-4.

⁵⁸ *Capital*, v.III, p.393.

⁵⁹ Ver p.63, 64 e 65.

capital industrial". Depois da passagem em debate, vêm as declarações: "O próprio produtor é um mercador. O capital mercantil já não realiza nada mais do que o processo da circulação... Agora o comércio se torna o servidor da produção industrial".⁶⁰

Segundo a análise de Sweezy,⁶¹ a segunda via, de mercador para manufatureiro ou industrial, segue pelo caminho in-

[pág. 113]

direto do novo sistema (*putting-out system*), enquanto na primeira via "o produtor, fossem quais fossem os seus antecedentes [presumivelmente os antecedentes sociais] *começa* ao mesmo tempo como mercador e empresário de trabalho assalariado", ou "se torna um autêntico empresário capitalista sem passar pelos estágios intermediários do novo sistema". Esta parece uma interpretação superficial. Sweezy considera o problema como simples comparação de modalidades administrativas e perde de vista o caráter social dos dois — a contradição. Sem dúvida é correta a referência de Sweezy ao novo sistema como a Via n.II. Um pouco adiante no mesmo capítulo de *O Capital*, explica-se a via "mercador —> industrial (manufatureiro)"; nela, o capitalista mercador subordina a si mesmo os pequenos produtores (os artesãos da cidade e especialmente o aldeão produtor) e opera o novo sistema em seu próprio benefício, adiantando empréstimos aos trabalhadores. Além disso, porém, a via "produtor —> mercador (capitalista)" é exemplificada: "O mestre tecelão, ao invés de receber parceladamente a lã do mercador, e trabalhar para ele com seus jornaleiros, compra de próprio a lã ou o fio e vende o tecido para o mercador. Os elementos da produção entram em seu processo de produção como mercadorias compradas por ele mesmo. Em vez de produzir para o

⁶⁰ *Capital*, v.III, p.389, 392, 393 ss.

mercador individual, ou fregueses determinados, o mestre tecelão produz para o mundo comercial. O próprio produtor é um mercador".⁶² Nesse caso, os pequenos produtores de mercadorias ascendem no sentido da independência e da posição de capitalistas industriais, saindo do controle do capital mercantil no novo sistema. Assim, toda a referência ao texto original indica não apenas a existência das duas vias, como sua oposição e choque. A substância da trajetória "produtor —> mercador" é a do processo "revolucionário" de subordinação do primitivo capital mercantil ao capital industrial (produção capitalista).⁶³

[pág. 114]

Com referência à Via n.I, Sweezy, sem chegar ao ponto de negar totalmente a existência de casos de transformação de pequenos produtores de mercadorias em capitalistas industriais, julga-os sem importância na gênese social dos capitalistas industriais. Ao contrário, considera como geral a transição direta para capitalistas industriais sem desvio pelo sistema *putting out*. É quase certo que ele tem em mente os manufatureiros centralizados (*fabriques réunies*), comumente apontados pelos historiadores econômicos, a julgar pelos fatos aduzidos no estudo de Nef sobre as práticas na mineração e na metalurgia.⁶⁴ Historicamente, esse tipo de

⁶¹ Ver p.66, 67.

⁶² *Capital*, v.III, p.395.

⁶³ E ainda, como para o "produtor que se transforma em comerciante", declara, num capítulo anterior, em que analisa o lucro comercial: "No processo da análise científica, a formação de uma taxa média de lucro parece originar-se dos capitais industriais e de sua concorrência, e somente mais tarde parece ser corrigido, suplementado e modificado pela intervenção do capital mercantil. Mas, no decurso dos eventos históricos, o processo se inverte... O lucro comercial originariamente determina o lucro industrial. Só depois que o modo capitalista de produção se firmou e o próprio produtor se tornou comerciante, é que o lucro comercial se reduziu àquela alíquota do total de mais-valia que competia (a alíquota) ao capital mercantil como uma alíquota do capital total aplicada no processo social da reprodução". *Capital*, v.III, p.337 ss. De modo similar, o desenvolvimento da produção capitalista agrícola reduziu a renda de sua posição de modalidade normal de trabalho excedente (renda feudal ou serviços feudais) à posição de "ramificação" do lucro (a parte além da taxa média de lucro).

⁶⁴ *Industry and Government in France and England, 1540-1640*.

manufaturas centralizadas, instituídas sob a proteção e favor das monarquias absolutas como *manufadures royales (d'étatprivilégiées)* ou como instituições para trabalho compulsório, existia em muitos países.⁶⁵ Contudo, em essência não se trata de manufaturas genuínas, como forma inicial de produção capitalista (capital industrial); mas um simples ponto de coesão ou nódulo do sistema *putting-out* de capital mercantil, como ficou comprovado por nossos trabalhos; portanto, em caráter era o mesmo que a Via n.II. Seria "revolucionário", sendo, como foi, incapaz de provocar o desenvolvimento da genuína produção capitalista? Na Europa ocidental, ao contrário, foi ultrapassado pela ascensão e expansão econômica da classe dos pequenos produtores, sucumbindo aos poucos. Conforme mostrou Dobb no caso da Inglaterra,

[pág. 115]

empresas monopolísticas dessa espécie eram de natureza "conservadora", aliadas aos poderes de estado da monarquia absoluta; conseqüentemente, afinal foram destruídas e desapareceram na revolução burguesa.⁶⁶ Essa evolução foi característica na formação do capitalismo na Europa ocidental, particularmente na Inglaterra. Por outro lado, enormes empresas monopolísticas dessa natureza desempenharam papel importante no estabelecimento do capitalismo na Europa oriental e no Japão; mas isso não foi considerado por Sweezy.

Mas Dobb também, ao abordar o problema das "duas vias", considera

⁶⁵ Koulischer, J. "La grande industrie aux XVIII^e et XVIII^e siècles. France, Allemagne, Russie", in: *Annales d'histoire écon. et soe*, 1931, n.9; cf. Dobb, *Studies*, p.138 ss, 142 ss.; "Uma Réplica", p.80.

⁶⁶ Este foi o caso na França, também. Os estudos de Tarlé sobre a indústria no *ancien regime* levaram-no a ressaltar ainda uma vez o "fato de enorme importância" de que a luta encarniçada por uma produção nacional mais ampla e mais livre — a força propulsora do capitalismo francês — não foi sustentada pela *grande industrie* nem pelos prósperos *industriels des villes* (os *putters-out*), mas pelos *petits producteurs des campagnes*, Tarlé, E., *L'industrie dans les campagnes en France à la fin de l'ancien regime*, Paris, 1910, p.53. O brilhante trabalho de Labrousse aponta o crescente cisma e antagonismo econômico e social entre a minoria feudal privilegiada e o conjunto da nação, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVII^e siècle*, 2 vols., Paris, 1933, v.II, p.615, 626, 419-21, 639, 535-44.

a via "produtor —> mercador" como sistema "'putting-out' ou *Verlag*, organizado pelos manufatureiros-mercadores" ou por "empresários... que se dedicaram ao comércio e empregaram artesãos mais pobres no sistema *putting-out*";⁶⁷ neste ponto ele caiu em contradição, evidentemente. Na modalidade histórica do sistema *putting-out*, os manufatureiros mercadores realizam seu lucro pela concentração, nas próprias mãos, da compra das matérias-primas e da venda dos produtos, adiantando a matéria-prima aos pequenos produtores para que o trabalho seja feito; essa separação dos pequenos produtores em relação ao mercado, esse monopólio do mercado pelos comerciantes (*putters-out*) obviamente teve o efeito de bloquear a estrada pela qual os produtores diretos ascendiam independentemente como produtores de mercadorias, tornando-se capitalistas.⁶⁸ Embora esses *marchands-entrepreneurs* fossem comumente chamados de

[pág. 116]

⁶⁷ *Studies*, p.138; "Uma Réplica", p.80.

⁶⁸ O novo sistema (*putting-out system*), embora seja produção de mercadoria, não é produção capitalista. O senhor que dirige diretamente a senhoria mediante o trabalho compulsório dos servos, ou o terratenente feudal que lhes cobra renda em espécie, talvez convertam realmente os produtos em mercadoria, mas ainda não são capitalistas. O novo sistema pressupõe a posse dos meios de produção pelos produtores imediatos diretos; não pressupõe trabalho assalariado. Do mesmo modo, o sistema da propriedade territorial feudal baseia-se na detenção da terra pelos camponeses. O senhor feudal, divergindo dos camponeses da *Hufe*, pôs um fim à independência deles; tomou conta da comunidade aldeã e de suas restrições coletivas à base das quais as relações mútuas dos camponeses da *Hufe* se tinham organizado, e reestruturou-as segundo a esquema das relações e dominação da propriedade territorial feudal. Do mesmo modo, os mercadores do novo sistema surgiram dentre os artesãos independentes e deram um fim à independência destes, assumiram o controle das guildas dos artesãos urbanas e das restrições coletivas à base das quais as relações mútuas dos artesãos independentes se tinham organizado, e reestruturaram-nas sob o controle do capital mercantil. A seqüência do desenvolvimento das categorias — ofício —> guilda —> sistema *putting-out* (capital mercantil) — é a projeção — formal ou fictícia — da estrutura lógica básica da propriedade territorial feudal —, *virgate* —> comunidade —> senhoria (ver nota 15). Cf. *Contribution to a Critique of Political Economy*, op. cit., p.302. A separação dos artesãos independentes, que eram ao mesmo tempo produtores e comerciantes, de suas funções comerciais de compra das matérias-primas e venda dos produtos, e a concentração dessas funções nas mãos dos comerciantes, foram as condições para o estabelecimento do sistema *putting-out* capitalista mercantil. Do mesmo modo, foram as "restrições extra-econômicas" por parte dos novos mercadores que asseguraram a separação entre produtores e mercado, isto é, a negação da independência destes como produtores de mercadorias. Os artesãos, perdendo sua independência, sujeitavam-se ao domínio dos novos comerciantes. Todavia, não havia ainda mudança alguma no processo produtivo em si; ao contrário, sua base continuava a ser as condições de produção e trabalho da guilda e dos ofícios. A mudança restringiu-se ao processo de circulação. À base das indústrias dos pequenos artesãos, o processo de produção foi unificado pelos novos comerciantes e caiu sob o seu controle. Assim, o sistema *putting-out* não diferia essencialmente, como modo de produção, do artesanato feudal. Ver ainda Weber, *Wirtschaftsgeschichte*, op. cit., p.147.

fabricants, eles não eram verdadeiros capitalistas industriais "progressistas". Eles "controlavam" a produção apenas do exterior, e a fim de continuar com seu domínio como capitalistas mercantis mantiveram imutáveis as tradicionais condições de produção; eram, de natureza, conservadores. Essa portanto não é a Via n.I, mas certamente se encontra no âmbito da Via n.II.

Por que, então, Dobb considera o sistema *putting-out* e o capital mercantil do mesmo como a Via n.I? Talvez fundamente sua opinião em fatos da história econômica peculiares à Inglaterra. Dobb identifica esse sistema com o "sistema doméstico"

[pág. 117]

(*industrie, à domicile, Hausindustrie*). "Em geral na Inglaterra... no século XVII, a Indústria doméstica, mais do que a fábrica ou a oficina de artesanato, permaneceu como a forma de produção mais típica".⁶⁹ O sistema doméstico na Inglaterra (algo diferente da *Hausindustrie* alemã, que freqüentemente tem conteúdo idêntico ao do *Verlagssystem*) muito comumente denota pequenas e médias indústrias independentes, e não o sistema *putting-out* no sentido estrito e original.⁷⁰ Além disso, é digno de nota na história econômica inglesa que o controle desse sistema pelo capital mercantil parecia brando, e que a classe dos pequenos produtores que recebiam adiantamentos de matérias-primas dos mercadores era capaz de se tornar independente do controle do sistema com relativa facilidade. Condições semelhantes são particularmente evidentes em Lancashire, no

⁶⁹ *Studies*, p.142 ss.

⁷⁰ Mantoux, P. *The Industrial Revolution in the 18th Century*, Londres, 1937, p.61. Também Toynbee aponta este estado de coisas na indústria inglesa antes da revolução industrial: "A classe dos empresários capitalistas estava ainda em sua primeira infância. Grande parte dos nossos bens ainda eram produzidos no sistema doméstico. As manufaturas pouco se concentravam nas cidades, estando apenas parcialmente separadas da agricultura. O 'manufaturador' era, literalmente, o homem que trabalhava com as próprias mãos na sua própria casa... Um aspecto importante da organização industrial da época era a existência de muitos pequenos mestres-manufaturadores, inteiramente independentes, com capital e terra próprios, pois combinavam a cultura de pequenas pastagens

século XVIII; segundo o trabalho de Wadsworth e Mann, na estrutura flexível do novo sistema, os tecelões facilmente podiam ascender a comerciantes e mais tarde a manufatureiros.⁷¹ Dobb talvez tivesse em mente essa espécie de situação econômica e social. Seu estudo⁷² assim o insinua: "Muitos dos novos empresários tinham começado como pequenos 'manufatureiros-mercadores' do sistema *putting-out*". Portanto, os verdadeiros elementos dos "manufatureiros-mercadores" que Dobb escolheu como Via n.I não são a oligarquia monopolista dos capitalistas mercantis do *putting-out*, no senso estrito, os quais constituíam um obstáculo ao desenvolvimento

[pág. 118]

da produção capitalista, como vemos no caso do *Verlegerkompagnie*, e cujo controle foi abolido com a revolução burguesa, mas, ao contrário, é a classe dos pequenos e médios capitalistas industriais e comerciais que construíram seu caminho para a independência nos interstícios do "controle" do capitalista mercantil, e se tornaram os manufatureiros-mercadores. É aqui que Dobb procura a gênese histórica da "manufatura" como primeiro estágio da produção capitalista, e não no que os historiadores chamam de "fábrica" ou "manufatura". Esta é, fora de dúvida, uma das contribuições de Dobb à ciência histórica.⁷³ Ele deveria, porém, ter desenvolvido com maior precisão seu tratamento sobre a gênese do capital industrial à luz da organização interna peculiar à agricultura inglesa.

Embora Dobb apresente uma análise concreta e substancial das "duas

livres com seu artesanato". *Lectures on the 18th century in England*, Londres, 1884, p.52 ss.

⁷¹ Wadsworth & Mann, *The cotton trade and industrial Lancashire, 1600-1780*, Manchester, 1931, p.277; e cf. p.70-5, 241-8. 273-7.

⁷² "Uma Réplica", p.80.

⁷³ Sobre este ponto, ver Otsuka, Hisao, "Toiya seido no kindai teiki keitai" ("Modern forms of the putting-out system"), 1942, in: *Kindai shihonshugi no keifu (Ancestry of modern capitalism)*, Tokyo, 1951, p. 183 ss. Ver também o resumo feito por Kulischer dos resultados da história socioeconômica, *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte*, v.II, Munich e Berlim, 1929, p.162 ss.

vias", e tenha tido uma visão profunda do caráter histórico da revolução burguesa "clássica", numa escala internacional suas várias teses reclamam um novo exame. Quanto à Europa ocidental, tanto na Inglaterra como na França aquela revolução teve como base a classe dos camponeses livres e independentes e a classe dos pequenos e médios produtores de mercadorias. A revolução foi uma dura luta (pelo poder do estado) entre um grupo da classe média (os *Independents*, na Revolução Inglesa, e os *Montagnards*, na Francesa), e um grupo da *haute bourgeoisie* oriundo da aristocracia feudal rural, dos monopolistas mercantis e financeiros (na Revolução Inglesa, os *royalists* e depois os *presbyterians*, na Francesa, os *monarchiens*, depois os *feuillants*, e finalmente os *girondins*); no processo de ambas as revoluções, os primeiros abriram caminho para os outros.⁷⁴ Dobb demonstrou-o, no caso da Inglaterra.

[pág. 119]

Contudo, na Prússia e no Japão ocorreu o contrário. As revoluções burguesas clássicas na Europa ocidental tinham por objetivo a libertação dos produtos do sistema de "restrições" (propriedade feudal do solo e normas das guildas, a fim de que se tornassem produtores livres e independentes de mercadorias;⁷⁵ no processo econômico, era inevitável que

⁷⁴ Comparar com o "conflito das duas modalidades de atividade capitalista" de Weber. Ele considera que as origens do período, ao falar dos adeptos das várias seitas puritanas, descrevem parte deles como desprovida de propriedades (proletários) e parte como pertencente à camada dos pequenos capitalistas. "Precisamente desta camada de *pequenos* capitalistas, e *não* dos grandes financistas: monopolistas, fornecedores do governo, financiadores do estado, colonialistas, empresários etc, é que surgiu o que era *característico* do capitalismo ocidental: a organização econômica privada burguesa do trabalho industrial" (ver, p. ex., Unwin, *Industrial Organization in the 16th and 17th Centuries*, p.196 ss.); e "À estruturação 'orgânica' da sociedade, naquela direção fiscal-monopolística que assumiu na anglicanismo sob os Stuarts, mais precisamente, na definição de Laud: — a essa liga da igreja e do Estado com os 'monopolistas', na base de uma infra-estrutura social cristã, o puritanismo, cujos representantes eram sempre opositores ferrenhos dessa espécie de capitalismo mercantil, *putting-out* e colonial privilegiado pelo governo, opunha os *impulsos* individualistas de ganho legal racional mediante a iniciativa e a virtude individual, empenhada decisivamente na criação de indústria sem o poder do estado e em parte a despeito dele e contra ele, enquanto todas as indústrias monopolistas apoiadas pelo governo cedo desapareceram na Inglaterra", *Protestantische Ethik*, loc. cit., p.195, nota; p.201 ss.

⁷⁵ Os *independents* na Revolução Puritana eram desse tipo, bem como os *montagnards* na Revolução Francesa, como indica a última autoridade sobre o assunto: "Seu ideal social era a democracia dos

eles se dissociassem, e essa diferenciação (em capital e trabalho assalariado) forma o mercado interno para o capital industrial. É desnecessário dizer que o substrato social necessário para a concretização da revolução burguesa desse tipo era a desintegração estrutural da propriedade feudal do solo, peculiar à Europa ocidental. Ao contrário, na Prússia e no Japão desde o princípio estava estipulado que o capitalismo se ergueria sob o controle e o patrocínio do estado absolutista feudal.⁷⁶

A maneira pela qual o capitalismo se formou em cada país, obviamente, se entrelaça intimamente com as estruturas sociais anteriores, isto é, a força e a organização interna da

[pág. 120]

respectiva economia feudal. Na Inglaterra e na França, a propriedade feudal do solo e a servidão ou desintegraram-se no processo do desenvolvimento econômico ou foram abolidas estrutural e categoricamente na revolução burguesa. Lefebvre enfatiza o papel da *revolution paysanne* na revolução francesa.⁷⁷ Essas revoluções na Europa ocidental, graças à independência e ascensão dos pequenos produtores de mercadorias e à sua diferenciação, libertaram em seu interior as forças — por assim dizer *econômicas* — que trabalharam no sentido do desenvolvimento da produção capitalista, enquanto na Prússia e no Japão essa "emancipação" foi levada a cabo no sentido oposto. A organização da propriedade feudal territorial permaneceu intata e as classes dos camponeses livres e independentes e dos burgueses de classe média continuaram pouco desenvolvidas. As "reformas" burguesas, como a *Bauernbefreiung* e a *Chiso-kaisei* (reformas agrárias na

pequenos proprietários autônomos, dos camponeses e artesãos independentes, a trabalhar e comerciar livremente". Lefebvre, G., *Questions agraires au temps de la Terreur*, Strasbourg, 1923, p. 133.

⁷⁶ Cf. "Kindai teiki shinka no futatsu no taiko teiki taiki ni tsuite" ("On Two Contrary Systems of Modern Progress"), 1942, in: Takahashi, *Kindai shakai seiritsu shiron* (Historical essay on the formation of modern society), p. 151 ss.

⁷⁷ Sobre a "revolução camponesa", ver Lefebvre, G., "La revolution et les paysans", in: *Cahiers de la rev. fr.*, 1943, n.I.

Restauração Meiji), contêm elementos contraditórios como a sanção legal da situação da propriedade fundiária dos *Junker* e a posse parasitária do solo, de caráter semifeudal. Tendo em vista que o capitalismo teve de ser edificado sobre esse tipo de solo, numa base de fusão mais do que numa base de conflito com o absolutismo, a formação do capitalismo ocorreu de maneira oposta à da Europa ocidental, predominantemente como um processo de transformação do capital mercantil do sistema *putting-out* em capital industrial. As condições socioeconômicas para o estabelecimento da democracia moderna não estavam presentes; ao contrário, o capitalismo teve de abrir caminho num sistema oligárquico — a estrutura social "orgânica" — destinado a suprimir o liberalismo burguês. Dessa maneira, não foi o próprio desenvolvimento interno dessas sociedades que acarretou a necessidade de uma revolução "burguesa"; a necessidade de reformas ocorreu, ao contrário, como resultado de circunstâncias externas. Pode dizer-se que, em conexão com condições mundiais e históricas em mutação, a fase do estabelecimento do capitalismo segue linhas básicas diferentes: na Europa ocidental, a Via n.I

[pág. 121]

(produtor —> mercador), na Europa oriental e na Ásia, a Via n.II (mercador —> manufactureiro). Existe um estreito relacionamento interno entre a questão agrária e o capital industrial, que determina as estruturas características do capitalismo nos vários países.⁷⁸ De nossa parte, o que o autor de *O Capital* escreveu a respeito de sua terra natal em 1867, no prefácio da primeira edição, é ainda válido, apesar da fase diferente na história mundial: "Além dos males modernos, somos oprimidos por uma série de males herdados oriundos da sobrevivência passiva de modos antiquados de produção, com seu inevitável séquito de anacronismos sociais e políticos".⁷⁹ Dessa maneira, a questão das "vias", no que nos diz respeito, não tem interesse meramente histórico, mas relaciona-se com temas

⁷⁸ Este problema foi levantado anteriormente no Japão: ver o trabalho original de Seitōra Yamada, *Nihon shihon shugi bunseki (Analysis of Japanese capitalism)*, 1934, em especial o Prefácio, que contém em forma compacta grande número de enfoques históricos

⁷⁹ *Capital*, v.I, p.13

práticos concretos. *Hic Rhodus, hic salta!*

[pág. 122]

Um comentário suplementar

Maurice Dobb

Concordo em geral com o interessante artigo sobre "A transição do feudalismo para o capitalismo" de autoria do professor Takahashi, que traz uma contribuição tão importante para o aprofundamento e o alargamento de nossa compreensão dos relevantes problemas em questão. Pouca coisa tenho o desejo ou a competência de acrescentar ao que ele disse. Em especial, considero particularmente esclarecedor o tratamento que deu à noção das "duas vias" e o uso que fez da mesma para esclarecer o contraste entre a via da revolução burguesa e a da Prússia e do Japão. Com referência às críticas que me fez, gostaria apenas de fazer três comentários.

Ele está, é claro, plenamente justificado ao afirmar que meu livro prestou pouca atenção a trabalhos franceses e alemães; ele poderia ter acrescentado ainda com maior razão que eu ignorei quase inteiramente a experiência da Europa meridional, da Itália e da Espanha em particular. Posso apenas dizer que o fiz deliberadamente, e que meu livro se chamou *Studies in the development of capitalism* (*Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo*) para indicar seu caráter seletivo e parcial. Não pretendi escrever, nem mesmo esboçar, uma história abrangente do capitalismo. O método adotado pode ser descrito, penso eu, como uma abordagem de certas fases e aspectos cruciais do desenvolvimento do capitalismo, basicamente tomando a Inglaterra como exemplo clássico, com referências ocasionais a paralelos no con-

[pág. 123]

tinente (como os desenvolvimentos das guildas ou do sistema *putting-out*), ou os contrastes (como a reação feudal na Europa oriental ou a criação do

proletariado), a fim de elucidar alguns pontos em particular. Se quisesse tratar desses paralelos e contrastes como eles mereceriam, e, partindo deles, realizar algo como um estudo comparativo completo da origem e crescimento do capitalismo sob diversas condições, teria sido necessário que eu possuísse, sobre os estudos históricos da Europa, um conhecimento que realmente não posso dizer que possuo. Mesmo uma mente muito mais enciclopédica que a minha provavelmente teria tido de esperar por uma década, mais ou menos, pelos "progressos conjuntos nesses estudos", a que se refere o professor Takahashi.

Em segundo lugar, ao afirmar que em meu livro eu falo do período que vai do século XIV ao XVI na Inglaterra como não sendo "nem feudal nem ainda capitalista", creio que o professor se enganou ao considerar a minha exposição do problema como se fosse a minha própria conclusão a respeito. Se ele ler outra vez a referida passagem na página 19 de meu livro, creio que notará que ali eu faço uma pergunta (de fato, a frase termina com um ponto de interrogação), e expresso uma dificuldade que se tem apresentado a muitos estudiosos desse período. Na página seguinte, exatamente, eu digo que, apesar da desintegração do feudalismo e do aparecimento de "um modo de produção que se tornara independente do feudalismo: a pequena produção... que ainda não era capitalista, embora contivesse o embrião de relações capitalistas", ainda não se podia falar do fim do feudalismo ("A menos que se identifique o fim do feudalismo com o processo de comutação... ainda não se pode falar do fim do sistema medieval, e menos ainda do destronamento da classe dominante medieval" — p.20). Admito que a exigüidade de minhas referências à agricultura (por ele criticada) fornece a minhas conclusões muito menos apoio do que seria possível. Acredito, porém, que nessa área, apesar dos esclarecimentos trazidos por Tawney e alguns outros, ainda se torna necessário muito estudo por parte de especialistas nesse período — especialistas orientados

pelo método marxista. Estou pronto a admitir, também,

[pág. 124]

que certas posições minhas, presentes em estudos preliminares anteriores, talvez tenham deixado vestígios na versão final, fazendo com que a exposição fosse menos clara do que devesse ser. Não era minha intenção, todavia, endossar o ponto de vista de que o período entre Edward III e Elizabeth não era "nem feudal nem ainda capitalista"; e a declaração de que esse período foi "transitório", que o professor Takahashi diz ter sido uma "correção" feita por mim somente na "Réplica", na verdade aparece na página 20 do livro.

Continuarei, porém, a defender minha outra declaração no sentido de que "a desintegração do modo feudal de produção já alcançara um estágio avançado antes de se desenvolver o modo de produção capitalista, e que essa desintegração não seguiu em estreita correlação com o crescimento do novo modo de produção no seio do antigo". Isso não implica que esses séculos de transição não fossem nem feudais nem ainda capitalistas, mas antes o contrário. Acredito que é esta a chave para a dificuldade que levou tantos a adotarem posições semelhantes à de Sweezy sobre esse período. Considero esta declaração como de natureza geral, forma preliminar da tese, creio eu, plenamente aceita pelo professor, a saber, que a desintegração do feudalismo (e conseqüentemente o seu estágio final e de declínio) *não* resultou do ataque de um "capitalismo" incipiente disfarçado de "capital mercantil" aliado à "economia monetária", como se supõe geralmente, mas da revolta dos pequenos produtores contra a exploração feudal. Essa independência parcial dos pequenos produtores resultou na aceleração de sua própria desintegração (mesmo que não fosse esse o princípio do processo), pela aceleração do processo de diferenciação social entre eles; o modo capitalista de produção nasceu deste processo (porém apenas depois

de sua maturação no decorrer do período de transição do feudalismo em declínio). E precisamente porque esse processo de diferenciação social no interior do pequeno modo de produção teve de amadurecer antes do surgimento da produção capitalista, tornou-se necessário um intervalo entre o começo do declínio da servidão e a ascensão do capitalismo. Nas palavras do professor Takahashi: "à medida que a renda-espécie cede lugar à renda-dinheiro, essas pequenas fazendas, o pequeno modo

[pág. 125]

de produção agrícola, tornam-se mais e mais claramente independentes, ao mesmo tempo em que sua autodesintegração também se processa mais rápida e livremente." Nosso único desacordo quanto a este ponto parece ser a possível diferença de ênfase no grau dessa "autodesintegração" num período inicial e num período posterior.

Em terceiro, no que diz respeito às "duas vias" e às minhas referências ao sistema *putting-out*, a interpretação do professor está correta ao dizer que eu incluí esse sistema do tipo da pequena indústria doméstica inglesa na Via n.I. Julgara, porém, ter deixado claro no capítulo sobre "A ascensão do capital industrial" que eu considerava esse sistema não como uma forma econômica homogênea, mas antes uma denominação genérica para um fenômeno complexo que abrangia vários tipos diferentes. Um deles, o tipo de indústria puramente *Verleger*, organizado pelos mercadores de companhias como as dos *Haberdashers* (armarinheiros), *Drapers* (comerciantes de fazendas), *Clothworkers* (tecelões), *Leathersellers* (vendedores de artigos de couro), considerei como de mercadores que se transformaram em manufatureiros, ou seja, a Via n.II (ver p. 129-34 dos *Studies*); em seguida contrapus a isso o movimento cujas expressões são (p. 134-38) a ascensão de uma classe de empresários mercadores-manufatureiros oriundos das fileiras dos artesãos e que compunham a

Yeomanry (subordinada) das *Livery Companies*, e o desafio das novas corporações stuartianas constituídas desses elementos (de que falou Unwin). Hesito em aventar uma opinião dogmática quanto ao fato de essa forma de sistema *putting-out*, organizada de baixo para cima, ser um fenômeno tipicamente inglês, ou ter paralelos continentais. A esta altura, posso apenas sugerir que a preocupação com a procura do *entrepreneur* capitalista de larga escala talvez haja cegado historiadores continentais quanto ao papel desempenhado pelo tipo pequeno e *parvenu* de mercador-manufatureiro, e que o verdadeiro quadro do *Verlagssystem* talvez não seja, mesmo na Alemanha, tão sistemático e nítido quanto os historiadores econômicos alemães o têm representado. Devemos mais uma vez apelar para os "progressos conjuntos" no estudo dessas questões em diversos países, de que nos fala o professor Takahashi.

Uma tréplica

Paul Sweezy

Os problemas que mais me preocupavam quando comecei a ler *Studies in the development of capitalism*, de Dobb, Nova York, 1947, em resumo, eram os seguintes: Existiu em quase toda a Europa ocidental no princípio da Idade Média um sistema feudal como bem o descreve Dobb nas páginas 36 e 37. Esse modo de produção teve um processo de desenvolvimento que culminou em crise e colapso, sendo sucedido pelo capitalismo. Formalmente, é muito estreita a analogia com a história da vida do capitalismo — desenvolvimento, crise geral, transição para o socialismo. Ora, tenho uma boa idéia da natureza do agente motor no caso do capitalismo, da razão pela qual o processo do desenvolvimento por ele gerado conduz à crise, e por que o socialismo é necessariamente a forma subsequente de sociedade. Todavia, estava longe da certeza no que dizia respeito a esses fatores, no caso do feudalismo, quando me pus a ler o livro de Dobb. Eu procurava respostas.

O maior tributo que posso prestar a esse livro é que, ao terminar de estudá-lo, me senti muito mais esclarecido sobre todas essas questões, em parte porque conseguiu convencer-me e em parte porque me estimulou a procurar outras fontes e a repensar no assunto por mim mesmo. Meu primeiro artigo em *Science and Society* teve o caráter de um relatório sobre as respostas preliminares que eu encontrara. (Aliás, creio que deveria ter deixado este ponto mais claro. Dobb, naturalmente, formulou seus problemas ao seu próprio modo, e estava

[pág. 127]

interessado em muitas coisas que apenas indiretamente, talvez nem assim, se referem às questões para as quais eu procurava respostas. Algumas das minhas "críticas", portanto, não o eram, na verdade; deveriam ter sido feitas à guisa de sugestões e hipóteses suplementares.)

Em sua "Réplica", Dobb aponta vários itens em que discorda de minhas respostas, e, se eu bem o compreendi, Takahashi as rejeita praticamente *in toto*. Todavia, aprendi pouco mais sobre as respostas de Dobb (às *minhas* perguntas, naturalmente) do que aprendera ao acabar o livro, e sei quase nada sobre quais são as respostas de Takahashi. Gostaria, portanto, de aproveitar a oportunidade desta tréplica para reformular minhas perguntas e respostas com a maior concisão, e de um modo que talvez suscite formulações alternativas por parte de Dobb e Takahashi.¹

Primeira pergunta. Qual foi o agente motor do desenvolvimento do feudalismo europeu ocidental?²

No caso do capitalismo, podemos responder a esta questão positivamente e sem ambigüidade. O agente motor é a acumulação do capital, inerente à própria estrutura do processo de apropriação capitalista. Existe algo de semelhante no caso do feudalismo?

A teoria de Dobb encontra analogia na crescente necessidade de receitas por parte dos senhores feudais. Em sua opinião, "a ineficiência do feudalismo como sistema de produção, aliada às crescentes necessidades da classe dominante por receitas, foi a principal responsável por seu declínio, pois essa

[pág. 128]

¹ Daqui em diante, me refiro ao livro de Dobb como *Studies*, à minha resenha como "Crítica", à resposta de Dobb como "Réplica", e ao artigo de Takahashi como "Contribuição".

² Insisto em falar sobre o feudalismo *europeu ocidental* porque o acontecido na Europa ocidental foi evidentemente muito distinto do que aconteceu em outras partes do mundo onde prevaleceu o modo de produção feudal. Até que ponto isso se deveu a variações entre diferentes sistemas feudais, ou a fatores "externos", é, sem dúvida, uma questão muito importante. Todavia, como não tenho pretensões a poder respondê-la, a única coisa sensata que me cabe fazer é concentrar-me na Europa ocidental. Ao fazê-lo, não quero deixar implícito que considero estarem os outros feudalismos sujeitos a leis diferentes de desenvolvimento. Simplesmente não vou considerar a questão.

necessidade de novas receitas promoveu um aumento na pressão sobre os produtores a tal ponto que essa pressão se tornou literalmente insuportável" (*Studies*, p.42). Em conseqüência, "levou afinal à exaustão, ou desaparecimento real, da força de trabalho de que se nutria o sistema" (p.43). A questão é saber se a crescente necessidade de receita por parte dos senhores — *fato* esse que não se discute — pode ser considerada inerente à estrutura do modo feudal de produção. Expus minhas razões para duvidar da existência de tal relação ("Crítica", p.45-7), e mostrei como essa crescente necessidade podia facilmente explicar-se como um subproduto do crescimento do comércio e da vida urbana.

Dobb recusa-se a aceitar minha ênfase neste assunto. Segundo ele, aparentemente eu considero que o desenvolvimento do feudalismo é

uma questão *ou* de conflito interno *ou* de forças externas. Isto me parece uma concepção demasiado simplificada, até mesmo mecânica. Para mim houve uma *interação* dos dois, ainda que a ênfase, na verdade, recaia sobre as contradições internas; pois essas, acredito, operam em qualquer caso (mesmo que numa escala temporal bastante diferente), e tendo em vista que elas determinam a forma e a direção particulares dos efeitos que as influências externas exercem ("Réplica", p.75).

Historicamente, é claro, Dobb tem toda razão. Foi uma interação de fatores internos e externos que determinaram o curso do desenvolvimento feudal, e nunca tive a intenção de negá-lo. O mesmo, porém, pode ser dito do desenvolvimento histórico do capitalismo, o que não nos impede de procurar e encontrar o agente motor no interior do sistema. Não posso, portanto, concordar em que Dobb tenha razão ao descrever como "mecânica" minha formulação da pergunta referente ao feudalismo. Trata-se de uma questão teórica, e continuo a acreditar que é básica para a análise integral do feudalismo.

A segunda parte da citação precedente mostra claramente que Dobb na verdade toma uma posição quanto à questão, a despeito de sua relutância

em formular claramente quer a

[pág. 129]

pergunta quer a resposta. E a posição é justamente a que eu lhe atribuo, com base no seu livro, a saber, que o feudalismo realmente tem um agente motor interno. Porém, uma vez que ele não acrescenta novos argumentos de apoio, eu não me dou por convencido.

Tanto quanto posso ver, Takahashi pouco contribui para esclarecer o assunto. Sua interessante análise dos *elementos* do feudalismo ("Contribuição", p.88-92) não o conduz a qualquer formulação das leis e tendências do sistema, e quando ele realmente aborda essa questão o resultado não é muito ilustrativo, pelo menos para mim. Na sociedade feudal, diz ele,

meios de produção combinam-se com o produtor, e a produtividade se desenvolve (colapso do sistema senhorial e desenvolvimento da agricultura camponesa de pequena escala; formação das rendas em dinheiro; tendências a uma taxa decrescente da renda; *crise seigneuriale*) como produtividade do próprio produtor direto; portanto, a lei do desenvolvimento do feudalismo só pode levar na direção da liberação e da independência dos próprios camponeses" (Ibid., p.109-10).

Aqui a produtividade crescente é tratada como o fator crucial, mas certamente não é óbvio que ela seja uma característica inerente do feudalismo. Na verdade, há bom número de provas históricas e contemporâneas que apontam a hipótese exatamente oposta. Como no caso da crescente necessidade de receitas por parte dos senhores, a que se refere Dobb, acredito que temos de tratar com a influência de forças externas ao sistema feudal.

Takahashi censura-me severamente a respeito de toda essa questão de forças externas:

Sweezy não considera o colapso de uma dada estrutura social como resultado

de um movimento autônomo de suas forças produtivas; ao contrário, procura uma "força externa". Se dissermos que o desenvolvimento histórico se deve a forças externas, permanece a questão, todavia, de como surgiram essas forças externas, e de onde vieram ("Contribuição", p.99-100).

[pág. 130]

Esta última observação, naturalmente, é válida, e nunca pretendi negá-la. Forças históricas que são externas a um conjunto de relações sociais são internas no que se refere a um conjunto mais amplo. Assim foi no caso do feudalismo europeu ocidental. A expansão do comércio, com o crescimento concomitante de cidades e mercados, foi externa ao modo feudal de produção,³ mas interna no que diz respeito a toda a economia europeu-mediterrânea.

Um estudo completo do feudalismo europeu ocidental — que Dobb naturalmente nunca declarou ter apresentado — teria de analisá-lo no contexto dessa economia europeu-mediterrânea mais ampla. Como fazê-lo foi brilhantemente mostrado por Pirenne, que propôs, inicialmente, que as origens do feudalismo na Europa ocidental devem ser procuradas no isolamento (pela expansão árabe do século VII) daquela região relativamente atrasada dos centros econômicos reais do mundo antigo; e depois, que o desenvolvimento posterior do feudalismo foi decisivamente moldado pelo restabelecimento desses laços comerciais.⁴ Considerada dessa forma, o crescimento do comércio a partir do século X não foi obviamente uma força externa misteriosa, que Takahashi erroneamente me acusa de

³ Não consigo compreender o raciocínio de Dobb ao afirmar que "até certo ponto", ele considera o crescimento das cidades um processo feudal interno ("Réplica", p.75). Certamente o fato citado por Dobb de que o feudalismo "levava as cidades a cultivar a sua necessidade de comércio a longa distância" não confirma a questão. Seria necessário provar que a classe dominante feudal tomou a iniciativa de construir as cidades e as integrou com êxito ao sistema feudal de propriedade e relações de trabalho. Isso sem dúvida aconteceu com algumas cidades, mas me parece que Pirenne provou definitivamente que os centros importantes de comércio cresceram de maneira inteiramente diferente. O que, todavia, demonstra de modo particular que o caráter não-feudal das cidades era a ausência geral da servidão.

⁴ Além de Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe*, Londres, 1936, ver também seu *Mohammed and Charlemagne*, Nova York, 1939, obra póstuma que apresenta a abordagem mais profunda do autor sobre os problemas gêmeos do fim da antigüidade e da ascensão do feudalismo na Europa ocidental.

"procurar". Quando, porém, se concentra a atenção sobre o feudalismo em si — como Dobb o fez acertadamente — parece-me não apenas correto como teoricamente fundamental

[pág. 131]

considerar o crescimento do comércio como uma força externa. A resposta à primeira pergunta parece-me, pois, ser a seguinte: o sistema feudal não possui um agente motor interno, e quando lhe advém um genuíno desenvolvimento — distinto das meras oscilações e crises que não lhe afetam a estrutura básica — devemos procurar a força propulsora fora do sistema. (Creio que isso se aplica mais ou menos a todos os sistemas feudais, e não apenas ao da Europa ocidental, mas esta é uma questão que se encontra além dos limites do presente debate.)

Segunda pergunta. Por que o desenvolvimento do feudalismo na Europa ocidental levou à crise e ao colapso final?

Se admitimos que um agente motor externo se encontra por detrás do processo de desenvolvimento, segue-se que devemos concluir que a resposta a esta pergunta deve ser procurada no impacto dessa força externa sobre a estrutura do feudalismo. Como Dobb insiste com toda razão, em outras palavras, o processo é de interação, e suponho que Takahashi não discordaria. Neste ponto, portanto, não há divergências fundamentais. Minha principal crítica a Dobb e a Takahashi quanto a este ponto é que, na sua ânsia de minimizar a importância do comércio como fator do declínio do feudalismo, eles fugiram da análise direta desse processo interativo. Ambos, por exemplo, tendem a tratar a substituição de prestação de serviços ou pagamentos em espécie por rendas em dinheiro como principalmente uma questão de forma, desprezando o fato de que essa mudança só pode ocorrer em escala considerável com base numa bem desenvolvida produção de mercadorias.

Meu empenho em tratar do processo interativo e seus resultados está contido em meu primeiro artigo ("Crítica", p.49-55). Sem dúvida, este artigo contém muitos pontos fracos — por exemplo, no tratamento da chamada "segunda servidão", que Dobb critica, mas ainda penso que ele tem o mérito de ser uma análise teórica explícita. Gostaria de vê-la aperfeiçoada por outrem.

Terceira pergunta. Por que o feudalismo foi sucedido pelo capitalismo?

[pág. 132]

Para quem, como eu, concorda com Dobb que o período que vai do século XIV até o final do século XVI foi de franca decadência do feudalismo, embora não houvesse mais do que os primeiros indícios do capitalismo, esta é uma questão verdadeiramente intrincada. Não se pode dizer que o feudalismo criara forças produtivas que poderiam ser mantidas e desenvolvidas posteriormente apenas sob o capitalismo — como, por exemplo, pode-se afirmar positivamente que o capitalismo criou forças produtivas que só podem ser mantidas e ampliadas sob o socialismo. É verdade que o declínio do feudalismo se fez acompanhar (eu diria "foi causado") pela generalização da produção de mercadorias e, como Marx enfatizou repetidas vezes, "produção de mercadorias e circulação ampla de mercadorias, comércio, constituem os requisitos históricos sob os quais de [O *Capital*] surge". (*Capital* v.I, p.163). Mas requisitos históricos não constituem por si mesmo uma explicação suficiente. Afinal, o mundo antigo se caracterizava por uma produção de mercadorias altamente desenvolvida e jamais deu origem ao capitalismo, e os claros indícios de capitalismo na Itália e em Flandres na baixa Idade Média fracassaram. Por que, então, o capitalismo finalmente deu certo e se propagou de fato, no final do século XVI, especialmente na Inglaterra?

Dobb trouxe muitos esclarecimentos sobre esta questão, embora eu

esteja certo de que ele seria o último a afirmar ter dado a resposta definitiva. Enfatiza principalmente o que Marx denominou "a via realmente revolucionária" a ser desenvolvida pelos capitalistas industriais, o que Dobb interpreta como a ascensão dos pequenos (*small men*), oriundos das fileiras dos pequenos produtores. Em meu primeiro artigo, critiquei essa interpretação de Marx, mas a resposta de Dobb e reflexões mais profundas levaram-me a concluir que, embora não seja essa a única interpretação possível, é, não obstante, uma interpretação justificada e que aponta para uma direção proveitosa. Parece-me que se torna necessário, agora, muito mais pesquisa concreta sobre as origens da burguesia industrial. Esse tipo de pesquisa, antes de mais nada, revelaria o segredo da definitiva ascensão do capitalismo a partir do final do século XVI.

[pág. 133]

Não estou absolutamente seguro sobre a posição de Takahashi a respeito desta questão. Ele critica Dobb por este se referir aos séculos XV e XVI como sendo de transição. Ao que parece, ele quer dizer que o feudalismo sobreviveu basicamente incólume até a ascensão do capitalismo o derrubar, não havendo, portanto, separação entre os processos de declínio feudal e da ascensão capitalista, tal como Dobb e eu o afirmamos. Seja como for, não há dúvida de que Takahashi concorda com Dobb quanto à significação revolucionária da ascensão dos pequenos produtores dentre as fileiras dos subalternos; suponho que ele também concordaria comigo quanto à urgência de maiores pesquisas concretas sobre a natureza e a extensão desse fenômeno.

Mais uma palavra sobre o assunto. Partindo da indicação de Dobb no sentido de que os séculos XV e XVI parecem não ter sido "nem feudais nem ainda capitalistas" (*Studies*, p.19), eu propus que se chamasse a esse período de produção pré-capitalista de mercadorias. Dobb rejeita esta

proposta, preferindo considerar que a sociedade desse período era de um feudalismo "em avançado estado de dissolução" ("Réplica", p.77). Diz ele:

A pergunta-chave que aparentemente Sweezy não conseguiu fazer... é a seguinte: qual era a classe dominante nesse período?... não poderia ser a classe capitalista... Se uma burguesia mercantil constituía a classe dominante, então o estado deve ter sido algum tipo de Estado burguês. E se o Estado já era burguês... qual foi a questão fundamental da guerra civil do século XVII? Não pode ter sido (deste ponto de vista) a revolução burguesa. Restam-nos suposições como a... [de que] foi uma luta contrária a uma tentativa de contra-revolução tramada pela Coroa e a Corte em oposição a um poder estatal burguês já *existente*... Se rejeitarmos as alternativas que acabamos de mencionar, nos resta aceitar (corretamente, a meu ver) que a classe dominante era ainda feudal, e que aquele estado constituía ainda o instrumento político de seu poder ("Réplica", p.77-8).

Reconheço que estas questões são algumas das que os marxistas britânicos vêm debatendo há anos, e que talvez seja

[pág. 134]

precipitado da minha parte expressar qualquer opinião sobre elas. Seja-me permitido, então, apresentar minha observação sob a forma de uma indagação. Por que não haveria outra possibilidade não mencionada por Dobb, a saber, que no período em questão houvesse não uma porém várias classes dominantes, baseadas em diferentes formas de propriedade, e engajadas numa luta mais ou menos contínua pelo avanço e, afinal, pela supremacia?

Admitindo-se essa hipótese, poderíamos então interpretar o Estado da época de acordo com a conhecida passagem de Engels:

Em certos períodos ocorre excepcionalmente que as classes em luta se equilibram de modo tão parelho que o poder público consegue um certo grau de independência, colocando-se como mediador entre ambas. A monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII estava nessa posição, equilibrando os nobres e os burgueses uns contra os outros.⁵

⁵ *Origin of the Family*, ed. Kerr, Chicago, 1902, p.209. Engels evidentemente estava pensando no continente; no que se refere à Inglaterra, as datas foram anteriores.

Segundo esta interpretação, a guerra civil foi a revolução burguesa no sentido imediato de que permitiu à classe capitalista dominar o Estado e alcançar a ascendência definitiva sobre as outras classes.

[pág. 135]

[pág. 136] *página em branco*

Um comentário

Rodney Hilton

Paul Sweezy coloca uma série de questões que os historiadores devem tentar responder. Como penetrante estudioso marxista da sociedade capitalista, Sweezy naturalmente se interessa pelas investigações marxistas de problemas análogos na sociedade pré-capitalista. Sua pergunta mais importante é, sem dúvida, a primeira, sobre o "agente motor" no feudalismo. Suponho que com isso ele se refere às contradições internas do modo feudal de produção responsáveis por seu desenvolvimento e posterior substituição. Pelo menos, é a isso que ele deve se referir, como marxista, embora sua sugestão de que o feudalismo não teve "agente motor", ou seja, nenhuma dialética interna, seja de fato não-marxista.

Antes de atacar este problema, é preciso considerar certos fatos. O marxismo é um método que exige dados concretos para a solução de problemas históricos, ainda que a resposta final possa ser apresentada em termos abstratos (como em alguns capítulos de *O Capital*). O enfoque mais próximo aos dados concretos sobre os quais Sweezy parece trabalhar são as teorias de H. Pirenne. Uma vez que elas não são aceitas pelos marxistas, e de fato foram refutadas por muitos especialistas não-marxistas, precisamos, antes de tratar dos problemas de Sweezy, discutir as idéias de Pirenne.¹

[pág. 137]

Em relação aos nossos objetivos as mais importantes teorias de Pirenne referem-se ao declínio do comércio durante a Idade Média e à

¹ A contribuição positiva de Pirenne para a compreensão da história econômica medieval foi, certamente, muito grande e merece respeito. Também devemos ser gratos à maneira estimulante pela qual ele apresenta hipóteses, embora (talvez *porque*) não concordemos com elas.

origem das cidades. Ele considerou que os remos bárbaros (especialmente o reino franco-merovíngio) que se sucederam ao Império do Ocidente não interromperam o fluxo do comércio mediterrâneo entre Leste e Oeste, e que, portanto, o comércio local da Europa ocidental não diminuiu. As cidades ainda prosperavam, moedas de ouro eram utilizadas, e permanecia em grande parte o sistema administrativo e fiscal romano. O comércio internacional e o local acabaram apenas quando os invasores islâmicos (nos séculos VII e VIII) interceptaram as rotas comerciais do Mediterrâneo. O resultado foi o domínio da grande propriedade baseada no trabalho servil e da produção quase universal para consumo imediato. Somente após a restauração do comércio entre os extremos ocidental e oriental do Mediterrâneo foi que recomeçou a produção de mercadorias na Europa ocidental, estimulada, antes de tudo, pelo comércio internacional. Esses primeiros comerciantes do final da Idade Média, os fundadores ou refundadores das cidades medievais, compunham-se de elementos das camadas inferiores da sociedade, sendo, por assim dizer, no sentido empregado por Sweezy, "externos" à sociedade feudal. Reinstaurados o comércio e a vida urbana, desenvolveram-se os mercados locais. Em outras palavras, de acordo com Pirenne, o comércio internacional de artigos de luxo foi o fator determinante tanto do declínio da produção de mercadorias no século VII como de sua recrudescência no século XI.

Sem entrar em minúcias, podemos dizer que esta interpretação não pode ser aceita atualmente, nos seus pontos essenciais. O declínio da produção de mercadorias, que pode ter alcançado seu nível mais baixo na época carolíngia, não apenas começou muito antes das invasões árabes, mas muito antes do colapso do Império Romano como sistema político. Desde pelo menos a crise do século III a vida das cidades vinha restringindo-se, e as propriedades auto-suficientes baseadas no trabalho servil tinham começado a dominar a estrutura social do Império. O comércio entre

Oriente e Ocidente também diminuía, não apenas por motivos políticos mas porque se

[pág. 138]

tornavam cada vez menos viáveis os pagamentos em ouro provenientes do Ocidente. A razão era a drenagem de ouro na direção do Oriente, que começara provavelmente já no século I, e que não fora compensada nem por meio da guerra nem do comércio, pois as exportações ocidentais valiam muito menos que as importações do Oriente.

Os árabes, na verdade, não tiveram de interceptar muito. De qualquer maneira, Pirenne se enganou ao considerar os árabes como inimigos do comércio entre Leste e Oeste. Naturalmente houve alguns deslocamentos, mas os árabes favoreciam a continuação dessas relações comerciais, enquanto economicamente exequíveis, como já foi amplamente demonstrado pelos especialistas. Um historiador francês, na verdade, aventou a opinião muito plausível de que os árabes encorajaram bastante o comércio entre o Oriente e o Ocidente mediante o "desentesouramento" do ouro nas regiões dos impérios bizantino e sassânida que eles invadiram.²

Portanto, o baixo nível de produção para o mercado na Idade Média foi em grande parte a continuação de um desenvolvimento econômico que se iniciara no quadro político e social do Império. Isso não significa que se deva simplesmente considerar a era carolíngia como de completo retrocesso econômico e social. Houve importantes desenvolvimentos, embora insuficientemente explorados, na vida econômica, social e política, sem os quais a futura expansão do modo feudal de produção não poderia ter ocorrido. De fato, ao final do século X houve sinais importantes de desenvolvimento da produção de mercadorias. Os mercados locais começaram a expandir-se, transformando-se em cidades. A vida urbana se

² Lombard, M. "L'or musulman du VII^e au XI^e siècle", in: *Annales*, 1947.

desenvolveu, como consequência da evolução de forças econômicas e sociais, no *interior* da sociedade feudal e *não*, como pensava Pirenne, como resultado do impacto externo de mercadores itinerantes como Godric de Finchale. Este fato agora já foi suficientemente comprovado pelo estudo cuidadoso de cidades, uma a uma, na França, Alemanha e Itália. A interpretação de

[pág. 139]

Pirenne do reflorescimento do comércio e das mudanças na economia do feudalismo europeu (sobre a qual se apóiam tantas das próprias teorias de Sweezy) deve ser abandonada.³

Qual foi a causa do desenvolvimento social sob o feudalismo? Inclino-me a pensar que ao estudar este problema não devemos limitar-nos ao feudalismo mas tratar a sociedade pré-capitalista como um todo, ou pelo menos a sociedade pré-capitalista *de classes*. Para Sweezy a acumulação de capital é o agente motor da sociedade capitalista, por ser inerente aos processos da produção capitalista. Não há, por certo, nenhum processo de acumulação nas sociedades pré-capitalistas como o que flui inevitavelmente da exploração do trabalho assalariado pelos capitalistas concorrentes. Mas devemos considerar, certamente, o crescimento do produto excedente às exigências da subsistência como a condição necessária para o desenvolvimento da sociedade de classes no período entre o colapso do comunismo primitivo e o começo do capitalismo. O crescimento desse produto excedente dependeu, por certo, do desenvolvimento das forças de produção — os instrumentos e as aptidões dos artesãos e agricultores. O desenvolvimento das forças de produção deve, por sua vez, depender do montante e *utilização* do produto excedente. Em outras palavras, técnicas

³ Pesquisa resumida em "The Origins of the Medieval Town Partriciate", de A. B. B. Hibbert. in: *Past and Present*, 1953, n.3, p.15-27; e *Les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriciens: XV^e-XV^e siècles*, por J. Lestocquoy.

melhoradas, mesmo em economias muito primitivas, dependem da aplicação, a elas, dos resultados da acumulação — não de capital acumulado, naturalmente, mas do produto excedente acumulado. Isso é óbvio, mas não explica, por si só, por que em uma dada sociedade pré-capitalista a interação dialética das forças de produção e o produto excedente acumulado devam resultar, primeiramente, na expansão, depois, no declínio do modo de produção (escravidão ou feudalismo). Isso não pode ser compreendido se não levarmos em consideração também as relações de produção vigentes: afinal, o processo de acumulação capitalista não pode ser compreendido se deixarmos de fora a relação entre capitalistas e trabalhadores.

[pág. 140]

Por exemplo, as relações de produção devem obviamente ser levadas em conta se quisermos responder a uma das perguntas de Sweezy, isto é, por que o capitalismo não se desenvolveu a partir da produção de mercadorias do mundo antigo? Marx, e os marxistas que leram o volume III de *O Capital* (como Paul Sweezy certamente o fez), responderiam que a produção de mercadorias por si só não é suficiente para perturbar a "solidez e a articulação interna" de um modo de produção. No caso da escravidão, a razão para o não-aparecimento do capitalismo foi os setores da economia onde era mais adiantada a produção de mercadorias tenderem a ser aqueles onde os escravos eram mais explorados. Mas a exploração dos escravos restringiu de tal maneira o desenvolvimento técnico que, uma vez diminuído o suprimento de escravos, o atraso técnico fundamental de uma economia escravagista se manifestou. Longe de separar o escravo dos meios de produção — pré-requisito indispensável para o capitalismo — os senhores resolveram (ou tentaram resolver) os problemas econômicos da sociedade antiga nos seus estertores instalando os escravos em glebas camponesas; criando, de fato, as relações de produção características da

sociedade feudal. Não é minha intenção, todavia, examinar o problema do "agente motor" de todos os modos de produção pré-capitalistas.

O nosso problema é o feudalismo, e a mim me parece que são os seguintes os elementos de nossa resposta. A principal característica do modo de produção na sociedade feudal é que os donos dos meios de produção, os proprietários rurais, empenham-se constantemente em apropriar-se de todo o excedente produzido pelos produtores diretos. Antes de perguntar por que o fazem, precisamos demonstrar rapidamente que é isso mesmo o que eles tentam fazer de diferentes maneiras. Em estágios diferentes do desenvolvimento do feudalismo europeu, o caráter dos produtores diretos se modifica, tal como outros aspectos do sistema econômico, e, conseqüentemente, o caráter específico da exploração dos proprietários da terra também se modifica. Em alguns lugares da Europa feudal dos primeiros tempos persistem as comunidades camponesas livres, com muitas formas remanescentes da organização tribal. Nes-

[pág. 141]

ses casos (especialmente, por exemplo, na Inglaterra antes das invasões dinamarquesas) a aristocracia militar — também de feição semitribal — defronta-se com o complexo problema de transformar o tributo dos camponeses, que antigamente era pago espontaneamente ao rei tribal e agora é alienado ao nobre pelo rei, em renda feudal, e ao mesmo tempo de fortalecer a sua posição como a de alguém a quem é devida essa renda, promovendo a colonização de terras ainda incultas pelos escravos, subordinados semilivres etc. Ao mesmo tempo, em algumas aldeias não subordinadas aos servidores do rei, o colapso da comunidade tribal eleva algumas famílias camponesas que contam com maior poder e mais posses que as outras, e que "avançam" até o *status* de nobres que recebem rendas. Contudo, em outras partes da Europa (por exemplo, na Itália, na Gália

ocidental e meridional), a nobreza romana vinha sofrendo o processo de transformação em nobreza feudal desde o século III. Seus latifúndios trabalhados por escravos tinham-se transformado em propriedades trabalhadas por servos; os camponeses servis eram em parte antigos escravos e em parte proprietários rurais livres arruinados. Esse tipo de exploração foi parcialmente adotado pelos infiltradores militares teutônicos (*hospites*) como os burgúndios e os visigodos que se fundiram com a antiga nobreza romana. Sua modalidade de exploração poderia, contudo, variar conforme o êxito com que seus predecessores romanos haviam integrado as comunidades tribais pré-romanas no sistema escravagista imperial.

No século IX — período a que os historiadores alemães e franceses denominam Alta Idade Média — a economia feudal da Europa era dominada pelas grandes propriedades compostas de *vilae* cujos territórios, divididos em domínios senhoriais e terras dos camponeses, tinham a função de fornecer alimentos e bens manufaturados para o senhor. A renda feudal consistia principalmente de trabalho, parte em espécie, e, em uma parcela insignificante, em dinheiro. As grandes propriedades, é claro, não cobriam nem a maior parte do território da Europa feudal, mas eram os elementos *decisivos* da economia. O papel dos alódios camponeses remanescentes, ou das propriedades dos pequenos nobres, só se tornaria significati-

[pág. 142]

vo depois que o modo de produção feudal começasse a entrar em colapso, como Kosminsky demonstrou no caso da Inglaterra. Entre o século IX e o XIII acentuou-se rapidamente a servidão, mas quando a posição *legal* do explorado piorara e se uniformizara, a evolução da produção de mercadorias trouxe alterações na forma da renda, de maneira que as rendas em espécie e em dinheiro tinham em larga escala substituído a renda em trabalho ao final do século XIII (exceto na Inglaterra), produzindo, por sua

vez, uma melhoria na situação legal. Por vários motivos relacionados com o desenvolvimento da produção de mercadorias (dos quais os mais importantes foram a fragmentação dos arrendamentos (*holdings*) e o crescimento da resistência dos camponeses à exploração), relaxou-se a apropriação direta de renda que recaía sobre os arrendamentos camponeses, mas a demanda total da renda feudal pelos senhores como um todo manteve-se através da exploração dos privilégios senhoriais e do desenvolvimento da tributação privada ou pública. Em resumo, pode-se dizer que a classe dominante, de uma ou de outra maneira, quer por meio de seus direitos particulares ou por intermédio do Estado, fez o que pôde para maximizar a renda feudal, ou seja, o excedente do produtor direto, expropriado à força, o tempo todo. Mas, naturalmente, nem sempre o sucesso acompanhava o esforço, e ao examinarmos seu fracasso chegamos às razões do declínio do modo feudal de produção.

Mas, perguntará Sweezy, por que os governantes feudais esforçaram-se para tirar tanto quanto possível do excedente dos produtores diretos? Qual a analogia com a necessidade dos capitalistas de acumular e baratear a produção a fim de competir no mercado? E quais as conseqüências econômicas e sociais dessa procura de renda que movimentaram a sociedade feudal?

Os governantes feudais, naturalmente, não aumentaram a renda feudal com o objetivo de colocar no mercado o produto de um arrendamento camponês, ou do trabalho obrigatório do camponês, embora uma das maneiras incidentais de realizar renda em espécie ou produto do domínio pudesse ser a venda. Basicamente, empenharam-se em aumentar a renda

[pág. 143]

feudal a fim de manter e melhorar a própria posição como governantes,

contra seus inúmeros rivais bem como contra seus serviçais explorados. A manutenção do poder de classe nas mãos que o detinham, e se possível o seu aumento, foi a força propulsora da economia e da política feudal. Esta é a razão por que a renda teve de ser maximizada. No século IX, os magnatas carolíngios mantiveram seus enormes séquitos alimentando-os diretamente com o produto de suas *villae*. Quando o vasto mas efêmero império dos carolíngios se desintegrou, dando lugar a remos, ducados e condados feudais menores e mais flexíveis, os partidários dos principais reis e nobres foram enfeudados com terra em troca de serviço militar, de modo a reduzir os séquitos permanentes, difíceis de controlar e manter. Todavia, os enfeudamentos de cavaleiros, embora desalijasse de um fardo administrativo os ombros dos chefes feudais, não abrandou de modo algum a carga dos camponeses, explorados ainda mais duramente. A luta pelo poder e pela terra naturalmente se entrelaçam, mas a consequência foi a multiplicação, por parte de um crescente número de senhores maiores e menores, das exigências de várias modalidades de renda feudal. A expansão dos poderes do estado sobrecarregou mais ainda o campesinato, do mesmo modo que as crescentes demandas dos terratenentes eclesiásticos.

Recordemos, finalmente, que o desenvolvimento do mercado interno e externo, talvez já no século X, foi outro fator importante a levar os senhores feudais a exigir rendas cada vez maiores. A especialização da produção industrial nas cidades, cujos burgueses foram bem sucedidos na luta por privilégios econômicos e políticos, fez com que as relações de comércio entre a cidade e o campo se inclinassem num sentido desvantajoso para o último. Na medida em que se envolvia com atividades de compra e venda, o senhor comprava caro e vendia barato. E a crescente necessidade de "empréstimos de consumo", à medida que aumentavam as despesas dos terratenentes com luxo e armamentos, levava-os a se endividarem com os prestamistas. Afinal, somente um aumento na renda feudal poderia cobrir a

diferença entre o rendimento e a despesa dos senhores feudais.

[pág. 144]

Seria necessário um exame mais aprofundado dos fatos do que é possível fazer aqui, a fim de demonstrar cabalmente que a luta pela renda foi o "agente motor" na sociedade feudal. Todavia, talvez seja possível apontar alguns dos possíveis temas para estudo. Os conflitos entre a monarquia dos Capetos e os principais feudatários franceses nos séculos XI e XII são um lugar-comum da história política. O crescimento do Estado feudal (o Estado monárquico dos Capetos ou os ducados e condados dos vassallos maiores da Normandia, Flandres, Anjou etc.) tem sido, portanto, a reserva dos historiadores "políticos". O quadro real, porém, não surge enquanto o processo de colonização de novas terras e de intensificação da exploração do campesinato, em outras palavras o processo da maximização da renda, não for considerado como a base da luta política melhor documentada. É possível distinguir alguma coisa do processo no relatório feito por Suger, abade de St. Denis sobre a administração da sua propriedade, mas a história precisaria ser recolhida fragmento por fragmento, principalmente com base em material dos cartórios. A mesma espécie de problema poderia ser estudada na Alemanha de Frederico Barba Roxa ou Henrique, o Leão,⁴ sem falar na Inglaterra dos séculos XII e XIII, onde estão melhor documentadas do que em qualquer outro país europeu todas as questões fundamentais da sociedade feudal — a luta pela renda entre senhores e camponeses ou entre senhores rivais, o surgimento da lei como instrumento de maximização da renda, o crescimento do Estado como máquina de opressão.

A exação da renda feudal pelos terratenentes variava em sua

⁴ Um ensaio sobre "The State of the Dukes of Zähringen", de T. Mayer, in: *Medieval Germany*, v.II, ed. G. Barraclough, aponta linhas de desenvolvimento que um historiador marxista poderia aprofundar.

incidência, pois as circunstâncias econômicas específicas variavam por diversas razões na época feudal, acima de tudo por não serem absolutamente iguais, social ou economicamente, aqueles de quem a renda era exigida, e nem continuaram estes a apresentar as mesmas características no transcurso de um período considerável. A demanda de renda, no seu senti-

[pág. 145]

do mais amplo, era certamente o fator relevante na determinação do movimento da economia feudal. A obrigação, da parte do camponês, de entregar seu excedente poderia ter o efeito ou de arruiná-lo completamente ou de estimulá-lo a aumentar a produção de seu arrendamento pois, como ressaltou Marx, ainda que a renda feudal represente o produto excedente do camponês, a necessária rotina de qualquer sistema econômico organizado produz a regularidade, de tal maneira que as rendas permaneciam fixas por longos períodos. Em muitos casos, portanto (em particular no caso de camponeses mais ricos), a renda poderia constituir apenas uma *parte* do excedente. Os camponeses faziam o possível para aumentar a parcela de excedente conservada por eles, e poderiam fazê-lo ou forçando uma redução absoluta ou relativa da renda, ou aumentando a produtividade do arrendamento, ou ainda ampliando esse arrendamento sem um aumento correspondente na renda. Essas tentativas levariam às revoltas dos camponeses e ao cultivo de novas terras. Os senhores, naturalmente, queriam aumentar o excedente que lhes cabia, tentando também trazer para seu controle novas terras, ou já exploradas por arrendatários que pagassem renda (não apenas renda direta da terra mas renda disfarçada de taxas fiscais de justiça), ou ainda inexploradas e prontas para ocupação. Conseqüentemente, a expansão geral do cultivo, que prosseguiu com certeza até o final do século XIII e que constituiu uma importante contribuição da

ordem feudal, foi um produto da luta pela renda.

O progresso econômico inseparável da luta inicial pela renda e da estabilização política do feudalismo caracterizou-se por um aumento no excedente social total da produção em relação às necessidades de subsistência. Esse fato, e não a chamada revivescência do comércio internacional de sedas e especiarias, constituiu a base para o desenvolvimento da produção de mercadorias. Ou seja, no período de economia predominantemente natural, uma parte cada vez maior do excedente poderia ser aplicada na troca. A expansão dos centros e cidades medievais mercantis, portanto, a partir do século X ou XI, fundamentou-se na expansão da simples produção de mercadorias. A evolução extraordinária do comércio internacio-

[pág. 146]

nal, a industrialização de Flandres, Brabant, Liege, Lombardia e Toscana, o crescimento de grandes centros comerciais como Veneza, Gênova, Bruges, Paris e Londres, são cronologicamente secundários em relação ao desenvolvimento das forças de produção na agricultura, estimulado no processo da luta pela renda feudal.

A interação desses vários fatores — todos *internos* à Europa feudal — produziu alterações profundas na situação. O desenvolvimento de produção para o mercado aguçou e diversificou a estratificação já existente dos produtores camponeses. Os camponeses ricos tornaram-se mais ricos, e os pobres mais pobres. Mas eles se tornaram uma espécie diferente de ricos e de pobres, especialmente depois do século XIII. A família camponesa abastada dos tempos antigos era rica em bens produzidos para seu próprio consumo, mas, com o desenvolvimento do mercado, esses camponeses ricos punham à venda uma parte cada vez maior de seu excedente. Aumentavam a extensão de suas glebas; empregavam mais trabalhadores assalariados —

trabalhadores que são cada vez mais aqueles que não dispõem de terra alguma, e não os pequenos proprietários. Eles também se opõem à extorsão de sua renda excedente, e seu antagonismo em relação ao terratenente é fortalecido pelo desespero dos outros setores do campesinato para os quais a demanda de renda não constitui mera restrição à expansão econômica, mas o rebaixamento dos padrões mínimos de subsistência. A luta pela renda se intensifica, alcançando, no século XIV, o estágio agudo da revolta geral.

No que concerne aos terratenentes, esse é um período da crise da sua modalidade particular de empresa econômica. Caem as rendas e os impostos têm de ser ajustados pela intensificação da exploração fiscal mediante a tributação estatal, a guerra e a pilhagem, freqüentemente autodestruidoras por causa da inflação deliberada da moeda. Os produtores para o mercado mais eficientes, menos onerados por despesas administrativas, por padrões tradicionais de gastos suntuários e por parasitas improdutivos, eram, naturalmente, os camponeses ricos e aqueles membros da nobreza menor que não se preocupavam em imitar o estilo de seus superiores. A competição

[pág. 147]

bem sucedida desses elementos baseava-se em formas de exploração que anteciparam a exploração agrícola capitalista. A renda feudal já não serve como estímulo para aumentar e melhorar a produção (pode ainda constituir um entrave para o camponês médio), mas em geral, por volta do século XV, o estímulo do mercado vai tornando-se o principal fator no desenvolvimento da produção — da produção dos novos elementos na economia. Pois as bases econômicas dos que ainda mantinham as posições de comando estavam sendo minadas, apesar das desesperadas tentativas (como as dos monarcas absolutos) de usar seu controle do estado a fim de conservar os elementos essenciais do poder feudal.

[pág. 148]

Um comentário

Christopher Hill

Sweezy pede-nos que consideremos a possibilidade de que na Inglaterra dos séculos XV e XVI "houvesse não uma mas várias classes dominantes, baseadas em diferentes formas de propriedade, e engajadas numa luta mais ou menos contínua pelo avanço e, afinal, pela supremacia". Em apoio de sua posição, ele cita uma passagem de *Origin of the family*, de Engels:

Em certos períodos ocorre excepcionalmente que as classes em luta se equilibram de modo tão parelho que o poder público consegue um certo grau de independência, colocando-se como mediador entre ambas.

A continuação desta passagem deixa evidente que Engels está falando de apenas duas "classes em luta", e não de "*várias* classes dominantes". Não é, na verdade, um absurdo lógico referir-se a "*várias* classes dominantes" durante um período de séculos? Uma classe dominante deve possuir poder estatal: de outra maneira, como dominaria? Um duplo poder estatal pode existir por um período muito breve, durante uma revolução, como na Rússia por alguns meses em 1917. Essa situação, porém, é intrinsecamente instável, quase uma condição de guerra civil: tem de levar à vitória de uma classe ou da outra. Nunca persistiu por um período mais demorado, e o poder estatal jamais, creio eu, foi repartido entre "*várias*"

[pág. 149]

pretensas classes dominantes. Basta pensar em duas ou mais classes dominantes e duas ou mais máquinas de Estado, existindo lado a lado por 200 anos, para dar-se conta de que se trata de uma impossibilidade teórica:

o mais superficial estudo da história inglesa durante os séculos em questão convencernos-ia de que a impossibilidade teórica também não existiu na prática.

Não se trata apenas de arrasar com um argumento. Se substituirmos as "várias classes dominantes" de Sweezy pelas "classes em luta" de Engels, ainda assim as perguntas de Dobb estarão pedindo resposta. Qual era a classe *dominante* desse período? Como caracterizaremos o Estado?

Essas questões têm sido exaustivamente debatidas por historiadores marxistas soviéticos e ingleses. Só posso transcrever suas conclusões, e não os argumentos em que se basearam. Z. Mosina, resumindo debates soviéticos sobre o absolutismo que tiveram lugar em março e abril de 1940, pôde dizer sem receio de contestação: "A opinião de que a monarquia absoluta foi um Estado de nobres feudais proprietários de terras foi, por assim dizer, aceita por todos os historiadores soviéticos". Mosina incluiu a monarquia dos Tudor e dos primeiros Stuart na Inglaterra como uma forma de absolutismo, tal como o faz Sweezy, embora acrescentasse que isso oferece alguns problemas específicos,¹ os quais foram estudados com bastante profundidade por historiadores marxistas ingleses em 1940 e em 1946-47, os quais chegaram ao seguinte consenso:

O Estado dos Tudor e primeiros Stuart foi basicamente uma instituição executiva da classe feudal mais bem organizada do que em qualquer época anterior... Somente depois da revolução de 1640-49 o Estado na Inglaterra começou realmente a se subordinar aos capitalistas... A revolução de 1640 substituiu a dominação de uma classe por outra.²

[pág. 150]

De que maneira correspondem estas afirmativas à formulação de

¹ Mosina. Z., "The Discussion of the Problem of Absolutism", in: *Istorik Marksist*, n.6, 1940, p.69, 74.

² "State and Revolution in Tudor and Stuart England", in: *Communist Review*, julho de 1948, p.212 ss.

Engels, citada por Sweezy, e que foi tão repetida nos debates soviéticos e ingleses? O que é importante observar é a extrema cautela da declaração de Engels, suas muitas restrições. (Se soubesse o uso que seria feito dela, sem dúvida ele teria incluído ainda mais restrições). Baseando-me na tradução mais recente, cito a passagem, grifando as palavras que me parecem merecer atenção especial:

Excepcionalmente, contudo, *ocorrem períodos* em que as classes em luta se equilibram *de modo tão parecido* que o poder estatal, como mediador *ostensivo*, adquire, *momentaneamente*, *certo grau* de independência em relação a ambos. Assim foi com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio entre a nobreza e a classe dos burgueses; assim foi com o bonapartismo do Primeiro, e mais ainda, do Segundo Império na França, que jogou o proletariado contra a burguesia e a burguesia contra o proletariado.³

A partir desta passagem, Sweezy argumentaria que o proletariado era "uma" classe dominante na França entre 1852 e 1870? Ou que o poder estatal bonapartista serviu de mediador *real* independente e não apenas aparente entre a burguesia e o proletariado? A formulação concisa de Engels nesta passagem deve ser lida conjuntamente com sua exposição mais ampla em *Anti-Dühring*, publicado seis anos antes:

Essa enorme revolução nas condições econômicas da sociedade [a revolução econômica dos séculos XV e XVI] não foi seguida por nenhuma alteração correspondente imediata na sua estrutura política. A ordem estatal permanecia feudal, enquanto a sociedade se tornava mais e mais burguesa.⁴

[pág. 151]

No decorrer de toda essa luta ["a luta da burguesia contra a nobreza feudal"], a força política estava do lado da nobreza, exceto num período em que a coroa usou os burgueses contra a nobreza, a fim de que os dois "estados" se contivessem

³ Marx & Engels, "Origin of the Family", in: *Selected Works*, Lawrence & Wishart, 1950, v.II, p.290. Observe-se a palavra "burgueses" que Marx e Engels usam para designar o *estado* urbano na sociedade feudal, antes de sua transformação na moderna *classe* da "burguesia", pronta a desafiar o poder estatal.

⁴ *Anti-Dühring*, Martin Lawrence, p.120 ss.

mutuamente; mas, a partir do momento em que os burgueses, *ainda impotentes politicamente*, começaram a se tornar perigosos devido ao seu crescente poder econômico, a coroa reatou sua aliança com a nobreza, dando origem, assim, à revolução burguesa, primeiro na Inglaterra e depois na França.⁵

Parece-me, portanto, que a hipótese de Sweezy de duas ou mais classes dominantes na Inglaterra dos séculos XV e XVI é insustentável do ponto de vista lógico, e não pode, em absoluto, apoiar-se em nada que Engels tenha dito. A afirmação de Engels não pode ser retirada de seu contexto, devendo ser interpretada à luz do que ele e Marx disseram em outras ocasiões.⁶ Quando isso é feito, vemos que se coaduna claramente com as conclusões dos historiadores marxistas soviéticos e ingleses, no sentido de que a monarquia absoluta é uma forma de Estado feudal.

O espaço não permite argumentar com base na evidência histórica, em apoio a estes argumentos lógicos mais formais. Creio, todavia, que os fatos confirmam a lógica. Se considerarmos demoradamente a maneira pela qual a monarquia dos Tudor manteve o equilíbrio entre a nobreza e os burgueses, concluiremos que sua mediação foi apenas aparente e que sua independência da classe dominante feudal foi relativa. A confusão que leva Sweezy (e outros) a querer evitar chamar a monarquia absoluta de Estado feudal é, creio eu, tríplice. Em primeiro lugar, constitui um remanescente da estreita definição acadêmico-burguesa de se tornar a palavra "feudal" como um termo militar, ignorando sua base social; em segundo, equipara um Estado feudal a um Estado onde predomine a servidão.

[pág. 152]

Um dos aspectos mais importantes do trabalho de Dobb sobre este

⁵ Ibidem, p. 186-7; grifo meu. Note-se que, para Engels, os "burgueses" ainda eram "politicamente impotentes" numa época em que para Sweezy eles eram a classe dominante.

⁶ Tentei resumir seus pontos de vista em "The English civil war interpreted by Marx and Engels", in: *Science and Society*, Winter, 1948, p. 130-56.

período é, a meu ver, sua refutação desta equiparação, ao demonstrar que a emancipação parcial do pequeno modo de produção não muda, por si mesma, a base econômica da sociedade (e menos ainda a superestrutura política), embora prepare as condições para o desenvolvimento do capitalismo. Se o feudalismo tivesse sido abolido com a servidão, então a França em 1788 já não seria um estado feudal, e nunca teria havido uma revolução burguesa, no sentido de uma revolução que derrubou o estado feudal. Em terceiro lugar, existe a noção de que um estado feudal deve ser descentralizado. Na verdade, foi precisamente a emancipação do pequeno modo de produção, resultante da crise geral da sociedade feudal, que levou a classe dominante feudal, a partir de meados do século XIV, a fortalecer o poder estatal central, com o fito de: 1) reprimir a revolta dos camponeses: 2) usar a tributação para extorquir o excedente retido pelo campesinato mais rico: e 3) controlar os movimentos da força de trabalho por prescrições *nacionais*, pois já não bastavam os órgãos locais de poder feudal. A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia das propriedades feudais que a precedera; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas elas formas do domínio da burguesia.

[pág. 153]

[pág. 154] *página em branco*

Algumas observações

Georges Lefebvre

Li com grande interesse o livro de Dobb e o debate subsequente entre este autor e Sweezy, bem como as intervenções de Takahashi, Hilton e Hill. Tanto quanto sei, na França não se prestou a esse debate a devida atenção (a única referência que posso citar é a resenha feita por J. Néré do livro de Dobb na *Revue Historique*, janeiro/março de 1950). Não sou um especialista em Idade Média; de qualquer modo meu conhecimento sobre a economia rural da Idade Média restringe-se à França, enquanto Dobb e Sweezy concentraram-se sobre a Inglaterra. Não estou, portanto, qualificado realmente para tomar partido quanto ao assunto fundamental do debate. Todavia, como Dobb e Sweezy parecem ter feito suas observações do ponto de vista de um economista ou de um sociólogo, talvez minhas reflexões lancem alguma luz na perspectiva de um historiador.

1

Em primeiro lugar, o problema central do debate foi a organização da produção, e o "sistema feudal" em si não foi discutido; portanto, o emprego da palavra "feudalismo" não foi adequado à discussão, pois a característica específica de um regime feudal foi a relação hierárquica entre um senhor e seus vassallos, e não a maneira pela qual um senhor distribuía feudos entre eles. Tampouco a expressão "sistema senhorial" (*seigneurial*

[pág. 155]

system) é proveitosa, pois a autoridade senhorial de um senhor sobre os camponeses de seu domínio resultou da fragmentação do poder político

central, pela qual os direitos do soberano passaram para o controle dos senhores. A formulação correta, para os propósitos do debate, é *sistema de senhorias* (*manorial system*) — embora esse sistema fosse muito antigo e, rigorosamente, não se apresentasse nos últimos séculos da Idade Média.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer que qualquer identificação do sistema de senhorias com a servidão depende da definição inicial que se der à servidão. Segundo Marc Bloch, a relação entre o servo e o seu amo derivou-se inicialmente de certo tipo de dependência pessoal, exemplificada pela instituição que na França é conhecida como *chevage*; somente mais tarde o servo passou a ligar-se ao solo, *adstrictus ad glebam*. Esta interpretação não é aceita universalmente, e, para adotarmos uma definição de servidão em vez de outra qualquer, seria preciso especificar os países em jogo. Por outro lado, não se pode sustentar que a estrutura social do campo, no período de que tratamos, só pode ser definida em termos de servidão, pois continuavam a existir várias categorias de proprietários livres, vilãos emancipados e proprietários alodiais (semilivres).

Em terceiro lugar, a tese fundamental de Dobb atribuiu a transformação econômica e social do sistema de senhorias às suas contradições internas; portanto eu considero importante chamar atenção para uma dessas contradições que ele não mencionou. Quando a produção se baseia na exploração de um trabalhador compulsoriamente sujeito à condição de servo, a dificuldade do amo é supervisionar seu trabalho a fim de se assegurar da sua eficiência. A massa de trabalhadores que eram escravos ou submetidos ao trabalho de *corvée* raramente era capaz de evadir-se do controle de um supervisor — mas quem supervisionaria o supervisor? Lembro-me de ter ouvido, em meus tempos de estudante, conferencistas que não conheciam o trabalho de Marx ou Hegel e que se referiam a essa dificuldade como uma das causas do colonato na época dos romanos; eles citavam como prova uma carta em que Plínio o Jovem contava que, ao invés

de empregar seus escravos no trato direto de sua propriedade, achava melhor conceder-

[pág. 156]

lhes terras e cobrar-lhes uma obrigação em serviços. A partir da época carolíngia, esses *servi casati* não eram raros: o *Polyptychus Irminonis* menciona arrendatários, alguns dos quais, pelo menos, deveriam encontrar-se em condição servil.

Finalmente, considero necessário recordar a multiplicidade dos fatores na história. Marx descobriu a importância decisiva da economia, ou, para ser mais preciso, do modo de produção. Ele não se preocupou, afora essa inovação, obra de um gênio, para a época, em estender sua pesquisa a fim de abranger outros fatores, embora nunca tivesse sonhado em excluir a influência deles; e como a história é o trabalho do Homem, ele se divertia quando o acusavam de não levar em consideração a natureza humana. Afinal de contas, se a economia é o fator dominante na história, isto ocorre porque, antes de mais nada, o homem precisa alimentar-se: ele produz porque tem fome. Não desejo multiplicar os exemplos; contentar-me-ei, portanto, em enfatizar a importância da demografia na história medieval — que o próprio Dobb aceita. Se o senhor aumentava suas exigências, como sustenta Dobb, isso se devia em parte ao fato de que sua progeneritura multiplicava o número dos que usufruíam seus rendimentos; se os camponeses fugiam, isso se devia em parte a que se tinham tornado demasiado numerosos para se sustentarem com suas terras. A esse respeito, parece haver maior razão do lado de Sweezy do que Dobb está disposto a reconhecer (embora não negue a importância do recrudescimento do comércio). Se os senhores se tornavam mais exigentes, em grande parte isso se devia a que o comércio urbano punha à disposição novos artigos para melhorar seu estilo de vida, enquanto os camponeses fugiam do campo

porque o desenvolvimento das cidades os atraía com a oportunidade de refúgio e de emprego remunerador.

2

Podemos agora dizer umas poucas palavras a respeito da discussão sobre as "duas vias" para a produção capitalista. Um mercador cria uma manufatura, ou no sentido estrito do termo (o que na França chamamos uma *usine*), ou em sua acepção

[pág. 157]

mais ampla, isto é, mediante o que os ingleses denominam o *putting-out system*. Torna-se, dessa maneira, um industrial, mas, como a produção continua subordinada ao comércio, quanto a isso a estrutura da economia permanece inalterada. Esta é a "Via n.II". Por outro lado, se um artesão deixa de produzir para o consumo local e começa a fornecer para o mercado nacional ou internacional, o produtor então se torna também mercador. Esta é a "Via n.I": é revolucionária, porque o comércio se subordina à produção.

Concordo. O segundo caminho produziu o que eu chamaria de uma revolução tecnológica, e na minha opinião foi com ele que Marx de fato se ocupou. Todavia, se o capitalismo se define pela procura de um *lucro* extraído dos produtos do trabalho assalariado, o problema de seu desenvolvimento me parece ser muitíssimo complexo. Em particular, a "Via n.II" podia levar ao capitalismo tão facilmente quanto a "Via n.I", e não creio que Marx tivesse percebido este ponto.

Se um artesão segue a "Via n.I", ele faz mais do que subordinar o comércio à produção; para suprir o mercado, no sentido mais amplo do termo, ele precisa adotar o trabalho assalariado, do qual extrai um lucro. É

isto que faz dele um capitalista.

Mas se um mercador instala uma manufatura, ele faz exatamente o mesmo; ele também é um capitalista. Pode-se objetar, talvez, que ele se diferencia do artesão se a manufatura é organizada segundo um processo de *putting-out*, pois o trabalhador em sua casa continua sendo um produtor independente, e o mercador barganha com ele a respeito do preço do produto como um consumidor, realizando um lucro somente depois de uma venda posterior. A objeção seria válida se o artesão continuasse ao mesmo tempo a suprir o mercado local e mantivesse uma certa liberdade de escolher os próprios fregueses — situação que impediria sua sujeição total à vontade do mercador. É óbvio, porém, que cedo ou tarde o sistema *putting-out* tende a excluir esta hipótese, pois as encomendas do mercador, por sua relativa quantidade e regularidade, com o tempo monopolizarão a atividade do artesão. Além disso, quando o mercador fornece trabalho e matérias-primas, ele

[pág. 158]

não apenas subordina os artesãos já existentes: ele cria novos artesãos oriundos das massas rurais, cujo desemprego endêmico os coloca à sua mercê. Num caso e noutro o mercador se transforma em um capitalista segundo a definição de Marx; e é essa evolução que explica a emergência das lutas urbanas de classe na Itália e em Flandres nos séculos XIV e XV.

Estas observações não contradizem as afirmativas de Dobb a respeito da oposição entre o mercador e o produtor que se tornou capitalista — oposição que ele sustenta ser uma das características da primeira Revolução Inglesa. A comunidade mercantil e o Estado prestavam assistência mútua: a primeira como credora e fornecedora de contratos públicos (em particular para o exército), o último como distribuidor de privilégios, prêmios e monopólios. Além disso, os governantes favoreciam o

comércio e a manufatura no interesse da tributação bem como para preservar as reservas monetárias do país: mercantilismo e exploração colonialista, erigidos em sistemas, aproveitavam ao mercador. Portanto, este não pensava em derrubar a ordem política e social; era previsível que ele tomaria o partido do rei se a monarquia fosse ameaçada. Por outro lado, a simbiose entre o Estado e os mercadores era uma afronta àqueles primeiros produtores capitalistas que não gozavam das mesmas vantagens dos mercadores privilegiados e tinham de valer-se de seus próprios recursos.

Todavia, é impossível negar que a aliança entre o comércio e o Estado promoveu o desenvolvimento do capitalismo, ainda que consideremos que Sombart superestimou sua influência a esse respeito. Os manufatureiros jamais se teriam desenvolvido tão facilmente sem que o Estado os protegesse de concorrência de economias mais avançadas. Os contratos públicos que eles recebiam proporcionavam-lhes vantagens importantes e exerciam uma influência maior sobre seu desenvolvimento técnico do que poderia ser previsto na época. Encomendas de artigos de luxo para a corte eram muito menos importantes do que fornecimentos para os serviços públicos, especialmente as forças armadas, pois esses exigiam produção em massa. O artesanato não poderia adaptar-se a esse tipo de produção e não poderia igualar sua quantidade, regu-

[pág. 159]

laridade, rapidez e, acima de tudo, uniformidade de produção, tão importantes para os armamentos. Somente o mercador que criava uma manufatura ou organizava um sistema *putting-out* poderia atender os pedidos do Estado, graças à concentração e racionalização da produção. Dessa maneira, os mercadores desempenharam um papel na missão histórica do capitalismo: o estabelecimento da produção em massa mediante a racionalização e a mecanização do processo de trabalho, possibilitadas por

uma concentração de unidades de manufatura. Nessas condições, creio que se pode resumir a situação da seguinte maneira. O mercador criou manufaturas; seus interesses coincidiam com os do Estado e os dos grandes proprietários rurais que estavam fechando as propriedades e despedindo os arrendatários, para transformar a agricultura. Depois deles, camponeses que tinham juntado economias ou artesãos que participaram na acumulação primitiva também se empenharam na renovação da agricultura ou no estabelecimento de manufaturas. Como o Estado os ignorava, eles invejavam os mercadores assim como os aristocratas, e procuraram influência política a fim de acabar com os privilégios e monopólios, e obter também eles contratos públicos. Era natural, portanto, que à época da primeira Revolução Inglesa eles tivessem juntado sua sorte à do Parlamento. A Revolução Francesa de 1789 apresentou aspectos semelhantes. Gostaria de acrescentar, porém, que esses grupos, que condenavam tão categoricamente o recurso ao Estado, não desistiram dele: assim que os advogados da livre empresa assumiram o poder, fizeram uso tão constante do Estado como os mercadores privilegiados o tinham feito.

3

Concluirei com algumas observações sobre o método. A principal tarefa dos sociólogos e economistas como Dobb e Sweezy é pesquisar economias e sociedades do presente. Poderão, então, compará-las a fim de induzir categorias gerais. É natural que o método comparativo os conduza a estender sua

[pág. 160]

pesquisa às economias e sociedades do passado. Daí em diante, eles precisam tornar-se historiadores.

Ao atingir este último estágio, Dobb e Sweezy desenvolveram suas hipóteses, não por meio da pesquisa de fontes originais, mas tomando de empréstimo conclusões de historiadores. Não há objeção contra isso. Os próprios historiadores ocasionalmente lançam mão deste expediente; apenas, eles não param aí. Assim que uma hipótese é formulada, a inteligência teórica deve avançar e interromper de novo o mundo externo, a fim de verificar se a prova confirma ou invalida suas hipóteses.

Acho que o debate provocado pelo livro de Dobb chegou a este ponto. Seria fútil e até perigoso prosseguir em novos termos abstratos. Como nos limitarmos aos princípios da razão experimental sem recorrer ao conhecimento histórico e suas normas? O historiador, portanto, formulará um plano de pesquisa e elaborará um questionário, indicando por onde começará sua investigação. Dobb e Sweezy fizeram o trabalho de formular as questões. Cabe agora aos historiadores respondê-las!

[pág. 161]

[pág. 162]*página em branco*

Uma sinopse do debate

Giuliano Procacci

O mais controverso problema na polêmica entre Dobb e Sweezy refere-se à validade das teses de Pirenne sobre o papel desempenhado pelo comércio, em suas várias formas, no desenvolvimento e decadência da sociedade feudal. São bem conhecidos os pontos de vista do historiador belga sobre a matéria: acreditava ele que a corrente comercial que se estabelecera durante o Império Romano na bacia mediterrânea fora interrompida no século VII, quando os invasores árabes e o Império Franco, Maomé e Carlos Magno, deram fim a essa tradicional unidade geográfica. O renascimento econômico da Europa no século XI foi causado, então, segundo ele, exatamente pelo ressurgimento do comércio internacional, devido, em grande parte, à atuação de *déracinés* como Godric de Finchale, os primeiros a estimular a renovação do comércio e da troca numa sociedade ainda fragmentada em compartimentos estanques de atividade econômica isolada. "Im Anfang", como diria Hauser mais tarde com referência às origens do capitalismo, "war der Handel". É óbvio que se o comércio teve uma prioridade causal e cronológica na gênese e no crescimento da sociedade feudal, devemos então concluir que esse comércio e esse tipo especial de capital que ele criou foram a força motriz no desenvolvimento da sociedade feudal a que deram origem. Assim, também o declínio da sociedade feudal e sua substituição pela sociedade capitalista devem ser uma função direta da sorte do comércio e do capital comercial.

[pág. 163]

Os argumentos invocados por Sweezy ao criticar o livro de Dobb estão bem próximos das teses de Pirenne. Deixemos, porém, Sweezy falar

com suas próprias palavras, a fim de não distorcemos seu pensamento: "Vemos, assim, como o comércio a longa distância pôde ser uma força criativa, suscitando um *sistema* de produção para troca paralelo ao antigo sistema feudal de produção para uso. Uma vez justapostos, esses dois sistemas naturalmente começaram a interagir".¹ "O feudalismo europeu ocidental", segundo Sweezy, "apesar, da instabilidade e insegurança crônicas, foi um sistema com forte tendência a favor da manutenção de certos métodos e relações de produção".² Portanto, o solvente desse sistema estático teria de ser externo; e foi precisamente o comércio que, ao promover o crescimento das cidades e o estabelecimento das primeiras indústrias, e ao atrair os servos para as cidades, teve o efeito a longo prazo de tornar impossível a "coexistência" do feudalismo e de um *sistema* de produção para troca. Desse modo, virtualmente acabou por liquidar o feudalismo nos países da Europa ocidental. Sweezy está consciente de que a produção capitalista, na medida em que era uma forma mais elevada e complexa de produção de mercadorias, era algo bem distinto da produção de mercadoria que se desenvolvera na era feudal. Viu-se, portanto, confrontado por uma dificuldade: qual a definição correta do período histórico que se estende aproximadamente do século XV ao XVI, durante o qual o feudalismo estava morto ou moribundo, mas em que ainda não estavam presentes elementos concretos ou sinais do modo capitalista de produção? Sweezy livra-se dessa dificuldade ao postular uma fase histórica distinta, na qual "os elementos predominantes não eram nem feudais nem capitalistas",³ e que ele propõe classificar como "produção pré-capitalista de mercadorias". Neste ponto, critica a opinião de Dobb segundo a qual esse período tinha caráter ainda sobretudo feudal.

[pág. 164]

¹ Sweezy, P. M., "Uma Crítica", p.51.

² Ibidem, p.43.

³ Ibidem, p.60.

De um ponto de vista puramente abstrato, são óbvias as falhas lógicas do tratamento dado por Sweezy ao problema. Se tentarmos interpretar o problema da transição do feudalismo para o capitalismo à luz do marxismo, como o economista americano procura fazer, não podemos ignorar o método dialético que é a própria essência do marxismo. Todavia, asseverar que o feudalismo foi uma formação histórica imóvel, incapaz por si mesma de desenvolvimento interno mas apenas suscetível de influência externa, é precisamente colocai o problema em termos de contingência aleatória, e não em termos de interação dialética. Dobb observa com razão em sua "Réplica" que "afirmá-lo [isto é, que o feudalismo não tinha no seu interior uma tendência a mudar] seria fazer dele uma exceção à lei geral marxista do desenvolvimento, segundo a qual a sociedade econômica se move por suas próprias contradições internas".⁴ Do mesmo modo, levantar a hipótese de um período intermediário e autônomo entre o feudalismo e o capitalismo (como queira que o denominemos) representa abandonar qualquer consideração histórica do processo de formação do novo dentro do velho, ou, na expressão de Marx, representa descrever as "dores do nascimento" que acompanham a emergência de uma nova sociedade surgindo do ventre da antiga. Hilton e Takahashi também apresentaram considerações metodológicas similares às formuladas por Dobb.

Todavia, essas falhas lógicas implicam outras, paralelas, na interpretação histórica. Recordemos as objeções factuais levantadas em sucessivos comentários às críticas de Sweezy. Tanto Dobb como Hilton reiteraram que o desenvolvimento e a decadência do feudalismo resultaram de elementos que operavam no seu interior. Dobb enfatizou — como já o fizera nos *Studies* — o fato de que em certas áreas periféricas às grandes estradas e rotas de comércio a desintegração das relações sociais feudais

⁴ Dobb, "Uma Réplica", p.74.

típicas (por exemplo, a servidão) ocorreu antes do que em áreas que se encontravam diretamente nessas rotas: assim, nas regiões mais atrasadas do Norte e do Oeste da

[pág. 165]

Inglaterra a servidão desapareceu antes do que no Sudeste mais progressista. Da mesma maneira, a "segunda servidão" na Europa oriental coincidiu com um período de expansão comercial. Isso não significa dizer — e Dobb ressalta este ponto

— que o crescimento do comércio e da produção de mercadorias não desempenhou um papel importante na evolução e substituição da sociedade feudal; todavia, para repetir uma passagem de Marx citada por Dobb em seus *Studies*, foi um fator subordinado à "solidez e articulação interna" do modo de produção em si.

A contribuição de Hilton à polêmica sobre a transição do feudalismo para o capitalismo pretende exatamente descrever essa articulação interna. Ele amplia alguns pontos apresentados nos *Studies* e tenta penetrar na engrenagem interna da sociedade feudal. Para ele, a lei fundamental dessa sociedade era a tendência, por parte da classe exploradora, a realizar a renda máxima do trabalho dos produtores diretos: isso entrava em conflito com as necessidades de crescimento social, provocando contradições dentro da própria classe exploradora. A análise de Hilton desce, então, a pormenores que não podemos considerar agora. Todavia, não se pode evitar a impressão, ao ler Hilton ou mesmo algumas partes do livro de Dobb, de que, embora estes autores refutem convincentemente a tese de Pirenne, retomada por Sweezy, de que o comércio foi o *agente motor* (*prime mover*, de Hilton) da sociedade feudal, eles são menos convincentes em sua reconstrução histórica da dialética interna do feudalismo, pois com freqüência parecem mais defensivos e críticos do que construtivos e

positivos em seus argumentos. É claro que são mais agudas as dificuldades de interpretação nessa área, devido à carência de pesquisa disponível; Sweezy pisa terreno relativamente seguro quando ele ressalta que o próprio Dobb admite ser difícil provar sua tese de que o agente motor do modo de produção feudal era *interno*.

Parece-me que esta dificuldade se torna mais evidente quando consideramos a maneira como foi tratado o problema — crucial para o debate — das origens das cidades medievais. Foi precisamente a este respeito que Sweezy comentou: "A teoria de Dobb sobre as causas internas do colapso do feuda-

[pág. 166]

lismo ainda poderia ser salva se fosse possível comprovar que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Mas, se bem entendi, Dobb não o afirmou. Ele toma uma posição eclética sobre a questão da origem das cidades medievais, mas reconhece que seu crescimento em geral guardava proporção com sua importância como centros de troca. O comércio não pode de maneira alguma ser considerado uma forma de economia feudal; segue-se daí que Dobb dificilmente poderia sustentar que o desenvolvimento da vida urbana foi consequência de causas internas feudais".⁵

Vimos que a suposição do economista americano de uma relação mutuamente exclusiva entre o comércio e o feudalismo não pode ser aceita sem um exame metódico, mas suas observações sobre a insegurança de Dobb a respeito do problema das origens das cidades não carecem de valor. Com efeito, os *Studies in the development of capitalism* restringem-se à exposição de várias teorias relativas à questão, e à aceitação dos elementos mais prováveis de uma ou outra. Todavia, o problema das origens das

⁵ "Uma Crítica", p.49.

idades no interior (ou no exterior) da estrutura da sociedade feudal não é tratado em parte alguma na maneira conscienciosa e sistemática que merece; o leitor, assim, pode muitas vezes achar que se depara com essas cidades sem nada saber de sua formação ou gênese.

Em sua "Réplica", Dobb não deixa de considerar as críticas de Sweezy a este respeito. Sua formulação, contudo, me parece trair certa insegurança. Não concorda que lhe possam atribuir a tese de que "a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal". Mas acrescenta, entre parênteses: "ainda que, até certo ponto, eu acredite ser verdadeiro este último ponto, e que, precisamente porque o feudalismo estava longe de ser apenas uma 'economia natural', ele levava as cidades a cuidar de sua necessidade de comércio a longa distância".⁶ Talvez a falta de clareza com que Dobb se expressa reflita o fato de ele não ter devotado suficiente atenção ao

[pág. 167]

problema. É evidente, todavia, que, se não se resolver de maneira orgânica o problema da relação entre a cidade e o campo, como a forma histórica de relação entre produção e comércio, será difícil refutar a teoria de Pirenne de que o comércio foi uma influência externa corrosiva sobre a sociedade feudal, bem como seu tratamento do "capitalismo" das cidades medievais. Até essas cidades, que eram os centros do comércio, se integrarem na própria sociedade feudal, e serem consideradas (na frase de Dobb) um resultado do desenvolvimento "interno" dessa sociedade, a tentação de colocar o "agente motor" do feudalismo fora do mesmo será muito forte e também muito legítima.

Contudo, no trabalho de Dobb essa necessária integração permanece mais implícita que explícita. Porém, outras tendências de pesquisa

⁶ "Uma Réplica", p.74-5.

historiográfica, que também operam no quadro marxista, foram mais longe. Refiro-me, em particular, aos historiadores soviéticos que consideram as cidades medievais, e a produção de mercadorias que elas estimularam, como elementos no desenvolvimento histórico do próprio modo feudal de produção. Este problema foi debatido na revista *Voprosy Istorii*. O autor de um artigo, F. Ya. Polyansky, sustenta, com efeito, que "a criação da cidade constituiu uma forma da expansão política e econômica do regime feudal";⁷ ele situa esta afirmativa no contexto geral de que a produção de mercadorias era funcional ao feudalismo, elemento integral do mesmo, e não algo que lhe fosse externo e antagônico.⁸ Segue-se que essas manifestações de capitalismo precoce realmente presentes na indústria de umas poucas cidades medievais, particularmente na Itália e em Flandres, não possuem, para Polyansky, mais que um caráter "episódico".⁹

Se quisermos, porém, confinar-nos à historiografia anglosaxônica, não faltam indicações de que seja esta a direção seguida pelos estudiosos contemporâneos. Em fevereiro de

[pág. 168]

1953, apenas um mês após a publicação do citado ensaio em *Voprosy Istorii*, a revista inglesa *Past and Present* publicou um artigo de A. B. Hibbert sobre as origens dos patriciados na cidade medieval. Nele Hibbert analisa a abordagem de Pirenne quanto ao papel do comércio nas origens e no crescimento do urbanismo medieval, que ele caracteriza como a opinião de que "existe uma incompatibilidade natural entre um estado feudal e um estado que permite o desenvolvimento do comércio e da indústria".¹⁰ Ele

⁷ Polyansky. F. Ya., "O tovarnom proizvodstve v uslovyakh feodalizma", in: *Voprosy Istorii*, 1953, n.1, p.52 ss.

⁸ Ibidem, p.54.

⁹ Ibidem, p.55.

¹⁰ Hibbert. A. B., "The Origins of the Medieval Town Patriciate", in: *Past and Present*, February, 1953, p.16.

opõe a esta a sua própria convicção de que "tanto a teoria como os fatos sugerem que no início da Idade Média o comércio, longe de ser um elemento de dissolução da sociedade feudal, foi na realidade um produto natural da mesma, e o foi a ponto de os governantes feudais favorecerem seu desenvolvimento".¹¹ A condição prévia do florescimento da atividade mercantil e da produção de mercadorias foi o desenvolvimento do setor agrário da economia. Este, naturalmente, era um elemento "interno" ao modo de produção feudal, e uma "premissa básica para qualquer desenvolvimento urbano".¹²

Hibbert documenta esta tese recordando o fato de que muitos centros urbanos medievais tiveram origens "senhoriais" (*seigneurial*) — modificando um termo que tem sido objeto de uma polêmica na historiografia local na Itália. Dá como exemplos as cidades de Gênova, Milão, Lincoln, algumas cidades polonesas, Bergen, Cambridge, Arras, bem como a cidade de Dinant, estudada por Pirenne. Confirmando, Hibbert cita certas monografias bem conhecidas sobre comunas, o estudo de Lestocquoy sobre cidades flamengas e italianas¹³ e ainda o trabalho de Saponi para o Congresso Internacional de História em 1950. Todavia, eles foram publicados após o aparecimento de *Studies*, de Dobb, e nem este nem Sweezy tiveram oportu-

[pág. 169]

nidade de levá-los em consideração ao tempo de seu debate. Deve-se ressaltar, todavia, a existência de indicações no sentido da confirmação, pela pesquisa posterior, dos comentários iniciais feitos por Dobb sobre a origem das cidades medievais, em sua "Réplica".

¹¹ Ibidem, p.17.

¹² Ibidem, p. 17.

¹³ Ibidem, p.27. O trabalho de Lestocquoy, *Aux origines de la bourgeoisie: les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriciens*, foi publicado em Paris, 1953.

Parece-me, todavia, que embora a posição do historiador inglês seja mais acertada no caso específico do papel do comércio e do capital mercantil na sociedade feudal, e portanto no da natureza das cidades medievais, ela na verdade não passa ainda de uma hipótese provisória. A discussão entre Sweezy e os marxistas ingleses tem todas as características de um duelo entre combatentes de armas desiguais pois, no apoio de sua tese, o primeiro pôde apresentar grande volume de material bem elaborado, toda uma corrente de pesquisa, enquanto os últimos só podem basear-se numa percepção recente e mais profunda do problema e num esforço para interpretar fontes heterogêneas freqüentemente inspiradas em pontos de vista opostos. A única maneira de sair deste impasse é dar aos contendores armas iguais, ou seja, encorajar pesquisa que acompanhe esta hipótese explicatória plausível. Todas as partes concordam com isto. Hilton enfatizou essa necessidade com grande lucidez num inteligente trabalho publicado em *Past and Present* em fevereiro de 1952. Hilton observou que "Pirenne, com seus estudos sobre o crescimento das cidades medievais, e com seus trabalhos mais gerais, exerceu considerável influência sobre o ensino e o estudo da história econômica medieval. Ressaltou ele que o crescimento do comércio internacional desempenhou papel-chave na transformação da sociedade feudal. Muitas afirmativas correntes sobre o capitalismo medieval derivam de seu trabalho, e suas conclusões foram confirmadas por muitos estudos subseqüentes".¹⁴ Todavia, esta linha de pensamento, promovida pela poderosa personalidade de Pirenne, tem-se mostrado insatisfatória — segundo Hilton — para as modernas hipóteses sobre o papel do comércio e do capitalismo mercantil. Conclui ele que a pesquisa histórica deve

[pág. 170]

¹⁴ Hilton. R. H., "Capitalismo — o que representa esta palavra?" Ver p.146.

a partir de agora reorientar-se no sentido de outros setores, que ele especifica: história agrária, história da tecnologia e história da conexão entre a base econômica e as superestruturas político-jurídicas.

O segundo problema importante suscitado por Sweezy diz respeito à possível classificação dos séculos XV e XVI como uma época feudal, ou uma época capitalista, ou como o "período pré-capitalista de mercadorias", de Sweezy. Aqui a resposta de Dobb e dos marxistas ingleses foi, a meu ver, mais concreta. Neste campo eles puderam valer-se de um significativo legado de pesquisa e debate. Em 1940, por ocasião do terceiro centenário da Revolução Inglesa, a publicação de um conhecido estudo de Hill¹⁵ provocou inúmeras discussões, reativadas em 1946-47 quando o trabalho foi relançado. A revista *Labour Monthly* foi o foro da polêmica de 1940-41, que incluiu, entre muitas intervenções, uma importante declaração de Dobb.¹⁶ O problema em pauta referia-se à natureza da Revolução Inglesa. Foi ela uma revolução burguesa com o objetivo da instauração definitiva de um modo capitalista de produção para o qual já existiam as necessárias condições prévias, depois de amadurecerem durante o século XVI e períodos anteriores? Ou, ao contrário, foi um movimento da burguesia já instalada no poder no sentido de frustrar uma reação feudal-aristocrática? A maioria dos participantes na discussão optaram pela primeira interpretação, proposta por Hill.

A intervenção de Dobb revestiu-se de especial autoridade ao conclamar por um trabalho mais concreto e pela fuga do

[pág. 171]

¹⁵ Hill, C, *The English Revolution 1640. Three Essays*, Londres, 1949, 2ª ed. O volume consiste em três ensaios, do qual o primeiro, de Hill, se refere à revolução em geral, o segundo, de M. James, ocupa-se de interpretações materialistas da sociedade revolucionária na Inglaterra por contemporâneos, e o terceiro, de E. Rickword, é sobre Milton.

¹⁶ Ver a resenha sobre o ensaio de Hill, por P. R, in: *Labour Monthly*, outubro de 1940. p.558; a réplica de D. Garman e a tréplica de R R, Ibidem, dezembro de 1940, p.651 ss; as intervenções de D. Torr e de Dobb, Ibidem, fevereiro de 1941, p.88 ss. Um resumo claro e completo dos debates é apresentado no artigo "State and Revolution in Tudor and Stuart England", in: *Communist Review*, julho de 1948, p.207 ss., publicada pelo History Group do Partido Comunista Britânico.

dogmatismo abstrato ou rígido. Enfatizou que, para os fins do debate, era fundamental determinar qual o modo de produção que prevalecia na Inglaterra às vésperas da revolução. A expressão "capitalismo mercantil", empregada por todos os participantes no debate, prestava particular atenção ao domínio da troca e não ao da produção, não sendo adequado, pois, para definir um modo de produção em si. Dobb inclinou-se a resolver a questão pela classificação da Inglaterra dos Tudor e Stuart como feudal, observando ao mesmo tempo que, nessa sociedade feudal, os elementos que viriam a caracterizar a sociedade burguês-capitalista já se encontravam em avançado estágio de desenvolvimento. Dobb mais tarde aprofundaria esta interpretação em *Studies*, acentuando o papel conservador desempenhado pelas classes mercantis nas várias fases da Revolução Inglesa.¹⁷ É fácil compreender como a experiência oriunda desse debate e da pesquisa que ele suscitou permitiram aos historiadores marxistas ingleses responder com maior segurança às críticas de Sweezy a respeito. Com efeito, tanto Dobb como Hill se referiram aos debates anteriores a que acabamos de referir-nos.

Dobb declara concordar com Sweezy, ao considerar a sociedade européia entre os séculos XIV e XVI como uma complexa formação histórica em fase de transição, no sentido de que as antigas formas econômicas estavam desintegrando-se enquanto emergiam novas formas. Contudo, esse tipo de situação dinâmica não representa uma fase histórica distinta; não constitui um modo de produção *sui generis*. Tudo o que implica é que o novo surgiu do velho. Um modo de produção implica relações de produção, os quais, por sua vez, pressupõem classes com diferentes posições sociais: servos e senhores feudais, trabalhadores "livres" e capitalistas. Ora, que relações de produção e que classes correspondem ao modo de produção postulado por Sweezy — produção pré-capitalista de

¹⁷ Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, c.IV. Sobre este aspecto da teoria de Dobb, ver as observações críticas constantes da resenha de B. Trentin do livro de Dobb em *Società*, n.3, 1952.

mercadorias? Esta foi a pergunta feita por Dobb e Hill ao americano. "Se uma burguesia

[pág. 172]

mercantil constituía a classe dominante, então o Estado deve ter sido algum tipo de estado burguês", comenta Dobb. "E se o Estado já era burguês, não apenas no século XVI porém mesmo no começo do século XV, qual foi a questão fundamental da guerra civil do século XVII?" Se rejeitarmos a hipótese de que a Revolução Inglesa foi uma forma de repressão burguesa dirigida à contra-revolução feudal, por não corresponder aos fatos, "resta aceitar (corretamente, a meu ver) que a classe dominante era ainda feudal, e que o estado constituía ainda o instrumento político de seu poder".¹⁸ Tampouco havia qualquer validade na idéia mais tarde lançada por Sweezy de que na Inglaterra dos séculos XVI e XVII havia certo equilíbrio de forças de classes em oposição, com o resultado de que "várias" classes compartilhavam e disputavam o poder. Hill provou efetivamente que esta hipótese não apenas era dúbia do ponto de vista teórico, como não tinha fundamento empírico, no que se referia ao século XVII. Em resumo, os historiadores ingleses tendem a inclinar-se para o *terminus ad quem* do feudalismo, considerado um modo de produção, até as vésperas da revolução burguesa — em outras palavras, até o século XVII no caso da Inglaterra, e mesmo mais tarde, no caso da Europa continental. É sabido que esta é a periodização em geral aceita pela historiografia soviética.¹⁹

Esta classificação, certamente, corre o risco de parecer algo surpreendente, se aplicada de maneira abstrata e exclusiva. Na verdade, pretende afirmar apenas que até certo ponto no tempo o modo de produção *prevalente* em qualquer país dado era feudal; isso não exclui a possibilidade

¹⁸ Dobb, "Uma Réplica", p.78.

¹⁹ Ver a obra *Zur periodisierung des Feudalismus und Kapitalismus in der geschichtlichen Entwicklung der UdSSR*. Diskussionbeiträge, Berlim, 1952.

de haver "germes" ou "formas" capitalistas (veremos mais adiante a importância destes termos) no interior do antigo modo de produção. Neste ponto os historiadores ingleses estão mais ou menos de acordo com Sweezy. Takahashi que, por sua vez, corrigiu alguns dos erros na formulação de Dobb, também concorda. Podemos, portanto, concluir que os séculos XV e XVI (e os seguintes também, se considerarmos outros países que não a Inglaterra) não se apresentam como

[pág. 173]

uma fase por si mesmos, uma "era" intermediária distinta entre o feudalismo e o capitalismo, mas como um período caracterizado pela emergência e desenvolvimento de formas capitalistas (por exemplo, as primeiras manufaturas) dentro da estrutura de um modo feudal de produção em sobrevivência.

O problema das origens do capitalismo no interior da sociedade feudal oferece vários aspectos. Os estudos em pauta consideram o problema da racionalização da agricultura (as demarcações, *enclosures*, inglesas); o da formação do primeiro mercado de trabalho, depois da diferenciação social do campesinato na população agrícola tradicional (a Poor Law na Inglaterra elizabetana); o da mudança na relação entre cidade e campo. O problema mais importante, porém, refere-se obviamente às origens dos primeiros manufatureiros capitalistas, que deram origem às novas relações de produção — as existentes entre o empresário capitalista e os trabalhadores "livres" por ele contratados. As manufaturas surgiram com base no sistema anterior de guildas da indústria medieval, ou foi uma criação original? Seus promotores foram as classes mercantis ligadas à sociedade feudal, ou eram homens diferentes e novas camadas sociais? São estes os termos gerais do debate. Em particular, a polêmica centralizou-se na interpretação histórica corrente de uma conhecida passagem do volume III de *O Capital* que, no

interesse da clareza, convém transcrever:

A transição do modo feudal de produção tomou duas vias. O produtor tornou-se um mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato controlado pelas guildas da indústria urbana medieval. Esta é a via realmente revolucionária. Ou então o mercador se apossa diretamente da produção. Esta via, apesar de servir historicamente de modo de transição — como por exemplo o negociante inglês do século XVII que controla os tecelões, ainda que estes trabalhem independentemente, vendendo-lhes a lã e comprando deles o tecido — não pode por si só fazer muito no sentido de derrubar o antigo modo de produção, ao contrário, preserva-o e utiliza-o como sua premissa.²⁰

[pág. 174]

São essas as "duas vias" pelas quais as relações capitalistas de produção se instauram. Dobb, em *Studies*, procurou diferenciá-las historicamente. No que se refere à Via n.I (de produtor a capitalista), localizou-a na formação, durante os séculos XVI e XVII, de unidades de produção agrícola e industrial baseadas num sistema de trabalho assalariado. Essas empresas em geral tinham caráter limitado e foram criadas por pessoas oriundas diretamente das fileiras dos produtores (camponeses abastados, artesãos). Essas camadas formaram o setor mais avançado da burguesia: elas é que tinham mais a ganhar com a derrota do modo feudal de produção. A New Model Army de Cromwell foi recrutada na maior parte entre elas. Quanto à Via n.II (de mercador a capitalista), esse foi o processo histórico pelo qual os mercadores e as classes mercantis surgidas dentro da sociedade feudal assumiram o controle e a direção do processo da produção industrial nas formas então existentes.

Assim, enquanto no primeiro caso emergiu uma relação entre empresário e trabalhador "livre", no segundo um capitalista-mercador freqüentemente lidava com um produtor que ainda não se separara de seus meios de produção. No primeiro caso, o capitalista-produtor produzia para o mercado, interessando-se, portanto, pela sua expansão e pela diminuição

dos custos de produção, emancipando-se, dessa forma, da sujeição ao capital comercial, e tendendo, na verdade, a subordiná-lo ao capital industrial. No segundo caso, o capitalista-mercador produzia apenas o que seu negócio comercial podia acomodar, subordinando sua atividade produtiva aos seus interesses como mercador; portanto, o capital comercial continuava a predominar sobre o industrial. No primeiro caso, o lucro do capitalista já era lucro realizado numa maneira capitalista a partir do trabalho excedente de trabalhadores "livres"; no outro, o lucro é ainda em grande parte o que Marx chamou "lucro sobre a alienação", típica do capital comercial na sociedade feudal, feito da diferença, em condições especiais de mercado, entre o preço de compra e o de venda. Assim, no primeiro caso o capitalista tem todo interesse em demolir as várias barreiras e os privilégios das guildas na sociedade feudal, e em

[pág. 175]

expandir e alargar o mercado, enquanto no segundo caso o capitalista comercial, ao contrário, ganharia com a manutenção do *status quo* da sociedade no qual se apóia seu lucro sobre a alienação.

É esta a interpretação histórica dada por Dobb à passagem citada de *O Capital*. Segundo *Studies*, são exemplos da Via n.i as manufaturas têxteis de John Winchomb em Newbury, e de Thomas Blanke em Bristol. Empresas desse tipo eram mais numerosas na área da mineração e da produção de sal. Finalmente, inclui a chamada "indústria doméstica" na Via n.I.²¹ Exemplos da Via n.II, se podemos citar um exemplo mais familiar fora da Inglaterra, são as *manufactures royales* da época de Colbert na França. Este exemplo é dado por Takahashi para confirmar a tese de Dobb, de que ele se baseia quase exclusivamente em material inglês; Takahashi cita trabalhos de

²⁰ Marx, *Capital*, v.III, p.334.

²¹ Dobb, *Studies*, p.138 ss.

Lefebvre, Labrousse e Tarlé. Foram estes estudos que primeiro evidenciaram que a forma de organização industrial mais promissora não foi a representada pelas manufaturas privilegiadas de Colbert, mas a das pequenas empresas de caráter mais marcadamente capitalista — não a "industrie des villes" mas os "petits producteurs de campagne".

Sweezy, porém, dá outra interpretação da passagem citada de *O Capital*. Em sua opinião, "o que Marx estava comparando... era o ímpeto inicial de empresas integralmente capitalistas com o desenvolvimento lento do sistema *putting-out*".²² Em outras palavras, a Via n.II é equivalente ao sistema *putting-out* (*Verlagssystem* na Alemanha), no qual o empresário-mercador encomenda as várias fases da manufatura do produto a artesãos independentes. A Via n.I, que é mais rápida e, por isso, mais revolucionária, passa por cima dessa fase intermediária e estabelece diretamente um sistema de produção mais racional, do tipo que emergia — como sustenta Takahashi — nas *manufactures réunies* de Colbert. Sweezy não parece acreditar que diferentes camadas sociais (produtores por um lado e

[pág. 176]

mercadores por outro) corresponderam necessariamente a essas duas vias distintas, embora admita ser possível esta interpretação. Ao contrário, parece considerar que as mesmas pessoas e as mesmas camadas estavam presentes de maneira igual nas duas vias. Em outras palavras, enquanto para Dobb a diferença entre a Via n.I e a Via n.II consiste basicamente no fato de que foram promovidas por forças sociais com interesses e políticas diferentes, para Sweezy a diferença consiste em serem elas tipos distintos de processos produtivos (*putting-out* versus manufatura combinada). A avaliação feita por Sweezy do papel das pequenas empresas — os *small men*, os *petits producteurs de campagne* — nas origens da indústria capitalista é,

²² "Uma Crítica", p.66.

portanto, oposta à de Dobb. Ele considera que o precedente direto da fábrica capitalista propriamente dita deve ser procurado não tanto nas empresas desses pequenos capitalistas-produtores como naqueles empreendimentos industriais de maior vulto representados pelas manufaturas de Colbert.

Uma contribuição notável para o esclarecimento deste complexo problema foi dada por Takahashi. Intervindo no debate entre Dobb e Sweezy, prestou especial atenção ao problema das "duas vias". De modo especial, sustentou que a passagem do volume m de *O Capital*, considerada no contexto, não se resume em afirmar a existência das duas vias, mas da oposição entre ambas. Assim, a Via n.I se caracteriza pela subordinação do capital comercial ao industrial, do mercado à produção; ao contrário, a Via n.II se define pela dependência persistente da produção em relação ao mercado, da indústria em relação ao ganho comercial. A Via n.I necessariamente conduz a uma ruptura definitiva com as relações feudais de produção, a Via n.II a uma acomodação com essas relações, na medida em que — para repetir a frase de Marx — "não pode por si mesma fazer muito no sentido de derrubar o antigo modo de produção, mas, ao contrário, preserva-o e utiliza-o como premissa". O historiador japonês faz a observação oportuna de que temos aqui uma caracterização histórica de duas fases distintas nas origens do capitalismo. É precisamente na medida em que são fases históricas distintas e opostas que as duas maneiras não são (como Sweezy parece crer) duas soluções separadas para um mesmo problema; elas não res-

[pág. 177]

pondem aos mesmos interesses, mas correspondem a diferentes problemas, diferentes interesses e diferentes camadas sociais. As *manufactures réunies* foram criadas pela *haute bourgeoisie* ligada e integrada à ordem feudal; nessa

qualidade, desapareceram com o fim dessa ordem, na Revolução Francesa. Do mesmo modo, os *chartered manufacturers* do período dos Stuart opunham-se à rebelião puritana, apoiada, por sua vez, pelos pequenos produtores capitalistas na cidade e no campo.

Deste ponto de vista, a oposição entre as duas vias e os dois modos de produção opostos aos quais estão ligadas se reflete na luta política e nos partidos: independentes *versus* realistas na Revolução Inglesa, jacobinos *versus* girondinos na Francesa. Takahashi, numa ampla perspectiva histórica, interpreta a predominância de uma ou de outra das vias num país em particular como uma das características da estrutura social desse país na era capitalista. Comenta que a predominância da Via n.I na França e na Inglaterra explica em grande parte as diferenças na estrutura social entre esses países e aqueles em que prevaleceu a Via n.II, como a Alemanha e o Japão. Quanto a isso, no nível da análise histórica específica, o ensaio de Takahashi é uma contribuição notável, mesmo se comparada a *Studies* de Dobb. Em especial, ele denuncia como errado o relacionamento feito por Dobb do sistema *putting-out* com a Via n.I, ao invés da n.II. Esse sistema, de fato, foi na maior parte trabalho de mercadores que, ao mesmo tempo em que, primeiro, forneciam o material aos produtores individuais e, depois, garantiam a venda do produto final, "controlavam" a produção apenas do exterior, e a fim de continuar sua dominação como capitalistas mercantis mantinham imutáveis as tradicionais condições de produção".²³ O caso do sistema *putting-out*, portanto, não deve ser confundido com o da indústria doméstica, composta de "empresas independentes pequenas e médias", como fez Dobb.

É interessante observar que o debate entre Dobb e Sweezy sobre as origens das manufaturas também encontra sua con-

[pág. 178]

²³ "Uma contribuição para o debate", p.117.

trapartida na União Soviética. De 1948 a 1950, a publicação *Voprosy Istorii* publicou numerosos artigos sobre a natureza das manufaturas russas na época de Pedro, o Grande. O mais recente desses artigos, escrito por Borisov,²⁴ desenvolveu temas e argumentos semelhantes aos de Takahashi. Indo contra artigos e monografias anteriores, Borisov rejeita a idéia de que as manufaturas russas do tempo de Pedro, o Grande, fossem de caráter capitalista. Elas continham "germes", mas não eram em si uma "forma" capitalista (*Kapitalisticheskii uklad*, segundo a expressão empregada por Lenine em *The development of capitalism in Rússia*). Borisov distingue entre manufatura "comercial" (*Kaufmannisch*) e manufatura "capitalista". Como o historiador japonês, ele atribui muita importância à relação entre capital comercial e industrial, e entre produção e mercado, na explicação histórica das manufaturas.

Concluimos assim nosso apanhado dos principais textos e temas do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo. O leitor terá visto que esse debate foi um complexo de discussões e matérias extremamente variadas. No contexto do problema geral, numerosas questões particulares foram discutidas: a questão do papel do comércio no desenvolvimento e substituição do modo feudal de produção; a questão do caráter da Revolução Inglesa; a questão das "duas vias" e das origens da manufatura capitalista.

Neste sentido, o debate fornece um resumo dos enfoques históricos atuais do problema. Naturalmente, seu interesse bem como suas limitações se devem ao fato de não se tratar de mero registro empírico, mas de uma tentativa de fornecer uma reconstrução, à luz de uma nova perspectiva histórica. O debate, como foi observado, nunca foi isento de heterogeneidade: a relação entre fonte e interpretação, material e exposição

²⁴ Comparar o ensaio de Borisov, "Über die Entstehung der Formen der Kapitalistischen Ordnung in der Industrie", in: *Zur Periodisierung*, que faz um apanhado dos estudos soviéticos sobre o assunto.

mantteve-se necessariamente externa. Todos os participantes do debate estavam conscientes deste fato, enfatizado especialmente por Hilton. A este respeito, o debate não foi um mero

[pág. 179]

resumo dos conhecimentos existentes, mas representa um conjunto de orientações para a pesquisa histórica destinada à solução de problemas particulares. Essas orientações já estão começando a dar fruto, em particular na Inglaterra. Esperamos que o conhecimento e o estudo desses problemas se mostrem igualmente férteis para a pesquisa histórica em nosso próprio país.

Os problemas da história na Itália, á claro, são muito diferentes daqueles da Inglaterra ou mesmo da França, mas é evidente que muitos dos elementos que emergiram no curso do debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo podem ser utilizados no cultivo de certas áreas de pesquisa, e na colocação e resposta de certos problemas em nossa própria história. Por exemplo, é óbvio que o papel do capital comercial no desenvolvimento e decadência da sociedade medieval italiana é um tema de enorme interesse histórico para nós. O mesmo pode ser dito do problema das origens da indústria e manufatura, e da natureza da indústria doméstica. Os que conhecem os *Prison Notebooks*, de Gramsci sabem que eles contêm muitas reflexões sobre os temas do debate de que tratamos. O leitor recordará os comentários de Gramsci sobre o caráter econômico-corporativo das Comunas, e a evolução histórica da relação entre cidade e campo.

[pág. 180]

[pág. 181] *Título*

[pág. 182] *página em branco*

MATERIAL SUPLEMENTAR

Capitalismo — o que representa esta palavra?

Rodney Hilton

A história do capitalismo era estudada, tanto pelos que o apóiam como pelos que o criticam, fundamentados num razoável consenso sobre o que pretendiam significar com esse termo.

"O tema do capitalismo", escreveu o professor Postan,¹ "deve sua atual posição no debate político e científico ao trabalho de Marx e dos marxistas". Muitos historiadores concordam substancialmente com ele. Lipson, em *Economic History of England*,² adota integralmente a definição de capitalismo dada por Marx, no sentido de que sua característica essencial é a divisão de classes entre assalariados sem propriedade e empresários que possuem capital, em contraste com a organização característica medieval da indústria e da agricultura com base no pequeno produtor que possuía seus próprios meios de produção.

Outras definições, implícitas ou explícitas, muito menos precisas, entraram em moda recentemente. Uma definição característica é a do professor Pirenne, que descreve "a tendência para a contínua acumulação de riqueza, a que chamamos capitalismo".³ Dois historiadores franceses dos mais importantes referem-se a capitalistas e capitalismo ao escrever sobre a pro-

[pág. 183]

¹ *Economic History Review*, 4. Um estudo minucioso sobre os usos do termo encontra-se em Dobb, M. H., *Studies of the Development of Capitalism*, cap. 1.

² *Economic History of England*, passim, mas cf. por exemplo p.468.

³ *Belgian Democracy*, p.30.

priedade fundiária de larga escala na era carolíngia.⁴ E sem dúvida foi uma definição mais imprecisa do que a de Marx que levou o professor Armando Saponi, o historiador da indústria e do comércio italianos da Idade Média, a escrever sobre uma "revolução capitalista" no tempo de Tomás de Aquino.⁵

A definição de Pirenne dizia respeito às atividades dos mercadores europeus nos séculos XII e XIII. Tais definições colocam o professor e o estudante de história frente ao fenômeno desconcertante da "ascensão das classes médias" (associada, é claro, com o crescimento do comércio), que parece ter início tão cedo e continuar por tanto tempo, e ser a explicação de tantos movimentos e eventos históricos diferentes. Pois embora se diga que a classe média urbana da Europa medieval lenha começado sua notória carreira já no século X,⁶ o professor enfrenta o problema de explicar por que foi apenas nos séculos XVII e XVII que ela se tornou a força dominante da sociedade. Por que levou mais de 700 anos para atingir esta posição, se o tempo todo ela estava "em ascensão"?

Nem todos os historiadores equiparam a expansão de uma classe baseada no comércio, numa sociedade predominantemente agrícola, com a expansão do capitalismo. Todavia, a suposição de que os dois movimentos foram idênticos é generalizada. Os especialistas a adotam com cuidado e reservas, mas usualmente são menos cautelosos os que acham necessário simplificar, para fins didáticos gerais. Estes últimos, com efeito, são plenamente justificados por alguns eminentes especialistas que escrevem sobre o comércio medieval. Por exemplo, o professor de Hoover, com notáveis contribuições ao nosso conhecimento sobre a atividade bancária medieval, fala da "revolução comercial no fim do século XIII" que preparou o caminho para o "capitalismo mercantil, que na maioria dos países

⁴ Halphen, L., *Etudes critiques sur l'histoire de Charlemagne*, p.265. Calmette, J., *L.e Moyen Age*, p. 13 5.

⁵ "Il guisto prezzo nella dottrina di San Tomasso", in: *Studi di Storia Economica Medioevale*, 1946, p.191.

⁶ Ver "The Tenth Century", do Abade Lestocquoy, in: *Economic History Review*, XVII, 1.

europeus não foi substituído pelo capitalismo industrial antes

[pág. 184]

de meados do século XIX".⁷ A maioria das contribuições contemporâneas feitas pelos historiadores da indústria e do comércio medievais repousa sobre a suposição (em geral implícita) de que o que se discute é o "capitalismo".

Pesquisas recentes evidenciaram que estava enganada uma geração mais antiga de historiadores econômicos que consideravam a Idade Média um período de "economia natural". Eles minimizaram a extensão da produção de bens para o mercado. Também subestimaram o volume do comércio internacional e as repercussões que ele teve sobre a atividade econômica. Pirenne, tanto com seus estudos sobre o crescimento das cidades medievais, como com seus trabalhos mais gerais,⁸ exerceu considerável influência sobre o ensino e o estudo da história econômica medieval. Ressaltou ele que o crescimento do comércio internacional desempenhou papel-chave na transformação da sociedade feudal. Muitas afirmativas correntes sobre o capitalismo medieval derivam de seu trabalho, e suas conclusões foram confirmadas por muitos estudos subseqüentes. Apenas uns poucos precisam ser mencionados aqui. Os mais importantes são os que abordaram o desenvolvimento do comércio e da indústria nas regiões econômicas mais adiantadas da Europa medieval — Flandres e Itália. As pesquisas de Espinas mostraram como era grande a atividade industrial dos centros flamengos de manufatura de têxteis, juntando muitos pormenores que ilustraram as observações mais gerais de Pirenne. Doren, Davidsohn, Saponi e outros mostraram como a atividade industrial e comercial das cidades toscanas era ainda mais desenvolvida do que a de

⁷ *Money, Banking and Credit in Medieval Bruges*, p. 11.

⁸ *Medieval Cities; Histoire de Belgique; Social and Economic History of Medieval Europe: Mahomet and Charlemagne*.

Flandres.⁹ Esses centros produziam tecidos para um mercado internacional. Adquiriam sua matéria-prima de pontos distantes dos lugares onde a traba-

[pág. 185]

lhavam. A lã era importada da Inglaterra, Espanha etc. As matérias corantes eram compradas até em lugares longínquos como o Mar Negro. Naturalmente, o embarque dessas matérias-primas e a exportação dos bens acabados suscitou um complexo mecanismo de troca. Até o final do século XII, as grandes feiras de Champagne constituíam os maiores entre vários empórios internacionais, onde os compradores do sul encontravam os vendedores do Norte. No século XIV, importadores mercadores (em particular italianos) estabeleceram agências permanentes nos centros de manufatura e comércio. A fim de evitar o transporte de barras de ouro ou prata, e superar as dificuldades da troca de moedas, criaram-se as letras de câmbio, o que permitiu o desenvolvimento do crédito, sem falar na facilitação da usura em pequena ou larga escala, e das finanças públicas internacionais.¹⁰

As pesquisas que revelaram a importância do comércio internacional fizeram-se acompanhar de estudos sobre a vida agrária que também corrigiram a antiga noção de um mundo composto de economias "naturais" estanques. A desintegração, a partir do século XI, das grandes propriedades da era carolíngia, a subdivisão dos domínios senhoriais, a redução no número dos camponeses inteiramente servis, e o aumento da renda paga em dinheiro, ao invés de em trabalho ou espécie, foram descritos há meio século ou mais.¹¹

⁹ Espinas, G., *La Vie Urbaine de Douai au Moyen-Age; Sire Jehan Boinebroke* (Les Origines du Capitalisme); *Histoire de la Draperie de la Flandre Française*. Doren, A., *FlorentinerWollentuchindustrie*. Davidsohn, R., *Geschichte von Florenz* IV, Saponi, A., op. cit.

¹⁰ Além dos trabalhos de Saponi e de Roover já citados, ver Doehaerd, R., *Les Relations Commerciales entre Genes et l'Outremont*, Renouard, I. & Y., *Les Hommes d'Affaires Italiens*, e, também, *Relations des Papes d'Avignon et des Compagnes Commerciales et Bancaires*.

¹¹ Por exemplo, Delisle, L., *Études sur la Condition dela Classe Agricole en Normandie au Moyen-Age*; Sée,

Desde então, historiadores econômicos tenderam a ligar de maneira mais definitiva esses aspectos com a expansão comercial contemporânea. Todavia, têm sido menos minuciosos os estudos sobre as características de mercado ligadas à agricultura do que à indústria e ao comércio. Uma razão é que as provas referentes à produção agrícola para o mercado são com-

[pág. 186]

parativamente escassas, exceto no que se refere à Inglaterra. O colapso das grandes propriedades senhoriais foi adiado por mais tempo na Inglaterra do que na França e na Alemanha ocidental; assim, foram elas as principais participantes da produção para o mercado, quando sobreveio a demanda, principalmente no século XIII. Em consequência, registros dessa produção para o mercado foram conservados na Inglaterra, o que não ocorreu no continente. Registros contábeis anuais de senhorias e registros centrais de propriedades de meados do século XIII em diante são abundantes. Todavia, ainda que se tenham escrito boas monografias sobre propriedades individuais, tem sido comparativamente pequena a pesquisa sistemática da exata extensão da produção para o mercado.¹² Mesmo assim, pelo menos um historiador moderno concluiu que as propriedades inglesas do século XIII foram exemplos de capitalismo rural.¹³

Evidentemente, não é pouca a confusão no estudo das formas primitivas de capitalismo, portanto seria bom verificar outra vez o que Marx entendia por esta palavra. Ele a utilizava para denotar o que descreveu como um "modo de produção" da riqueza material da sociedade. Acreditava ele que as instituições sociais e políticas, as idéias e conquistas de qualquer sociedade derivam realmente de seu "modo de produção". Colocou,

H., *Les Classes Rurales et le Regime Seigneurial en France au Moyen-Age*.

¹² O livro pioneiro de Gras, N. S. B., *The Evolution of the English Com Market* deve merecer especial menção, embora não faça mais que abrir o caminho.

¹³ Betts, R. R., "La Société dans l'Europe centrale et dans l'Europe orientale", in: *Revue d'Histoire Comparée*, 1948.

portanto, a ênfase da mudança da sociedade feudal para a capitalista na mudança de uma sociedade de pequenos produtores basicamente agrários, cujas mais importantes classes sociais eram as dos senhores terratenentes e de seus arrendatários não-livres, para uma sociedade que produzia bens para troca no mercado, cujas classes principais eram as dos empresários donos do capital e dos assalariados sem propriedade.

Os conceitos gerais de Marx são suficientemente conhecidos, e seus capítulos sobre a "acumulação primitiva de capital" no volume I de *O Capital* (parte VIII) são familiares para a

[pág. 187]

maioria dos historiadores econômicos. De interesse mais particular para os medievalistas, porém, são três capítulos do volume III,¹⁴ que resumem suas posições menos conhecidas sobre a gênese do capitalismo.

Seu principal argumento é que o comércio, em dinheiro ou bens, não importando, sua expansão nem quão produtivo seja de acumulações de capital monetário, não transforma *por si mesmo* a sociedade feudal. A rapidez e as formas de desintegração da sociedade feudal, ao contrário, "depend(eram) de sua solidez e articulação interna" como um "modo de produção". Foram antes as contradições inerentes à sociedade mais que o impacto exercido (desde o exterior) pelo comércio sobre a mesma, que constituíram as causas primordiais de sua queda.

De acordo com esta posição, a única forma de capital no mundo antigo e no medieval era o capital monetário acumulado pelos mercadores e usurários. O capitalista medieval típico era o mercador que obtinha seu lucro do monopólio do comércio entre áreas economicamente atrasadas e geograficamente remotas. Esse lucro poderia derivar-se da importação de artigos de pequeno vulto e altos preços (como especiarias do Oriente; ou da

exploração dos diferentes preços de mercadorias de consumo diário entre uma e outra área de mercado. O lucro do usurário também dependia dos atrasos, mais do que dos avanços, da economia. Era extraído da extravagância das classes proprietárias de terras, e da perpétua bancarrota do camponês e do pequeno artesão. Somente quando o capital "assume o controle da produção" é que o capital do mercador e o do usurário se subordinam ao capital industrial, e apenas então se torna possível falar de um "modo de produção" capitalista.

Essa atitude em relação ao capital monetário medieval levou Marx a considerar com ceticismo a reivindicação de que o crescimento da renda-dinheiro por si só teve qualquer relação direta com a decadência das relações feudais. Distinguiu "renda feudal" da renda capitalista do solo com a mesma cautela com

14. XX, "Dados históricos referentes ao capital mercantil"; XXX VI, "Juro na Idade Média"; XLVII, "A gênese do foro capitalista". O volume foi inteiramente compilado por F. Engels com base nas anotações de Marx, após a morte deste.

[pág. 188]

que distinguia capital mercantil do industrial. A "renda feudal" paga pelo camponês ao terratenente, quer em trabalho, espécie ou dinheiro, é análoga a "mais-valia" que o capitalista tira do assalariado. A renda do solo no capitalismo não é a principal fonte de rendimentos da classe dominante. É apenas um "super-lucro" extraído pelo terratenente do fazendeiro capitalista em virtude de seu monopólio de uma força da natureza, a terra.

Marx enfatizou o efeito corrosivo do dinheiro sobre a economia da sociedade feudal, ressaltando também alguns dos efeitos retrógrados da ação do capital do mercador e do usurário. Na indústria têxtil, o domínio do capital mercantil simplesmente deteriorou as condições dos artesãos de

tal maneira que, sob alguns aspectos, eles estavam em pior situação do que os assalariados. A usura, especialmente no campo, provocou uma depressão econômica sem alterar o caráter da sociedade existente. "O senhor feudal endividado tornou-se ainda mais opressivo porque ele mesmo estava mais oprimido". Todavia, Marx considerava o crescimento do capital mercantil como uma das condições prévias do modo capitalista de produção.

A mais importante dessas condições prévias, especialmente para o desenvolvimento da indústria capitalista, foi a concentração da riqueza monetária. Na agricultura, o desenvolvimento da renda-dinheiro ajudou a estratificação da população rural e a expansão da agricultura capitalista. Quando a renda-dinheiro substituiu a renda-trabalho, os camponeses tornaram-se capazes de dedicar todo o seu tempo aos seus próprios arrendamentos, enquanto os mais ricos puderam acumular excedentes. Os mais pobres, por outro lado, arruinaram-se devido às constantes exigências de renda-dinheiro, e devido à usura. Quando a renda da terra se expressava em dinheiro, tornou-se possível atribuir um preço em dinheiro ao solo, o que promoveu a compra e a venda de terras; e, à medida que mais terra ia a mercado, a resultante desintegração dos arrendamentos tradicionais ajudou ainda mais a diferenciação social do campesinato.

O teste de uma análise como esta não é saber se soa ou não convincente, mas se ajuda a interpretar os fatos e a resolver alguns dos problemas com que se defronta o historiador da Idade Média. Um desses problemas mais agudos é até quando as

[pág. 189]

formas mais antigas da estrutura econômica e da organização social persistiram, e até quando permaneceram dominantes.

Os principais eventos ocorridos na vida agrária no fim da Idade Média, na Europa ocidental, são suficientemente conhecidos. Reduziram-se

os direitos legais dos senhores sobre as pessoas de seus arrendatários; a maioria dos arrendatários foi liberada da obrigação de trabalhar nos domínios do senhor; predominou a renda-dinheiro; e o montante total de renda paga aos terratenentes diminuiu. Em resumo, o controle dos terratenentes sobre o campesinato enfraqueceu. Deixando de lado por enquanto a relação exata entre esses novos acontecimentos e a maior produção para o mercado, consideremos brevemente até que ponto eles implicaram uma mudança fundamental no caráter da sociedade. Os grandes domínios tendiam a desaparecer ou diminuir, mas nunca constituíram mais do que uma fração da terra cultivada, nem as técnicas neles usadas diferiam significativamente daquelas empregadas pelos camponeses em suas próprias terras. A produção camponesa de pequena escala continuou como antes. É verdade que, a partir do século XIV, muitos camponeses mais ricos, e, um pouco mais altos na hierarquia social, muitos da pequena nobreza, começaram a praticar agricultura em escala maior. Ambos necessitavam de certo número de trabalhadores assalariados. Mas esse número ainda não era suficiente para alterar o sistema antigo. Além disso, embora a relação terratenente-arrendatário baseada no pagamento de renda-dinheiro possa ser vista, à luz dos eventos posteriores como um estágio transitório importante no declínio da agricultura medieval, os traços principais do feudalismo persistiam. Os terratenentes continuavam a cobrar uma renda dos camponeses mediante coação não-econômica.¹⁵ Os camponeses entregavam a seus senhores uma porção de seu excedente sob a mesma espécie de sanções legais e militares (embora o crescimento da

[pág. 190]

máquina estatal as tornasse muito mais eficientes). O fato de que o

¹⁵ O assalariado, para poder viver, é obrigado a trabalhar para o capitalista; a coação é econômica. O camponês feudal, na posse de seus próprios meios de produção, tem de ser coagido, pela ameaça imediata ou virtual de força, a entregar sua renda ao terratenente. É esta a razão da falta de liberdade pessoal do camponês medieval.

excedente tinha de ser convertido pelo camponês em dinheiro ao invés de ser entregue diretamente em trabalho ou espécie não alterara *ainda* as relações de classe.

A produção em pequena escala também se fazia presente na indústria. Uma grande mudança ocorreu quando, às atividades dos artesãos dispersos nas aldeias, veio somar-se o esforço produtivo de grande número de oficinas concentradas nas cidades e organizadas em guildas, como parte da expansão econômica geral dos séculos XII e XIII. Em certos centros que produziam para exportação, especialmente tecidos, grupos de mercadores ricos assumiram o controle de ambas as extremidades do processo de produção, o fornecimento de matéria-prima e a comercialização do produto acabado. Assim fazendo, destruíram a independência do artesão. Mas os grandes mercadores de Douai, Ghent ou Florença não revolucionaram a produção. Embora se alcançasse certa centralização dos processos de preparação e acabamento, a maior parte do trabalho de manufatura era feito nas oficinas familiares dos mestres artesãos. Além disso, ainda que uma força de trabalho proletária de certa dimensão existisse tanto nos centros têxteis flamengos como italianos, normalmente concentrava-se em grupos de não mais que quatro ou cinco, nos depósitos centrais dos mercadores. Na maioria dos casos, eram empregados nas oficinas dos artesãos pelos mestres, ao lado dos quais trabalhavam.¹⁶

Em alguns aspectos, os grandes mercadores na verdade retardaram o desenvolvimento da produção. Temiam a produção dos próprios artesãos para o mercado, e em decorrência disso proibiam qualquer aliança entre artesãos nos diferentes estágios do processo de produção. Se os tecelões passassem seus produtos diretamente para os lavandeiros e os tintureiros, haveria o risco para o mercador de que um elemento entre os artesãos

¹⁶ A organização mais próxima de um proletariado estruturado foi a dos Ciompi florentinos. Sua fraqueza comprovou-se na revolta de 1378, quando sua breve conquista de poder político entrou em derrocada assim que se viram isolados de seus aliados entre os artesãos e os pequenos comerciantes. A facilidade com que a grande burguesia os isolou foi outra medida de sua imaturidade.

pudesse controlar o processo de produção a partir de seu interior. Isso quase ocorreu em Flandres no século XIV. Quando o poder político da antiga casta do patriciado dos mercadores vendedores de tecidos desmoronou, os tecelões de cidades como Ghent arranjaram um elemento empresarial que se teria ocupado da organização da indústria se fatores políticos, a ascensão da indústria rural e a decadência da indústria têxtil flamenga, não o tivessem impedido.¹⁷ Para evitar fato semelhante é que na Europa setentrional e na Itália os mercadores que forneciam as matérias-primas insistiam em que, após o término de cada etapa do processo de produção, o artigo lhes fosse levado de volta até o depósito central, para a entrega ao artesão seguinte na cadeia da produção. Enquanto o artesão permaneceu subordinado ao mercador dessa maneira, não foi possível nenhuma mudança nos métodos tradicionais de produção em pequena escala.

Como na agricultura, também na indústria e nas finanças havia conservadorismo assim como transformações. Grandes concentrações de capital mercantil e mecanismos complexos de crédito e câmbio constituíram uma nova característica dos séculos XIII e XIV. Surgiram quando as exportações industriais européias restabeleceram a balança comercial entre a Europa ocidental e o Oriente.¹⁸ Os agentes humanos desse evento foram aqueles grandes mercadores dos quais os banqueiros italianos eram a fina flor. Todavia, apesar de seu aparente poder como financistas internacionais, eles se adaptavam como seus antecessores dos séculos XI e XII à estrutura social existente. A própria diversidade de seus interesses como banqueiros,

¹⁷ Ver Van Werweke, H., "Currency Manipulations in the Middle Ages", in: *Transactions of the Royal Historical Society*, 4th series, XXXI.

¹⁸ Ver Bloch, Marc, "Le probleme de l'or au Moyen-Age", in: *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, 1933; "L'or musulman du VII^e au XI^e siècle", in: *Annales*, 1947, n.2, de M. Lombard; e "Monnaies et civilisations", in: *Annales*, 1946, n.1, de F. Braudel.

prestamistas e comerciantes de toda e qualquer mercadoria fez com que fossem mais adaptáveis, tanto política como socialmente, aos círculos feudais dominantes, pois eram estes seu principal mercado de artigos de luxo, os que recebiam os empréstimos particulares ou governamentais.

[pág. 192]

Deve-se enfatizar os antigos métodos e as antigas relações de produção. De qualquer modo, porém, houve grandes mudanças na Europa medieval entre os séculos XI e XV, sem as quais teria sido impossível o desenvolvimento subsequente. O que interessa é que, a despeito da expansão da produção, da população e do comércio no século XIII e no começo do século XIV, as características principais da antiga estrutura social e política persistiram, não tendo desaparecido antes dos séculos XVII e XVIII. É claro que formas de governo e relações sociais mudaram muito durante a Idade Média. Todavia, os estados da Europa continuavam a ser dominados por e para aristocracias territoriais representadas por monarquias feudais. Não eram dominadas por ou para mercadores ou industriais. Por isso é que foram necessárias revoluções burguesas antes de ser possível a plena expansão do capitalismo. Insistimos na persistência da antiga estrutura na indústria e agricultura a fim de mostrar a base econômica da continuação do domínio das velhas classes. Eis uma razão pela qual uma aceitação não crítica do ponto de vista de que o capitalismo se expandiu gradualmente a partir do século XIII pode levar a uma falsificação da história real do capitalismo, bem como da época que o precedeu.

Segue-se desta linha de crítica acima delineada que se torna necessária uma orientação diferente na pesquisa sobre as origens do capitalismo. Isso não minimiza o grande valor do trabalho feito pelos vários especialistas na história do comércio, dos bancos e da indústria. Acontece,

porém, que continuam sem resposta muitas questões não tratadas pelos historiadores contemporâneos.¹⁹

[pág. 193]

Na procura da solução tanto dos problemas da cronologia do capitalismo como de suas primitivas características, poderia ser tentada uma abordagem em dois sentidos. Primeiro, uma cronologia dos métodos e das relações de produção predominantes deveria ser determinada e coordenada com a cronologia mais bem conhecida do crescimento do comércio. Segundo, deveriam ser estudadas as inter-relações dos aspectos econômico, social e político da sociedade. Em particular, necessitam investigação o significado e as conseqüências da desigualdade do desenvolvimento dessas distintas feições da vida humana.

Provavelmente alcançaremos uma visão mais verdadeira do fim da sociedade feudal e do começo da capitalista se prestarmos atenção, antes de mais nada, às técnicas e às relações de produção. Naturalmente, a expansão comercial da Idade Média deve ser examinada em estreita ligação com a pesquisa das alterações no modo de produção. A história do comércio sozinha, porém, não nos dirá como e quando as relações características do feudalismo deram lugar às do capitalismo, como a agricultura camponesa e a indústria artesanal cederam às grandes concentrações de capital e de trabalhadores assalariados, e o lucro pela renda deu vez ao lucro decorrente do valor dado pelo trabalhador ao produto acabado.

As condições políticas estão pedindo mais atenção. A estrutura política e os movimentos políticos afinal surgem das relações sociais

¹⁹ É interessante observar o que Mme. Doehaerd, no admirável trabalho acima mencionado, considera serem os fenômenos "qui constituent l'ossature de la vie économique internationale et locale de tous le temps". São eles: "la question des produits qui font l'objet du commerce... celle de leurs centres de provenance ou de production, des places où ils sont échangés, des centres d'exportation et d'importation, des voies et moyens de transport, des agents d'échange, des méthodes d'échange, des moyens monétaires et du crédit", p.142. É importante notar que os problemas da produção não se incluem entre os problemas da vida econômica.

baseadas na produção, mas as alterações econômicas e políticas não ocorrem paralelamente. Ainda que se desenvolvam desigualmente, são interconectadas. Não é possível falar de uma *sociedade* capitalista quando o poder político ainda está nas mãos de uma aristocracia feudal. Não é sensato falar de um sistema capitalista quando a superestrutura política e legal de uma sociedade ainda é aquela moldada por condições econômicas pré-capitalistas. O poder político, mesmo nas mãos de uma classe dominante cuja base econômica está ruindo, é ainda capaz de retardar o desenvolvimento de novas formas econômicas e sociais. A história da Inglaterra sob os Tudor e os Stuart, e a da Europa central e oriental no século XIX ilustram este ponto.

Que espécies de problemas pedem a atenção do historiador pesquisador? O crescimento da produção capitalista não

[pág. 194]

pode ser medido simplesmente pela estimativa do nível da produção de mercadorias. Progressos técnicos, o crescimento do volume da produção total e a maneira de aplicação do trabalho à produção também precisam ser estudados. Esses problemas são comuns à agricultura e à indústria; de fato, não se deve imaginar que ao estudar-se as origens capitalistas a atenção deva concentrar-se principalmente na indústria. A história da Inglaterra até a revolução de 1640 seria contada pela metade se se ignorasse o crescimento do capitalismo na agricultura.

Questões ligadas à técnica não devem ser vistas como meros problemas de evolução tecnológica. O que importa são os seus efeitos econômicos e sociais. Um dos principais obstáculos à acumulação e ao investimento de capital foi a escala reduzida das unidades de produção na agricultura e na indústria. Portanto, um dos problemas centrais para o estudante das origens do capitalismo será descobrir o número, tamanho e

métodos de operação das lavouras maiores mantidas no final do século XIV e XV pelos elementos prósperos da região rural — os grandes camponeses e a pequena nobreza. Tudo o que agora sabemos sobre tais unidades agrícolas é que elas eram muito maiores do que o arrendamento camponês tradicional médio do século XIII, tendo com freqüência mais de 40 hectares de terra arável; que eram de composição heterogênea, incluindo o arrendamento ancestral do camponês, fragmentos de outros arrendamentos prescritos, e domínios aforados; e que eles devem ter exigido os serviços de trabalhadores contratados. Também precisamos saber mais sobre a cronologia e o alcance da passagem para a criação de ovelhas destinadas à produção de lã. É provável que em meados do século XV a Inglaterra produzisse menos lã do que no princípio do século XIV.²⁰ Todavia, tem-se escrito muita tolice sobre a Inglaterra "coberta... de fazendas de criação de ovelhas no lugar de milharais".²¹

Problemas relativos ao tamanho das propriedades e tipo de cultura imediatamente suscitam a questão da força de trabalho

[pág. 195]

rural na baixa Idade Média. Houve um declínio ou um aumento proporcional no número de trabalhadores assalariados no campo depois da metade do século XIV? Em um artigo,²² o professor Postan refuta a idéia corrente de que o trabalho assalariado aumentou de importância naquele período. Baseado em dados sobre crescentes salários reais, ele deduz um declínio no número de assalariados comparados com outros setores da população. Trabalhadores sem terra e pequenos arrendatários, segundo ele, puderam, depois da Peste Negra, ocupar as terras deixadas pelas vítimas da

²⁰ Estimativa da produção de lã no século XV em Power, E., *Medieval English Wool Trade*, p.37.

²¹ Lipson, E., *History of the English Woollen and Worsted Industries*, 1921, p. 16.

²² "Some Economic Evidence of Declining Population in the Later Middle Ages", in: *Economic History Review*, 2nd series, n, 3.

epidemia. Mas quem fazia os trabalhos necessários nas grandes propriedades das camadas superiores dos *villeins*, dos *yeotnen* e da pequena nobreza? Enquanto os registros de rendas e os levantamentos topográficos dos séculos XIV e XV confirmam que a classe dos pequenos arrendatários tinha diminuído em relação a outros grupos camponeses, esse tipo de documentação naturalmente não se presta para calcular o número dos desprovidos totalmente de terra. As melhores provas disponíveis sobre o assunto na Inglaterra não são inteiramente dignas de crédito. Trata-se dos questionários do Poli Tax de 1381. Ao contrário de questionários anteriores, esse dá as ocupações de praticamente todas as pessoas que pagavam tributos, mas as listas são muito incompletas, pois havia sonegação em massa.²³

Todavia, os que se escondiam e não eram computados provavelmente eram os que não tinham terra, e não aqueles cujas casas e propriedades não podiam ser escamoteadas. Os questionários, portanto, mais facilmente minimizam do que exageram a proporção dos assalariados. As listas que já foram estudadas mostram uma relação surpreendentemente alta de assalariados, mas são necessários maiores estudos antes que se possa tirar conclusões definitivas.²⁴

[pág. 196]

Uma estimativa da quantidade de trabalho assalariado na baixa Idade Média fornece mais do que uma simples indicação do crescimento das relações sociais capitalistas. Constitui prova indireta da produção para o mercado. A medida que os camponeses perdem as terras, eles não apenas se

²³ Ver Oman, C, *The Great Revolt of 1381*.

²⁴ Por exemplo, em distritos de Leicestershire, 28% da população tributada eram assalariados, exclusive as cidades que eram centros mercantis, e os artesãos nas aldeias. Cabe aqui uma comparação com a Rússia no século XIX. O aumento nos salários deveu-se não apenas à escassez de mão-de-obra mas ao incremento no trabalho puramente assalariado, comparado ao trabalho ocasionalmente assalariado dos pequenos proprietários; como parte do pagamento destes consistisse em suas terras, a remuneração em dinheiro podia então ser conservada em níveis reduzidos, o que

tornam trabalhadores como também consumidores, com uma renda inteiramente sob forma de salários (não total, mas principalmente de dinheiro), que precisavam comprar no mercado bens que antes não passavam pelo mercado.²⁵ A significação quantitativa do mercado doméstico nos tempos antigos é tão difícil de avaliar que o comércio internacional (do qual existem comprovantes muito melhores sob a forma de dados alfandegários e de portagem) tende a dominar nossas idéias sobre a produção para o mercado sem que consideremos devidamente a demanda interna.²⁶ Além disso, para avaliar o significado da produção de mercadorias para o mercado interno em relação ao sistema produtivo como um todo, é aconselhável tentar uma avaliação das quantidades relativas de bens produzidos para uso direto e para o mercado. Um adendo proveitoso ao que já se sabe sobre as variações regionais na história da Inglaterra seria um levantamento do montante da produção agrícola total em diferentes distritos consumido pelo produtor, de quanto ia para o mercado e de quanto era deixado para gastar depois que a renda fosse paga.

Algumas dessas considerações também se aplicam à indústria, onde o tamanho e a natureza da unidade produtiva é de grande importância. A contínua organização da produção com base na unidade familiar artesanal impediu o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Porém, simplesmente calcular a distância percorrida no caminho para o capitalismo a partir desse fator seria insuficiente. Uma das manei-

[pág. 197]

ras mais frutíferas de atacar os problemas dos primeiros estágios do capitalismo na indústria seria comparar a história dos manufatureiros de

não ocorria com a dos puramente assalariados.

²⁵ Ver Marx, *Capital*, v.I, c.XXIV, 5; Lenin, *Selected Works*, v.I, p.223-5.

²⁶ Comparar as observações sobre a Polônia do século XV, por M. Malowist, *IX^e Congrès des Sciences Historiques*, Rapports, p.314.

têxteis em Flandres e na Itália central medievais com os da Inglaterra nos séculos XVI e XVII.²⁷ A concentração de capital e trabalho, a organização do suprimento de matéria-prima e da venda do produto acabado pelos capitalistas das cidades flamengas e italianas no final do século XIII é no começo do século XIV eram de tal ordem que quase se pode dizer que se tratava de sociedades a um passo do modo capitalista de produção. Todavia o capitalismo moderno tirou seu ímpeto inicial da indústria têxtil inglesa, e não descende diretamente dos principais centros medievais. Suas bases foram lançadas na indústria rural doméstica que fugira dos centros urbanos tradicionais. Sabemos, naturalmente, que as restrições impostas pelas guildas foram razões para a mudança do centro de gravidade da cidade para o campo, mas este é apenas um dos muitos aspectos do problema.

Um dos principais atrativos do estudo da razão por que Flandres ou a Itália não conseguiram gerar o modo capitalista de produção é que ele não apenas permite como exige o mais amplo tratamento. O problema é insolúvel se considerarmos apenas os fatores técnicos e econômicos, pois os eventos sociais e políticos também foram importantes. Como eram diferentes os Boinebrokes de Douai e os Bardi e os Acciaiuoli de Florença dos empresários ingleses do século XVII! Esses primeiros capitalistas possuíam interesses comerciais não especializados; mal tinham estreitas associações financeiras com os feudelistas mais destacados; estavam tão envolvidos nas relações sociais e políticas do feudalismo europeu que não se poderia esperar uma abertura para uma nova forma de sociedade sob sua liderança. Em Flandres, no começo do século XIV, eles se alinhavam com o rei de França e a nobreza feudal contra os artesãos urbanos e os camponeses. Na Florença do século XIV, o padrão clássico da revolução burguesa em seus aspectos menos heróicos se antecipa como um espectro do futuro

²⁷ Há muitos trabalhos secundários de boa qualidade sobre ambas.

— a burguesia se alia aos inimigos feudais derrotados por medo dos trabalhadores e artesãos, e, assim fazendo, liquida com seu próprio futuro como classe.²⁸

Para usar a frase de Marx, a "solidez e articulação interna" da sociedade feudal ainda era suficiente, mesmo durante esse período de crise econômica e política, para impedir a instauração do novo modo de produção. Mas exatamente como e porquê é ainda matéria que pede maiores estudos.

Não basta estudar o capital, o trabalho assalariado e as unidades de produção em seus aspectos econômicos. Uma vez que os homens fazem sua própria história, o historiador deve saber qual o papel que a consciência política e social das várias classes desempenhou no avanço ou no retardamento do desenvolvimento capitalista. Como essa consciência não é absolutamente reflexo direto da atividade econômica dessas classes, o historiador não pode deixar de se ocupar da lei, da política, da arte e da religião. Nem o feudalismo nem o capitalismo podem ser entendidos como simples fases na história econômica. A sociedade e seu movimento têm de ser examinados em sua totalidade, pois de outra maneira o significado dos desenvolvimentos desiguais, e das contradições entre o fundamento econômico da sociedade e suas idéias e instituições, não pode ser devidamente apreciado. E não apreciar esse significado é fatal não só para a compreensão do crescimento e vitória final do modo capitalista de produção como para uma percepção da principal força propulsora de todo desenvolvimento humano.

[pág. 199]

[pág. 200] *página em branco*

²⁸ Ver os dois primeiros capítulos de Antal, R, *Florentine Painting and Its Social Background*, e Rodolico, N., *I Ciompi*.

Do feudalismo para o capitalismo

Eric Hobsbawm

Dos vários estágios do desenvolvimento histórico relacionados por Marx no Prefácio de *The critique of political economy* — os modos de produção "asiático, o antigo, o feudal e o burguês moderno", o feudal e o capitalista foram aceitos sem problemas sérios, enquanto a existência ou universalidade dos outros dois tem sido contestada ou negada.

Por outro lado, o problema da transição do feudalismo para o capitalismo provavelmente deu origem a discussões marxistas mais numerosas do que qualquer outro relacionamento com a periodização da história mundial. Na década de 1950 ocorreu o conhecido debate internacional sobre esta questão, em que tomaram parte Paul Sweezy, Maurice Dobb, H. K. Takahashi, Christopher Hill e Rodney Hilton (suplementado por intervenções do falecido Georges Lefebvre, A. Soboul e Giuliano Procacci).¹ Na mesma década teve lugar na URSS uma discussão animada mas inconcludente sobre a "lei fundamental do feudalismo", isto é, sobre o mecanismo que *necessariamente* leva o feudalismo a ser substituído pelo capitalismo, assim como a tendência histórica da acumulação de capital, na análise de Marx, leva o capitalismo à ruína.² Sem dúvida

[pág. 201]

houve outros debates semelhantes, particularmente em países asiáticos, dos quais infelizmente não tenho conhecimento. O objetivo desta nota não é dar mais outra resposta às perguntas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, mas encaixá-la na discussão mais geral sobre os estágios do

¹ Ver neste volume.

² Tanto quanto eu saiba, esse debate não foi divulgado em inglês, e não parece refletir-se no recente *Fundamentals of Marxism-Leninism*, editado por O. Kuusinen.

desenvolvimento social, reaberta por *Marxism Today*. Talvez a melhor maneira de fazê-lo seja apresentar algumas proposições para debate.

- 1) A primeira diz respeito à universalidade do feudalismo. Como Joan Simon expôs em *Marxism Today*, de junho de 1962, ao resumir a reunião de um dia organizada pela revista e pelo Grupo de História do Partido Comunista a fim de estudar o assunto, a tendência geral da discussão marxista nas últimas décadas é no sentido da ampliação do âmbito do "feudalismo", a fim de abranger formas sociais anteriormente classificadas como comunais-primitivas, asiáticas etc.

Na prática, isso quer dizer que "feudalismo", tendo se tornado numa espécie de herdeiro de resíduos, agora se estende para cobrir uma vasta área — desde as sociedades primitivas até o triunfo do capitalismo, o que em alguns países ocorreu neste século — e desde a China até a África ocidental, talvez até o México (*Marxism Today*, 1962, p. 184.)

Sem concordar necessariamente que o atual vasto âmbito de "feudalismo" esteja inteiramente justificado, é claro que se trata de uma formação social muitíssimo difundida. Na verdade, a forma específica de feudalismo varia bastante. O mais próximo paralelo da versão européia integral sem dúvida é o encontrado no Japão — as semelhanças são extraordinárias — enquanto em outras áreas o paralelismo é menos acentuado, e em outras ainda os elementos feudais constituem apenas uma parte de uma sociedade constituída de modo muito diferente.

- 2) Nessas circunstâncias, é muito duvidoso que se possa falar de uma tendência *universal* do feudalismo em transformar-se em capitalismo. Com efeito, ele só o fez em uma única região do mundo, a saber, Europa ocidental e parte da área

[pág. 202]

mediterrânea. Poder-se-ia argumentar que em algumas outras áreas (por

exemplo, Japão e partes da Índia) essa evolução poderia ter-se completado, devido a forças puramente internas, se o seu desenvolvimento histórico não tivesse sido interrompido pela intromissão do capitalismo ocidental e das forças imperialistas. Também se poderia discutir até que ponto se projetaram nessas áreas as tendências no sentido do capitalismo. (No caso do Japão, é possível que a resposta à primeira questão fosse "sim", é à segunda "até muito longe", mas este é um assunto sobre o qual alguém que não é especialista deve hesitar antes de expressar uma opinião.) É possível também sugerir que as tendências no sentido dessa evolução estão presentes em toda a parte, embora por vezes num ritmo tão lento que poderia ser considerado insignificante. Certamente nenhum marxista negará que as forças que agiram no sentido do desenvolvimento econômico da Europa atuaram em toda a parte, embora não necessariamente com os mesmos resultados em circunstâncias sociais e históricas distintas. Não se pôde, porém, eludir o fato de que a transição do feudalismo é feita, em escala mundial, de um modo muito desigual. O triunfo do capitalismo ocorreu integralmente apenas em um único lugar do mundo, e essa região, por sua vez, transformou o resto. Conseqüentemente, temos de explicar primeiramente as razões especiais que ocasionaram esse triunfo na região mediterrâneo-européia, e não em outro lugar qualquer.

- 3) Isso não significa que o problema deva ser resolvido em termos tão-somente europeus. Ao contrário, é evidente que em vários estágios cruciais as relações entre a Europa e o resto do mundo foram decisivas. Falando em termos gerais, na maior parte de sua história a Europa foi uma região de barbárie na faixa ocidental extrema da zona de civilização que se estendia desde a China, no Oriente, através da Ásia

meridional, até o Oriente Próximo e o Médio Oriente. (O Japão ocupa uma posição marginal semelhante mais a Leste dessa área, ainda que muito mais próximo aos centros da civilização.) No exato começo da história européia

[pág. 203]

(como demonstrou Gordon Childe), as inter-relações econômicas com o Oriente Próximo eram importantes. O mesmo também é válido para o início da história feudal européia, quando a nova economia bárbara (ainda que potencialmente muito mais progressista) se estabeleceu sobre as ruínas dos antigos impérios greco-romanos, e seus centros mais adiantados situavam-se ao longo das etapas finais da rota comercial Oriente-Occidente através do Mediterrâneo (Itália, o vale do Reno). Isso é ainda mais óbvio no começo do capitalismo europeu, quando a conquista ou a exploração colonial da América, Ásia e África — bem como partes da Europa oriental — possibilitaram a acumulação primitiva de capital na área onde afinal ele irrompeu vencedor.

- 4) Essa área compreende partes da Europa mediterrânea, central e ocidental (mas, absolutamente, não toda ela). Graças a trabalhos arqueológicos e históricos, conduzidos principalmente depois de 1939, podemos agora estabelecer as fases principais de seu desenvolvimento econômico, a saber:
- a) Um período de retrocesso, após o desmoronamento do império romano do Occidente, seguido da evolução gradual de uma economia feudal e talvez uma retração no século x (início da Idade Média).
 - b) Um período de desenvolvimento econômico rápido e altamente generalizado, a partir do ano 1000, mais ou menos, até o começo do século XIV (a Alta Idade Média), constituindo o auge do

feudalismo. Esse período assistiu a um crescimento marcante da população, da produção e do comércio agrícola e manufatureiro, ao virtual renascimento das cidades, a uma grande explosão de cultura, e a uma notável expansão da economia feudal ocidental sob a forma de "cruzadas" contra os muçulmanos, emigração, colonização e estabelecimento de empórios no estrangeiro.

- c) Uma importante "crise feudal" nos séculos XIV e XV, caracterizada pelo colapso da agricultura feudal em larga escala, das manufaturas e do comércio internacional, em decorrência de um declínio na população, tentativa de revolução social e crise ideológica.

[pág. 204]

- d) Um renovado período de expansão desde meados do século XV a meados do século XVII, marcado pela primeira vez por sinais de uma forte ruptura na base e superestrutura da sociedade feudal (a Reforma, os elementos da revolução burguesa na Holanda) e a primeira arremetida dos mercadores e conquistadores europeus na América e no oceano Índico. Este é o período considerado por Marx como indicativo do começo da era capitalista (*Capital*, v.I, Dona Torr ed., p.739).
- e) Outro período de crise,³ ajustamento ou retrocesso, a "crise do século XVII", que coincide com a primeira brecha aberta pela sociedade burguesa, a Revolução Inglesa. Foi seguido de um período de expansão econômica renovada e cada vez mais generalizada, que culminou no —
- f) Triunfo definitivo da sociedade capitalista na Revolução Industrial na Grã-Bretanha, Revolução Americana e Revolução Francesa, todas

³ Esta crise começou a chamar atenção na década de 1930. Debates marxistas sobre ela aparecem em Dobb, M., *Studies in the Development of Capitalism*, 1946; Hilton, R. H., *Annals E. S. C.*, 1951, p.23-50 (em francês); Graus, R., *A primeira crise do feudalismo* (em alemão e tcheco), 1953, 1955; Malowist, M. (em polonês), 1953, 1954; e Kosminsky, E. A., "Feudal rent in England", in: *Past and Present*, p.7. 1955.

virtualmente simultâneas, tendo lugar no último quarto do século XVIII.

A evolução econômica da Europa oriental é um pouco diferente. Talvez aproximadamente comparável nos períodos a e b, ocorre uma brecha com a conquista de grandes áreas por povos asiáticos (mongóis, turcos), enquanto nos períodos d e e partes da mesma são subjugadas como semicolônias a regiões capitalistas ocidentais em desenvolvimento, sofrendo um processo de refeudalização.

- 5) A transição do feudalismo para o capitalismo é, portanto, um processo longo que nada tem de uniforme. Cobre pelo menos cinco ou seis fases. A controvérsia sobre essa transição tem se voltado principalmente para as características dos séculos que decorreram entre os primeiros sinais evidentes de derrocada do feudalismo (período c, a "crise feu-

[pág. 205]

dal" no século XIV) e o triunfo definitivo do capitalismo no final do século XVIII. Cada uma dessas fases contém poderosos elementos de desenvolvimento capitalista — por exemplo, no período b, a notável ascensão das manufaturas têxteis italianas e flamengas, que entraram em colapso durante a crise feudal. Por outro lado, ninguém defendeu seriamente que o capitalismo tenha prevalecido antes do século XVI ou que o feudalismo tenha sobrevivido depois do final do século XVIII. Todavia, ninguém pode duvidar que, no período de 1000 anos — todo ou quase todo — antes de 1800 a evolução econômica seguiu firmemente na mesma direção. Nem em toda parte, nem ao mesmo tempo, pois houve áreas que retrocederam, depois de terem liderado a marcha (por exemplo, na Itália), e outras que alteraram o sentido de sua

evolução por algum tempo, e também sem uniformidade. Cada crise importante viu antigos países "líderes" regredirem, suplantados por outros que eram mais atrasados mas potencialmente mais progressistas, como a Inglaterra. Todavia, não pode haver dúvidas sérias de que cada fase, à sua maneira, fez *avançar* a vitória do capitalismo, mesmo as que superficialmente parecem períodos de recesso econômico.

- 6) Assim sendo, é muito provável a existência de uma contradição fundamental nessa forma particular de sociedade feudal que a impulsiona sempre para frente no sentido da vitória do capitalismo. A natureza dessa contradição ainda não foi bem esclarecida. Por outro lado, também é evidente que as forças que se opõem a essa evolução, embora mais fracas, não são absolutamente desprezíveis, pois a transição do feudalismo para o capitalismo não é um processo simples mediante o qual os elementos capitalistas no interior do feudalismo vão fortalecendo-se até estarem bastante vigorosos para romper a casca feudal. O que vemos sempre de novo (como no século XIV e provavelmente no século XVII) é que uma crise de feudalismo também envolve os setores mais adiantados do desenvolvimento burguês no seu interior, produzindo, portanto, um aparente retroces-

[pág. 206]

so. O progresso, sem dúvida, continua ou recomeça em outro lugar, em áreas até então mais atrasadas, como a Inglaterra. Mas uma coisa interessante acerca da crise do século XIV (por exemplo) não é apenas o colapso da agricultura dominial feudal de grande escala, mas também o das indústrias têxteis italianas e flamengas, com seus

empresários capitalistas e proletários assalariados e de uma organização que chegara quase ao limiar da industrialização. A Inglaterra adianta-se, mas a Itália e Flandres, muito maiores, nunca se recuperam e portanto diminui temporariamente a produção industrial total. Naturalmente, é difícil descrever em termos estáticos um período tão longo, no qual as forças do capitalismo estão ascendendo, não conseguindo, porém, repetidamente, romper o tegumento feudal, ou estão mesmo envolvidas pela crise feudal. Esta dificuldade reflete-se em grande parte da frustrante discussão marxista sobre o período entre a primeira crise geral do feudalismo e a vitória definitiva do capitalismo, que sobreveio muito mais tarde.

- 7) Até onde este quadro de uma progressiva substituição do feudalismo pelo capitalismo se aplica a regiões fora do "coração" do desenvolvimento capitalista? Apenas um pouco. Reconhecem-se alguns sinais de desenvolvimento comparável no ímpeto do desenvolvimento do mercado mundial depois do século XVI, talvez no fomento das manufaturas têxteis na Índia. Esses sinais, porém, são mais do que neutralizados pela tendência oposta, ou seja, a que transformou outras áreas que entraram em contato com as potências européias ou sofreram a sua influência, em economias dependentes e colônias do Ocidente. Na verdade, grandes áreas das Américas foram transformadas em economias escravagistas a fim de atender às necessidades do capitalismo europeu, e extensas regiões da África foram forçadas a caminhar para trás economicamente devido ao tráfico de escravos; por razões semelhantes, grandes áreas da Europa oriental reduziram-se a economias neofeudais. E mesmo o pequeno e transitório estímulo ao desenvolvimento da agricultura

comer-

[pág. 207]

cial e das manufaturas que a ascensão do capitalismo europeu talvez haja proporcionado aqui e ali foi interrompido pela deliberada desindustrialização das colônias e semicolônias assim que elas pareceram competir com a produção na matriz ou mesmo (como na Índia) tentaram suprir seu próprio mercado, ao invés de depender de importações da Grã-Bretanha. O efeito final da ascensão do capitalismo europeu foi, portanto, intensificar o desenvolvimento desigual e dividir o mundo cada vez mais nitidamente em dois setores: o "desenvolvido" e o "subdesenvolvido", em outras palavras, o explorador e o explorado. O triunfo do capitalismo no final do século XVIII selou essa evolução. O capitalismo, que sem dúvida proporcionou as condições históricas para a transformação econômica em toda parte, de fato dificultou ainda mais as coisas para os países que não pertenciam ao núcleo original de desenvolvimento capitalista, ou não eram seus vizinhos imediatos. Somente a Revolução Soviética de 1917 proporcionou os meios e o modelo para o genuíno crescimento econômico mundial e o desenvolvimento equilibrado de todos os povos.

[pág. 208]

Do feudalismo para o capitalismo

Maurice Dobb

Concordo quase inteiramente com o interessante tratamento dado por Eric Hobsbawm à grande variedade de formas de feudalismo e com sua conclusão de que "a transição do feudalismo para o capitalismo é um processo longo que nada tem de uniforme". Creio que ele está muito certo em levantar dúvidas quanto ao acerto de se "falar de uma tendência *universal* do feudalismo em transformar-se em capitalismo", qualquer que seja a resposta correta a que se possa chegar; também está certo em enfatizar, e isso é importante, que o desenvolvimento do capitalismo nos países mais adiantados, como a Grã-Bretanha, serviu para atrasar o de outras partes do mundo, e isso não *apenas* na época do imperialismo.

Somente gostaria de comentar um único ponto que ele toca de leve mas não aprofunda, a saber, a natureza da contradição essencial da sociedade feudal e do papel por ela desempenhado na geração das relações burguesas de produção. A questão é bastante simples, e será bem conhecida dos que acompanharam nos primeiros anos da década de 1950, em *Science and Society*, o debate a que ele se refere. Creio, porém, que é uma questão decisiva, e por isso não pedirei escusas por abordá-la mais uma vez. Se não partirmos dela, creio que não conseguiremos pensar com clareza sobre os importantes problemas suscitados pelo trabalho de Hobsbawm.

[pág. 209]

O conflito básico

Se nos indagarmos qual foi o conflito básico gerado pelo modo feudal de produção, parece-me que teremos apenas uma resposta. Fundamentalmente, o modo de produção no feudalismo foi o pequeno

modo de produção — levado a cabo por pequenos produtores ligados à terra e aos seus instrumentos de produção. A relação social básica assentava-se sobre a extração do produto excedente desse pequeno modo de produção pela classe dominante feudal — uma relação de exploração alicerçada por vários métodos de "coação extra-econômica". A forma precisa pela qual o produto excedente era tomado podia variar de acordo com aqueles diferentes tipos de renda feudal definidos por Marx no volume III de *O Capital* (renda-trabalho, renda-produto ou renda em espécie, renda-dinheiro, que ainda pode ser uma renda feudal, embora de uma "forma em dissolução"): "esta é uma falta de liberdade", escreveu Marx, "que pode evoluir da servidão com trabalho compulsório até o ponto de uma simples relação tributária". Sei muito pouco a respeito das diferentes formas de feudalismo em diversas partes do mundo; acredito, porém, estar certo em dizer que as diferenças sobre as quais Eric Hobsbawm fala com enciclopédica erudição se referem em geral a distintas formas *de extração* do produto excedente. Assim, na Europa ocidental predominou a renda-trabalho, sob a forma de prestação direta de serviços na propriedade de um senhor, pelo menos em alguns séculos¹ (como também na Europa oriental depois da "segunda servidão"); todavia, mais para o Leste, na Ásia, parece-me ter predominado uma forma tributária de exação. "A forma econômica específica pela qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação dos dominadores e dos dominados".

Segue-se daí que esse conflito básico deve ter existido entre os produtores diretos e seus suseranos feudais que extraíam seu tempo-trabalho excedente ou seu produto excedente por

[pág. 210]

meio do direito feudal ou do poder feudal. Esse conflito, ao irromper em

¹ Tem sido erro comum na interpretação e cronologia do feudalismo a identificação do declínio da renda-trabalho (pela comutação em renda-dinheiro) com o declínio do próprio feudalismo.

antagonismo aberto, expressou-se em revolta camponesa (individual ou coletiva, por exemplo, na fuga da terra ou em ação ou força ilegal organizada), que Rodney Hilton demonstrou ter sido endêmica na Inglaterra nos séculos XIII e XIV.² Foi essa a luta de classe crucial no feudalismo, e *não* qualquer choque direto de elementos urbanos burgueses (comerciantes) com senhores feudais. Este último ocorreu, naturalmente (como o testemunha a luta das comunidades urbanas pela autonomia política e o controle dos mercados locais). Todavia, os comerciantes burgueses, na medida em que eram apenas comerciantes e intermediários, viviam em geral como parasitas do feudalismo e tendiam à conciliação com o mesmo; em muitos casos, eram verdadeiros aliados da aristocracia feudal. De qualquer maneira, creio que este antagonismo permaneceu *secundário*, pelo menos até uma etapa muito mais tardia.

Se está certo o que eu disse até agora, então é sobre essa *revolta entre os pequenos produtores* que devemos concentrar nossa atenção na procura da explicação do colapso e declínio da exploração feudal, em vez de em conceitos vagos como "a expansão do mercado" ou "a ascensão da economia monetária", e menos ainda no desafio direto das grandes manufaturas capitalistas enfatizadas no trabalho de Kuusinen (p.161-2).

A gênese do capitalismo

Qual a ligação existente entre a revolta dos pequenos produtores e a gênese do capitalismo? A revolta camponesa contra o feudalismo, mesmo se bem sucedida, não implica o aparecimento simultâneo de relações burguesas de produção. Em outras palavras, o elo entre elas não é direto, mas *indireto*, o que explica, creio eu, a razão por que a dissolução do feudalismo e a transição tendem a ser demoradas, e por que o processo às vezes se

² "Peasant movements in England before 1381", in: *Economic History Review*, 1949, 2nd series, v.II, n.2.

interrompe (como no caso da Itália, mencionado por Eric

[pág. 211]

Hobsbawm, e também da Holanda, com as primeiras relações burguesas de produção já nos séculos XIII e XIV, embora numa forma ainda muito elementar). É verdade, e merece ser acentuado, que "a transição do feudalismo para o capitalismo não é um processo simples mediante o qual os elementos capitalistas no interior do feudalismo vão fortalecendo-se até estarem bastante vigorosos para romper a casca feudal". (E. H.)

A meu ver, é esta a conexão. Na medida em que os pequenos produtores conseguiam emancipação parcial da exploração feudal — talvez no começo um mero abrandamento (como a transição da renda-trabalho para renda-dinheiro) — eles podiam guardar para si mesmos uma parte do produto excedente. Assim obtinham os meios e a motivação para melhorar o cultivo e ampliá-lo a áreas novas, o que incidentalmente serviu para aguçar mais ainda o antagonismo contra as restrições feudais. Assim se lançaram também as bases para alguma *acumulação de capital no interior do próprio pequeno modo de produção*, e portanto para o começo de um processo de *diferenciação de classes no interior da economia de pequenos produtores* — o conhecido processo, presenciado em várias épocas em lugares muito espalhados do mundo, no sentido da formação, por um lado, de uma camada superior de agricultores progressistas relativamente abastados (os *kulaks* da tradição russa) e, por outro, de uma camada de camponeses arruinados. Essa polarização social na aldeia (e, de maneira similar, nos artesanatos urbanos) preparou o caminho para a produção assalariada e, em decorrência, para as relações burguesas de produção.

Foi assim que se formou o embrião das relações burguesas de produção no seio da antiga sociedade. O processo, porém, não amadureceu imediatamente. Levou tempo: na Inglaterra, alguns séculos. Nesse sentido,

convém lembrar que, ao se referir à transição para o capitalismo e ao papel do capital mercantil, Marx falou da ascensão dos capitalistas oriundos das fileiras dos produtores como "a via realmente revolucionária" de transição. Quando a mudança para os métodos burgueses de produção se inicia "de cima", então o processo tende a interromper-se, e o velho modo de produção é conservado, ao invés de suplantado.³

[pág. 212]

Desenvolvimento desigual

Exposto de maneira sumária como o fiz, isso tudo pode parecer abstrato e esquemático — ao menos, supersimplificado. Creio, porém, que serve para chamar atenção para certos fatores, quando se procura uma explicação para o desenvolvimento desigual e as diferenças na escala temporal do processo, pontos esses ressaltados por Eric Hobsbawm. Em primeiro lugar, ao passo que a intensidade do descontentamento dos camponeses pode ser afetada pela *forma* assumida pela exação feudal, também o êxito da revolta camponesa pode ser influenciado pela disponibilidade de novas terras e a presença de cidades agindo como ímãs e refúgios para camponeses fugidos do campo, provocando assim escassez de mão-de-obra nas propriedades feudais (escassez essa que certamente se encontra subjacente à crise feudal dos séculos XIV e XV). É ainda mais evidente que a potência militar e política dos senhores feudais determinara sua capacidade para reprimir revoltas e reabastecer as reservas de mão-de-obra, se necessário, por novas exações e pela sujeição de camponeses anteriormente livres (como na reação que teve lugar na Europa oriental). A frequência das guerras feudais também pode ter sido um fator de intensificação do conflito e da revolta, devido à necessidade de receitas feudais maiores, e portanto de maiores exações sobre os produtores.

³ *Capital*, v.III, c.XX, especialmente p.393-5, Kerr ed., Chicago.

Quando chegamos às relações burguesas no seio do pequeno modo de produção, é óbvio que as oportunidades para o seu desabrochar serão afetadas pela presença de mercados representados por cidades ou rotas de comércio inter-regional. Nesse caso, o fator-mercado, e considerações como o comércio mediterrâneo, de Pirenne, entram em jogo — mas o fazem concreta e especificamente como elementos que fomentam a produção de mercadorias (i.e., produção para o mercado) *no interior do pequeno modo*, e portanto reforçam o processo interno de diferenciação social. Parece-me também que, possivelmente, a disponibilidade de terras, que num estágio inicial poderia facilitar a revolta dos produtores, serviria mais tarde para inibir o desenvolvimento de relações burguesas, pois representaria para

[pág. 213]

os camponeses empobrecidos e/ou sem terras maiores oportunidades para emigrar para outra parte. (Não é verdade que os migrantes e "mendigos" ingleses do século XVI às vezes acabavam como "posseiros" em algum outro ponto do país onde lotes de terra eram mais prontamente disponíveis?).

Ao contrário, uma alta concentração populacional acentuaria a pressão no sentido de levar os pobres e os sem terra a achar emprego assalariado, tornando, pois, mais abundante (e barato) o trabalho assalariado para o empresário-capitalista *parvenu*.

Não pretendo que esta seja uma lista completa das explicações que devemos procurar como resposta para nossos problemas. São mencionadas apenas como indicativas do *tipo* de explicação decorrente do tipo de enfoque por mim esboçado. Todavia, a menos que consigamos um quadro nítido da *maneira* pela qual se processou a dissolução e transição feudais (mesmo que ele seja modificado ou aperfeiçoado à medida que absorvamos ou descubramos novos fatos), não creio que avançaremos no sentido de

obter respostas claras e adequadas para questões como aquelas suscitadas por Eric Hobsbawm.

[pág. 214]

A cidade e o campo na transição para o capitalismo

John Merrington

A importância da relação cidade-campo na transição para o capitalismo no Ocidente, e mais especificamente a relação de urbanismo com capitalismo e progresso, já foram claramente formuladas nas teorias mais antigas sobre as origens do capitalismo — as da Economia Política do século XVIII. Para os proponentes da nova e revolucionária história "conjetural" da "sociedade civil" — Smith, Steuart, Ferguson, Millar — as origens da divisão do trabalho e do mercado no "estágio comercial" da civilização deveriam ser procuradas na separação da cidade e campo. (A prova de primeira mão foi fornecida pela divisão de terras altas e baixas — *highlands-lowlands* — na Escócia). A separação da produção e consumo provocada pela troca urbano-rural foi a causa daquela "revolução" mediante a qual a auto-suficiência da economia rural foi minada pelos padrões de consumo urbano, destruindo a ordem estática da autoridade patriarcal baseada na posse da terra, na qual o "consumo não é um prêmio mas um preço de subordinação".¹ Essa revolução foi produzida sem a menor previsão ou intenção, meramente pela interação de interesses próprios — gratificação da " vaidade infantil" da parte da nobreza rural, perseguição do lucro pelos mercadores urbanos

[pág. 215]

— em outras palavras, pela ação desimpedida do princípio da troca (a "natural inclinação [humana] para o câmbio e a troca"), produzindo uma

¹ Smith, *Wealth of Nations*, book III, c.3-4; Steuart, *An Inquiry in to the Principies of Political Economy*, 1754, v.I, c.20.

unidade superior a partir do choque de interesses diferentes no mercado. O papel progressista do mercado então entra em ação: destrói as cadeias no campo, gera independência para os produtores rurais de mercadorias e instaura "governo regular" em vez das cruentas rixas territoriais entre feudos. O mesmo princípio de divisão de trabalho entre produtores especializados para o mercado aumenta simultaneamente a produtividade em sua aplicação à manufatura. Além disso, em contraste com os fisiocratas na França, para os quais a renda era a única forma de mais-valia, o progresso da produtividade agrícola é uma vitória do capital urbano sobre o atraso rural: "As cidades, ao invés de constituírem o efeito, foram a causa e a ocasião da melhoria e refinamento do campo".²

A cidade é o princípio dinâmico do progresso, o campo é inerte e passivo, exigindo um estímulo externo, o "puxão do mercado" exercido pelas cidades como núcleos concentrados de transações de trocas e de riqueza em capital, que por sua vez constitui o poderoso fundamento para a ideologia da burguesia ascendente: a vitória do capitalismo é a vitória da civilização urbana e dos princípios da liberdade de mercado.³

Todavia, é também evidente que a subordinação do campo ao "mercado" capitalista já alcançou neste caso um estágio avançado: a referência de Smith à dispensa dos séquitos pelos nobres, como "bocas desnecessárias" quando confrontado com as *clearances* na Alta Escócia, torna-o bem claro. Esse exemplo de destruição total de uma economia rural e de recomposição demográfica já indicava a natureza extremamente parcial do progresso urbano capitalista. Podemos colocar inicialmente esse problema se partirmos da observação de Roupnel: "A civilização Ocidental é, em termos estritos, *rural*: as cidades represen-

² Smith, I, p.392.

³ Chill, E., ed., *Power Property and History*. introd.: "Barnave as a philosophical historian", p.1-74; Forbes, O., "Scientific Whiggism: Adam Smith and John Millar", *Cambridge Journal*, v.7, 1953-54, p.643-70.

tam apenas um fenômeno posterior, e sua forma e fisionomia material conservam suas origens rústicas".⁴

Se não esquecermos essa origens rurais, perceberemos que o industrialismo capitalista implicou não apenas uma transferência maciça de recursos humanos e materiais em favor das concentrações urbanas, mas também uma *conquista* em relação ao campo, que se torna "ruralizado", pois no passado não representava, em absoluto, um ambiente exclusivamente agrícola. Ao se tornar um centro de toda espécie de produção, um setor primário autônomo que incorpora o total da produção social, o campo se transforma em "agricultura", isto é, uma indústria separada de alimentos e matérias-primas, dividida, por sua vez, em vários tipos especializados de cultivo, distritos etc. Todas as cidades representam, é claro, algum tipo de diferenciação urbano-rural: a extração de alimentos e mão-de-obra do campo está implícita na própria definição de cidade. Mas em cada caso antecedente, a economia agrária estabeleceu os limites históricos do desenvolvimento da cidade, até que a urbanização rompeu essa dependência maltusiana. "A cidade apenas existe... em relação a uma forma de vida subordinada à sua própria... Tem de dominar um império, não importa quão pequeno, a fim de existir".⁵

Em formações pré-capitalistas, a vitória das cidades era sempre precária, facilmente reversível; o crescimento das cidades foi interrompido, ou arrasado completamente, de acordo com seu domínio político do campo e sua capacidade para extrair o excedente agrícola e novos suprimentos de mão-de-obra, que constituíam sua seiva vital. Quais as condições para o crescimento urbano adquirir forças sociais e ímpeto próprio de modo a poder romper definitivamente com a dependência do campo? E

⁴ Roupnel, G., *Histoire de la Campagne Française*, Paris, 1932, citado em Friedmann, G., ed., *Villes et Campagnes*, Paris, 1954, p.3.

⁵ Braudel, F., *Capitalism and Material Life 1400-1800*, Londres, 1973, p.374.

onde/quando se situa essa "revolução urbana", como aspecto-chave da transição para o capitalismo?

A moderna teoria da urbanização oferece uma resposta. Porém, a tipologia das cidades "generativas" e "parasíticas"

[pág. 217]

como funcionais ou não-funcionais para o "crescimento" (Hoselitz) supõe o desenvolvimento como o paradigma baseado no qual "medimos" a freqüente incapacidade urbana de corresponder aos critérios de valor derivados do capitalismo industrial. Essa teoria não consegue *explicar* essas disparidades como uma unidade diversificada inteligível capaz de proporcionar um fundamento para comparação global: em lugar disso, oferece uma proliferação de modelos descritivos, classificações de subespecies e multiplicação de fatores *ad infinitum*. A categoria pré-industrial, que abrange as cidades feudais, segundo Sjoberg, é também extensa demais: é incapaz de dar conta da forma específica de oposição cidade-campo que levou ao capitalismo no Ocidente. A classificação quantitativa e ecológica (tamanho e distribuição de redes urbanas, aplicada por J. C. Russell à Idade Média européia) também não fornece mais que *índices* de urbanização que não consegue *explicar* os inúmeros casos de involução, regressão e alteração qualitativa na hierarquia das relações de tamanho de que a história urbana é tão rica.⁶

A corrente de explicação mais poderosa remonta a Weber e Pirenne, e sustenta o caráter particularmente "generativo" da cidade européia medieval baseado na sua organização comunal, corporativa, como núcleo capitalista com a capacidade de atuar como solvente das relações sociais feudais. Assim, "capitalismo e cidades eram basicamente a mesma coisa no ocidente" (Braudel); a autonomia corporativa das cidades européias e a

⁶ Sjoberg, G., *The Pre-Industrial City*, Glencoe, III., 1960; Russell J. C., *Medieval Regions and their Cities*, Newton Abbott, 1972.

relativa abertura de sua estrutura comunal permitiu-lhes que se "desenvolvessem como mundos autônomos de acordo com suas próprias inclinações" (Weber). Segundo os estudos de Pirenne sobre as cidades e o comércio medievais, estudos que exerceram tão grande influência, o fechamento das rotas comerciais mediterrâneas foi a chave para a substituição de uma economia agrária nos séculos VII a IX: "Pois uma economia de troca foi substituída por uma economia de consumo.

[pág. 218]

Cada domínio ... passou a constituir desde então um pequeno mundo em si mesmo ... uma economia doméstica fechada ... sem mercados. Não vendiam porque não podiam vender, porque faltavam mercados". Do mesmo modo, a reabertura do comércio a longa distância a partir do século XI — o contra-ataque da cristandade ao islamismo — fez renascerem as cidades e os mercados (Itália, Flandres), rompendo os "limites rígidos" do sistema dominial. "Como na antigüidade, o campo novamente se orientava para a cidade". Mas neste caso a divisão de trabalho entre a cidade e o campo transformou a este: ao "despertar seus desejos" a cidade multiplicou as necessidades do camponês, melhorou seu nível de vida e assim provocou o fim da servidão, que "coincidiu com a crescente importância do capital líquido". O comércio urbano atraiu a produção agrícola para a cidade, "modernizou-a e liberou-a". Apesar de que a concepção burguesa de liberdade era ainda a de uma ordem privilegiada, um monopólio corporativo, "mesmo assim estava reservada a essa classe média a missão de difundir a idéia de liberdade, e de se transformar, *sem que o tivesse desejado conscientemente*, no instrumento da gradual emancipação das classes rurais... Não teve o poder de interromper uma evolução da qual fora a causa e que não podia suprimir, a menos que desaparecesse ela própria".⁷ Smith poderia

⁷ Pirenne, H., *Medieval Cities*, Nova York, 1956 (1ª ed. 1925), p.31, 72, 153-8. Grifo meu. Weber, Max, *The City*, Nova York, 1958, c.2, "The Occidental city".

talvez ter algumas dúvidas quanto à época, mas teria por certo concordado inteiramente com a essência.

Como todas as teorias evolutivas da "ascensão do capitalismo", esta suscita o problema do longo período da gestação capitalista nas cidades e da ascensão multissecular da "classe média" — evolução interrompida por espetaculares saídas falsas, retornos, retrocessos e traições da antiga ordem até que essa classe se tornasse a força dominante na sociedade.⁸ Para Pirenne, essa irregular solução de continuidade resolveu-se mediante a constante necessidade de reabastecer ou reforçar

[pág. 219]

o "estoque" capitalista a fim de manter seu flexível e agressivo espírito de risco e inovação.⁹

Existe também uma objeção mais geral: interpretar retroativamente na história o papel progressista da burguesia urbana é considerar o mercado como a *única* força dinâmica, o princípio por detrás de todo movimento, toda mudança. O capitalismo (e seu núcleo urbano) é a única formação com capacidade de desenvolvimento, identificado com a própria historicidade. Daí a necessidade de descobrir uma fonte externa, contingente, ou um "agente motor" que possa responder por sua gênese: a abertura das rotas comerciais, primeiro no Mediterrâneo, depois no Atlântico, um evento contingente e externo *vis-à-vis* com as relações feudais no campo, que intrinsecamente não tem capacidade de desenvolvimento ulterior. O mercado mundial capitalista não é apenas o resultado ideológico da história: é também seu ponto de partida. O mercado e o princípio da troca são o "motor" autogerador por detrás de *tudo* desenvolvimento, quer antigo, feudal ou capitalista: sua ausência denota estase. Karl Polanyi há muito

⁸ Hilton. R. H., "Capitalismo — O que representa esta palavra?", p.146.

⁹ Pirenne, H. *American Historical Review*, v.XIX, n.3, abril de 1914, p.494-5.

tempo ressaltou a falácia da história econômica ortodoxa segundo a qual o mercado é o fim de *toda* atividade econômica e o mercado mundial é um "resultado natural da expansão dos mercados".¹⁰

Mais recentemente, esta se tornou a questão central do debate entre os historiógrafos marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, suscitado pelas críticas de Sweezy a *Studies in the development of capitalism*, de Dobb, publicado em *Science and Society* entre 1950 e 1953.¹¹ Sweezy reiterou a tese clássica de Pirenne: o impulso externo dos mercados urbanos baseados no comércio a longa distância como o

[pág. 220]

motor e o solvente do modo feudal. Dobb já criticara a disjunção que esse modo de pensar pressupõe entre economias "naturais" e de "troca", como "duas ordens econômicas que não podem misturar-se", em seus *Studies*. Ele rejeitara esse modelo dualístico como uma abstração não-histórica do mercado, divorciado das condições de sua realização: em outras palavras, como uma extensão à história da suposição fundamental subjacente à economia neoclássica.¹² Ao mesmo tempo, não negou o papel das cidades e do comércio no declínio do feudalismo em oposição a contradições "internas": o papel da circulação de mercadorias na ampliação da produção rural especializada para o mercado e na aceleração da diferenciação socioeconômica dentro do campesinato e dentro das guildas urbanas e em oposição a elas foi reintegrado por Dobb como um "coeficiente subordinado" na crise e no declínio da economia senhorial. Nem ele negou

¹⁰ Polanyi, K., *The Great Transformation*, Boston, 1968 (1ª ed. 1944), cap. 4-5.

¹¹ Ver neste volume. Outro debate relevante foi o seminário organizado pelo *Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes* em 1968, com material preparatório de C. Param e P. Vilar: *Sur le féodalisme*, Paris, 1971; Hobsbawm, E. J., Introdução a Marx, *Precapitalist economic formations*, Londres, 1964; e a original síntese de Perry Anderson sobre as divergências na formação do estado absolutista, *Lineages of the Absolutist State*, NLB, 1974.

¹² Dobb, *Studies*, Londres, 1946, p.27-8, 34, 38-9.

inteiramente a natureza capitalista das cidades no modo feudal.¹³ A tendência da pesquisa histórica desde então tem sido situar as cidades dentro do modo feudal, sustentando a compatibilidade das cidades com o feuda-lismo na Europa, a origem feudal das cidades, e, de fato, o papel essencial do capital mercantil dentro do modo feudal.¹⁴ Essa posição corresponde à tendência de rejeitar o modelo dualístico da transição para o capitalismo — mercados urbanos capitalistas contra a "economia de subsistência" estática feudal no campo — e a tentativa de descobrir "leis" dinâmicas específicas que governam o desenvolvimento e a crise do modo feudal, análogas às inerentes à acumulação capitalista.

[pág. 221]

Isso, porém, traz um problema. Dada a especificidade da cidade medieval e do capital mercantil dentro do modo feudal, quais são os fatores determinantes da "revolução urbana" na Europa ocidental que permitiram que a dissolução desse modo levasse à ulterior conquista do campo pela cidade? Como as cidades podem ser "internas" e "externas" ao mesmo tempo? Qual é a forma específica da oposição cidade-campo tanto *no interior* do feudalismo no Ocidente, como *contra* ele? A descontinuidade radical implícita, se rejeitarmos — como devemos — a hipótese dualista, tanto em termos de história do mercado como do capitalismo e cidades, já fora teoricamente estabelecida por Marx. Em seu primeiro esboço da história da sociedade civil em *German Ideology*, a divisão do trabalho entre a cidade e o campo, entre o capital e a propriedade fundiária, é o agente central no desenvolvimento autônomo e materialista das contradições na sociedade

¹³ Dobb, "Uma Réplica", p.75-6; ver também o excelente apanhado de Procacci, neste volume.

¹⁴ F. Polynsky em *Voprosy Istorii*, 1953, n.1; Hibbert, A. B., "The origins of the medieval town patriciate", in: *Past and Present*, fevereiro de 1963; Cahen, C., "A propôs dela discussion sur le féodalité", in: *Lapensée*, n.68, julho-agosto de 1956; Duby, G., *Guerriers et paysans*, resenhado por Rodney Hilton em NLR 83, janeiro-fevereiro de 1974. Por outro lado, para uma nova exposição da posição de Pirenne, ver Van Werwecke, H., "The Rise of the Towns", in: *Cambridge Econotnic History of Europe*, v.III, c.I, no qual se dá uma proeminência quase exclusiva às cidades do Noroeste da

civil no sentido de um mercado dividido em classes. Esse ponto de vista opõe-se ao de Hegel, para quem a polarização em cidades (esfera da organização corporativa, finita) e campo (a "sede da vida ética baseada na natureza e na família") é apenas um momento — a "fase da divisão" — na realização superior da universalidade no Estado.¹⁵

Numa passagem de *O Capital* (v.I, c.14), Marx se refere a esse esboço anterior, definindo a separação da cidade e do campo como "a base de toda divisão de trabalho que é bem desenvolvida e efetuada pela troca de mercadorias". Todavia, ele prossegue mostrando que essa separação, como fundamento de *toda* divisão social do trabalho, é comum às mais diversas formações — por exemplo, nas comunidades indianas onde atua com "a irresistível autoridade de uma força da natureza". Essa divisão social simplesmente estabelece a existência das cidades em si. Segue-se que não pode ser confundida (como em Smith) com a divisão de trabalho no *mercado* capitalista e portanto com a cidade *capitalista*, que implica a ruptura de todas as especializações baseadas na dependência recíproca e

[pág. 222]

cristalizadas pela tradição, e na sua substituição pelo meio indireto dos movimentos de preços do mercado. Nem pode ser igualada à organização técnica de operações individualizadas na manufatura de peças, pois nesse caso "apenas o produto combinado é uma mercadoria", implicando "a autoridade direta do capitalista sobre homens que são apenas partes de um mecanismo que lhe pertence". Portanto, não pode haver evolução linear do "mercado" a partir da divisão social do trabalho. Não há evolução na cidade capitalista — e na oposição/subordinação cidade-campo que lhe corresponde — de antiga ou feudal para capitalista. A preponderância da

Europa "onde o fator puramente econômico foi mais integralmente atuante".

¹⁵ Marx & Engels, *German Ideology*. Londres, 1965, p.64-77; Hegel, *Philosophy of Right*, T. Knox ed., Oxford, 1952, p. 152-5.

cidade capitalista, como a da fábrica baseada no trabalho assalariado como sua *raison d'être*, é o produto de uma ruptura histórica — o "pecado original" do capital, sua "acumulação original". Nem tampouco a fábrica se originou da sociedade.

Quais, então, as discontinuidades ou "estágios" desta transição? Marx definiu a especificidade da cidade feudal no Ocidente desta maneira: "A história da antigüidade clássica é a história de cidades, mas de cidades baseadas na propriedade fundiária e na agricultura: a história asiática é uma espécie de unidade indiferenciada de cidade e campo (as cidades maiores devem ser consideradas aqui como acampamentos reais, como trabalhos de artifício erigidos sobre a construção econômica propriamente dita); a Idade Média (período germânico) começa com a terra como a sede da história, cujo desenvolvimento posterior avança em seguida em direção à posição entre cidade e campo; a era moderna é a urbanização do campo, e não a ruralização da cidade como na antigüidade".¹⁶

Essa indicação sibilina (não o é mais) do caráter dinâmico da oposição entre a cidade e o campo, específica ao modo feudal, deveria ser suplementada com a análise feita por Marx do capital mercantil no volume III de *O Capital*. Marx rejeita a história evolutiva do capital baseada nas categorias da troca burguesa (a esfera do "comerciante livre vulgaris") pois essas categorias — a liberdade e a igualdade do mercado — são apenas

[pág. 223]

a forma fenomenológica das relações sociais de produção, expressas através das lentes deformadoras das relações entre produtos do trabalho. A esfera de circulação, na qual o capital mercantil — a "primeira forma livre de capital" — surge e que é a base da acumulação urbana da Idade Média, transfere-se pela economia política burguesa "de sua pré-história para o

¹⁶ Marx, *Grundrisse*, Penguin/NLR, 1973, p.479.

presente", estabelecendo dessa maneira "o eterno direito do capital aos frutos do trabalho alheio... a partir das leis simples e 'justas' da troca equivalente".¹⁷ O processo deveria ser "exatamente o oposto".¹⁸

Embora o capital mercantil no modo feudal certamente tenha um efeito dissolvente, é "incapaz por si mesmo de promover ou explicar a transição de um modo de produção para outro". A mera existência da produção de mercadorias e do capital baseado na circulação não é suficiente para que o processo de dissolução resulte em produção capitalista. "Senão a antiga Roma, Bizâncio etc, teriam terminado sua história com trabalho livre e capital", enquanto "essa dissolução levou, com efeito, à supremacia do campo sobre a cidade". Aonde levará a ação corrosiva do capital mercantil, em outras palavras, "qual o novo modo de produção que substituirá o antigo, não depende do comércio, mas do caráter do antigo modo de produção".¹⁹

De fato, o desenvolvimento autônomo do capital comercial, que se baseia em diferenciais de preço entre mercados e esferas de produção *separados* (comprar barato e vender caro) é "inversamente proporcional à não-sujeição da produção ao capital". Sua *externalidade, vis-à-vis* com a produção, é a própria condição de sua existência, pois interpõe-se como "intermediário" "entre extremos que não controla e premissas que não cria". O capital mercantil pode apenas redistribuir mais-valia mediante lucros inesperados: daí seu papel-chave na acumulação original de capital. Ele não pode, porém, ser uma fonte de acumulação permanente e auto-reprodutora. Tem um papel *preparatório* decisivo, ao lado de suas formas "domésticas" de usura, especula-

[pág. 224]

¹⁷ Ibidem, p.247-8, 504.

¹⁸ Marx, *Contribution to the Critique of Political Economy*, Londres, 1971, p.213-4.

¹⁹ Marx, *Capital*, Moscou, 1962, v.iii, p.321-2, 326; *Grundrisse*, p.506.

ção com a escassez etc, mas não pode desempenhar um papel determinante, endógeno, na transição.

Estas considerações permitem-nos definir com maior precisão a unidade/oposição de cidades e "capitalismo" urbano no modo feudal. O "capital" e os "mercados" nos quais se baseava o crescimento urbano feudal não eram absolutamente ancestrais lineares do mercado mundial capitalista. Está errado interpretar a "liberdade" das cidades medievais num sentido parcial, unilateral, fora do contexto feudal que determinava a "externalidade" dessa liberdade do capital mercantil e definia seus limites. A autonomia da cidade não era a de uma "ilha não-feudal" (Postan); sua liberdade e desenvolvimento como um enclave corporativo não seguia "suas próprias inclinações", como na formação historicista de Weber. Fundamentava-se no parcelamento generalizado da soberania, e se limitava por ele, baseando-se na *coincidência das relações políticas e econômicas de subordinação/apropriação* que definiam o modo feudal. Era a existência dessa autonomia urbana corporativa como um "senhor coletivo" dentro de uma estrutura celular baseada em soberania "em vários graus" que exatamente encorajava o desenvolvimento mais completo do capital mercantil na cidade medieval. Portanto o "capitalismo" urbano foi tanto interno como externo ao modo feudal — ou, mais precisamente, o primeiro foi a *condição* do segundo. Os termos "interno" *versus* "externo" do debate Dobb-Sweezy devem ser reinterpretados a essa luz. A "oposição" dessas cidades foi uma oposição de esferas econômico-corporativas de soberania, o que deve ser considerado como um elemento tão interno ao feudalismo como a ascensão e o declínio da economia senhorial — na verdade, é definido por essa co-existência. Longe de ser fixo, muito menos exclusivamente "rural", o feudalismo foi o primeiro modo de produção na história a permitir, por sua própria ausência de soberania, um lugar estrutural autônomo para a produção urbana e para o capital mercantil.

Essa "externalidade interna" que permitiu o crescimento independente do capital urbano, a conquista das rotas comerciais etc, na Europa contrasta vivamente com a "cidade oriental", imobilizada numa continuidade de relações com a sorte

[pág. 225]

do poder imperial, e na qual a fragmentação política estava ausente, exceto em períodos de anarquia interna. Na China "os ares da cidade" não libertavam ninguém: os muros da cidade não representavam os baluartes de sua autonomia jurídica em relação ao campo, como na Europa, mas a defesa externa militar-administrativa de uma autoridade superior coletora de impostos, representada na morfologia da cidade pela "cidade interior" fortificada e separada, reservada para o mundo oficial. A cidade não tinha autonomia social: sua estrutura social, baseada em clãs, linhagens, seitas religiosas, era uma extensão da estrutura rural.²⁰ É esclarecedor fazer um confronto entre essas cidades com o crescimento das comunidades comerciais independentes do Japão ao longo das cidades-castelo da nobreza durante o período descentralizado Ashikaga (1339-1573), e com o crescimento espetacular do porto comercial livre de Sakai para mais de 50 mil habitantes — a "Veneza do Japão", segundo os missionários jesuítas.²¹

O crescimento urbano feudal se correlacionava estreitamente com o desenvolvimento da economia senhorial. Longe de ser um sistema estático de "produção para uso", a última, baseada na apropriação direta do trabalho excedente e da renda dos agricultores, em condições tais que os meios de produção estavam nas mãos dos produtores diretos e a "relação política do amo e do dependente é [portanto] parte essencial da relação econômica da

²⁰ Balazs, E., *Chinese civilization and bureaucracy*, New Haven, cap. 6; Cartier, M., "Une tradition urbaine: les villes dans la Chine antique et médiévale", in: *Annales*, julho-agosto de 1970, "Histoire et urbanisation" p.835-7, 841; Weber, op. cit.; Braudel, op. cit; cap. 8.

²¹ Hall, J. W., "The Castle Town and Japan's Modern Urbanization", in: Hall & Jansen, ed., *Studies in the Institutional History of Early Modern Japan*, Princeton, N. J., 1968, cap. 10, p.171-9.

apropriação",²² era o agente real, subjacente, do modo feudal e de sua crise a partir do século XIV. A resistência dos camponeses ao trabalho excedente no domínio, a luta para devotar o trabalho à propriedade familiar e para guardar o máximo possível do produto desse trabalho, a expansão con-

[pág. 226]

tínua da propriedade semi-livre e a pugna pela emancipação rural (as comunas rurais da Itália e da França) foram apenas esforços "secundários", movimentos de "protesto" sem repercussão sobre as relações sociais, menos ainda imitações das iniciativas urbanas. As transformações da renda feudal que esses esforços suscitaram — de renda-trabalho para renda-espécie e renda-dinheiro — embora não alterassem por si nus mas a natureza básica da renda feudal como apropriação direta de trabalho excedente, não pago, pelo terratenente, ainda assim, ao fixar esse trabalho excedente, estimulou o crescimento da produção independente de mercadorias e a diferenciação dentro do campesinato em si. O próprio Marx observou as possibilidades dinâmicas inerentes ao modo feudal, não apenas no sentido territorial-extensivo, como em termos dessa luta pela partilha do produto excedente. Isso foi o que determinou os limites da economia dominial senhorial, e portanto os resultados alternativos da crise do século XIV (vitória da apropriação pelo terratenente do trabalho obrigatório, na "segunda servidão" na Europa oriental; vitória da produção de mercadorias pelos camponeses, com a emergência de uma classe de proprietários camponeses — *yeomen* ou *laboureurs* — no Ocidente).²³ As revoltas camponesas, que atingiram um estágio de crescimento com a intensificação da prestação de serviços no contexto da escassez de mão-de-obra no século XIV, foram "tão inseparáveis do regime senhorial como as greves do capitalismo em

²² Marx, *Capital*, v.III, cap. 47, p.771; Lenin, *Development of Capitalism in Rússia*, Moscou, 1956, p. 190-2.

²³ Marx, *Capital*, v.III, cap. 47, p.772-7.

larga escala" (Bloch). O persistente mito histórico do campesinato passivo (apesar da óbvia evidência contemporânea em contrário) deve ser confrontado com esse papel decisivo na deflagração da crise da economia dominial, na sobrevivência do campesinato na maior parte da Europa e — acima de tudo — na sua vitória na França em 1789.²⁴

Esse mito é comparável ao da burguesia urbana revolucionária. Contudo, como ressaltou Hilton, comparado a essa luta rural fundamental pela geração do produto excedente, a

[pág. 227]

das comunas urbanas simplesmente se relacionava com "a partilha do excedente depois que este fora tomado dos produtores básicos".²⁵ De maneira semelhante, o trabalho pioneiro de Porchnev sobre as revoltas camponesas na França, no contexto da crise do século XVII, que alinharam a burguesia urbana com a nobreza na defesa de uma ordem social baseada na extração de renda, mostrou que essas revoltas foram o "agente" da refeudalização da burguesia no contexto do novo "feudalismo estatal" do absolutismo.²⁶

Esta ausência de vocação revolucionária por parte das cidades, as constantes "traições" à velha ordem pela burguesia (como *credora* da velha ordem), de que Engels viu um processo análogo na Alemanha em 1525 e em 1848, devem ser consideradas em termos de seus interesses objetivamente *convergentes* em face da exploração do campo, à medida que a renda continuava a ser, sob suas várias modalidades, o principal modo de apropriação do excedente, e o capital continuava externo ao processo

²⁴ Sobre a maioria destes tópicos, ver o trabalho importantíssimo de Rodney Hilton, *Bond Men Made Free*, Londres, 1973.

²⁵ Hilton, "Warriors and Peasants", NLR 83, p.81-2.

²⁶ Porchnev, B., *Les Soulevements Populaires en France de 1625 à 1648*, Paris, 1963.

produtivo.

Nesse contexto, a posição da cidade como um "senhor coletivo" era — e permaneceu sendo, quando apoiada pelo estado absolutista — a de um monopólio corporativo. "As cidades tornaram-se unidades econômicas e sociais distintas apenas quando e porque certos lugares foram separados e defendidos por leis e privilégios que fizeram deles centros de mercado e "de produção, e negaram tais direitos, ou alguns deles, ao campo que as cercava". O comércio reservava-se "estritamente aos que ingressavam na comunidade comercial de [uma determinada] cidade".²⁷ A tendência liberal de Pirenne em favor do livre comércio levou-o a considerar esse caráter monopolista restritivo das cidades medievais como um obstáculo à livre circulação representada pelo elemento "dinâmico" do comércio a longa distância. Ao contrário, o exclusivismo das cidades deve ser considerado exatamente como uma *condição prévia* para o desenvol-

[pág. 228]

vimento do capital mercantil nesse estágio. Não devemos perder de vista esse caráter feudal do "capitalismo" primitivo; a circulação baseada na livre troca de equivalentes pertence ao pleno desenvolvimento do mercado capitalista. Mesmo no século XVIII, o mercado permanecia limitado na maior parte da Europa a uma gama restrita de produtos, os salários freqüentemente eram pagos em espécie, e a comercialização dos produtos agrícolas era ainda apenas parcial. O consumo próprio, as vendas por troca e os pagamentos em espécie usualmente reduziam o âmbito de transações monetárias e, portanto, o domínio do mercado. Em 1751 Galiani calculou que em Nápoles 50% das transações ocorriam fora do mercado: "os camponeses, que constituem três quartas partes de nossa população, não

²⁷ Ver a excelente abordagem geral de A. B. Hibbert, "The Economic Policies of Towns", in: *Cambridge Economic History of Europe*, v.iii, cap. 4 citado, p. 197-8.

pagam em dinheiro nem a décima parte de seu consumo".²⁸

O mercado era um prêmio reservado para poucos, e sua "conquista" representava a aplicação forçada de um monopólio de produção e comércio contra o campo, bem como contra o avanço de cidades rivais. Enquanto o mercado dependeu das disparidades de preço entre esferas distintas de produção nas quais os produtores não estavam separados dos meios de produção e subsistência, o comércio apenas existia nos interstícios do sistema, monopolizando o suprimento de uma limitada linha de mercadorias, sendo dependente da indulgência política: era mais "uma estrutura de tributos que uma estrutura de comércio".²⁹

O comércio não fugia absolutamente a essa estrutura monopolística: dependia do êxito da cidade em conseguir uma posição privilegiada como intermediária por meio de políticas de abastecimento, transações de concentração e distribuição em seu mercado, realizações de vendas e exclusão de estrangeiros ao acesso direto mediante "leis de reunião" (*hostings laws*) etc. No Mediterrâneo, a economia urbana baseava-se no monopólio de suprimento de mercadorias importantes, defendidas por

[pág. 229]

embargos, alianças, guerra e pirataria contra cidades rivais: guerra, diplomacia e comércio eram sinônimos. (A sorte de Pisa, que primeiro perdeu para Gênova — em 1284 esta construiu um molhe na desembocadura do Amo e obstruiu o porto com lodo — e mais tarde para Florença, é eloqüente.) O comércio significava também a exclusão do campo do monopólio urbano da troca, bem como do monopólio da guilda de produção artesanal: o entrave à produção de baixa qualidade, fora das

²⁸ Braudel, R, op. cit., p.355.

²⁹ Hibbert, op. cit.; Lattimore, O., "The frontier in History", in: *Relazioni del X Congresso di Scienze Storiche*, Firenze, 1955, p.124-5; Wallerstein, I., *The modern world system*, Nova York, 1974, p.20-1.

especificações da cidade (*ban*) era especialmente rigorosa nos centros têxteis flamengos a partir do século XIII, havendo expedições punitivas para destruir teares e tintas nas aldeias vizinhas, numa tentativa de criar um vácuo industrial e uma reserva particular para matérias-primas e a venda de produtos urbanos. Na Escócia, os burgos reais cercavam-se de suas regalias, no interior das quais "apenas burgueses podiam desempenhar qualquer atividade de comércio varejista, mesmo de produtos nativos", monopólio que só foi rompido, e assim mesmo parcialmente, no final do século XVII. No caso de Flandres, o fracasso dos centros têxteis em criar uma forma de "cidade-estado" tem sido atribuído à "preocupação exclusiva do burguês com sua cidade e seus interesses urbanos", sua "tendência a isolar-se do campo", impedindo o estabelecimento de uma unidade econômica viável de cidade e campo.³⁰ Como diz Polanyi, a cidade tanto "envolia o mercado como impedia sua maior expansão". O crescimento da cidade dependia de suas especificações, que eram a salvaguarda de seu monopólio contra o campo, e que lhe permitia "explorar economicamente o campo através de seus preços monopolistas, sistema de tributação, organização em guildas, fraudulência comercial direta e usura".³¹ O crescimento dos subúrbios desvalidos (*ban-lien*) destinava-se a abrigar os trabalhadores e artesãos mais pobres fora dos muros e, assim, comumente fora dos privilégios da cidade.

[pág. 230]

Esse monopólio e as condições jurídicas que o possibilitavam faziam da cidade, como organismo corporativo e coletivo, uma anomalia em face da articulação vertical do poder feudal no campo, mas a cidade, ainda assim, dependia desse "contexto feudal" para a defesa de seus privilégios. Na

³⁰ Hibbert, op. cit., Smout. T. C, *A History of the Scottish People*, Londres, 1972, p.147; Nicholas, D. M., "Town and Countryside: Social and Economic Tensions in 14th century Flanders", in: *Comparative Studies in Society and History*, v.X, 4 de julho, 1968, p.458-85.

³¹ Marx, *Capital*, v.III, p.781.

Inglaterra, onde, de qualquer modo, esses monopólios eram limitados, as cidades cresciam através de "uma sociedade dominada por senhores laicos e eclesiásticos que recolham uma parte dos lucros e apunham seu próprio selo a muitas das cidades, antes de afrouxar o arrocho — se é que afrouxavam!" Mesmo então, autonomia e privilégios econômicos eram decisivos para o progresso, como se evidencia pelo destino de cidades que não conseguiram obter direitos essenciais como, por exemplo, ao próprio trigo ou a pisoarias — Warwick, St. Albans, Wells, Bury St. Edmunds etc, — cujo crescimento foi interrompido.³²

Na Itália, onde a cidade-estado fazia da cidade um *seigneur* de pleno direito, o mapa se cobria de "vastas senhorias feudais, em cujos interstícios as comunas lutavam para manter uma independência fugidia". A vassalagem continuava na maior parte da Itália rural e as cidades dependiam — tanto do ponto de vista militar como do suprimento — de certos feudos locais. Daí a supremacia de dinastias de *condottieri* sobre a própria cidade: as senhorias da Romagna, os Estensi sobre Ferrara, os Visconti sobre Milão etc, que constituíam antes a regra do que a exceção.³³ De modo similar, os privilégios comerciais das cidades hanseáticas no auge do seu poder dependiam da proteção feudal da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos.³⁴

Nada revela melhor os limites dessa economia municipal do que seu declínio e involução no contexto do crescente mercado mundial e o estabelecimento da soberania estatal territorial a partir do século XVI. Isso coincidiu com a explosão especulativa do capital mercantil baseado no comércio

[pág. 231]

³² Hilton, R. H., *A Medieval Society*, Londres, 1966, p.177.

³³ Waley, D., *The Italian City Republics*, Londres, 1969, p.1 10-23; 221-30.

³⁴ Malowist, M., "The Problem of the Inequality of Economic Development in Europe in the later Middle Ages", in: *Economic History Review*, 2nd. series, v.19, 1966, p.25-6.

colonial e no crédito fiscal: o declínio das cidades corporativas mediterrâneas, que se seguiu à sua sujeição pelas novas monarquias (derrota dos *comuneros*, captura de Florença, domínio da Itália pelos Habsburg), não foi um evento contingente (devido às "descobertas no Atlântico", em algumas das quais o capital italiano teve grande participação; o Atlântico, como Braudel mostrou, era inicialmente uma extensão comercial do Mediterrâneo). Deveu-se, antes, às limitações objetivas do próprio capital mercantil e, em decorrência, à sua incapacidade de desenvolver uma base produtiva ampliada e adequada para a acumulação de capital. Essa incapacidade, exceto no Noroeste da Europa, para avançar *além* da guilda, do exclusivismo municipal, e portanto da produção de bens de alta qualidade para um mercado cada vez menor, foi definida por Cipolla como o principal fator do declínio da economia urbana na Itália. As mesmas "limitações" que permitiram a mais completa autonomia do capital mercantil no modo feudal agora se tornavam empecilhos para o subsequente desenvolvimento do capitalismo: "a situação se invertia... As cidades, que anteriormente haviam lutado pelo estabelecimento de um novo e progressista sistema econômico, agora se tornavam núcleos de interesses em luta contra o novo tipo de desenvolvimento".³⁵

Tudo isso se fez acompanhar de uma involução interna no sentido de formas de riqueza *rentiere*, da fuga do capital urbano para a terra, de obrigações governamentais e taxação das glebas (*taxfarming*) (Casa di San Giorgio, em Gênova, os *monti*, em Florença) que transformaram a elite urbana numa aristocracia de investidores ou de proprietários de terras que depois se fundiram com a própria nobreza absenteísta. Essa "refeudalização" da cidade pela transformação do capital mercantil em renda não deve ser considerada uma "defecção" ou "traição" por parte da

³⁵ Cipolla, C, "The Economic Decline of Italy", in: *Economic History Review*, 2nd. series, v.V, 1952; Pizzorno, A., "Three Types of Urban Social Structure and the Development of Industrial Society", in: Germani, G., ed., *Modernization, Urbanization and the Urban Crisis*, Boston, 1973, p.125.

de posição social (que implica uma oposição de Interesses de classes que possam ser "traídos"); e nem deve ser encarada, como no recente estudo de Peter Burke sobre as elites em Veneza e Amsterdã, como "mudanças de estilo de vida" de um ponto de vista de empresários ou investidores preocupados com um consumo duvidoso, o que seria apenas aceitar o veredito contemporâneo de rebaixamento moral, um abandono subjetivista e elitista de explicação histórica.³⁶

Ao contrário, deve ser considerada — como no caso da decadência da Espanha — como produto da natureza especulativa e precária dessa explosão do capital mercantil, comprovada por sua inversão durante a crise do século XVII, que favoreceu o influxo de riqueza urbana, sob formas usurárias de renda e taxaço rural (*taxfarming*): o resultado desse "feudalismo de investidores" — a fusão do capital mercantil e da propriedade fundiária — foi a fiscalização da renda numa base nacional (Porchnev) no estado absolutista, que aprofundou a defasagem entre a cidade e o campo baseada num nexo de dívida-crédito absenteísta. Assim como a transição para renda-dinheiro é apenas uma mudança na *forma* da renda — o restante permanecendo igual — assim também o influxo do capital urbano na terra e na compra de títulos, receitas provenientes do cultivo de senhorias etc, não conduz necessariamente à agricultura capitalista de parceria — o "caminho direto" inglês para a agricultura capitalista, segundo Marx. A comercialização urbana de produtos agrícolas também pode levar a um reforço da relação externa dos investidores de predominância urbana, meramente cristalizando obrigações feudais, receitas

³⁶ Braudel, R, *The Mediterranean in the Age of Philip II*, Londres, 1973, v.ii, p.728-33; Burke, R, *Venice and Amsterdam*, Londres, 1974, baseado no modelo explicitamente antimarxista de circulação de elites, tomado de empréstimo a Pareto.

senhoriais e dízimos eclesiásticos numa base comercial, que seus coletores não tinham interesse em destruir. De fato, a comercialização de produtos agrícolas em geral se fazia acompanhar de reação dos senhores. As exações tornavam-se mais pesadas, do que resultou a onda de revoltas

[pág. 233]

camponesas contra a exploração fiscal e os terratenentes absenteístas, a qual atingiu seu clímax nos meados do século XVII. O estado absolutista foi a primeira e mais importante máquina de extração de renda, na qual as cidades tinham tanto interesse quanto a nobreza.³⁷

O capital urbano agiu sobre a sociedade rural principalmente por meio do capital usurário, explorando a escassez de crédito no campo agravada pela transição para rendas em dinheiro e pelas exigências fiscais, especulando com os preços das safras e a carestia, hipotecando obrigações e serviços feudais. A usura se alimenta do velho modo, sem alterá-lo. Ele depende, como o capital mercantil, de um mercado e da pequena produção de mercadorias, de natureza pré-capitalista, agravados pela apropriação fiscal. O fiscal agrário (*taxfarmer*) e o usurário andam em geral de mãos dadas (Duby). O predomínio do capital investidor (baseado na renda "constituída" e de proprietário, isto é, formas de renda *usurárias*) é bem exemplificado por aquele tipo "intermediário" de arrendamento — *mezzadria* ou parceria — generalizado na Itália e no Sul da França: o capital urbano compartilha do produto com o camponês cultivador, como retorno do respectivo investimento. Esta forma "transitória", que associa o capital mercantil com a agricultura camponesa (Marx, *O Capital*, v.III, cap. 47), não era claramente "transitória" num sentido historicamente dinâmico: o desenvolvimento dessa renda usurária ocorreu dentro da estrutura feudal da sociedade rural, e não contra elas. Apesar do desenvolvimento precoce

³⁷ Villari, R., *La rivolta antispagnola a Napoli: le Origine 1585-1674*, Bani, 1967, p.228 ss. Ver também Porchnev & Anderson, op. cit., Goubert, P., *The Ancien Regime*, Londres, 1973, cap. 6.

da agricultura capitalista na bacia irrigada do Pó, o investimento de capital urbano na agricultura italiana tendeu para a refeudalização das relações agrárias.³⁸ Essa transição urbana para a riqueza investidora deve pouco a um declínio da "concepção empresarial": na conjuntura dada, o investimento em títulos e receitas senhoriais dava

[pág. 234]

rendimentos mais seguros. O investimento genovês em trigo, azeite, seda e outras safras comerciais da Itália meridional rendia lucros de mais de 30%. A migração da aristocracia veneziana para a *terra firma* não se deveu apenas ao deleite pela arquitetura paladiana, mas se fez acompanhar de um sistema intensificado de agricultura senhorial baseado no cultivo comercial de milho e cânhamo e na criação de gado.³⁹ O paradoxo desse feudalismo "capitalista" ou melhor dito "investidor" deve-se ao fato de que na maior parte da Europa a comercialização da agricultura antes agravou que abrandou os encargos feudais sobre o campesinato.

Na Europa oriental houve um declínio análogo nas cidades "livres" privilegiadas, baseadas na produção das guildas: ali, onde a autonomia das cidades estava mais cerceada pela economia senhorial, e enfraquecida pela sua atuação como intermediárias no intercâmbio de mercadorias com o ocidente, o crescimento do mercado mundial levou à subordinação do burguês urbano, numa economia de exportação senhorial baseada no trabalho de corvéia. A presumida antítese do feudalismo e comércio, derivada do modelo dualístico da cidade e do campo como modos de produção separados, e a implícita correlação espacial-ecológica das cidades e do "declínio" feudal (Sweezy: "Próximo aos centros de comércio o efeito sobre a economia feudal é fortemente desintegrador; mais longe, o efeito

³⁸ Zangheni, R., Screni, E.. *Agricoltura e sviluppo del capitalismo*, Rome, Istituto Gramsci, 1970, p.682-730. Marx, *Capital*, v.m, cap. 36.

³⁹ Villani, R, *Feodalità, riforme e capitalismo agrario*, Bari, 1968, p.l 16-25.

tende a ser justamente o oposto"), não podem dar conta das variadas formas desse feudalismo de agricultura comercial — e não apenas no Oriente — a partir da Idade Média. Na Europa central (Boêmia, Saxônia, Áustria), onde o mercado interno se desenvolveu vantajosamente até a Guerra dos Trinta Anos, uma posição "mediana" emergiu; a reação à escassez de mão-de-obra nas propriedades senhoriais assumiu ou a forma de altos salários ou a da intensificação de serviços de *robot*, enquanto as cidades livres eram vencidas pela concorrência representada pela produção mais barata nos "agrupamentos senhoriais" que proliferavam nas propriedades feudais sem as

[pág. 235]

restrições das guildas. As cidades livres, com suas vastas propriedades, tendiam a "seguir a mesma... política econômica dos magnatas aristocráticos".⁴⁰

Na França, onde o predomínio da riqueza urbana investidora se reforçou pela confirmação da posição privilegiada das cidades no *ancien regime*, a relação "externa" da cidade com o campo se ampliou: o investigador tornou-se "mais e mais distanciado da fonte de sua renda... mais e mais estranho aos campos, esses 'desertos' desprezados desde os tempos de Molière: ele pertence à cidade, mesmo à capital, quer provincial, nacional ou real... Os interesses e a resistência do investidor e do pagador de renda colocam-nos muito claramente em posições opostas".⁴¹ Assim se explica a resistência episódica e limitada das cidades à centralização real — a participação urbana na *Ligue* ou nas *Frondes* — e o fato de que a concentração urbana na riqueza fundiária se acentuou enormemente com o

⁴⁰ Poliscnsky, J. V, *The Thirty Years War*, Londres, 1971, p.38, 40, 44-9; Klima, A., Macurek, J., "La Question de la Transition du Féodalisme au Capitalisme en Europe Centrale", XI International Congress of Historical Sciences, in: *Rapports*, v.4, p.99-102.

⁴¹ Goulbert. R, op. cit., p. 136-7.

absolutismo real. O espanto de Arthur Young pelo contraste entre o campo bretão e a opulência do porto de Nantes — "nenhuma transição suave do bem-estar para o conforto... da mendicância para a fartura em uma etapa" — testemunha a fraqueza básica das condições que governavam a acumulação original na França.

A crise do século XVII, esboçada primeiramente no artigo de Hobsbawm de 1954, revelou as falhas desse comércio mundial baseado no capital mercantil especulador e nas relações feudais de produção na cidade e no campo. "Os surtos econômicos multiplicam as atividades: as crises os selecionam" (Vilar). A inversão do surto arrastou as economias feudal e urbana mercantil, que o tinham promovido, para um papel secundário, subordinado (Espanha, Itália, mais tarde a Holanda), devido à sua fraca base doméstica produtiva. Apenas na Inglaterra essa especulação baseada no comércio colo-

[pág. 236]

nial foi capaz de proporcionar o ponto de partida de uma acumulação produtiva inteiramente autônoma e um crescimento do mercado doméstico. De outro modo, o predomínio de capital mercantil — quer no comércio ou na produção — permaneceu como uma mediação redistributiva entre produtor e consumidor, dependente das disparidades entre preço de custo e preço de venda, na medida em que a própria produção se organizara externamente ao capital, e não existia o mercado mundial integrado (e seus preços médios ou a longo prazo): em condições nas quais a economia mundial (para citar Braudel) era "vasta mas fraca".⁴²

⁴² Braudel, E, *Chapters in Western Civilization*, NY, 1961, v.I, p.260. Immanuel Wallerstein, embora indique corretamente a interdependência dos regimes neo-feudais de culturas econômicas e o processo de proletarianização/expropriação dos países "centrais" na fase da acumulação primitiva, parece obrigado, em decorrência de sua fundamentação no modelo estático de centro-periferia de A. G. Frank, a questionar a *continuidade* de "sistema de mercado" mundial integralmente capitalista a partir do século XVI. Também rejeita a distinção marxista crucial entre capital *mercantil* e *industrial* (a qual, precisamente, permite perceber a periodização, as contradições estruturais e a crise no progresso da acumulação primitiva): considera esta distinção como uma "terminologia infeliz". Ver

Ao contrário, a "acumulação original de capital engendrou sua própria destruição" (Vilar). O advento de um mercado mundial pela nivelção das disparidades de preço de custo — o estabelecimento de preços mundiais — coincidiu com a prosperidade e a maior exploração da economia doméstica. Essa reação *produtiva* do século XVIII à pressão inflacionária (a da produção fabril capitalista) revolucionou a vigente divisão do trabalho e hierarquia das cidades, subordinando os lucros comerciais inesperados à disciplina do preço de mercado e reduzindo-os a uma simples renda do setor de distribuição.⁴³

O desequilíbrio demográfico decorrente dessa frágil base produtiva e a instabilidade assim deflagrada compensavam-se pelo crescimento das grandes cidades capitais: a antiga hiper-

[pág. 237]

trofia de Nápoles ou Constantinopla tornaram-se no século XVII a norma na Europa. Esse crescimento desproporcional das metrópoles alimentou-se da proletarização e da população excedente do campo, do atrativo do salário em todas as estações, da concentração do capital do investidor e das receitas governamentais, com a conseqüente multiplicação de serviços. A alta proporção, nesse crescimento, de ocupações marginais, servos, mulheres não casadas ou viúvas, prostitutas, mendigos sem raízes e crianças abandonadas, fala por si mesma. Moralistas contemporâneos investiram contra essa concentração de renda eminentemente não-produtiva e seu cortejo — o desmesurado submundo proletário sem trabalho. Defoe, os Fielding e Cobbett denunciaram o desperdício ostentatório de riqueza em Londres, sua "ociosidade", "perversidade" e corrupção do caráter nacional.

The Modern World System, cap. 2, e "The Rise and Decline of the Capitalist World System", in: *Comparative Studies in Society and History*, v.16, 1974, p.387-415.

⁴³ Vilar, R, *La Catalogue dans l'Espagne Moderne*, Paris, 1962, v.III, especialmente p.9-12, 562-5; e *Sur le Féodalisme*, cit., p.42-3; Marx, *Capital*, v.I, cap. 5.

Mercier temia a *canaille sans nom* à qual atribuía os males da revolução em Paris, convencido de que apenas os elementos mais daninhos da população rural vinham para a capital. Para Rousseau era inconcebível que "ninguém tivesse percebido que a França seria muito mais poderosa se Paris fosse liquidada". Os governos legislavam em vão para confinar os pobres, impedir a mobilidade e controlar seu crescimento, visto como um perigo para a ordem social. Mas, como diz Braudel: "Seria mesmo sensato suprimir a válvula de segurança indispensável à fervura do grande reino?"⁴⁴ Segundo Sombart, essa concentração de riqueza de consumo, capacidade usual dessas capitais para viverem acima dos seus recursos, aceleraram o crescimento do capitalismo. Wrigley sustentou que, no caso de Londres, a "grande metrópole" (com 11 % da população nacional, em 1750, contra 2,5% em Paris), o consumo da capital exerceu uma influência benéfica, geradora, sobre a formação do mercado nacional. Seria, porém, temerário dizer o mesmo de todos os casos: a diferença entre Londres, sede de um capitalismo agrário altamente desenvol-

[pág. 238]

vido e entreposto do comércio mundial, e, por exemplo, Nápoles ou S. Petersburgo, era imensa. O suprimento de Londres pelo interior era tão garantido quanto o mercado mundial que ela dominava: a inquietação do consumidor não se devia ao preço do pão (como em Paris), mas a um padrão de consumo mais variado, e a salários. Enquanto em Nápoles, onde o medo das massas populares tornava as autoridades "não apenas liberais mas pródigas", os artigos de primeira necessidade eram subsidiados pelo monopólio real, com prejuízo. A relação entre cereais e azeite baratos e a popularidade dos *re lazzeroni* Bourbon era um indicativo político desse

⁴⁴ Ver a excelente exposição de Braudel sobre esse crescimento metropolitano em *Capitalism and Material Life*, cap. 8; *The Mediterranean*, v.I, p.344-52; Williams, Raymond, *The Country and the City*, Londres, 1975, cap. 14; Cobb, Richard, *The Police and the People*, Oxford, 1970, p.266-67.

precário problema de suprimento, que drenava recursos de uma vasta área. A instabilidade demográfica dessas cidades, mantida por um fluxo permanente de imigrantes rurais que compensava a alta mortalidade e as epidemias, testemunhava esse desequilíbrio básico.

A formação do mercado interno centrado na metrópole é bem demonstrada por Steuart: "Todo supérfluo se transforma em dinheiro... sem uma boca extra ou inútil", enquanto longe da cidade "há uma abundância de coisas supérfluas que não podem ser transformadas em dinheiro". Acrescenta ele: "É bom ter uma propriedade bem distante, quando se quer viver nela; é melhor ter uma perto da cidade grande, quando não se quer" (*Inquiry*, v.I, 55). Mas esse impulso capitalista "gerador" do mercado urbano depende de outra circunstância que Steuart chama de "a separação entre a mãe terra e seus filhos laboriosos", que deve "naturalmente" ocorrer na proporção do desenvolvimento da indústria e do comércio (cap. 10). O pleno desenvolvimento de um mercado capitalista exige, como Dobb acertadamente sustentou, a expropriação dos produtores imediatos dos meios de produção e subsistência, isto é, a terra, ela própria "liberada", pela separação da agricultura como empresa, dos laços da posse fundiária. A organização da agricultura como uma indústria produtora de valores de troca faz parte da mesma divisão de trabalho que gera a fábrica baseada no trabalho livre assalariado. Essa *criação* das condições de um mercado industrial-agrário baseado na troca de equivalentes mostra "até que ponto se faz necessário um desenvolvimento

[pág. 239]

extremamente diferente na divisão de trabalho e de relações produtivas para que o milho possa ser produzido como um valor de troca puro e simples, que entra inteiramente na circulação; e que processos econômicos especiais são exigidos para que se produza um arrendatário inglês, ao invés de um

camponês francês".⁴⁵

Nada ilustra melhor as limitações do conceito de "economia urbana" (Karl Bücher), e do dualismo econômico de cidade e campo que ele pressupõe, que o fato de que o capital primeiro assume o controle do processo produtivo fora da cidade: "no campo, em aldeias que não têm guildas" (Marx). Isso se aplica não apenas à indústria fabril, que suscitou uma hierarquia urbana inteiramente nova *fora* dos limites do controle municipal das cidades corporativas estabelecidas (como no caso de Manchester ou Birmingham, que se encontravam sob jurisdição senhorial e não ofereciam empecilho à liberdade de exploração do mercado de trabalho). Também se aplica às indústrias domésticas rurais ou sistemas *putting-out* a partir da Idade Média, que escaparam ao controle das guildas e solaparam os monopólios urbanos. Como dizem Clark e Slack: "O desincentivo (para a indústria) dos controles urbanos existentes foi um fator mais importante do que os incentivos positivos da economia rural... O crescimento parece ter sido fomentado pela ausência de controles comunitários rigorosos".⁴⁶

Essa migração rural da indústria corresponde à primeira forma histórica de controle capitalista da produção, a da *manufatura*, que expandiu enormemente a produtividade social do trabalho graças à multiplicação de funções particularizadas, subordinando ao capitalista urbano regiões inteiras do campo e ramos da produção. A sujeição do trabalho ao capital, contudo, permanecia externa e formal. A produção ape-

[pág. 240]

nas se modifica pela subdivisão de tarefas; o processo de trabalho em si é

⁴⁵ Marx, *Grundrisse*, edição alemã, p.906, citado por Rosdolsky, R., *Genesi e struttura del 'Capitale' di Marx*, Bari, 1971, p.221.

⁴⁶ Clark, R. & Slack, R., ed., *Crisis and Order in English Towns 1500-1700*, Londres, 1972, Introdução, p.1 1, 33-4; Dauntton, M. J., "Towns and Economic Growth in 18th century England", trabalho apresentado à conferência *Past and Present* sobre Towns and Economic Growth" (Cidades e crescimento econômico), julho de 1975.

derivado simplesmente dos modos de produção anteriores. Com o advento da produção mecanizada o sistema se altera qualitativamente; o capital toma conta da substância real do processo de trabalho, reformando e diversificando dinamicamente todos os ramos da produção pela transformação organizacional-técnica do processo produtivo. A remoção de todos os empecilhos à mobilidade da mão-de-obra e a separação da agricultura de um após outro processo secundário (dadas as correspondentes revoluções no transporte) abrem o caminho para uma urbanização permanente e acelerada baseada "na concentração do poder de motivação da sociedade nas grandes cidades" (Marx) e na subordinação da agricultura, agora um mero setor da indústria. A predominância da cidade não é mais imposta externamente. Reproduz-se agora como parte do processo de acumulação, transformando e redistribuindo especialmente a produção rural "a partir do interior". A divisão territorial da mão-de-obra se redefine, acentuando enormemente as desigualdades regionais: longe de superar o atraso rural (visto como um legado do passado, como em Smith), a urbanização capitalista simplesmente o reproduz, subordinando o campo numa base mais intensiva. A criação do "exército de reserva" de mão-de-obra barata e o êxodo rural dificilmente podem ser considerados "progresso", do ponto de vista agrário.

A tendência da reprodução capitalista aumentada é revolucionar todas as divisões fixas de trabalho (em contraste com a *manufatura*); recompõe a força de trabalho mediante a constante "variação do trabalho, fluidez de função e mobilidade universal", solapando a relação vigente entre o trabalhador e sua tarefa — o valor de uso de seu trabalho, tendendo no sentido da subordinação do trabalho indiferenciado universal ao serviço da mão-de-obra inativa acumulada (capital constante), trazendo o campo para dentro da fábrica e a fábrica para o campo, numa procura incessante de novos trabalhadores. Nessa nivelação e mobilidade do mercado de trabalho,

a "cidade-fábrica" já prefigura a co-urbanização tentacular, a "megalópole" do século XX, a absoluta *negação* da "cidade" para os cri-

[pág. 241]

ticos e planejadores humanistas. A capacidade do capital plenamente socializado para apropriar utopias anteriores baseadas no ideal do ambiente equilibrado, para transformá-las numa "questão técnica a serviço dos poderes estabelecidos neoconservadores", é demonstrada pelo ideal da "cidade jardim" (ridicularizado pelos fabianos como fantástico em 1898) e pela sua realidade na *desurbanização planejada da metrópole*, que dissolve a cidade na "região urbana", segundo o planejamento urbano e rural do século XX. ("A cidade e o campo", escreveu Howard, "devem se unir, e dessa união brotará uma nova vida, uma nova esperança, uma nova civilização"). A mobilidade do capital social amadurecido pressupõe essa capacidade para reconstituir a divisão cidade-campo numa base sempre renovada: enquanto a oposição cidade-campo se torna a dos *preços agrícolas versus industriais*, uma determinação cada vez mais política ao invés de baseada no preço de mercado (subsídios, quotas, preços fixos), pois a necessidade de controlar o custo da reprodução da mão-de-obra — o preço do reformismo nos nossos dias — essa determinação vai contra o interesse dos produtores agrícolas.⁴⁷

Podemos, então, discernir as duas principais soluções de continuidade nessa história, que não podem ser explicadas por uma concepção unilinear de "urbanização" como um processo correlato ao crescimento econômico, nem pela ação autônoma de uma "economia urbana" que agisse externamente sobre o campo. A primeira coincide com a extensão do mercado no estado territorial, que reduziu as economias mercantis urbanas do modo feudal a uma limitada esfera de operações,

⁴⁷ Bookchin, M., *The limits of the City*, Nova York, 1974, cap. 4; Marx, *Capital*, I, cap. 15. Cf. a onda de protestos de agricultores por toda a Europa em 1974.

minando a produção das guildas pelo crescimento das manufaturas e das indústrias rurais. A acumulação original assume em geral a forma de uma capitalização de relações feudais, a atividade mercantil permanece externa à produção e a acumulação nacional é vista em termos de "soma-zero" como um agregado de capacidade produtora de rendimentos para propósitos militares-fiscais (como nos cálculos de Petty,

[pág. 242]

King e Vauban). O crescimento de cidades capitais e centros urbanos em geral permanece instável, na ausência da agricultura capitalista: o predomínio da cidade é o do investigador, dependente de condições externas políticas e militares. Sua dependência de um frágil sistema de fornecimento e da imigração rural, mesmo para manter sua população num nível constante, torna evidente este ponto. A segunda brecha, que ocorre com as cidades fábricas, a expansão da reprodução do proletariado e da agricultura capitalista, assinala a partida para um crescimento urbano autônomo: supera os limites corporativistas ao desenvolvimento urbano, pelo apossamento do processo produtivo total e a subordinação do mesmo aos ditames da lei do valor. Isso, por sua vez, reduz as antigas cidades corporativas de atividade mercantil controlada pelas guildas a centros distribuidores secundários e lugares de passeio da pequena nobreza. É evidente que essas redefinições qualitativas não resultaram de "cidades" como protagonistas da história: foi o modo dominante de produção que determinou as condições globais segundo as quais as cidades prosperaram ou não. As cidades, a despeito de seu papel de marca-passo *cultural*, tanto refletiam as condições da acumulação rural como contribuíam para a mesma. De modo semelhante, o despotismo das aglomerações metropolitanas modernas baseado no trabalho assalariado "somente será abolido pela abolição do próprio modo capitalista de produção" (Engels).

É preciso esclarecer também que a transição para um mercado capitalista de base urbana não surgiu sem crise e resistência maciça.

A expansão desse mercado foi caracterizada por um "tipo de crise" (que Labrousse foi o primeiro a analisar) engendrada pelo fracasso no setor de subsistência — crise que provocou as mais violentas polarizações da cidade e do campo na história moderna. Na Inglaterra, a reação local à crescente intrusão do mercado metropolitano e de exportação assumiu a forma característica de motins de alimentos, um movimento popular de preços em defesa de mercados locais regulamentados apoiados pela noção moral de uma economia de abastecimento "justa". A proteção medieval do interesse do consumo urbano — amparada pela legislação destinada a fixar preços, assegurar a

[pág. 243]

venda livre no mercado e eliminar os intermediários, o atravessador e o açambarcador — foi reavivada nos séculos XVII e XVIII como um movimento de resistência contra os agentes do trigo que atuavam no mercado de Londres.⁴⁸

Na França, com seu delicado mosaico de mercados locais controlados, servidos por meios de comunicação deficientes e agravados por barreiras fiscais ("os produtos de exportação chegavam pela corrente fluvial; as importações tinham de ser empurradas contra ela" [Cobb]), a resistência ao livre comércio e a luta por uma economia de provisão regulamentada tiveram um grande avanço. A precariedade das áreas locais de suprimento e a dependência num único produto de subsistência subjacente à vacilante economia do *ancien regime* eram facilmente vulneráveis ao colapso em caso de escassez, e foram totalmente desmanteladas pela

⁴⁸ Ver a colorida e sensível reconstrução desses movimentos feita por E. P. Thompson, em "The Moral Economy of the English Crowd in the 18th century", in: *Past and Present*, 50, Fevereiro de 1971, p.76-136.

regulamentação do livre comércio de cereais — como Turgot descobriu, para sua pouca sorte, em 1775 a revolucionária "crise da subsistência", combinada com a derrocada de todos esses controles econômicos como vestígios de uma velha ordem, rapidamente levou — no contexto da inflação e guerra — ao que foi descrito por Cobb como uma guerra de subsistência entre a cidade e o campo. A aliança dos camponeses com a burguesia contra o inimigo comum em 1789 — o regime senhorial — cedeu lugar ao terrorismo econômico urbano do Ano u — controles de preços, confisco e banditismo coletivo do Exército Revolucionário, combinados com as investidas urbanas de descristianização e de recrutamento militar. Essa crise, durante a qual as regiões fornecedoras próximas lutaram entre si, cidades contra o campo, cidades contra cidades, e todas as cidades contra o imperialismo econômico de Paris, revelou a extensão da dependência do consumidor tanto na cidade quanto no campo. A supremacia das cidades refletiu-se cruamente no deslocamento de massas de consumidores rurais que migraram para as cidades à procura de suprimentos. Com o desmantelamento dos contro-

[pág. 244]

les de preços após a derrota do movimento contra-revolucionárias e federalistas no Oeste e no Sul. Como na Rússia depois de 1917 (guerra comunista), esse colapso e o ódio e a polarização que ele gerou permaneceram por longo tempo na memória popular; ele condicionou o anti-republicanismo do campesinato francês até a Terceira República.⁴⁹

A abolição da antítese entre cidade e campo é um objetivo clássico do socialismo revolucionário desde o *Manifesto Comunista*. Face ao atraso das relações sociais rurais e das instituições rurais na maior parte da Europa e

⁴⁹ Cobb, Richard, *Les Armées Revolutionnaires*; e *The Police and the People*, Oxford, 1970, parte 3, que contém uma análise brilhante do antagonismo cidade-campo e da política da carestia na Revolução Francesa.

ao peso político persistente dos "interesses dos proprietários de terra" como armadura do Estado, o problema da aliança de classes de "levar a luta de classe para o campo" (Lenine) teve, como objetivo, uma relevância imediata, urgente. Contra a crença popular e romântica na separação do mundo social rural do industrialismo, os social-democratas exaltavam o desenvolvimento capitalista do campo e a eliminação da pequena propriedade, vistos como premissas para a conjugação das forças das classes rural e urbana sob a liderança do proletariado urbano. Em outras palavras, a perspectiva *imediata* era a do desenvolvimento capitalista fortalecido a fim de superar o desmoronamento de uma estrutura rural retrógrada. Quais os *slogans* concretos com que a social-democracia poderia liderar a "revolução rural" contra as reivindicações rivais das organizações camponesas? A tendência contra o parcelamento da terra e as incertezas táticas que surgiram são bem ilustradas pelas vacilações da social-democracia alemã na questão da terra, em face do capitalismo totalmente integrado das propriedades *junker*. Além disso, a tendência a considerar o atraso rural como uma obsoleta sobrevivência pré-capitalista, externa e contrária ao desenvolvimento capitalista, não deixou perceber os numerosos casos em que esse atraso era funcional ao processo geral de acumulação.

A existência de um "problema agrário" distinto era considerada a herança do fracasso histórico da burguesia no cumpri-

[pág. 245]

mento de sua vocação revolucionário-democrática no campo, tarefa que agora recaía sobre o proletariado como ponta de lança do progresso urbano. Além de todas as diferenças táticas e oscilações, a base de muitos "convites ao poder" comunistas a partir da década de 1930 encontrava-se nessa crença de que a classe trabalhadora tinha a missão e a capacidade de resolver ou "consertar" os *limites e insuficiências* do desenvolvimento capitalista. Os

regimes fascistas comprovaram a bancarrota histórica da burguesia, comprometida por uma aliança de monopólio e interesses financeiros com a "casta burocrático-agrária", e portanto incapaz de garantir qualquer futuro desenvolvimento ou progresso.

A concepção do fascismo como uma aliança do capital financeiro com os elementos investidores mais atrasados da sociedade (Dimitrov) permitiu que as aberturas correspondentes (frontismo, novas democracias) se aliassem ao capitalismo progressista; tal como um dualismo semelhante, transferido para os países do Terceiro Mundo, encontrou as burguesias "nacionais" prontas a assumir o papel progressista contra resíduos feudais rurais. A hipótese de Sweezy da dinâmica do desenvolvimento capitalista corresponde a uma projeção evolucionista dentro do marxismo da necessidade de conclusão unilateral do "estágio" capitalista, o que exige a extensão infinita do capitalismo como veículo de progresso contra todos os obstáculos pré-capitalistas, e, finalmente, com a conclusão "racional", dessa evolução entregue ao socialismo.

Na realidade, a defasagem entre o capital industrial produtivo e a "aristocracia financeira" baseada no investimento já foi desfeita por Marx — e pelo movimento histórico real do capital — em 1857. A descoberta por Marx do mecanismo do amadurecimento da crise capitalista, como produto da contradição entre dinheiro como mercadoria e dinheiro como capital, coincidiu com a crise mundial de 1857. Essa crise foi provocada não por alguma falha no setor de subsistência, mas pela contradição entre "banco e fábrica", entre dinheiro e capital como uma unidade contraditória em escala internacional. Na França, a solução "utópica" st. simoniana para a separação de capital da propriedade fundiária, que previa a vitória do *industriels* sobre o *rentier*, teve de esperar o colapso e a ameaça da classe trabalhadora em 1848,

que uniu terra e capital no "partido da ordem". Isso levou o "socialismo bonapartista" (Marx), o "governo da liquidez, do proudhonismo monetário e do *Credit Mobilier*", a recompor a renda do investimento no solo e as poupanças do desenvolvimento industrial, assim como o "crédito estatal" de Lasalle teve de esperar Bismarck. Marx, em decorrência, teve de refazer sua crítica anterior dos esquemas utópicos de crédito nos *Grundrisse*; ele abandonou seu anterior modelo manchesteriano do "parasitismo" do capital financeiro em troca de uma análise do dinheiro e do crédito como uma articulação *imane*nte da socialização do capital, e como motor de suas crises.⁵⁰

Para concluir: a tendência dualística a separar o progresso urbano e o atraso rural, visto como um resíduo do passado, deve ser popular no Ano iii, o produtor rural teve sua vingança. Se o campo, de acordo com o credo dos sansculotte, deveria "sentir todo o peso de um Terror criado na cidade e dirigido por cidadãos", o campo resistiu mediante greves de produção e as rebeliões contraposta ao fato de que a "urbanização" e "ruralização" são faces opostas do mesmo processo de divisão capitalista de trabalho. Todavia, a concepção da cidade como agente histórico por detrás de todas as mudanças tem, naturalmente, raízes culturais e duradouras, que foram analisadas por Raymond Williams em seu levantamento do contraste cidade-campo na literatura inglesa, com suas variações ambíguas entre idealização da inocência rural, a Arcádia perdida e o desdém urbano pela "idiotice rural".⁵¹ Williams disse palavras fortes sobre os "socialistas metropolitanos" que engoliram o mito da passividade rural e a tendência urbana para o progressismo capitalista. Essa salutar advertência às incursões

⁵⁰ Ver a penetrante análise feita por Sérgio Bologna dessa transição para um capital inteiramente socializado nos trabalhos de Marx da década de 1850: "Moneta e crisi; Marx corrispondente dela 'New York Daily Tribune'", in: *Primo Maggio*, n.1, 1973. Uma versão ampliada desse ensaio encontra-se em Bologna, S., Carpignano, R, Negri, A., *Crisi e organizzazione operaia*, Milano, 1974.

⁵¹ Williams, Raymond, *The Country and the City*, p.50-1.

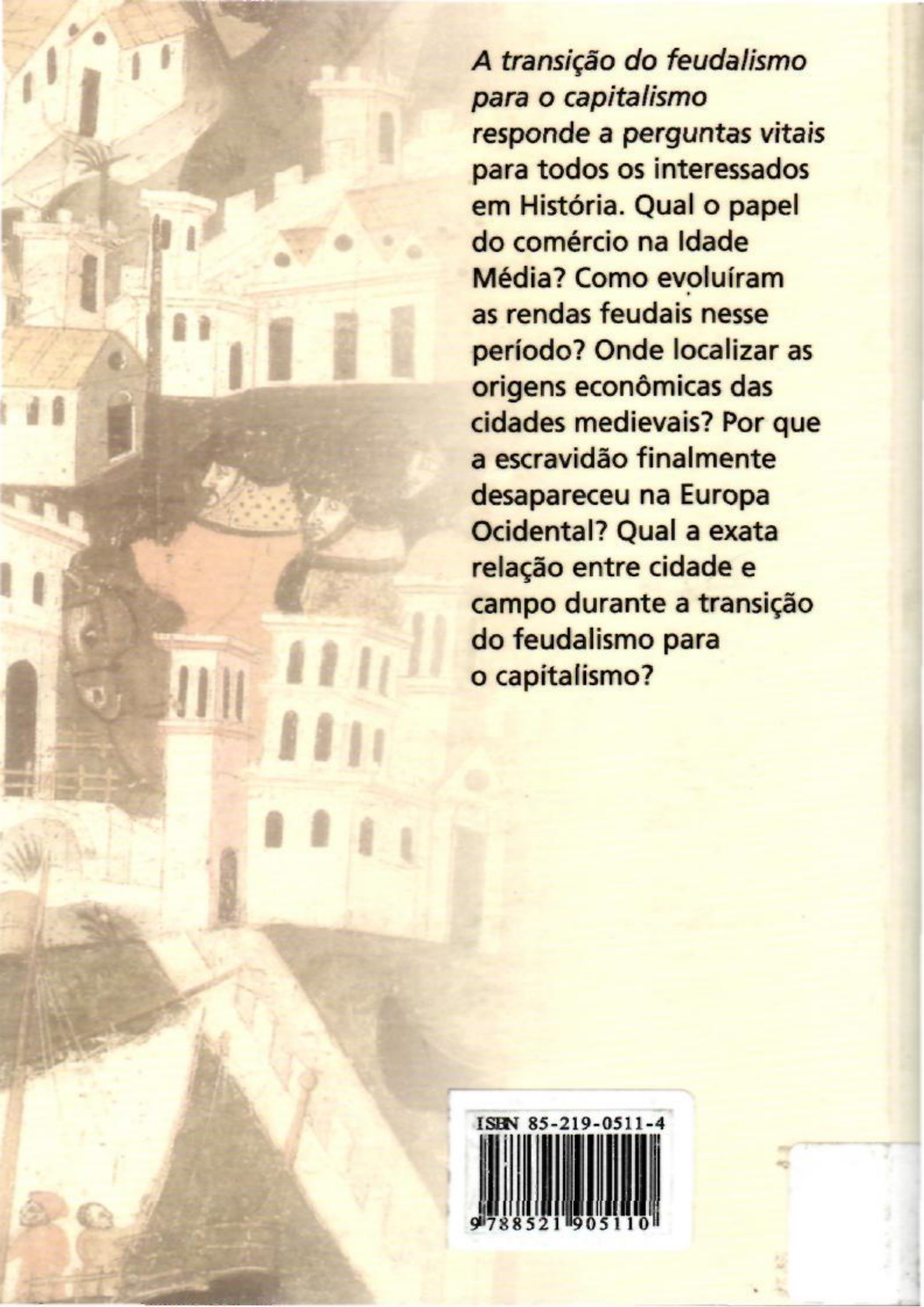
evolucionistas da ideologia urbana no pensamento socialista aponta a necessidade de uma volta crítica a Marx.

[pág. 247]

Digitalização, revisão e formatação: *Dayse Duarte*



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>



A transição do feudalismo para o capitalismo responde a perguntas vitais para todos os interessados em História. Qual o papel do comércio na Idade Média? Como evoluíram as rendas feudais nesse período? Onde localizar as origens econômicas das cidades medievais? Por que a escravidão finalmente desapareceu na Europa Ocidental? Qual a exata relação entre cidade e campo durante a transição do feudalismo para o capitalismo?

ISBN 85-219-0511-4



9 788521 905110